



António Fernando Bento Pacheco

DE TODOS-OS-SANTOS A SÃO JOSÉ
Textos e contextos do
«esprital grande de Lixboa»



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários
à obtenção do grau de
Mestre em História Moderna e dos Descobrimentos,
realizada sob a orientação científica do
Professor Doutor Pedro Cardim.

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Junho 2008



- À Mafalda (*in memorian*);
- à Carla, à Filipa e ao Pedro;
- à Paula.

AGRADECIMENTOS

Muito mais do que cumprir uma prática que se tornou comum nos trabalhos académicos, é um dever de justiça nomear aqueles que, com os mais diversos contributos, tornaram possível a apresentação da presente dissertação.

Importa, pois, agradecer:

- À Senhora D. Maria Dulce Neves, coordenadora do Centro de Documentação da Escola Superior de Enfermagem de Maria Fernanda Resende, pela preciosa colaboração na recolha de bibliografia;
- ao Professor Rodrigo Banha da Silva, arqueólogo familiarizado com o objecto de estudo, pelo incentivo e partilha;
- às Professoras Doutoradas Isabel dos Guimarães Sá e Laurinda Abreu, por nos receberem e escutarem, disponibilizando informação e sugerindo problemáticas;
- à Professora Maria Saraiva, pelos contributos nas vertentes artística e linguística;
- à Professora Paula Mègre, nossa consciência crítica, pela sua entrega militante, permanente apoio e encorajamento;
- ao Professor Doutor Pedro Cardim, a quem expressamos uma enorme gratidão pelo entusiasmo, só por si motivador, demonstrado relativamente ao tema desta dissertação, pela preocupação constante com a progressão do trabalho, pela bibliografia recomendada e disponibilizada, pela paciência e disponibilidade demonstrada ao longo de muitas horas de orientação, pela palavra amiga nos momentos difíceis.

RESUMO

DE TODOS-OS-SANTOS A S. JOSÉ

Textos e contextos do «esprital grande de Lisboa»

António Fernando Bento Pacheco

PALAVRAS-CHAVE: Assistência, caridade, doente, enfermarias, enfermo, «esprital grande de Lisboa», higiene, Hospital Real de Todos-os-Santos, legados pios, Lisboa, misericórdia, pobre, Rossio, Terramoto de 1755.

A presente dissertação tem como objecto de estudo o Hospital Real de Todos-os-Santos e a sua actividade no terceiro quartel do século XVIII, numa leitura que não partilha da interpretação, difundida por alguns trabalhos historiográficos, de que o Terramoto de 1755 ditou, pela escala de destruição que lhe está associada, o fim da instituição.

O Hospital Real de Todos-os-Santos, fundado em Lisboa, em 1492, por D. João II, surgiu no âmbito da reforma dos pequenos e inoperantes hospitais medievais. Primeira grande estrutura hospitalar de uma Lisboa cosmopolita que se assume como plataforma de contacto entre o velho e o novo mundo, o Hospital revela influência indiscutível da arquitectura hospitalar de tipologia cruciforme, cuja origem se enquadra no *Quattrocento* florentino, bem como uma percepção humanista do homem, enquanto ser a quem devem ser facultadas respostas terrenas à dor, ao sofrimento, à marginalização.

Instituição de iniciativa régia, o que a distingue das suas congéneres ocidentais, o Hospital Real de Todos-os-Santos assumiu-se como uma das primeiras instituições hospitalares medicalizadas do seu tempo, distinguindo de forma muito clara, o que é inovador, a prestação de cuidados hospitalares tendentes a promover a recuperação do enfermo, de intervenções outras, a situar no campo da assistência social.

A partir de documentação integrada no fundo documental «Hospital de S. José» e do trabalho de autores de referência como Augusto da Silva Carvalho, Fernando da Silva Correia e Mário Carmona, o presente estudo esboça um quadro geral sobre os mais de dois séculos e meio de vida da instituição, defendendo que o «esprital grande de

Lixboa» continuou a ser, até à abertura do Hospital Real de S. José, em 1775, a instituição primeira no que concerne à prestação de cuidados de saúde em Lisboa. A abordagem às duas décadas que medeiam entre 1755 e 1775 revela não um estabelecimento hospitalar que a catástrofe de 1 de Novembro eclipsou, mas uma instituição que respondeu positivamente às medidas de emergência tomadas pelo gabinete de Sebastião José de Carvalho e Melo.

Contrastando com a ideia de destruição do edificado e de anarquia administrativa, o acervo documental disponibiliza inequívocos sinais de permanência. O Hospital reconstruiu muitos dos espaços destruídos, a contratação de pessoal não cessou, os objectivos institucionais mantiveram-se intactos: prestar, com a dignidade possível, cuidados de saúde, em múltiplas valências, à população lisboeta, com particular ênfase para os enfermos pobres; na vertente pedagógica, manter o ensino da cirurgia e a formação empírica de pessoal hospitalar, com destaque para ajudantes e enfermeiros.

O estudo sustenta, afinal, que o fim do velho Hospital do Rossio se prende não à acção das catástrofes que ao longo dos anos o atingiram, mas antes às exigências de uma iluminista cidade nova que vê no Rossio um dos seus mais significativos espaços de sociabilização.

SUMMARY

FROM THE ALL SAINTS ROYAL HOSPITAL (Hospital Real de Todos-os-Santos) TO THE SAINT JOSEPH'S ROYAL HOSPITAL

Texts and contexts of the «Lisbon's big hospital»

António Fernando Bento Pacheco

KEY WORDS: Welfare, charity, patient, wards (infirmaries), disable, Lisbon's big hospital, hygiene, All Saints Royal Hospital, devout legacies, Lisbon, Mercy (brotherhood), poverty, Rossio, 1755 Earthquake.

The main study's object of the present dissertation is the All Saints Royal Hospital – Lisbon – and its activity in the third quarter of the XVIIIth Century, with a framework which is not in accordance with the interpretation, reported by some historiography papers in which the 1755 Earthquake's related massive destruction, was responsible for the end of that Institution.

The All Saints Royal Hospital, founded in Lisbon, in 1492 by the King John II, aroused as a consequence of the reform of small and inoperative medieval hospitals.

As the first magnificent hospital structure of a cosmopolitan Lisbon, assumed as a contact platform between the old and the new world, this hospital reveals itself the indescribable influence of an hospital of cross arm type architecture, which origin is framed in the Florentine *Quattrocento* as well as the humanist perception of the Man to whom should be given all the unreligious answers related with pain, agony e ostracism.

Under the King's initiative, different from all its western congeners, the All Saints Royal Hospital stood as one of the first medical Institutions of his time, pointing out in a very clear way what is innovator, hospital care in order to allow the patient's recovery and promoting a welfare social assistance.

From all the documents included in the «Saint Joseph Hospital's» documental fund and from the work done by referential authors such as Augusto da Silva Carvalho,

Fernando da Silva Correia and Mário Carmona, the present study frames a general picture about more than two centuries and a half of the institution's life, and defend that the «espiritual grande de Lixboa» was, until the opening of the Saint Joseph Royal Hospital in 1775, the leading institution in what is related with the health care delivery in Lisbon. The approach to the two decades between 1755 and 1775, show not an hospital establishment eclipsed by the 1st November catastrophe but instead, an institution which positively responded to the emergency measures proclaimed by the Sebastião José de Carvalho e Melo's ministerial cabinet.

Contrasting with the idea of destruction of the edified and the administrative anarchy, the documental fund, discloses unambiguous signs of permanency. The hospital rebuild many of the destroyed areas, personal contracts didn't stop, the institutional goals stood intact: to deliver, to Lisbon inhabitants, with the possible dignity, health care in multiple clinical areas emphasizing the patients who lived in great poverty; in a pedagogic view, to maintain the teaching of surgery as well as the empiric education of the hospital personal especially helpers and nurses.

The study sustains, after all, that the end of the old Hospital of Rossio, is linked, not only with the action of the catastrophes which, for years, fustigate it, but also, with the demands of an illuminist new city which sees in Rossio one of the most significant socialization spaces.



ERRATA

Folha	Linha	Onde se lê	Leia-se
1	15	...séculos XVI e XVIII,...	...séculos XVI a XVIII,...
1	20	... " <i>esprital grande de Lisboa</i> ..."	... " <i>esprital grande de Lixboa</i> ..."
5 7 7 9	28/29 8 16 20	...Hospital Real de Todos os Santos...	...Hospital Real de Todos-os-Santos...
5	Nota 17	Mariz, Pedro de	Pedro de Mariz
9 90	8 22	...Enfermeiro Mor...	...Enfermeiro-Mor...
31	4	...focalizam, na dimensão...	...focalizam na dimensão...
59	9	...também de detrás das escadas...	...também detrás das escadas...
60	16	Quanto aos enfermos...	Quanto aos enfermos...
68	Nota 295	...perspectiva braudelina...	...perspectiva braudeliana...
76	Nota 331	Fundo do Hospital de São José	<i>Fundo Hospital de São José</i>
76	Nota 333	Todavia, o século XVI assistiu...	Todavia, o século XVII assistiu...
79	Nota 346	...minimizar a carências...	...minimizar a carência...
80	Nota 347	ANATT	IANTT
86	13/14	...corredor do S. Domingos...	...corredor de S. Domingos...
100	Nota 413	...Rua da Bestesga...	...Rua da Betesga...
105 107	Nota 434 e 445	<i>Fundo Hospital e São José</i>	<i>Fundo Hospital de São José</i>
105	Nota 436	Veja-se n/ nota nº 424.	Veja-se n/ nota nº 426.
112	1	... Hospital Real de todos os Santos...	...Hospital Real de Todos-os-Santos...
129	6	... que nos Hospital se curam...	... que no Hospital se curam...

149	6	...limpos e arrumados,...	...limpas e arrumadas,...
150	Nota 647	Cf, <i>Ibidem</i> .	Cf. <i>Ibidem</i> .
155	Nota 673	...José Dias de Dias	...José Dias de Lima...
156, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 171.	Nota 688, 494, 696, 706, 707, 710, 711, 713, 722, 723, 724, 725, 738, 744, 750, 756, 763.	IANTT, Livro...	IANTT, <i>Fundo Hospital de S. José</i> , Livro...
159	2	...contido dinamismo...	...o contido dinamismo...
162	20/21	...na semana Santa», enquanto um outro armador, mestre André de Miranda, encarregado...	...na semana Santa». O mesmo artífice, encarregado...
163	28	...do Convento e S. Domingos...	...do Convento de S. Domingos...
165	4	...nitidamente se revela.	...nitidamente se revela».

ÍNDICE

	f.
0 – Introdução	1
- Fontes: uma breve nota	5
1 – O Hospital Real de Todos-os-Santos: contextos e percursos	10
- Um quadro sanitário facilitador da doença	11
- Caridade e organização assistencial, séculos XIII-XVI	22
- Pensar a reforma assistencial: o final do século XV	34
- O Hospital Real de Todos-os-Santos	42
- A Igreja do Hospital Real de Todos-os-Santos	63
- Caminhos de Santo Antão	68
2 – O Hospital Real de Todos-os-Santos no terceiro quartel do século XVIII	81
- O incêndio de 1750	83
- O grande hospital da Lisboa de Setecentos: um projecto que não ruiu em 1755	88
- Destruição irreversível ou opção política?	94
- Os centros de decisão	102
- Cuidar dos vivos	107
- O tempo de D. Jorge Machado de Mendonça (1758-1766)	118
- D. Jorge: discurso e principais linhas de intervenção	118
- Enfermeiros / as e ajudantes	126
- «Familiares»: percursos profissionais	132
- Gestão dos espaços	136
- Quotidianos	139
- Escola de Cirurgia	155
- Em nome de Deus	159
- O processo de morrer	164
3 - Ocaso	171
Bibliografia	180
	IX

	f.
Sequência de Figuras	192
Sequência de Gráficos	194
Sequência de Quadros	195
Anexos	i
Anexo 1 – Relação e esboço cartográfico dos estabelecimentos assistenciais instituídos em Lisboa, anteriores à fundação do Hospital Real de Todos-os-Santos	ii
Anexo 2 – Carta régia de nomeação de Fernão Colaço para o cargo de en- fermeiro do Hospital de Todos-os-Santos	xx
Anexo 3 – Enfermarias / Serviços do Hospital Real de Todos-os-Santos (1502-1775)	xxiii
Anexo 4 – Projectos para a reconstrução de Lisboa (1755/1758)	xxviii
Anexo 5 – Relação a quem o Hospital Real paga ordenado em cada ano (1759)	xxxv
Anexo 6 – Despesa com ordenados, no Hospital Real de Todos-os-Santos, de 3 de Julho de 1758 a 3 de Julho de 1759	xlii
Anexo 7 – Normas relativas à admissão e às práticas a seguir pelos Prati- cantes de Cirurgia, Sangria e Anatomia (1760)	xlvi
Anexo 8 – Carta régia de doação do Colégio de Santo Antão (1769)	xlix
Anexo 9 – Obrigações dos Irmãos Maiores do Hospital Real de Todos-os- Santos (1769)	li
Anexo 10– Providências do Enfermeiro-Mor José António de Castilho Fur- tado de Mendonça, sobre o trabalho de Médicos e Cirurgiões do Hospital Real de Todos-os-Santos (1774)	lv
Anexo 11 – Obrigações dos Enfermeiros e Ajudantes, que se devem mandar ler a todos, primeiro que entrem a servir neste Hospital Real, para que em tempo algum não aleguem ignorância (1775 ?)	lviii

0 - Introdução

Será talvez um lugar comum afirmar que o tempo vivido condiciona escolhas, esboça contornos, influencia sem ruído e de forma quase imperceptível os ângulos de observação. Não fugimos à regra. A nossa relação com a realidade hospitalar, estabelecida ao longo de anos de actividade profissional no Hospital de São José, motivou o interesse pela instituição que lhe esteve a montante, o Hospital Real de Todos-os-Santos, justificando a sua eleição como objecto de estudo na perspectiva da elaboração da dissertação de mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos que agora se apresenta.

Se cada instituição tem o seu espaço próprio, a sua ambiência, a sua memória, o velho Hospital do Rossio, sendo berço e herança do estabelecimento que, em 1775, se instala no Colégio de Santo Antão-o-Novo com a designação de Hospital Real de São José, possuiu uma identidade única, tendo-se assumido, ao longo dos seus quase 275 anos de actividade, como uma referência obrigatória, quer enquanto estrutura edificada que marcou a paisagem e se tornou omnipresente na iconografia sobre a capital nos séculos XVI e XVIII, quer como unidade hospitalar mais importante do reino¹, para a qual Damião de Góis reivindicou «a primazia sobre todos os hospitais reais, embora muito numerosos e célebres, que se encontram através da Espanha ou das restantes regiões do mundo cristão»².

Procurar compreender a dimensão, a importância, a presença constante no quotidiano da cidade do “*esprital grande de Lisboa*”³, onde homens e mulheres sustentaram relações de cuidados com outros homens e mulheres é, então, o desafio que nos propomos.

Instituição fulcral em matéria de prestação de cuidados hospitalares, em Lisboa e no reino, a partir dos primeiros anos de Quinhentos, a sua concepção arquitectónica e o seu notável Regimento, outorgado por D. Manuel I em 1504, revelam um monarca

¹ Cf. F. A. Gonçalves Ferreira - *História da Saúde e dos Serviços de Saúde em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, p. 118.

² Damião de Góis - *Descrição da Cidade de Lisboa*, tradução do texto latino, introdução e notas de José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 49.

³ *Livro das Obras de Garcia de Resende*, edição crítica por Evelina Verdelho, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, p. 372.

fundador, D. João II, atento às propostas de um tempo que foi de Renascimento, que procurou novos modelos sociais e culturais, que abriu, tanto na materialidade do objecto artístico, como na reflexão política, filosófica e religiosa, caminhos de futuro a partir do legado Antigo e que confrontou o Homem com o desafio da transformação face a si mesmo, ao mundo e à vida, um homem afinal sincrético, simultaneamente protagonista livre de todas as coisas e criatura de Deus⁴.

É, aliás, com os olhos postos neste Homem que, não dispensando os cuidados com a alma, toma consciência da necessidade de cuidar o corpo, que a Coroa portuguesa promove a reforma dos pequenos hospitais medievais, acção que se enquadra, também ela, num amplo movimento que, tendo origem nas cidades-estado e nas repúblicas da península italiana, se estenderá aos reinos ibéricos, assumindo em Portugal características únicas, uma vez que liderado pela Coroa. Tratou-se de promover campo e condições para uma intervenção hospitalar que se pretendeu distinta da acção assistencial de matriz caritativa tradicionalmente tutelada pela Igreja.

No sentido de compreender a dinâmica deste processo de reforma, contextualizando no espaço e no tempo o Hospital Real de Todos-os-Santos, o presente estudo explora, no primeiro capítulo e ainda que em síntese, o quadro tardo-medieval da assistência, a partir do qual vão nascer os hospitais do reino e as Misericórdias, percorrendo, nos seus mais significativos aspectos, os caminhos trilhados pela instituição entre 1479 e 1755, o mesmo é dizer entre a criação de um projecto para a edificação do Hospital e a sua hipotética destruição pelo terramoto de 1 de Novembro.

A noção de que a catástrofe que se abateu sobre Lisboa em 1755 terá significado o fim do Hospital do Rossio parece não ser compatível com o teor das «Providências» emanadas do gabinete de Sebastião José de Carvalho e Melo, no que ao socorro dos enfermos respeita, nem com o conteúdo de um imenso acervo documental hoje confiado à guarda do Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo. Apesar de, logo em 1758, Joaquim José Moreira de Mendonça inserir o Hospital Real de Todos-os-Santos na «relação dos palácios que padeceram total estrago»⁵, perspectiva de que a maioria dos estudos sobre a instituição tem feito eco, um dos principais objectivos deste trabalho é justamente questionar se, de facto, o terramoto de 1755 foi o responsável pela

⁴ Da vasta bibliografia sobre o Renascimento, destacamos a sempre actual obra de Jean Delumeau, *A civilização do Renascimento*, tradução de Manuel Ruas, Lisboa, Estampa, 1994 [2 vol.].

⁵ Joaquim José Moreira de Mendonça, *Historia universal dos terremotos que tem havido no mundo de que ha noticia, desde a sua creação até o século presente: com huma narração individual do terremoto de 1755 [...]: huma dissertação physica sobre as causas geraes dos terremotos [...] por Joachim Joseph Moreira de Mendonça*, Lisboa, na Oficina de António Vicente da Silva, 1758.

«destruição total»⁶ do Hospital, determinando a sua transferência para Santo Antão, como se de um simples processo causa-efeito se tratasse. Não é essa a mensagem que a documentação parece querer transmitir.

Admitimos hoje que as fontes contemporâneas ampliaram consideravelmente as pedras patrimoniais e que se é incontestável que «o terramoto provocou imensos estragos em Lisboa, multiplicados exponencialmente pelo longo incêndio a que deu origem [...] não é a ele que devemos o desaparecimento do centro da capital do Reino; antes, à decisão – despótica, utópica e progressista – de arrasar o muito que estava de pé para fazer dele o chão pragmático de uma cidade quase literalmente nova, em termos físicos e, evidentemente, simbólicos»⁷, o que nos estimula a pensar que a proclamada total destruição do Hospital Real de Todos-os-Santos em Novembro de 1755 será uma construção fantasiosa, sustentada por uma produção escrita e iconográfica que dilata a tragédia, distorcendo-lhe a dimensão⁸.

Demonstrar que a instituição em estudo manteve, para lá do 1º de Novembro de 1755 e apesar dos estragos sofridos, uma relação íntima, todos os dias renovada, com a cidade e com os lisboetas, surge como objectivo central deste trabalho, onde se procura compreender em que condições essa continuidade foi possível na Lisboa pós-terramoto. Em termos cronológicos, o terceiro quartel do século XVIII concentrará, naturalmente, as nossas atenções, período em que o Hospital reflectiu, como a documentação sugere, a sociedade hierarquizada, disciplinadora, pragmática e paternalista do despotismo iluminado, enfrentou um incêndio em 1750, anteviu, por determinação régia, a sua renovação e ampliação até ao Borratém, sofreu os efeitos do grande sismo e esteve presente nos primeiros projectos do gabinete de Manuel da Maia, reconstruiu-se, como as circunstâncias o permitiram, a pensar num futuro que, afinal, não passou pelo Rossio.

Ao lado das vertentes institucional, política e económica, é a vida, a morte e o palpar constante das gentes que confere significado às instituições. A partir desse palpar, ainda perceptível nas fontes, procuraremos aduzir argumentos que sustentem o

⁶ F. A. Gonçalves Ferreira, *ob. cit.*, p. 119, onde se afirma: «...sobreviveu até à destruição total pelo terramoto de 1755, tendo então os doentes sido albergados nos restos e edifícios próximos do Rossio, até que passaram a ficar instalados, em 1760, no antigo convento de Santo Antão o Novo, dos jesuítas, deixado vago pela expulsão destes».

⁷ Raquel Henriques da Silva, “Da destruição de Lisboa ao arrasamento da Baixa: o terramoto urbanístico de Lisboa”, in Maria Fernanda Rollo, Ana Isabel Buescu e Pedro Cardim (coord.), *História e Ciência da Catástrofe: 250º aniversário do terramoto de 1755*, Lisboa, Instituto de História Contemporânea da FCSH/UNL, 2007, p. 105.

⁸ Veja-se, a propósito do imaginário da catástrofe, Ana Cristina Araújo, “Armadilhas da razão prática: desastre, risco e propaganda», in *História e Ciência da Catástrofe: 250º aniversário do terramoto de 1755*, pp. 125-153.

objectivo enunciado e respondam às questões que consideramos verdadeiramente pertinentes:

- O terramoto de 1755 foi factor único e determinante para o encerramento definitivo do Hospital de Todos-os-Santos, ou estamos perante um processo de reforma e ampliação que se nos afigura inevitável, a que a Coroa metera ombros ainda no reinado de D. João V e que deve ser entendido como a resultante racional e esperada de uma conjuntura nova e particularmente complexa, que à necessidade de reedificação do Hospital contrapõe as exigências de uma capital de império ultramarino que se reconstrói e, o que não é de menor monta, disponibiliza o imenso património edificado da então já extinta Companhia de Jesus?
- Quem eram os enfermos, de onde vinham, como era suportado o seu internamento?
- Em termos do pessoal que presta cuidados e zela pelo bem-estar dos doentes, confirma-se, na cronologia em estudo, a tendência de associar a prática do cuidar humano às organizações religiosas ou é possível reconstruir carreiras hospitalares onde o mundo secular se revela maioritário? E a ser assim, como se processava a aprendizagem dos saberes e como se adquiriam as competências? Terá o ensino de enfermagem a sua primeira experiência em finais do século XIX, com Artur Ravara⁹, ou é lícito reconhecer que é na transmissão do conhecimento empírico, «na capacidade, sciencia e habilidade»¹⁰ que se baseia a nomeação de enfermeiros no Hospital Real de Todos os Santos, no terceiro quartel de Setecentos?
- Como se processou, nos vinte e cinco anos que pretendemos estudar, o ensino da Cirurgia, sabendo que o Regimento dado ao Hospital por D. Manuel I, em 1504, previa não uma escola estruturada, mas tão-somente que o cirurgião tivesse dois ajudantes empenhados num processo de aprendizagem?
- No que concerne à morte, essa presença permanente, «demasiado visível para poder ser ignorada»¹¹, que disputa o espaço dos vivos e que constitui, na cidade, «um dos factores mais vincados de identidade cultural dos seus habitantes»¹², como seria ela experienciada no quotidiano do hospital dos pobres? Atendia-se à construção tridentina do ritual da morte, cumpriam-se os preceitos enunciados nas *artes*

⁹ Cf. Augusto Lobo Alves - O ensino de enfermagem nos hospitaes de Lisboa, Lisboa, Separata de *Medicina Contemporanea*, Tipografia Adolpho de Mendonça, 1919, p. 8.

¹⁰ IANTT, Fundo Hospital de S. José - Livro 1106: *Livro em que se registam as ordens e editaes que tem feito publicar o Exmo D. Jorge Francisco Ma [...] no principio [...] Agosto de 1758*, fl. 148 v.

¹¹ Ana Cristina Araújo - *A morte em Lisboa. 1700-1830. Atitudes e representações*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997, p. 31.

¹² *Ibidem*.

moriendi, implicando nos actos de assistência fúnebre a comunidade unida pela esperança da redenção¹³, ou a morte no hospital foi um processo solitário, em que não raro faltaram os últimos sacramentos?

Na procura de respostas para estas questões utilizaremos, como documentação de base, o *Fundo Hospital de S. José*, hoje depositado no Instituto dos Arquivos Nacionais - Torre do Tombo. A dimensão deste *corpus* documental que, apesar de tudo, chegou aos nossos dias, bem como a multiplicidade de vertentes que a organização e o quotidiano hospitalar implicam, impuseram-nos compreensíveis limitações, pelo que este trabalho não tem a pretensão de constituir uma visão global e exaustiva do quotidiano hospitalar. Quer se trate da revisão bibliográfica que constitui o primeiro capítulo, quer dos vinte e cinco anos que integram o terceiro quartel do século XVIII, as perspectivas apresentadas não pretendem ser conclusivas; serão apenas pequenos passos, contributos para uma história que importa escrever.

Fontes: uma breve nota

Desde que D. João II decidiu dotar a cidade de Lisboa com um grande estabelecimento «por que os Pobres, e pessoas Miseráveis tivessem algum mais certo Recolhimento, e Remedio de suas necessidades»¹⁴, o Hospital Real de Todos os Santos foi amiúde referido em produção escrita de diversa tipologia, bem como na iconografia sobre a capital, produzida entre o início do século XVI e finais do século XVIII. É, aliás, o cotejo das muitas informações transmitidas por via documental com as conclusões dos trabalhos arqueológicos levado a cabo na zona da Praça da Figueira, nos anos de cinquenta e sessenta do século XX, que permite adivinhar a dimensão e as opções arquitectónicas do edifício em causa, possibilitando mesmo a reconstituição conjectural daquele complexo hospitalar¹⁵. Tal profusão de referências não deve significar, todavia, que a temática em apreço apresente hoje uma produção historiográfica de tal forma ampla e assertiva que dispense novas abordagens. Ao contrário, numa considerável bibliografia passível de ser compilada, poucos serão os trabalhos de traço vincadamente historiográfico que elegem o Hospital Real de Todos os Santos como objecto de estudo. Se não, vejamos:

¹³ Cf. Ana Cristina Araújo - *A morte em Lisboa. 1700-1830. Atitudes e representações*, p. 226.

¹⁴ *Regimento do Hospital de Todos os Santos*, prefácio de Fernando da Silva Correia, reprodução da primeira edição datada de 1946, Lisboa, Hospitais Cívicos de Lisboa, 1984, p. 17.

¹⁵ *Hospital Real de Todos-os-Santos - 500 anos. Catálogo*, organização do Museu Rafael Bordalo Pinheiro, direcção de Paulo Pereira, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993, p. 63, entre outras.

No plano da cronística, o destaque vai naturalmente para Rui de Pina e Garcia de Resende, que situam o lançamento da primeira pedra do *esprital* no dia 15 de Maio de 1492. Resende, na sua *Vida e feitos d'El Rey Dom João Segundo*, diz-nos que o próprio rei acompanhou o início da obra, «e esse dia andou todo ahi vendo como se começava e comeo em casa do conde Monsanto que he pegada com ha orta do dito esprital»¹⁶. Curiosa referência esta de Resende ao Palácio do Couto, a que voltaremos neste trabalho. Pedro de Mariz, bem como os diferentes autores que após a sua morte ampliaram a “relação de sucessos” *Diálogos de vária história*¹⁷, sublinha o empenho da Coroa portuguesa no Hospital de Lisboa.

As descrições da cidade de Lisboa, nomeadamente o *Sumário*, de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, editado em 1551¹⁸, o volume *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*, de João de Brandão¹⁹, ou a *Urbis Olisiponis Descriptio*, título exibido no frontispício da edição de 1554, da obra de Damião de Góis²⁰ sobre a capital do reino, fornecem importantes informações sobre as modificações físicas e administrativas a que o hospital foi sendo sujeito logo na primeira metade do século XVI, se confrontadas com o *Regimento*²¹ dado ao Hospital, em 1504, por D. Manuel I. Também na *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Damião de Góis aludia ao Hospital Real de Todos os Santos, sublinhando-lhe a sumptuosidade.

Os textos de índole espiritual não deixam de lhe fazer repetidas referências, justificadas mais pela importância da sua grande Igreja no contexto dos templos da cidade, do que pela interpenetração entre o religioso, a assistência de inspiração caritativa e a prática de cuidados de saúde; destacam-se, então, sermões, orações fúnebres e os textos relativos à canonização de S. Camilo de Lélis, cujo cerimonial se desenrolou na referida Igreja, em 1747. Igualmente importante é o *Estatuto da Venerável Irmandade dos Clérigos Pobres*, documento reformado e ampliado em 1731,

¹⁶ *Livro das Obras de Garcia de Resende*, p. 371-372.

¹⁷ MARIZ, Pedro de, *Dialogos de varia historia, em que se referem as vidas dos senhores reys de Portugal, com os seus retratos: e noticias dos nossos reynos, e Conquistas, e varios successos do Mundo. Autor Pedro de Mariz. Divididos em dous tomos. Ultimamente acrescentados até o feliz Reinado do Senhor Rey Dom Joao V. De saudosa memoria, pelo Padre Fr. Francisco Xavier dos Serafins Pitarra...* Lisboa: Na Officina de Joseph Philippe. Ann M.D.CC.LVIII. (O tomo II é obra da Oficina de Manoel Soares).

¹⁸ Cristóvão Rodrigues de Oliveira - *Sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)*, apresentação e notas de José Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1987.

¹⁹ João Brandão (de Buarcos) - *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*, organização e notas de José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

²⁰ Damião de Góis, *op. cit.*

²¹ *Regimento do Hospital de Todos-os-Santos*.

visando regular a acção da Irmandade que funcionou exactamente no Hospital de Lisboa.

No contexto de uma religiosidade que interpreta o hospital como um local não só de prestação de cuidados tendentes a tratar a doença, mas também como centro de acolhimento de peregrinos, impõe-se a consulta de uma importante obra de cariz historiográfico, *El Hospital Real de Santiago de Compostela y La Hospitalidade en el Camino de Peregrinación*, editada em 2004 pela Xunta de Galicia, que enquadra o Hospital Real de Todos os Santos na rede assistencial do Caminho de Santiago²².

Na literatura de viagens, o grande edifício do Rossio, e a sua acção em prol dos enfermos e dos desprotegidos, não foram indiferentes a quantos registaram impressões pessoais sobre Lisboa. De modo geral, estas impressões enaltecem o trabalho da instituição, como transparece da escrita de Bartolomé de Villalba y Estaña²³, no século XVI, ou de Giuseppe Gorani, nos anos sessenta do século XVIII²⁴.

Nos estudos direccionados para a História da Medicina, aos quais se deve reconhecer um muito importante contributo para uma história da saúde e das instituições assistenciais no nosso país, o Hospital Real de Todos os Santos é referência obrigatória, enquanto instituição primeira da estrutura hospitalar do reino nos séculos XVI-XVIII, mas também enquanto espaço polivalente de exercício e de aprendizagem, nomeadamente de práticas cirúrgicas²⁵. Nestes estudos, destaca-se a sempre obrigatória obra *História da Medicina em Portugal*, de Maximiano Lemos²⁶, editada pela primeira vez em 1899, o *Curso de História da Medicina* de Armando Tavares de Sousa²⁷, ou ainda a *História da Saúde e dos Serviços de Saúde em Portugal*²⁸, de Gonçalves Ferreira, entre algumas outras.

²² Baudilio Barreiro Mallón et alli - *El Hospital Real de Santiago de Compostela y la hospitalidad n le Camino de Peregrinación*, dirección de José Manuel García Iglesias, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 2004, p. 192-194.

²³ Bartolomé de Villalba y Estaña – O Peregrino curioso e grandezas de Espanha, in Bartolomé de Villalba y Estaña; Gianbattista Confalonieri – *Por terras de Portugal no século XVI*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002, pp. 65-66

²⁴ Giuseppe Gorani - *Portugal. A corte e o país nos anos de 1765 a 1767*, trad. de Castelo-Branco Chaves, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992.

²⁵ Para o estudo do ensino da Cirurgia, consideramos fundamentais duas obras de Sebastião Costa Santos, editadas em 1925: *O início da escola de cirurgia do Hospital Real de Todos os Santos* e *A escola de cirurgia do Hospital Real de Todos os Santos 1565-1775*.

²⁶ Maximiano Lemos - *História da Medicina em Portugal - Doutrinas e Instituições*, vol. I e II, Lisboa, Publicações D. Quixote, Ordem dos Médicos, 1991.

²⁷ Armando Tavares de Sousa – *Curso de História da Medicina – das origens aos fins do século XVI*, 2ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

²⁸ F. A. Gonçalves Ferreira, *op. cit.*

Então, enquanto trabalhos dedicados ao Hospital Real de Todos-os-Santos, sobressaem, na nossa óptica, duas grandes obras: *Crónica do Hospital de Todos-os-Santos*²⁹, de Silva Carvalho e *O Hospital Real de Todos os Santos da cidade de Lisboa*³⁰, de Mário Carmona, que agrupa, em volume editado em 1954, textos publicados nesse mesmo ano nos quatro números do *Boletim Clínico dos Hospitais Cíveis de Lisboa*. Falamos de trabalhos que surgem, até meados dos anos cinquenta do século XX, fundamentalmente do universo dos profissionais médicos. Os achados arqueológicos dos anos cinquenta e sessenta, vêm proporcionar um novo ciclo de estudos, desta feita mobilizando saberes das áreas da História, da Arqueologia e da História da Arte, ciclo de que a exposição alusiva às comemorações dos 500 anos da fundação do Hospital terá sido um momento muito significativo, com a edição de um muito interessante catálogo³¹ que contou com a participação de Ana Cristina Leite, Irisalva Moita, José Meco, Paulo Pereira, Rafael Moreira, Vítor Serrão e Carlos Loureiro.

No plano de uma historiografia mais recente que, direccionada para a abordagem de problemáticas relacionadas com a assistência, não dispensa repetidas alusões ao Hospital Real de Todos-os-Santos, são incontornáveis os estudos de Isabel dos Guimarães Sá, Laurinda Abreu e Ivo Carneiro de Sousa, entre outros³².

A imensa documentação durante anos conservada na Biblioteca do Hospital de S. José e na Capela do Hospital de Santo António dos Capuchos, começou a ser incorporada, em 1978, na Torre do Tombo, passando a constituir o *Fundo Hospital de S. José*, do qual Maria Teresa Saraiva, Fernando Carapinha e Idalina Fino publicaram o

²⁹ Augusto da Silva Carvalho – *Crónica do Hospital de Todos-os-Santos*, reprod. fac-similada da ed. de 1949, Lisboa, [s.n.] (Tip. A. Coelho Dias), 1992.

³⁰ Mário Carmona - *O Hospital Real de Todos-os-Santos da Cidade de Lisboa*, [s. n.] (Porto: Imprensa Portuguesa), 1954.

³¹ *Hospital Real de Todos-os-Santos - 500 anos. Catálogo*, op. cit.

³² No presente estudo considerámos as obras seguintes: Isabel dos Guimarães Sá, “Abandono de crianças, identidade e lotaria: reflexões em torno de um inventário”, in *Inventário da Criação dos Expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, prefácio de Isabel dos Guimarães Sá, coordenação dos trabalhos e elaboração de textos de Maria Luísa Guterres Barbosa Colen e Francisco D’Orey Manoel, Lisboa, SCML, 1998; *As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizontes, 2001. Laurinda Abreu, *Memórias da Alma e do Corpo. A Misericórdia de Setúbal na modernidade*, Viseu, Palimage, 1999; “Igreja, caridade e assistência na península ibérica (sécs. XVI-XVIII): estratégias de intervenção social num mundo em transformação”, in ABREU, Laurinda (ed.), *Igreja, caridade e assistência na península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*, Lisboa, Edições Colibri, CIDEHUS-Universidade de Évora, Dezembro 2004, pp. 11-26; *Asistencia y Caridad como Estrategias de Intervención Social: Iglesia, Estado y Comunidad (s. XV-XX)*, Bilbao, Servicio Editorial de La Universidad del País Vasco, 2007. Ivo Carneiro de Sousa, *A Rainha D. Leonor (1458-1525). Poder, misericórdia, religiosidade e espiritualidade no Portugal do Renascimento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.

*Inventário Provisório*³³ em 2004. Todavia, anteriores a este trabalho de classificação e inventariação de fontes, são de sublinhar os estudos levados a cabo por Sebastião Costa Santos³⁴ e por Nuno Daupias³⁵.

O referido fundo documental, que integra milhares de documentos produzidos nos séculos XVI-XX, apresenta-se como o *corpus* de base para a elaboração do presente estudo, com incidência natural na documentação que se reporta ao terceiro quartel do século XVIII. Desta cronologia, consideramos, entre muita outra documentação, portarias e editais, os registos de gestão do Enfermeiro Mor, livros de receita e de despesa, registos de entrada de doentes, documentação relativa à admissão de pessoal e folhas de vencimentos, documentos a partir dos quais pretendemos apreender sentidos, relações, formas de pensar e parâmetros comportamentais dos homens que os produziram, enquanto quadros referenciais de uma mais vasta realidade, uma vez que não é exequível, no âmbito desta dissertação e tendo em atenção a dimensão do fundo documental, perceber globalidades ou construir um raciocínio interpretativo transversal à plenitude das rotinas e das problemáticas hospitalares nos vinte e cinco anos em apreço.

Quanto à iconografia, que utilizaremos, na maioria dos casos, enquanto fonte de apoio de raciocínios e propostas de interpretação, divide-se fundamentalmente em dois grupos: representações da cidade de Lisboa nos séculos XVI-XVIII, todas elas marcadas pela presença do Hospital Real de Todos os Santos, importante elemento ordenador da paisagem da capital e, num segundo grupo, o conjunto das primeiras plantas produzidas pelo gabinete de Manuel da Maia para a reconstrução da cidade, plantas essas que mantêm no Rossio o velho hospital dos pobres.

³³ Maria Teresa Saraiva et al - *Hospital de São José - Inventário Provisório*, Lisboa, IANTT, Direcção dos Serviços de Arquivística, 2004.

³⁴ Sebastião da Costa Santos – *O Arquivo do Hospital de S. José, separata de “Anais das Bibliotecas e Arquivos”*, [s.n.] (Lisboa, Tipografia da Biblioteca Nacional), 1920.

³⁵ Nuno Daupias - *Cartas de privilégio, padrões, doações e mercês régias ao Hospital Real de Todos-os-Santos: 1492-1775: subsídios para a sua história*, Lisboa, [s.n.], 1959. Do mesmo autor, *O Arquivo Histórico do Hospital de S. José: esboço de um inventário*, Lisboa, [s.n.], 1966.

1 – O Hospital Real de Todos-os-Santos: contextos e percursos

A fundação do Hospital Real de Todos-os-Santos deve entender-se não enquanto acção isolada e voluntarista de um monarca, ditada tão-somente por um discurso doutrinal que faz da caridade o eixo central da intervenção em matéria de apoio social, mas «no contexto de um processo de reforma da assistência desencadeado pela Coroa»³⁶, visando transformar o primário e muito carenciado quadro assistencial do reino.

Paulatinamente edificada a partir do «binómio igreja / assistência [...] inquestionável, desde tempos ancestrais, na Cristandade Ocidental»³⁷ e sustentada por uma multissecular tradição caritativa³⁸, esta “estrutura” esteve vocacionada para responder a necessidades e a necessidades de vária ordem, o que transformou a maioria das casas assistenciais em institutos de muito difícil classificação dadas as vertentes em presença. Na segunda metade do século XV, e não só em Portugal, é patente a incapacidade de resposta face a uma pobreza que cresce e que se constitui como um problema social. Ao mesmo tempo, as carências económicas que algumas destas instituições apresentam, podendo indiciar uma gestão gravosa dos legados pios ou o não cumprimento das disposições testamentárias dos doadores, exigia a intervenção régia.

Numa visão simbiótica entre os desafios da era moderna e os valores cristãos tradicionais, designadamente os que entroncam numa acção caritativa que deixa perceber não só a preparação do caminho da salvação, mas também complexas estratégias de afirmação social, procurou-se dotar de alguma eficácia a “rede assistencial” urdida em tempos medievais, quer reafectando o património de pequenas instituições prestadoras de cuidados, nascidas no seio e por iniciativa dos diferentes grupos sociais, a estabelecimentos tutelados pelo poder central ou concelhio, quer promovendo uma lógica de divisão de funções que, como sublinha Laurinda Abreu, abrirá caminho, depois da fundação do Hospital de Todos-os-Santos, à padronização da

³⁶ Laurinda Abreu, “Igreja, caridade e assistência na península Ibérica (sécs. XVI-XVIII): estratégias de intervenção social num mundo em transformação”, in Laurinda Abreu (ed.), *Igreja, caridade e assistência na península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*, pp. 12-13.

³⁷ Amélia Polónia, «A actuação assistencial do Cardeal Infante D. Henrique. Linhas de um modelo de intervenção pastoral», in Laurinda Abreu (ed.), *Igreja, caridade e assistência na península Ibérica*, p. 136.

³⁸ Cf. *Ibidem*.

organização hospitalar³⁹, conferindo aos hospitais a missão de prestar cuidados à pessoa enferma necessitada. Por seu turno, da Misericórdia de Lisboa, organização confraternal leiga cuja fundação deve ser entendida, tal como a das suas congéneres quinhentistas, no âmbito da reforma a que nos referimos, aguardavam-se obras pias capazes de minimizar, na vida e na morte, os efeitos da pobreza, assumida ou envergonhada. O “Compromisso” de 1516 deixa claro, no seu primeiro capítulo, os grandes objectivos da instituição, nos domínios espiritual e corporal. Neste última vertente, contam-se sete obras de misericórdia que espelham carências sentidas pela sociedade coeva: remir os cativos e visitar os presos, curar os enfermos, vestir os nus, alimentar os famintos, dar de beber aos que têm sede, abrigar os peregrinos e os pobres, enterrar os mortos⁴⁰.

Se é na documentação produzida no último quartel do século XV que encontramos os primeiros ecos deste processo reformista no qual D. João II se empenhou pessoalmente, importa perceber, em síntese, as motivações, as condicionantes e os protagonistas de uma prática assistencial que, radicando num modelo ancestral implementado pela Igreja e numa mensagem que faz da caridade caminho de salvação⁴¹, se vê silenciosamente confrontada com as exigências de um mundo onde a mudança se percebe por debaixo da enganadora imutabilidade do tempo longo e no qual a problemática sanitária, os elevados índices de morbosidade, a aventura de viver, parecem exigir ao poder civil, à Igreja e ao saber, respostas adequadas a um tempo que, valorizando o Homem, abriu caminhos de futuro, tempo que viu Thomas More construir, com palavras, uma saudável ilha de beleza e de justiça, contraponto utópico e desafio à realidade da sua época.

Um quadro sanitário facilitador da doença

Lisboa, a exemplo do que aconteceu com a maioria dos grandes centros urbanos, apresentou problemas sanitários de difícil solução, num quadro de acentuada perigosidade que, nos seus contornos genéricos, se manterá anos fora, assumindo-se

³⁹ Cf. Laurinda Abreu, *op. cit.*, p. 13.

⁴⁰ Cf. André Ferrand de Almeida, «As Misericórdias», in Joaquim Romero Magalhães (coord.), *No Alvorecer da Modernidade*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, vol. 3 de José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, p. 171. É vasta a bibliografia sobre «Misericórdias», sendo de sublinhar, nas abordagens historiográficas mais recentes, os estudos de Isabel dos Guimarães Sá, Ivo Carneiro de Sousa e Laurinda Abreu. Nota de destaque merecem ainda os diversificados trabalhos editados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

⁴¹ Cf. Amélia Polónia, *op. cit.*, p. 135.

como uma muito significativa permanência. Com um porto que, tirando partido das excepcionais condições oferecidas pelo estuário do Tejo, foi consolidando a sua importância nos tráfegos mercantis e no movimento das gentes, como que a preparar-se para a azáfama quinhentista, a zona ribeirinha lisboeta surge, sobretudo a partir dos anos de Trezentos, para além de porta de entrada de surtos epidémicos, como zona de destino para os lixos da cidade, entregues directamente ao rio ou depositados «num lugar onde a próxima maré-alta os arrastasse a todos para o largo»⁴². No entanto, também uma porta do burgo, um fosso de muralha ou qualquer outro espaço livre depressa se convertia em depósito de desperdícios, numa prática que se enraizou e que se não transformará, como que por milagre, com o advento dos tempos modernos. Ao contrário, revelando uma clara mas esperada disparidade entre valores de preferência e valores de referência⁴³, a propagação das doenças foi sendo facilitada, até cronologias muito recentes, pelas deficientes condições de higiene, de saneamento e de alimentação das populações, fenómenos que os grandes núcleos urbanos, pela concentração populacional, inevitavelmente potenciam, apesar da repetida intervenção dos monarcas e dos esforços do poder concelhio que, de mote próprio ou procurando responder positivamente aos reparos que a coroa não foi deixando de fazer, produziu em quantidade apreciável posturas tendentes a disciplinar a população face aos cuidados a ter com o espaço urbano de utilização comum.

Deixando de fora deste estudo documentação produzida no contexto português, anterior ao século XV, revisitemos, por breves instantes, preocupações urbanas que os textos deixam entrever: a 2 de Setembro de 1438, a vereação e os almotacés lisboetas determinavam que se não «lance nem mande lançar nenhũa çulidade açerqua da porta Noua dalçaçoua que he Junto com a estrebaria delRey»⁴⁴; em 1458, os então vereadores da cidade proibiam, sob pena de coima, que «no camjnho que vay de sam mateus pera

⁴² Cf. Iria Gonçalves, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia Histórica, 1996, p. 70.

⁴³ Cf. Claude Paquete, *Analyse de ses valeurs personnelles – s'analyser pour mieux décider*, [s.n.], Éditions Québec Amérique, 1982, pp. 24-26. As preferências ou, como se lhes refere o autor, os valores de preferência, estão estreitamente relacionados com as aspirações individuais ou colectivas, integrando, via de regra, a ordem do discurso, da argumentação através da qual se explicitam razões de promoção de um valor em vez de outro. Todavia, enquanto regra transversal às sociedades humanas, existem diferenças muito significativas entre os valores de preferência e aqueles que, efectivamente, encontramos ancorados nos quotidianos sociais – os valores de referência, sendo que estes últimos estão de tal forma interiorizados, no indivíduo e no colectivo, que inspiram os gestos e as decisões, determinando o sentido da acção, ainda que esta acção não seja consequente com os sentidos do discurso. A análise dos quotidianos revela clivagens e distorções entre as aspirações e os valores assumidos, colocando o problema da coerência entre os discursos produzidos, as acções realizadas e os hábitos assumidos.

⁴⁴ *Livro das Posturas Antigas*, transcrição paleográfica de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1974, p. 11.

sam domjngos lancem bestas mortas nem cãaes nem esterco nem outra çuJidade nenhũa»⁴⁵; por esses anos, Gomes Eanes de Montagraço, escrivão do município, registava a decisão de que na «cidade de lixboa nam sseJa nenhũa pessoa de quallquer estado E comdiçom que seja tam oussada que lance esterco nem azeuell nem outra çugidade nenhũa na rrua do ouro que he a betesgua»⁴⁶; mais tarde, em 1484, em carta datada de 6 de Janeiro dirigida à câmara de Lisboa, D. João II atribuía «o trabalho da pestilença andar na cidade á grande immundicia das esterqueiras e monturos, e aos males e peccados que na mesma cidade se commettiam»⁴⁷, revelando a apreensão do monarca face às deficientes condições de higiene e deixando testemunho de uma percepção da doença que se não limita à esfera do terreno, mas onde é patente uma dimensão religiosa da enfermidade, uma dimensão onde o divino exerce a sua onnipresença, julgando e punindo; em 1489, em carta redigida em Sintra a 15 de Outubro, de novo o rei intervinha, mandando que «se limpe o monturo da porta de Santo Antão, e se ponha fogo ao da porta de Alfofa»⁴⁸.

As preocupações que transparecem da documentação portuguesa são detectáveis em testemunhos de outras origens, revelando uma situação sanitária semelhante nas grandes cidades do mundo ocidental. A propósito da grande peste que entre 1347 e 1351 espalhou a morte e o terror em todo o Ocidente, Giovanni Bocaccio aponta, no primeiro capítulo de *O Decameron*, de entre as medidas profiláticas adoptadas para combater a epidemia na cidade de Florença, as procissões em que se suplicava a misericórdia de Deus e a limpeza a que se procedeu em toda a cidade, procurando libertá-la de todo o tipo de sujidades que pusessem em causa a saúde da população⁴⁹, medidas que não se mostraram particularmente eficazes. Quanto a Madrid, encontramos enunciados que bem podiam ter sido escritos em Lisboa. Vejamos, a título ilustrativo, o acordo municipal adoptado em 2 de Março de 1496, que determinava que «ningunas ni algunas personas non sean osadas de echar la basura ni estiércol en las dichas calles, ni perros, ni outras suciedades, ni vestígios algunos, so pena de dos maravedies al que la echare, y además que la haga limpiar a su costa»⁵⁰, ou o testemunho do flamengo Lambert Wyts, que em 1570 integrou o séquito de Ana de Áustria por ocasião do seu casamento com

⁴⁵ *Livro das Posturas Antigas*, p. 2.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 1.

⁴⁷ Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 1ª parte, tomo I, Lisboa, Typographia Universal, 1885, p. 462n.

⁴⁸ Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, 1ª parte, tomo XII, p. 587. A porta da Alfofa, ou do «postigo», localizava-se na vertente poente da encosta do Castelo, ao cimo das actuais Escadinhas de S. Cristóvão.

⁴⁹ Cf. Juan Ignacio Carmona, *Enfermedad y sociedad en los primeros tiempos modernos*, Sevilha, Universidad de Sevilla, 2005, p. 45.

⁵⁰ Juan Ignacio Carmona, *op. cit.*, p. 26.

Filipe II de Espanha: «Tengo a esta villa de Madrid por la más súa y puerca de todas las de España [...] Después de las diez no es divertido pasearse por la ciudad, tanto que, después de esa hora, oís volar orinales y vaciar la porquería por todas partes»⁵¹. Na capital da Catalunha, na época dos Áustrias, eram patentes as mesmas carências estruturais sanitárias identificadas noutros núcleos urbanos; a população da cidade condal confrontava-se com um ambiente fétido e doentio resultante da acumulação excessiva de habitantes, da insuficiência da higiene pessoal e colectiva, das exalações nauseabundas de certas manufacturas, dos despejos na via pública, dos resíduos dos matadouros e do mercado⁵².

Os textos referidos são apenas exemplos da muito vasta documentação que permite perceber uma linha comum de comportamentos e um quadro sanitário com contornos muito semelhantes, que se não confina ao espaço ibérico. De facto, à medida que melhor se conhece a situação sanitária nos centros urbanos da época moderna, mais evidente se torna o elevado grau de nocividade que lhes estava associado e os riscos para a saúde pública que resultavam das más condições higiénicas que pautavam o quotidiano dos seus habitantes⁵³.

É, então, possível identificar alguns dos mais significativos factores que enformam este panorama insalubre: fossas a céu aberto usadas para despejos diversos, sem controlo sanitário, que surgem como poderosos poluidores dos lençóis freáticos e dos terrenos envolventes; águas estagnadas em charcos de maior ou menor amplitude, lixeiras de dimensão variável, extra e intramuros, onde se amontoavam os lixos domésticos, os resultantes das actividades relacionadas com o abate e comércio de animais para fins alimentares ou da venda do pescado; os cadáveres pútridos de uma fauna diversificada que partilha com o homem o espaço urbano; os resíduos das manufacturas e toda uma gama de desperdícios, alguns inimagináveis, que as grandes urbes sempre produziram. Ainda, e este não foi um problema menor, a inumação de restos mortais humanos em locais e em condições nem sempre desejáveis. Os dejectos, de que o comum cidadão se libertou, séculos fora, através do despejo na via pública, com ou sem o famoso aviso «Água vai», constituíram um dos maiores problemas que se colocaram às sociedades medievais e modernas, tendo em conta que a via pública não era, em regra, um espaço preparado e recoberto, mas um chão de terra lamacenta ou ressequida, conforme a época do ano, um chão que ora se impregnava da «çuJidade»,

⁵¹ Juan Ignacio Carmona, *op. cit.*, p. 28.

⁵² Cf. *Ibidem*, p. 22-23.

⁵³ Cf. *Ibidem*, p. 20.

ora se misturava com ela num lodaçal imundo, que exalava odores fétidos, que atraía toda a gama de insectos, que criava, afinal, condições para a emergência e propagação da doença⁵⁴.

No caso específico de Lisboa, recorde-se o carácter alagadiço dos solos da zona baixa⁵⁵, característica que justificará a construção da igreja e das enfermarias do Hospital Real de Todos-os-Santos, bem como, no mesmo alinhamento, do dormitório dos frades do Convento de São Domingos, numa cota mais elevada do que a do chão do então Rossio, um chão ainda de terra em finais do século XV, como transparece da carta que D. João II envia ao Senado Municipal, com data de 6 de Maio de 1484: «A nós foi ora dito, como ordenaste de fazer uma calçada no Rossio dessa cidade que ha-de ir ao Estaos. E como quero que vós o façais assim como bom fundamento, nós por ora havemos por bem que ele não faça [...] porque semelhante obra e em tal lugar não se ha-de fazer se não quando mandarmos»⁵⁶. O Príncipe Perfeito remetia assim o calcetamento do Rossio para depois de concluídas as obras de construção do Hospital, já projectado pelo monarca na data em apreço, como veremos.

Lisboa sempre se debateu com sérios problemas de abastecimento de água potável, não integralmente resolvidos com a construção do Aqueduto das Águas Livres, que trouxe à cidade as primeiras águas em 1747 mas cujas obras só viriam a terminar quase um século depois, em 1835. Ainda na segunda metade do século XVIII são indispensáveis os serviços da legião de aguadeiros galegos para o fornecimento de água às famílias capazes de remunerarem o serviço ou dos forçados das galés para, todos os dias, levarem ao Hospital de Todos-os-Santos a água necessária à actividade hospitalar⁵⁷. Em contrapartida, a cidade dispunha, no início do século XVI, de um sistema embrionário de canalização destinada a facilitar a drenagem das águas. Com

⁵⁴ Jorge Crespo, ao referir algumas das «Advertências dos meios que os particulares podem usar para preservar-se da peste», cuja 1ª edição foi publicada em Lisboa, em 1800, retoma a maioria das questões de salubridade que aqui apontamos, referindo que, para prevenir qualquer situação de emergência, «havia que ter um conhecimento profundo dos obstáculos que, em qualquer momento, podiam surgir: o medo e o pânico das populações; os excessos da alimentação; a corrupção das bebidas (água) e de certos produtos (fruta, hortalça, legumes); as deficiências da higiene privada; a falta de asseio nas habitações; o ambiente corrupto; a sujidade dos mercados públicos e das oficinas; a poluição das igrejas, tribunais e escolas públicas; a ameaça dos mendigos e dos estrangeiros que atravessavam as fronteiras e chegavam através dos portos de mar» - Jorge Crespo, *A História do Corpo*, Lisboa, Difel, 1990, p. 151.

⁵⁵ Para além de área de convergência das águas pluviais que escorriam dos montes de Sant'Ana e de S. Francisco e da colina do Castelo, na baixa lisboeta penetrou um esteiro do Tejo, no qual confluíram, em terrenos que virão a pertencer ao Mosteiro de São Domingos, as ribeiras da Corredoura ou de Arroios e de Valverde.

⁵⁶ Mário Carmona, *op. cit.*, p. 63.

⁵⁷ Cf. Aviso de 23 de Outubro de 1747; IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 2703, fl. 13.

efeito, a 22 de Janeiro de 1486, procurando melhorar as condições de salubridade da cidade, confrontada então com um violento surto de peste, a coroa determina «Que se deue fazer por algũas Ruas prinçippaaes canos mui grandes, e por as outras Ruas outros mais pequenos, que vão teer a elles; e de cada casa cano que vaa teer aos ssobre ditos, per onde possam deytar suas agoas çujas e vir a elles»⁵⁸.

Tratar-se-ia, na data apontada, de ampliar um sistema de esgotos elementar de que encontramos notícia em posturas camarárias diversas, ainda que o conceito pareça perfeitamente anacrónico e o termo «cano» possa querer significar, em meados do século XV, não somente um colector fechado, mas também uma vala, uma levada ou um rego mantido a céu aberto. É essa interpretação que nos é sugerida pela «Ordenaçom que nam lancem lixo Na rribeira des em dereito da fomite da froll ataa ho cano das priuadas»⁵⁹, datada de 15 de Novembro de 1432, na qual se lê: «[...] nam seja nenhũa pessoa tam ousada [...] que lance nem mande lançar Esterco nem azeuell nem outras luxarias quaaesquer que sejam des a estaca que estaa posta na rribeira em direito da fomite da froll ataa a pomte que estaa sobre o rrego das priuadas [...]»⁶⁰. Os termos “cano” e “regio” parecem usados indiscriminadamente para referir um curso de água.

O projecto régio não terá produzido os resultados esperados. Em carta datada de 15 de Outubro de 1489, o rei revê as instruções dadas três anos antes, ordenando que «[...] as pessoas que nas suas casas têm canos, os limpem muito bem e ponham taes ordenanças em suas casas, que semelhantes sujidades se não deitem por seus canos nem na rua, sob as penas que a cidade lhes puzer, nem deitem sujidades nos quintaes [...]»⁶¹, repondo o enunciado na postura municipal de 1422 que proíbe o lançamento de esterco e outras sujidades nos canos situados dentro e fora da porta de S. Vicente⁶². A mesma ordem de preocupações encontra-se vertida nas *Ordenações Manuelinas*, referindo-se «[...] que se nom façam em ellas esterqueiras nem lancem arredor do muro esterquo nem outro lixo nem se atupam os canos da cidade ou villa nem a seruidoom das aguas»⁶³.

⁵⁸ Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, 1ª parte, tomo I, p. 463n.

⁵⁹ *Livro das Posturas Antigas*, p. 6.

⁶⁰ *Ibidem*.

⁶¹ Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, 1ª parte, tomo XII, p. 587.

⁶² *Livro de Posturas Antigas*, p. 2. A porta de S. Vicente abria para a Mouraria na zona do Borratém, no local onde mais tarde foi edificado o arco do Marquês do Alegrete, zona onde, curiosamente, se situava, ainda em meados do século XVIII, a Rua dos Canos, delimitando, nas traseiras do Convento de S. Domingos, os terrenos do palácio do marqueses de Cascais.

⁶³ *Ordenações Manuelinas*, livro I. Lisboa, reprodução em fac-símile da edição de Valentim Fernandes (Lisboa, 1512-1513), introd. João José Alves Dias, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002, fl. 79v.

Parece-nos razoável admitir que apenas uma pequena minoria dos cerca de 50.000 habitantes da cidade⁶⁴ tenha tido acesso a «canos» nas suas casas, pelo que «as matérias fecaes, bem como o lixo e outras immundicias, eram vasadas nas esterqueiras e monturos, e d'ali transportadas»⁶⁵. A irregularidade da remoção destes lixos terá determinado, em finais do século XV, a criação de um serviço de despejos, regulado pela câmara e executado pelas negras calhandreiras: «toda a negra ou pessoa outra, que andar ganhando a levar baços e cisco ao mar, os leue, assim de dia como de nocte, daqui em diante, em canastras serradas, e de tal altura que possam caber nella os ditos baços, e serrarse de maneira que não sejam vistos pello pouo; e qualquer que for achada levar os ditos baços ou cisco em outra cousa, senão nas ditas canastras sarradas, será presa»⁶⁶. Num outro texto, o poder concelhio determinava que nenhuma pessoa, independentemente do seu estado e condição, «deite, nem laue, nem mande deitar nem lauar baços algũs de sugidade, desde S. Paulo ate o terreiro da boa vista, assim por Respeito da dita igreja, como por o mar estar juncto ás casas, e causar maos cheiros a vizinhança»⁶⁷, o que era de todo indesejável e preocupante, tendo em conta a teoria miasmática⁶⁸, que ainda no século XVIII alimentou acesos debates a que só o advento da bacteriologia pôs fim. Foi ainda o medo das emanações como agente patológico que justificou a adopção de cuidados particulares na inumação de cadáveres, determinando-se, em regimento datado de 29 de Janeiro de 1580, a propósito do surto pestífero de 1579/80, que «os coveiros farão, pera os falecidos do mal, as covas mais altas dous pallmos que as ordinarias [...] e serão avisados que não se cheguem aos tais mortos, ate que não sejam bem cubertos de terra pelos menistros dos esquifes»⁶⁹. Já antes, D. Manuel em 1506 e D. João III em 1523, determinavam a criação de novos cemitérios, fora do núcleo urbano de Lisboa, «por se a cidade mais nã corromper»⁷⁰.

⁶⁴ Teresa Ferreira Rodrigues, com base nos elementos recolhidos do numeramento de 1527-32, propõe, para esta cronologia, uma população cifrada entre os 50.000 e os 60.000 habitantes. Cf. Teresa Ferreira Rodrigues – «As estruturas populacionais», in Joaquim Romero Magalhães (coord.), *No Alvorecer da Modernidade*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, vol. 3 de José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, p. 183.

⁶⁵ Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, 1ª parte, tomo I, p. 463n.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 464n.

⁶⁷ *Ibidem*.

⁶⁸ O desconhecimento da existência e da acção dos micróbios e das bactérias permitiu que, durante séculos, se considerasse que o ar corrompido por emanações originadas pela decomposição da matéria orgânica continha as substâncias responsáveis por grande número de doenças. Como medida preventiva contra a acção destes miasmas, apontava-se o arejamento, a suposta purificação do ar através da defumação de ervas aromáticas, o afastamento ou a supressão dos focos de emanação, como as lixeiras, ou ainda a preservação de zonas verdes, uma vez que as doenças se revelavam mais comuns nos espaços urbanos.

⁶⁹ Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, 1ª parte, tomo I, p. 480n.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 470n.

Demarcando-se da timidez e inconstância da evolução demográfica portuguesa em finais do século XVI e ao longo do século XVII, Lisboa é a «grande megalópole portuguesa, capital do Império e uma das maiores cidades europeias do seu tempo»⁷¹. A urbe cresce em população e em edificado, tendo o mecenato dos Habsburgo incrementado, sobretudo nos primeiros anos da monarquia dual, um muito significativo surto construtivo que se não restringiu às grandes obras públicas ou à conhecida intervenção no Paço da Ribeira, mas que tocou uma série de outros edifícios, religiosos e profanos⁷². Ainda assim, a dificuldade em encontrar soluções capazes de reduzir os riscos ambientais parece manter-se. A divisão da cidade em seis bairros, avançada em 1577 e confirmada por alvará régio de 4 de Março de 1596⁷³, vem responsabilizar outros tantos almotacés pela vigilância da limpeza, revelando preocupações que se manterão ao longo de Seiscentos. Quanto a estruturas de saneamento básico, em finais do século XVI possuía Lisboa já um significativo número de «cannos», entre eles «huã canno real que tem a boqua ao colégio de sam domĩgos, e vem por debaixo do dito colégio e moesteiro e do espital de todosos santos, e por a betesga, omde faz huã boqua, e vay por a rua da praça da palha, omde tem huã boqua, e por baixo da rua do Arquão do Rosyo, e vay emtrar no canno real da noua delRey; e todas estas casas por omde esta canno pasa tem seruemtya pera elle»⁷⁴.

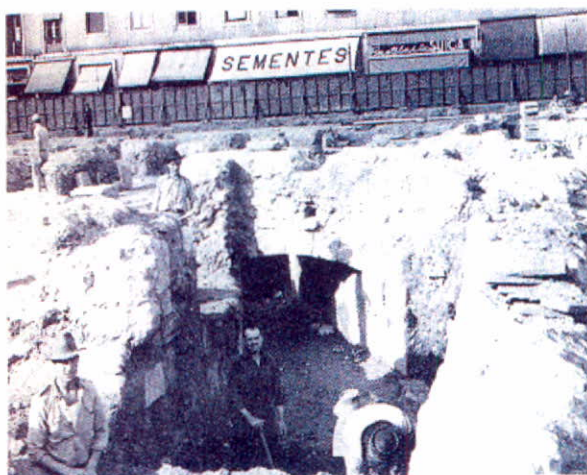


Figura nº 1 - O «cano real de S. Domingos», identificado durante as escavações na Praça da Figueira, em 1960.

Imagem inserta em Irisalva Moita, "As escavações de 1960 que puseram a descoberto parte das ruínas do Hospital Real de Todos-os-Santos", in Paulo Pereira (dir.), *Hospital Real de Todos-os-Santos – 500 anos. Catálogo*, Lisboa, Museu Rafael Bordalo Pinheiro, Câmara Municipal de Lisboa, 1993. p. 21.

⁷¹ José Vicente Serrão, «O quadro humano», in António Manuel Hespanha (coord.), *O Antigo Regime*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, vol. 4 de José Mattoso, *História de Portugal*, p. 58.

⁷² Cf. Pedro Cardim, «Política e identidades corporativas no Portugal de D. Filipe I», in Luís A. de Oliveira Ramos et al (coord.), *Estudos de homenagem a João Francisco Marques*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, [s.n.], p. 299 [<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2837.pdf>] (2007.03.07)].

⁷³ Cf. Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, 1ª parte, tomo XII, p. 589.

⁷⁴ Ainda no Rossio, um outro cano ajuda à drenagem da zona: «O canno real que se começa de trás dos estaãos, de ffora dos muros, e vem ao lomgo do Rosyo pella caldeiraria e por baixo da casa de çeita; e todas as casas por onde o dito canno pasa tem seruemtyas pera o dito canno, e este canno tem duas boquas na rua noua dos mercadores por omde recebe as agoas das emxuradas». Eduardo Freire de Oliveira, 1ª parte, tomo I, pp. 549n-550n.

De iniciativa municipal, inicia-se em 1610 a compilação do *Livro de Posturas*, onde se vertem, emendadas e reformadas, inúmeras disposições, algumas delas já por nós abordadas, que procuram inculcar hábitos de higiene que contrabalancem as insuficiências técnicas. O Rossio, a zona compreendida entre o Terreiro do Paço da Ribeira e o Terreiro do Trigo, «o taboleiro da Sé»⁷⁵, a Ermida de Nossa Senhora do Monte ou o Colégio de Santo Antão são alguns dos locais onde, sob pena de coima e prisão, se proíbe o depósito de «sujidade de estercaria de casa, ou cão ou gato morto, ou outra coisa»⁷⁶. O texto compilado em 1610 volta a dar notícia da preocupação com o sistema de drenagem, referindo-se que «toda a pessoa que tiver cano aberto em face da rua e por elle lançar quaesquer sujidades ou aguas, pagará dois mil réis, e tapar-se-ha o cano; e, sendo necessario para aguas vertentes, não usarão d'elle para outra nenhuma cousa, sob a mesma pena»⁷⁷.

No início dos anos Setenta do século XVII, um conjunto de resoluções procura que a intervenção dos vizinhos na limpeza da cidade seja abrangente, quer através da prestação de trabalho, quer contribuindo financeiramente para a higiene dos espaços públicos. A medição das ruas da «cidade por braças, e se fazer distribuição, aos moradores, das braças que lhes tocarem para as limparem ou se mandarem limpar por sua conta»⁷⁸, a resolução «para que as mercieiras da Trindade não sejam isentas de contribuir para a limpeza»⁷⁹, ou uma outra que manda que «se não guardem os privilégios de desembargadores para concorrerem para a limpeza da cidade»⁸⁰, são medidas que acabam por ser sintetizadas, em 17 de Junho de 1673, na «Consulta e resolução de S. Magestade [D. Afonso VI, ainda que nesta data D. Pedro exerça já a regência do reino] pela qual ordena que o senado execute os alvarás, provisões, leis e regimentos que ha sobre a limpeza, e procure que na distribuição e arrecadação e despeza haja tal fórma, que os moradores se presuadam que se gasta n'ella e se não diverte para outro algum effeito; e isto foi sobre se não isentar pessoa alguma d'esta contribuição, nem os ecclesiasticos»⁸¹. Quase dez anos depois, em 14 de Novembro de 1682, nova resolução aponta as mesmas soluções, ou a falta delas, para a resolução do

⁷⁵ Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, p. 593.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 593.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 594.

⁷⁸ Consulta e Resolução de 14 de Dezembro de 1671, cit. por Freire de Oliveira, *op. cit.*, 1ª parte, tomo XII, p. 590.

⁷⁹ Consulta e Resolução de 7 de Outubro de 1762, *ibidem*.

⁸⁰ Consulta e Resolução de 12 de Julho de 1773, *ibidem*.

⁸¹ *Ibidem*.

problema da higiene e salubridade, problema ampliado com a urbanização do Bairro Alto⁸².

Apesar dos serviços criados e das normas produzidas, o quadro insalubre que vimos caracterizando subsiste no século XVIII. Foi ao «estado immundo da cidade e á adulteração dos alimentos»⁸³ que se atribuiu o surto epidémico de 1723, que vitimou em Lisboa cerca de seis mil pessoas, surto este associado ao tifo e à febre-amarela. Na ocasião, em carta assinada pelo Marquês de Alegrete⁸⁴, datada de Setembro daquele ano⁸⁵, o rei confrontava o vereador que presidia ao senado ocidental com «o grande descuido na limpeza das ruas»⁸⁶ ordenando que «sem dilação alguma, todas as ruas becos e alfurjas se limpem das immundicias que tem, e se mandem despejar alguns armazéns e tendas de queijos podres, de carnes, peixe, e principalmente de bacalhau corrupto, que se entende que d'este descuido de limpeza nascem tantas e tão graves doenças, e tantas mortes»⁸⁷. Freire de Oliveira acrescenta que a parte da cidade mais flagelada foi a zona compreendida entre a Rua Nova da Palma e o Rossio, havendo «alli viellas inquinadas de substancias animais e vegetaes em constante putrefacção. Lisboa quasi que não era canalizada»⁸⁸.

Apesar do brilho fulgurante do barroco, durante os séculos XVII e XVIII a limpeza de Lisboa continuava a ser precária. Diogo de Mendonça Corte-Real, Secretário de Estado de D. João V, ao solicitar ao escrivão do Senado da Câmara, em 6 de Fevereiro de 1734, informação sobre as posturas antigas e modernas concernentes à problemática do tratamento dos resíduos «para S. Magestade tomar resolução sobre a forma do expediente da limpeza das ruas da cidade»⁸⁹, revela não só a persistência de um quadro higieno-sanitário complexo, mas igualmente a dificuldade sentida ao longo dos séculos para melhorar o saneamento da cidade, minorando a morbosidade associada.

⁸² «Consulta e Resolução de S. Magestade, de 14 de novembro de 1682, por que se ordena que as immundicias da cidade vão á agua, e os entulhos se lancem ao pé de N.ª Sr.ª do Monte e fóra do postigo de N.ª Sr.ª da Graça; e para os entulhos do bairro Alto disponha o senado logar». Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*.

⁸³ Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, 1ª parte, tomo I, p. 493n.

⁸⁴ D. Fernando Teles da Silva (1662-1731), 4º Conde de Vilar Maior e 2º Marquês de Alegrete, desempenhou, entre outros cargos, o de Vedor da Fazenda no reinado de D. João V, gentil-homem da câmara do rei e conselheiro de Estado.

⁸⁵ *Livro IV do Registo de Consultas e Decretos de D. João V do Senado Oriental*, fl. 24v. A carta a que nos referimos encontra-se trasladada no livro apontado, sem data, entre outros documentos produzidos em Setembro de 1723.

⁸⁶ Eduardo Freire de Oliveira, *ibidem*.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 464n.

⁸⁸ *Ibidem*.

⁸⁹ Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, 1ª parte, tomo XII, p. 586.

Há, então, uma inegável percepção social que vincula a enfermidade à insalubridade, que estabelece relações entre as manifestações de doença, nomeadamente no que respeita aos surtos epidémicos, e as condições ambientais permissivas à instalação de quadros patológicos de etiologia diversa, uma percepção que mobiliza a atenção e os esforços dos poderes constituídos, mas que se vai confrontando, nas cidades em permanente crescimento, com a carência de meios técnicos e económicos à altura de uma resposta eficaz. O ambiente insalubre que caracterizou as grandes metrópoles na Baixa Idade Média e ao longo do período moderno não deve ser perspectivado enquanto irresponsabilidade ou descuido por parte das autoridades ou dos vizinhos, mas fundamentalmente como uma preocupante carência de alternativas eficazes. A permanência do hábito de despejar, na via pública, as águas sujas domésticas, apesar de prática condenada e punida pelo poder⁹⁰, será um dos mais significativos exemplos do confronto entre a percepção das implicações dessa prática e a necessidade imperiosa de retirar das habitações os lixos e as águas residuais.

Esta percepção entronca, aliás, nas grandes linhas orientadoras de uma medicina que Juan Carmona classifica como naturalista-racionalista, onde assume papel central a teoria hipocrático-galénica dos humores⁹¹, que procurou explicar a doença como um estado de discrasia, de desequilíbrio entre os quatro humores vitais - o sangue, a bílis, a fleuma ou pituita e a atrabilis, apresentados como constituintes da própria natureza do corpo humano e estabelecendo relações com os quatro elementos cósmicos essenciais teorizados por Empédocles, o ar, a água, a terra e o fogo, e as qualidades fundamentais: frio, quente, seco, húmido. No plano etiológico, é dada particular relevância ao regime alimentar, ao estilo de vida e, naturalmente, aos factores de ordem ambiental, como a qualidade do ar e a pureza da água⁹².

Em síntese e retomando as palavras de Juan Ignacio Carmona, o «proto-ecologismo» identificável nas posturas do poder central ou concelhio a que nos vimos referindo, esteve em consonância com as teorizações de uma medicina que abraçava o

⁹⁰ Entre nós, tal como na vizinha Espanha, a aplicação de coimas à prática da «Água Vai» foi frequente, sem que os resultados tenham sido relevantes; sobre esta matéria veja-se, entre outros: 2º Visconde de Santarém – *Memórias e Alguns Documentos para a História e Teoria das Cortes Gerais que em Portugal se Celebraram pelos Três Estados do Reino*, Parte II, *Documentos: Cortes de Évora de 1481-1482 – capítulo das penas de «água vai»*, 2ª ed., Lisboa, Imprensa da Portugal-Brasil, 1924, [www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt (2006-05-24)].

⁹¹ Juan Carmona, *op. cit.*, pp. 12-14.

⁹² A propósito dos tratados que constituem o *Corpus Hippocraticus*, muitos deles atribuídos a Hipócrates (c. 460-377 a. C.) e da sistematização do saber médico empreendida por Galeno (c. 131-210), vejam-se, entre outros: Armando Tavares de Sousa, *Curso de História da Medicina – das origens aos fins do século XVI*, p. 51-67 e 110-138; F. A. Gonçalves Ferreira, *História da Saúde e dos Serviços de Saúde em Portugal*, pp. 34-42.

paradigma humoral de génese hipocrático-galénica⁹³, escasseando os meios para desenvolver condições sanitárias que permitissem respostas satisfatórias às exigências da teoria aerista já amplamente difundida no século XVI, que estabelecia uma muito íntima relação entre os surtos epidémicos de etiologia diversa e as condições ambientais. Juan de Avignon, na sua *Sevillana Medicina*, datada da segunda metade do século XIV, advertia para a necessidade de respirar ares saudáveis e evitar águas infectas⁹⁴, formulação que vamos encontrar, de forma transversal, no pensamento médico moderno. Práticas de higiene e salubridade, bem como o alimento do corpo, uma vez que a fome, em regra associada à pobreza, constitui uma importante dimensão do processo de morbilidade na cronologia em apreço, tendem a debelar a doença, sendo prescritas e reguladas, repetidamente, no *Regimento* do Hospital Real de Todos-os-Santos, o que deve ser visto como inovador, num contexto que enfatiza ainda a salvação do espírito, em detrimento do cuidado a prestar ao corpo.

Caridade e organização assistencial, séculos XIII-XV

Falámos de um saber de pendor naturalista que procurou, através da observação de sinais e da acumulação e confrontação da experiência, «curar o mal, atenuar ou suprimir o sofrimento, evitar a morte iminente»⁹⁵, de uma medicina que durante séculos viu na doença o seu objecto de estudo, perspectiva a que o “moderno” paradigma cartesiano, entendendo o Homem enquanto dualidade corpo / mente, não modificou a essência, de uma “arte” que perseguiu «a explicação natural da doença, dos meios de a reconhecer e

⁹³ Foi à luz do paradigma hipocrático-galénico que se procurou explicar a incapacidade de D. Afonso VI para consumir o seu casamento com D. Maria Francisca de Sabóia. Numa abordagem onde a observação clínica parece estar ausente, procura-se justificar a impotência régia com a teoria humoral, como o pretendeu António Álvares Ribeiro, médico da câmara da rainha, que afirmava que o soberano sofria de uma «parleza a qual foi feita por hum de Vebico e humor que criticamente correu aquella parte direita [...] e agora despoes de indevertido este humor por tantos annos e feita já huma doença habitual [...] veio a fazer incurável o achaque» (pp. 104-105). Um outro médico, que não assina o seu longo depoimento, afirma que «fico pela mescla de ruins humores os quaes tão somente comunicação sua malignidade aos testículos, mas também os corrompem pelo discurso do tempo» (p. 139). António Ferreira, médico da câmara do rei, ainda no que concerne à impotência e às suas causas intrínsecas, para lá de aplicar a ideia galénica do frio e do calor, do húmido e do seco, aponta «as paixões vehementes da alma, a ira demasiada, o descostume, os cuidados, a vergonha e o aborrecimento da mulher, ou por ser feia ou por ter mau bafo na bocca, e outras semelhantes causas» (p. 157). Estava-se em Lisboa e corria o ano de 1668. *Causa de nulidade de matrimónio entre a rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya e o rei D. Afonso VI*, reedição aumentada de muitos depoimentos e pareceres inéditos conforme um manuscrito da Torre do Tombo, revista e prefaciada por António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925.

⁹⁴ Cf. Juan Ignacio Carmona, *op. cit.*, p. 14.

⁹⁵ A. Tavares de Sousa, *op. cit.*, p. 12.

tratar, ou de a evitar, de esclarecer as suas causas e de compreender as suas manifestações»⁹⁶, entendendo a enfermidade como um problema individual, uma vez que «não se compreendia como podiam os humores alterados de um doente condicionar a alteração dos humores de outra pessoa»⁹⁷, apesar dos trabalhos de Girolamo Fracastoro (1478-1553) ou de Paracelso (1493-1543)⁹⁸, entre tantos outros, ou de medidas práticas recomendadas pela evidência, como as quarentenas ou o isolamento de pessoas afectadas pela peste, medidas estas que denunciam a percepção de que determinadas afecções possuíam a capacidade de se transmitir de indivíduo a indivíduo através de um agente etiológico, configurando quadros sintomáticos semelhantes, com evolução e prognóstico específicos⁹⁹.

Recordemos que o estabelecimento permanente, ordenado por carta régia de 23 de Julho de 1520¹⁰⁰, de uma casa de saúde ou hospital nos terrenos de D. Jerónimo d'Eça, junto da Ponte de Alcântara, particularmente destinado às vítimas da pestilência, casa de saúde que virá a materializar-se só em finais do século XVI, não em Alcântara mas na quinta dos Prazeres, propriedade de Luís Carneiro localizada perto da Fonte Santa¹⁰¹, ou o cuidado posto pelo governo concelhio, nomeadamente pelo Provedor-Mor da Saúde, no contacto com estes enfermos, um cuidado que vai ao ponto de impedir, como se determina no regimento de 1580 a que já fizemos referência¹⁰², que médicos, cirurgiões ou sangradores implicados no serviço epidemiológico possam atender outros doentes¹⁰³,

⁹⁶ A. Tavares de Sousa, *op. cit.*, p. 24.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 359

⁹⁸ No *De contagione et contagiosis morbis*, publicado em Veneza em 1546, Fracastoro procura analisar e compreender o fenómeno do contágio, teorizando sobre a transmissão de gérmes responsáveis pela propagação das doenças, os *germinaria morbi*. Por seu turno, Paracelso, autor de uma vasta obra, entendeu que a doença se desenvolvia a partir do alojamento, no organismo humano, de uma entidade que lhe era estranha, o *archeus*.

⁹⁹ A peste, a tísica, a lepra, a sífilis, então conhecida como «mal gálico», a varíola ou o tifo, são enfermidades perfeitamente identificadas, no século XVI, por um considerável número de autores.

¹⁰⁰ Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, 1ª parte, tomo I, p. 452n.

¹⁰¹ Trata-se da quinta onde a edilidade fez construir, no século XIX, o cemitério dos Prazeres. Cf. Irisalva Moita, «O Hospital Real de Todos os Santos: enfermarias, aposentadorias, serviços», in Paulo Pereira (dir.), *Hospital Real de Todos-os-Santos - 500 anos. Catálogo*, p. 47. A propósito do surto pestífero de 1598/1599, é Frei Luiz de Sousa, na sua *História de S. Domingos*, a adiantar que na instituição de que foi Enfermeiro-Mor o dominicano Frei António de Santo Estevão «erão corridos de 25 de Outubro de 98 até 8 de Setembro presente de 99 tinham entrado na Casa da Saude vinte mil duzentos e vinte e sete feridos da peste, dos quais sahirão della são treze mil oitocentos sessenta e hum; e os mais falecerão». Frei Luiz de Sousa citado por Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, 1ª parte, tomo I, p. 488n.

¹⁰² *Ibidem*, pp. 478n-482n.

¹⁰³ «[...] que aja serto numero de fisquos e sorlogiois alem dos ordinarios, os quais sejam salarizados, e posão leuados doentes o que lhe derem pela cura; e serão obrigados a curar deste mal os doentes, que se com eles quiserem curar, e aos do seu lemite, ou que lhe o provedor mor da saúde mandar, os quais não poderão curar outros doentes [...] Neste tempo não communicarão com outras pessoas desempedidas, nem sairão de suas pousadas, nem pessoa delas, senão quando forem curar do dito mal, leuando a insinias que a cidade ordenar, pêra serem conhecidos, e a sua porta, ou na parede dela, terão o sinal que a cidade mandar que se tenha nas portas das casas impidadas, e não consentirão que allgua pessoa

apontam para um considerável conhecimento quanto à sintomatologia das enfermidades do foro infecto-contagioso. Da mesma forma, parece-nos ser evidente a intenção de criar estruturas de prestação de cuidados de saúde outras que não o Hospital Real de Todos-os-Santos, permitindo assim que o estabelecimento do Rossio cumpra as determinações regimentais que impedem a admissão de enfermos que padecem de doenças contagiosas, mantendo abertas as portas para os que apresentam outras patologias.

Não obstante, o quadro teórico que insiste na individualidade da afecção só virá a ser significativamente alterado com a adopção, já no século XIX, do critério ontológico¹⁰⁴.

Não será, todavia, na perspectiva científica mas na dimensão religiosa da enfermidade que devemos procurar as noções fundamentais que enformaram uma organização assistencial orientada para a salvação da alma, que encarou a hospitalidade, nos seus múltiplos significados, como materialização da virtude teologal da Caridade.



Figura nº 2 - A prática da caridade em favor dos necessitados foi, durante vários séculos, caminho prometido para a Salvação.

Parábola dos Cegos
Pieter Bruegel,
o Velho (1568)
Museu Nacional de
Capodimonte -
Nápoles

Coexistindo com a perspectiva e com a prática médica desenvolvida, como vimos, a partir de pressupostos que a construção do conhecimento não viria a reiterar, observa-se a persistência, em período moderno, da concepção de doença enquanto castigo divino face ao pecado humano, surgindo como um malefício de cariz espiritual que atinge primordialmente a alma e, por seu intermédio, o corpo. Também a intervenção das

dezenpedida lhe entre em casa [...]».Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, 1ª parte, tomo I, pp. 478n-479n.

¹⁰⁴ O modelo ontológico considera cada doença como uma entidade real e independente, que apresenta sintomatologia própria e que é sensível a uma terapêutica específica. Cf. Mary Lindemann, *Medicina e Sociedade no início da Europa Moderna*, Lisboa, Replicação, 2002, p. 9.

forças do Mal adquire significado nesta visão espiritual dos males humanos¹⁰⁵, justificando os exorcismos mas rejeitando, sobretudo no discurso daqueles que parametrizam os comportamentos sociais, devoções e saberes alternativos antigos de pendor popular, bastas vezes identificados e punidos como prática de bruxaria, remetendo os saberes empíricos para o mundo da desconfiança, da desconsideração, do opróbrio, ou submetendo-os ao desmantelamento e à condenação¹⁰⁶.

O acto de cuidar é, então, em grande parte direccionado para a salvação da alma, assumindo o sacerdote, enquanto especialista do sagrado e em «consonância com um dualismo platónico integrado pelos Doutores da Igreja»¹⁰⁷, um protagonismo que tende a secundarizar o cuidado dirigido ao corpo. Mesmo na Inglaterra de Isabel I, pregadores puritanos como Laurence Chaderton, consideravam o isolamento de doentes vítimas da peste como uma medida medicamente irrelevante e sem crédito, garantindo não ser a higiene das casas e das ruas suficiente para aplacar a cólera divina, mas sim a purgação e a limpeza das consciências¹⁰⁸. «A verdadeira irmandade cristã demandava não higiene, mas santidade»¹⁰⁹.

O sofrimento é visto, no mundo cristão, como etapa integrante do caminho penitencial, surgindo a confissão e a comunhão como das mais eficazes “medicinas”, uma vez que só com a alma sob protecção da providência divina se poderia ajudar a debelar os males do corpo¹¹⁰. Os cuidados são dirigidos apenas aos “corpos sofredores”, miseráveis, atingidos por numerosos males; o corpo sofredor é digno de atenção por se revelar à imagem de Cristo sofrendo a sua paixão. O sofrimento é, pois, necessário e as práticas de cuidados não se propõem evitá-lo¹¹¹. A problemática da alma da pessoa doente continua a ser, na viragem para o século XVI, uma das principais preocupações das instituições de acolhimento, preocupação que não é descurada, como veremos, na regulamentação dos procedimentos de admissão no Hospital Real de Todos-os-Santos.

Apesar de colocarmos a tónica no raciocínio direccionado para um grupo particular, o dos enfermos, importa ter presente que, até finais do século XV, tempo em que a Coroa não encara a assistência pública como uma sua obrigação expressa e

¹⁰⁵ Cf. Juan Ignacio Carmona, *op. cit.*, p. 11.

¹⁰⁶ Cf. Marie-Françoise Collière, *Cuidar... A primeira arte da vida*, 2ª ed., Lisboa, Lusociência, 2003, p. 103.

¹⁰⁷ Marie-Françoise Collière, *Promover a vida. Da prática das mulheres de virtude aos cuidados de enfermagem*, Lisboa, SEP, 1989, p. 66.

¹⁰⁸ Cf. Roy Porter, «O que é a doença?», in Roy Porter (dir.), *História Ilustrada da Medicina*, Rio de Janeiro, Revinter, 2001, pp. 88-89.

¹⁰⁹ *Ibidem*.

¹¹⁰ Cf. Juan Ignacio Carmona, *op. cit.*, p. 11.

¹¹¹ Cf. Marie - Françoise Collière, *Promover a vida. Da prática das mulheres de virtudes aos cuidados de enfermagem*, p. 67.

exclusiva, os actos de piedade particular em que se empenharam príncipes, ordens religiosas e militares, confrarias, nobres e ricos homens em busca de salvação, constituíram respostas sociais inscritas numa espiritualidade de beneficência amplamente difundida no Ocidente cristão em processo de renovação económica, apesar de o mundo da pobreza e da indigência ter desempenhado, *a priori*, uma função essencialmente simbólica, permitindo a segmentos sociais possidentes o cumprimento de obrigações religioso-doutrinais para com os pobres e os oprimidos¹¹² ou, dito de outro modo, possibilitando a ostentação da caridade, enquanto estratégia de afirmação pessoal ou grupal.

O século XII, confrontando Igreja e poder régio com transformações sociais que fizeram crescer exponencialmente o fenómeno da pobreza, criou condições para que a concepção ritualista de caridade ceda progressivamente lugar a um ideal evangélico mais interventivo, que procura trabalhar reflexões que configuram o reatar de algumas cambiantes da tradição patrística, mobilizando para a esfera da acção assistencial a ideia de justiça e de direito. Retome-se o pensamento de S. Bernardo, para quem «a esmola é um direito para o pobre, que tem toda a justificação para reclamar o que lhe é devido»¹¹³, ou de São João Crisóstomo, que considerou que «tudo o que os ricos possuíam em excedente pertencia aos pobres»¹¹⁴.

Para São Tomás de Aquino, que virá a ter uma influência decisiva na consciência europeia dos séculos XVI e XVII¹¹⁵, os homens, criaturas de Deus, são naturalmente bons, pelo que a prática do bem é inata à sua natureza. É de amor que São Tomás nos fala, um amor que rejeita o egoísmo e que aspira a um relacionamento fraterno com o «outro», um amor desinteressado e anti-utilitarista, que se materializa na bondade, que encoraja o desprendimento dos bens materiais e que vê com preocupação a posse individualista. É um amor *simpliciter*, um desejo do bem do outro, um ímpeto benevolente¹¹⁶. A perspectiva tomista torna claro que «amar a Deus em função das vantagens decorrentes da caridade era algo de inconcebível, e o mesmo se poderia dizer da obrigação de amar o próximo»¹¹⁷. Esta atitude pessoal face à vida e aos outros que a

¹¹² Cf. André Vauchez, *A espiritualidade da Idade Média Ocidental, séc. VIII-XIII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, p. 129.

¹¹³ Cf. *Ibidem*, p. 30.

¹¹⁴ *Ibidem*.

¹¹⁵ Cf. Pedro Cardim, *O poder dos afectos: ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime* (texto policopiado). Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, para a obtenção do grau de Doutor em História, especialidade de História Cultural e das Mentalidades Modernas, Lisboa, 2000, XV + 683 p., p. 144.

¹¹⁶ Cf. *Ibidem*, p. 151.

¹¹⁷ Cf. *Ibidem*, p. 158.

formulação teológica pretende desprendida de interesses segundos é, ainda assim, socialmente reconhecida e apreciada, da mesma forma que, no plano espiritual, «a vocação natural para amar o próximo estava directamente relacionada com aquela que era a finalidade superior, transcendental, que a divindade reservara para os homens: a Salvação»¹¹⁸. Mantemo-nos então, com S. Tomás de Aquino e em matéria de interacção social, em complexos relacionais que remetem para o plano da alma, uma vez que são gerados por uma obrigação natural e inata de amar o próximo. Sendo assim, natural se torna que o pensamento teológico da época moderna confira à alma e aos seus problemas específicos uma muito maior visibilidade do que às questões do corpo, num entendimento transversal aos valores ocidentais, «afectando todos os domínios do saber, chegando ao ponto de influenciar, até, os demais sistemas normativos, como foi o caso do Direito, tanto canónico como civil [...] a alma, a parte eterna do Homem era um sujeito muito mais visível e presente do que o indivíduo concreto ou a pessoa na sua dimensão corpórea, gozando de personalidade jurídica e chegando até a desfrutar de direitos de posse – como sucedia, por exemplo, no âmbito dos chamados “legados pios”»¹¹⁹.

Estas abordagens, nas quais se reconhece a compaixão pelas diferentes formas de sofrimento desenvolvida em finais do século XII, irão condicionar, séculos fora, a relação entre os humanos e entre estes e a divindade, entendendo a caridade não apenas como a disponibilidade pessoal para dispensar ocasionalmente esmola ou para manter um determinado número de pobres em condições de dignidade enquadrável nos padrões coevos, mas fundamentalmente como um compromisso que visa «descobrir as misérias e aliviá-las por meio de uma organização tão eficaz quanto o permitissem as condições da época»¹²⁰.

Foi este patamar da construção da ideia de assistência que permitiu e incentivou «um extraordinário florescimento de fundações hospitalares e caritativas»¹²¹, muitas delas denominadas “hospitais”, mas onde se torna difícil distinguir as que se vocacionaram para a prestação de cuidados de saúde dessas outras que tiveram como missão prestar assistência generalista aos pobres, aos enjeitados, aos indigentes, aos viajantes e aos peregrinos, à solidão feminina, aos órfãos, aos presos, às prostitutas, aos cativos, àqueles a quem as vicissitudes da vida ou o despojamento voluntário transformaram em potenciais beneficiários do altruísmo caritativo, a quem a Baixa

¹¹⁸ Pedro Cardim, *op. cit.*, p. 164.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 165.

¹²⁰ André Vauchez, *op. cit.*, p. 129.

¹²¹ *Ibidem*, p. 128.

Idade Média conheceu como os *pauperes Christi* e os quais, em nome de Cristo, tentou socorrer. Referindo-se aos “hospitais” tardo-medievais na vizinha Galiza, Mercedes Insua Cabanas afirma: «...en la comunidad gallega han tenido diversos usos... a nuestro modo de ver, no serían hospitales propiamente dichos, puesto que en general no fueron planificados con una estructura arquitectónica y sanitaria que respondiese a esa finalidad, sino que serían *hospitalillos* acomodados en una casa cualquiera, donada para ese propósito, sostenida mediante limosnas y/o legados; en ellos se proporcionaba cobijo y algún alimento, ya que en esta época, para considerar una construcción como hospital, bastaba con que dispusiera de dos o tres camas, sin ni siquiera cocina»¹²². Este conceito de “hospital”, a um tempo ambíguo e abrangente, encontramos-lo claramente expresso no *De subventionem pauperum*, do humanista ibérico Juan Luís Vives (1492-1540): «institución donde los enfermos son atendidos y cuidados, donde se alimenta a un numero de necesitados, donde se educa a los niños y niñas [...] donde los locos y ciegos pasan su vida»¹²³.

A prática caritativa tardo-medieval e o florescimento das casas assistenciais a ela indelevelmente ligadas, devem ser vistas no contexto de uma religiosidade que se desloca do hermetismo dos espaços monásticos e seculares para o universo de um mundo laico carente de uma relação mais próxima, mais sentida, mais pessoal com a divindade, despoletando um vasto movimento de «apropriação leiga das formas de vida até então exclusivas de eclesiásticos»¹²⁴, adaptando-as às necessidades da vivência urbana e de que são exemplo paradigmático as confrarias que, com raiz profissional, local ou devocional, pretenderam assumir-se, fomentando a solidariedade confraternal, como respostas na doença e no infortúnio, o que confere às confrarias portuguesas traços distintivos face a organizações similares do espaço ibérico e itálico, que direccionaram a sua acção solidária fundamentalmente para a problemática da morte, assegurando os rituais fúnebres e os enterramentos. Neste movimento, o discurso mendicante adquire extraordinária relevância, não só conferindo aos pobres a dignidade de encarnar a figura de Cristo, como legitimando indirectamente a riqueza e a sua acumulação: «S. Francisco, ao enfatizar o valor da renúncia aos bens terrenos através da dádiva aos pobres, permitiu indirectamente a acumulação de riquezas ao encontrar um

¹²² Mercedes Insua Cabanas, “Arquitectura hospitalaria em Galicia”, in Mercedes Rozas (coord. geral), *El Hospital Real de Santiago de Compostela y la hospitalidad en el Camino de Peregrinación*, Santiago de Compostela, Museo do Pobo Galego, Xunta de Galicia, 2004, p. 65.

¹²³ *Ibidem*, p. 66.

¹²⁴ Isabel dos Guimarães Sá, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, p. 26.

ethos que a legitimava»¹²⁵. Ora, uma parte desta riqueza, será afectada, por vontade dos seus detentores, a obras de caridade / assistência, quer porque o despojamento, no todo ou em parte, se enquadra nos princípios doutrinários a que nos vimos referindo, constituindo este “legado”, supostamente bem gerido ao longo dos séculos, a «parte perpétua dos pobres»¹²⁶, quer porque esse legado acaba por se assumir como o garante da salvação, a chave da vida eterna, num relacionamento entre o crente e a divindade que configura um imenso negócio da salvação que Minois considerou como o «vasto circuito espiritual-financeiro»¹²⁷, negócio este que também se insere no tempo longo e ao qual o Concílio de Trento (1545-1563) conferiu um novo vigor, nomeadamente através do reconhecimento, na sua sessão 25^a, da existência do Purgatório. A popularização da ideia de Purgatório¹²⁸, enquanto local de purificação das almas, e a ênfase da prática da caridade e da misericórdia como via para a bem-aventurança celestial¹²⁹, resultantes do esforço de divulgação das conclusões conciliares, permitiu um aumento significativo na acumulação de bens patrimoniais nas instituições vocacionadas para o exercício da caridade / assistência, como se detecta nas recém-criadas Misericórdias portuguesas. A eficácia da esmola como meio de salvação e o seu valor eterno, sobrevalorizados em Trento e integrados no fazer e no pensar da época moderna, derivaram da tradição medieval e apontaram a transversalidade temporal das preocupações com o Além, preocupações estas reveladas, regimentadas e disciplinadas por uma relação com o divino que recorreu, por sistema, à intercessão negociada. O negócio das missas, a que voltaremos neste estudo, ou a permanência das mercearias¹³⁰,

¹²⁵ Isabel dos Guimarães Sá, *op. cit.*, p. 22.

¹²⁶ Michel Foucault, *Naissance de la clinique*, 5e édition, Paris, PUF, 1983, p. 17. Foucault aborda a problemática da assistência hospitalar numa outra cronologia e num outro espaço, centrando as suas atenções na conturbada França da terceira metade do século XVIII. No entanto, o que está subjacente à ideia que transmite é ainda a base económica das fundações hospitalares e a noção de que os bens que as constituem são inalienáveis e vinculados à vontade dos legadores, noção com a qual nos vamos confrontar, em finais do século XV, no processo de reafecção de bens visando a constituição de um património que financie a construção e assegure a estabilidade financeira do Hospital Real de Todos-os-Santos.

¹²⁷ George Minois, *História dos Infernos*, Lisboa, Teorema, 1997, pp. 206-212.

¹²⁸ Na vastíssima bibliografia sobre o Purgatório, continua a ocupar lugar de destaque a obra de Jean Delumeau, *Une histoire du paradis: le jardin des délices*, Paris, Fayard, 1992. Entre nós vejamos, entre outros, José Mattoso, «A utilização dos diálogos de Gregório Magno pelo *Libro de los Exemplos*», in José Mattoso (dir.), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa, João Sá da Costa, 1995, pp. 233-238; Isabel dos Guimarães Sá, *op. cit.*, p. 41; Laurinda Abreu, *Memórias da Alma e do Corpo. A Misericórdia de Setúbal na modernidade*, Viseu, Palimage, 1999, pp. 88-89.

¹²⁹ Cf. José Pedro Paiva, «O episcopado e a “assistência” em Portugal na Época Moderna (séculos XVI-XVII)», in Laurinda Abreu (ed.), *Igreja, caridade e assistência na península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*, p. 136.

¹³⁰ As mercearias são uma das instituições que surgem amiúde designadas como «hospitais», resultando, como outras, da actividade caritativa. Recolhiam necessitados inválidos de ambos os sexos, as merceiras e merceeiros (de mercê) de boa fama e costumes, confiando-lhes a obrigação de, diariamente, assistirem a missas e rezarem por alma dos instituidores. A mercearia mais antiga terá sido

falam de estratégias adoptadas e reconhecidas para alcançar o reino celeste. As merceiras e merceeiros de D. Afonso IV, que iniciam as suas obrigações em 1355, continuam a ter os seus vencimentos regulados em regimento de 1754¹³¹. Também às merceiras de D. Maria de Aboim, senhora que em 1375 funda um “hospital” «a par de S. Domingos de Lisboa»¹³², o Hospital Real de Todos-os-Santos continua a processar a pensão no terceiro quartel do século XVIII, como mostra a relação de ordenados de Abril de 1770¹³³. Esta permanência compreende-se perante uma liturgia pós-tridentina que equaciona a vida como um mero exercício de preparação para a morte, impregnando o *ethos* do homem moderno com uma espécie de morbidez maníaca: «a fruição dos sentidos é esvaziada do prazer avulso, ocasional e imprevisto para se fixar na ideia monstruosa, fatídica e universal da morte»¹³⁴.

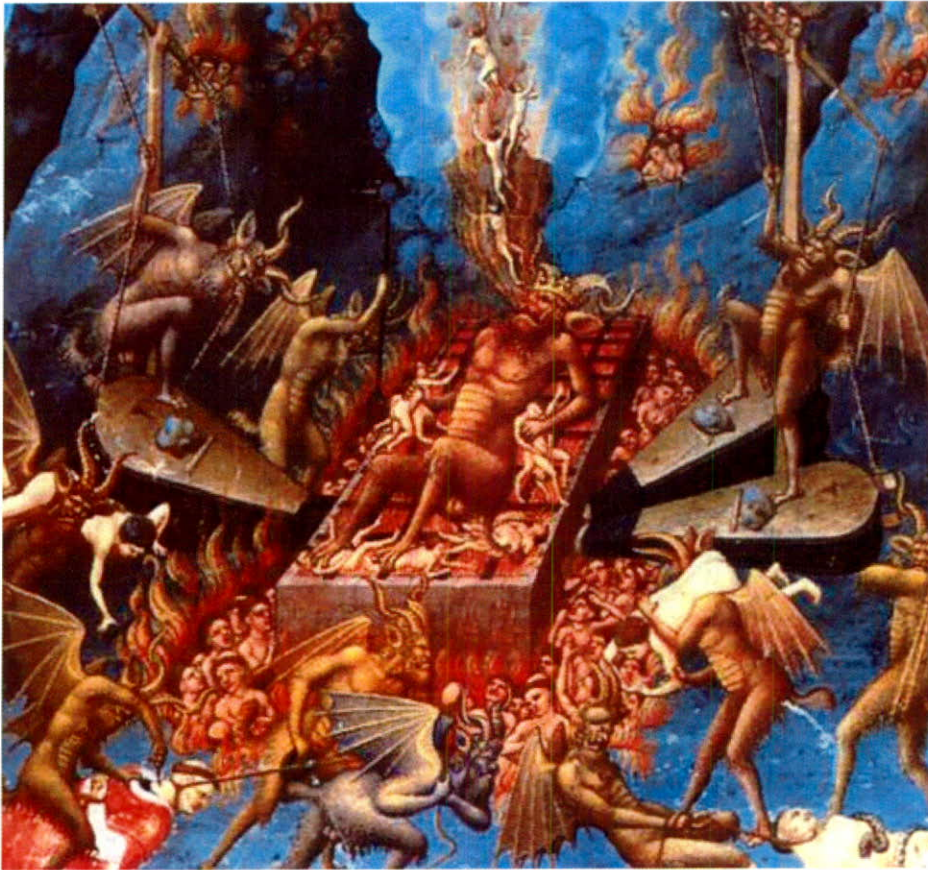


Figura nº 3 - A perspectiva de um reino de bem-aventurança para os justos ou, em contraponto, os horrores do Inferno, enformaram, ao longo dos séculos, mentalidades e práticas.

Inferno (pormenor).
Oficina dos irmãos
Herman, Jean e Paul
Limbourg,
1416.
Iluminura do Livro
de Horas do Conde
de Berry.
Museu Condé,
Chantilly.

instituída, em 1324, por Bartolomeu Joanes, destinando-se a doze pobres «que ali seriam mantidos para todo o sempre». D. Afonso IV e D. João II são alguns dos monarcas portugueses que fundaram mercearias, instituições que sobreviveram até à extinção das ordens religiosas, em 1834, sendo então os seus rendimentos e património incorporados no Asilo da Mendicidade. Cf. Josette Silva, «Mercearias», in Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 4, Porto, Livraria Figueirinhas, p. 275.

¹³¹ José Maria António Nogueira, *Esparsos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, pp. 91-92.

¹³² *Ibidem*, p. 94

¹³³ IANTT, *Fundo do Hospital de São José*, Livro 4776, *Diário, letra A, da Administração, e Arrecadação do Hospital Real de Todos-os-Santos desta Cidade de Lisboa, que teve principio, em 17 de Março de 1768*, fl. 363.

¹³⁴ Ana Cristina Araújo, *A morte em Lisboa. 1700-1830. Atitudes e representações*, p. 182.

Perante a pobreza e a indigência, as quais já não é possível, nos séculos XIII, XIV e XV, ignorar, e que nunca mais deixarão de constituir uma realidade omnipresente e incómoda, o binómio «caridade / assistência», sustentado, como defendemos, por estratégias que se focalizam, na dimensão transcendental, na procura da salvação e, numa dimensão mais terrena, em lógicas nas quais devemos inscrever «o interesse próprio dos doadores enquanto membros de pertença a grupos elitários, a pacificação de conflitos sociais sem colocar em causa a ordem existente, e a selecção de receptores de recursos a partir de critérios morais disciplinadores»¹³⁵, justificará uma rede de pequenas unidades assistenciais entendidas como obras pias, na maioria «minúsculas instituições privadas»¹³⁶, solicitadas para uma multiplicidade de funções dispersas por casas improvisadas e sem expressão arquitectónica própria¹³⁷. De entre as cerca de cinco centenas destas casas, identificadas até à época de D. João II¹³⁸, contar-se-iam, no reino, 186 albergarias, 80 gafarias e 36 mercearias¹³⁹. Na região de Lisboa registámos 124 instituições, sendo que 62 delas se localizavam, em finais do século XV, no interior da muralha¹⁴⁰.

Enfatizámos o papel desempenhado pelos leigos na assumpção de uma forma particular de conceptualizar, de promover e de economicamente alimentar as obras pias, importando referir que, em tempo algum, foi por eles exigida ou lhes foi delegada a exclusividade em matéria de práticas assistenciais. Como se pode constatar no registo onde elencamos as instituições de assistência pública cuja memória, mesmo que difusa, prevaleceu, algumas das quais foram incorporadas no Hospital Real de Todos-os-Santos¹⁴¹, também o poder concelhio, os soberanos e a Igreja assumiram responsabilidades, cabendo mesmo à Igreja um desempenho central neste processo, uma vez que, por tradição, por vocação ou por reivindicação, os estabelecimentos de assistência funcionaram na sua esfera de influência e fiscalização¹⁴². Esta centralidade não deriva somente da intervenção directa de religiosos e religiosas nas práticas

¹³⁵ Isabel dos Guimarães Sá, *op. cit.*, p. 12.

¹³⁶ Rafael Moreira, «O Hospital Real de Todos-os-Santos e o italianismo de D. João II», in Paulo Pereira (dir.), *Hospital Real de Todos-os-Santos – 500 anos. Catálogo*, p. 23.

¹³⁷ Cf. *ibidem*.

¹³⁸ Cf. F. A. Gonçalves Ferreira, *op. cit.*, p. 70.

¹³⁹ *Ibidem*.

¹⁴⁰ Cf. José Maria António Nogueira, *op. cit.*, p. 130. Nogueira refere 4 gafarias, 13 albergarias e 42 hospitais. Procurámos construir, a partir de informações dispersas, uma relação destes estabelecimentos, relação esta que apresentamos em anexo e que não pretende ser conclusiva, uma vez que acreditamos ser provável que a memória de algumas pequenas instituições se tenha perdido na voragem do tempo. Os valores a que chegámos, diferindo dos apresentados por aquele autor, não se afastam deles de modo significativo.

¹⁴¹ Veja-se o nosso Anexo 1.

¹⁴² Cf. Mário Carmona, *op. cit.*, p. 16.

assistenciais, nos cuidados dispensados ao espírito e ao corpo de quem sofre, mas do facto de a Igreja se constituir como receptora dos encargos resultantes da vinculação de bens patrimoniais a sufrágios *per anima* ou a outras obras pias, vinculação esta amiúde consubstanciada na instituição de capelas, um dos mais significativos símbolos da piedade dos fiéis e das exigências e imposições do clero¹⁴³.

A fundação de albergarias e asilos, tantas vezes designados como “hospitais”, mas «onde na grande maioria faltava por completo a assistência médica e farmacêutica»¹⁴⁴, recorrendo-se aos físicos dos conventos ou aos praticantes da clínica livre, surge então como um fenómeno indissociável da vinculação de bens patrimoniais à prática da caridade, tendo como objectivo último a salvação daquele que contempla, frequentemente por via testamentária, os desprotegidos e necessitados.

Estas heranças, na parte que respeita aos bens vinculados, que se pretendiam administrados de forma a rentabilizar e a perpetuar, foram geridas por herdeiros, por pessoas terceiras ou por provedores nomeados, laicos ou eclesiásticos, defensores de causas próprias ou alheias, num universo de interesses nem sempre coincidentes, daqui resultando, com frequência, o incumprimento das determinações testamentárias dos legadores. No domínio espiritual, milhares de sufrágios terão ficado por celebrar, quer por terem atingido números a que a Igreja não conseguia dar resposta, quer pela indisponibilidade financeira para a sua retribuição. A este propósito, refere Silva Carvalho: «Até para os sufrágios pela alma dos seus instituidores não havia recursos, porque para se cumprir estes encargos, faltava-se aos da assistência»¹⁴⁵. Por outro lado, na vertente assistencial, administrações menos empenhadas não terão tido o cuidado de garantir a entrega periódica, às casas criadas pelos instituidores, das verbas e produtos resultantes da gestão do património afectado, de molde a garantir a prossecução dos objectivos para que foram criadas. Se esta interpretação é legítima para compreender a crise das instituições assistenciais em finais do século XV, não deixa de ser curioso que, no terceiro quartel do século XVIII, quer as duras críticas do Enfermeiro-Mor do Hospital Real de Todos-os-Santos¹⁴⁶, quer a linguagem fria dos números¹⁴⁷, sugiram os

¹⁴³ Cf. Margarida Sobral Neto, «A persistência senhorial», in Joaquim Romero Magalhães (coord.), *No Alvorecer da Modernidade*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, vol. 3 de José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, p. 161.

¹⁴⁴ Augusto da Silva Carvalho, *Crónica do Hospital de Todos-os-Santos*, p. 9.

¹⁴⁵ *Ibidem.*, p. 13.

¹⁴⁶ Vejam-se, entre outras, as muitas reflexões e editais de D. Jorge Francisco Machado de Mendonça: IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106.

¹⁴⁷ Nos “Diários” da contabilidade do Hospital Real de Todos-os-Santos são muito significativas as verbas ou os géneros registados como «Legados não cumpridos», numa prática que se não circunscreve aos anos de 1750/1775. Nesta cronologia e a título de exemplo, entre 1 de Junho e 13 de

mesmos motivos para justificar a acumulação de “legados não cumpridos” responsáveis por uma situação financeira sistematicamente deficitária. Também aqui nos confrontamos com a incapacidade dos órgãos de poder, designadamente dos Provedores da Misericórdia, dos Enfermeiros-Mores e dos Procuradores do Hospital, para fazer cumprir as determinações dos instituidores. Quanto à actuação da Igreja, detecta-se, nesta cronologia, uma crise de responsabilidade no cumprimento dos deveres espirituais¹⁴⁸, quer nos reportemos à problemática dos sufrágios, à administração de sacramentos aos enfermos hospitalizados, ou aos rituais de encomendação¹⁴⁹.

Pelo que dissemos relativamente à administração das instituições assistenciais anteriores ao Hospital Real de Todos-os-Santos, deduz-se que nem sempre a Coroa pôde ou soube disciplinar situações de incúria ou de abuso responsáveis pela situação identificada em finais do século XV, apesar de se registarem, já no século XIV, algumas medidas nesse sentido; falamos, por exemplo, da nomeação régia, em 1308, de Manoel de Sousa e Melo para o cargo de primeiro Provedor das Capelas, Hospitais, Confrarias, Albergarias e Órfãos¹⁵⁰, na procura de novas fontes de financiamento e de uniformização da gestão, caso dos Hospitais de Santa Maria de Rocamador existentes em Lisboa, que em meados do século XV contavam já com um único procurador, Pedro Afonso, a quem foi concedido fazer reverter para a instituição os bens móveis dos doentes que ali faleciam¹⁵¹, ou ainda a publicação do Regimento dos Hospitais e Albergarias da cidade de Évora, ordenado em 15 de Maio de 1470.

Todavia, apesar deste esforço que atinge alguma relevância no reinado de D. Afonso V, o panorama assistencial na segunda metade do século XV é complexo, com os registos institucionais espalhados ou esquecidos em Tombos de igrejas, conventos e casas de obras pias¹⁵², «que em parte se achavam decrépitas, arruinadas e algumas, como gafarias, albergarias e hospitais de confrarias, com as portas fechadas e ao abandono»¹⁵³.

É este quadro de carência assistencial que a reforma iniciada por D. João II procurará transformar, projectando fundações de raiz que contribuíram para afirmar a

Outubro de 1768, os legados não cumpridos atingem 30,9% da receita registada. Cf. IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 4776.

¹⁴⁸ Cf. Ana Cristina Araújo, *op. cit.*, p. 245. A autora refere cartas pastorais datadas da segunda metade do século XVIII, onde identifica, de forma inequívoca, a falta de zelo do clero no uso do *jus tumulandi*, no cumprimento dos legados pios, e, em geral, na administração dos sacramentos.

¹⁴⁹ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106.

¹⁵⁰ Cf. Mário Carmona, *op. cit.*, p. 18.

¹⁵¹ Cf. Augusto da Silva Carvalho, *op. cit.*, p. 11.

¹⁵² Cf. *Ibidem*, p. 13.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 11.

presença interventiva da monarquia, assumindo-se como «expressões monumentais de uma mentalidade mais avançada no caminho da cultura renascentista»¹⁵⁴.

Pensar a reforma assistencial: o final do século XV

«[...] como El Rey Dom João meu Primo movido com boa intenção, porque os Pobres, e pessoas Miseraveis tivessem algum mais certo Recolhimento, e Remedio de suas necessidades em esta cidade do *que* nella para elles até então havia [...]»¹⁵⁵.

Constatar o propósito reformista da política joanina em matéria de assistência não é bastante para compreender a sua dimensão e significado, de tal forma marcantes que convidam a desvalorizar o que no reino foi realizado até finais do século XV¹⁵⁶. Como compreender que D. João II, no período em que regeu o reino por ausência de D. Afonso V, tenha encetado uma reforma que, acompanhando, numa perspectiva cronológica, um movimento que é transversal ao mundo Ocidental, não deixa de se revelar como processualmente singular no panorama europeu?¹⁵⁷ Que factores terão sido determinantes para a reelaboração dos instrumentos tendentes a moderar sofrimentos e angústias na doença e na pobreza? Ainda que em síntese, algumas razões poderão ser aduzidas para sustentar a oportunidade, no tempo e no modo, da intervenção do Príncipe Perfeito.

A aproximação e o alvorecer dos tempos modernos revelam algumas alterações significativas no quadro nosológico que caracterizou o Ocidente ao longo da Idade Média. A par de um significativo retrocesso da lepra, adopta-se uma nova filosofia de acompanhamento dos enfermos portadores da doença, quebrando, progressivamente, o isolamento colectivo a que estes doentes foram votados durante séculos. A possibilidade de executar pequenos trabalhos remunerados, de recorrer à esmola pública ou de receber uma pensão diária para gerir a sua própria subsistência, como se verificou em França a partir de meados do século XIV, abriu um novo capítulo no quotidiano dos gafos. «O fim da lepra é acompanhado do desmembrar da sociedade leprosa, estruturada em

¹⁵⁴ Rafael Moreira, *op. cit.*, p. 23.

¹⁵⁵ *Regimento do Hospital de Todos-os-Santos*, p. 17 (Introito).

¹⁵⁶ Cf. Fernando da Silva Correia, *Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas*, Lisboa, Livros Horizonte, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1999, p. 439.

¹⁵⁷ Cf. Laurinda Abreu, “Igreja, caridade e assistência na península ibérica (sécs. XVI-XVIII): estratégias de intervenção social num mundo em transformação”, p. 13.

pequenas comunidades a partir do século XII»¹⁵⁸. Em contrapartida, doenças como a sífilis (mal gálico), que começou a fazer-se sentir com grande violência no Ocidente europeu desde a última década do século XV¹⁵⁹, febres de etiologia diversa, os surtos de paludismo, a tuberculose, a varíola, a desintéria e, naturalmente, a peste, exigiram respostas que a incipiente rede de assistência medieval não podia fornecer.

A mobilidade populacional surge, de igual modo, como catalizador da mudança. As deslocações mais significativas assumem amiúde um carácter de permanência, tendendo a transferir para os grandes núcleos urbanos segmentos importantes das populações rurais, num movimento que, em crescendo, tem nas capitais e nos grandes portos marítimos os pólos de atracção mais significativos. Para o caso português, «os movimentos de população, com percentagens predominantemente masculinas, realizavam-se a vários níveis, das pequenas aldeias e dos lugarejos rurais para as aldeias maiores e as vilas, destas para as cidades mais próximas e, por fim, destas últimas para a grande metrópole que era Lisboa, com eventuais saídas para o Ultramar»¹⁶⁰.

A pobreza e a mendicidade, «problema que asfixiava as cidades»¹⁶¹, não devem ser, na nossa perspectiva, dissociados da mobilidade populacional registada para os séculos XV-XVIII. O desenraizamento associado à problemática migratória, o “sonho” de uma vida melhor que, a não se concretizar, arrasta para a carência extrema e para a indigência, as repetidas crises de mortalidade e de subsistência, que nos núcleos populacionais mais densos adquirem redobrada gravidade, a ausência prolongada ou definitiva do elemento masculino no seio da família, responsável tantas vezes pela miséria feminina e infante-juvenil, são vectores que contribuem para a compreensão de fenómenos como a pobreza e a subnutrição, identificáveis já no século XIV mas que virão a constituir-se como traços característicos de uma demografia de Antigo Regime que, contrariando a adversidade, vai registando um crescimento populacional moderado¹⁶².

Um “sistema” assistencial incapaz, pela sua própria estrutura, de responder às transformações sociais, é ainda confrontado, como repetidamente temos sublinhado, por

¹⁵⁸ Françoise Bénéac, «O medo da lepra», in Jacques Le Goff (apres.), *As doenças têm história*, Lisboa, Terramar, 1997 p. 143. Não se tratará, *ipsis verbis*, do «fim da lepra» mas de uma redução da sua incidência e de uma menor estigmatização dos seus portadores.

¹⁵⁹ Cf. Juan Ignacio Carmona, *op. cit.*, p. 202 e seg.

¹⁶⁰ João José Alves Dias, «A População», in João José Alves Dias (coord.), *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, Lisboa, Editorial Presença, 1998, vol. V de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, p. 24.

¹⁶¹ Cf. Laurinda Abreu, *op. cit.*, p. 15.

¹⁶² Cf. J. Manuel Nazareth, *Introdução à Demografia – Teoria e Prática*, 2ª ed. Lisboa, Editorial Presença, 2000, pp. 29.33.

uma gestão desajustada, facilitada pela complexa situação vivida no seio da Igreja. Se, como atrás sublinhámos, as comunidades religiosas tiveram um papel de destaque na gestão do sistema e na administração dos bens patrimoniais a ele afectos, a crise de valores e o «desregramento institucional e moral... a cada vez maior deturpação do ideal monástico, incentivando rivalidades, más administrações, proliferação de comendatários... sem falar na evidente devassidão dos costumes»¹⁶³, tiveram reflexo nos hospitais, albergarias e mercearias de então, configurando um quadro de decadência e de precariedade a exigir a intervenção do poder em Portugal, como em França, onde a superintendência dos bispos sobre as instituições de assistência foi posta em causa, desde o início do século XV, pelas competências atribuídas ao esmoler do rei¹⁶⁴, iniciativa que pode ilustrar a cada vez maior intervenção dos leigos em matéria assistencial.

Por fim, não teve D. João II uma perspectiva conservadora ou marginal face ao fazer e ao pensar de um Ocidente percorrido pelos ventos do Renascimento. Ao contrário, é hoje reconhecido o vivo interesse do monarca português pelo acontecer político, artístico e científico de além fronteiras, atitude interessada que Rafael Moreira designa como o «italianismo de D. João II»¹⁶⁵, um italianismo que deixa entrever o «contributo dos doutrinadores civis e chanceleres humanistas florentinos para a teoria política portuguesa da época»¹⁶⁶. Tal como, a Leste, o monarca humanista húngaro Matias Corvino, também D. João II terá comungado dos ideais mecenáticos dos Medicis e da sua política de prestígio artístico, não sendo então de estranhar a notável semelhança entre os padrões de pedra utilizados pelos navegadores portugueses, a partir de 1482, com o padrão que, junto à Porta Camollia em Siena, assinala o encontro da princesa portuguesa D. Leonor¹⁶⁷ com o imperador Frederico III da Alemanha, em 1452, que da oficina de Attavanti Gabriello di Vante, em Florença, tenha saído uma notável colecção de livros que os monarcas oferecem ao então jovem Duque de Beja¹⁶⁸,

¹⁶³ Elvira Cunha de Azevedo Mea, «A Igreja em Reforma», in João José Alves Dias (coord.), *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, Lisboa, Editorial Presença, 1998, vol. V de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, pp. 421-422.

¹⁶⁴ Cf. Fernando da Silva Correia, *op. cit.*, p. 441.

¹⁶⁵ Rafael Moreira, «O Hospital Real de Todos-os-Santos e o italianismo de D. João II», p. 23.

¹⁶⁶ Rafael de Faria Domingues Moreira – *A arquitectura do renascimento no Sul de Portugal. A Encomenda Régia entre o Moderno e o Romano*, dissertação de Doutoramento em História de Arte apresentada à FCSH da UNL, texto policopiado, Lisboa, 1991, p. 59.

¹⁶⁷ Referimo-nos à Imperatriz D. Leonor, filha de D. Duarte e irmã de D. Afonso V, princesa portuguesa que contraiu matrimónio com o Imperador Frederico III, em 15 de Março de 1452.

¹⁶⁸ Trata-se da colecção encomendada, em 1494, por Clemente Sernigi, na qual figuram o *Mestre das Sentenças*, do teólogo do século XII Pedro Lombardo e a Bíblia comentada por Nicolau de Lira, vulgo *Bíblia dos Jerónimos*. Não sendo transparente se se trata de uma encomenda da iniciativa pessoal de D. João II, da rainha D. Leonor ou da comunidade mercantil italiana radicada em Lisboa,

ou ainda que o esplendoroso relicário de D. Leonor, deixado em testamento ao mosteiro da Madre de Deus, remeta para a tipologia construtiva das igrejas florentinas do *Quattrocento*¹⁶⁹. Da mesma forma, serão as construções hospitalares das repúblicas norte-italianas, nomeadamente o *Ospedale di Santa Maria Nuova* de Florença (1334), o *Ospedale di Santa Maria della Scala* em Siena (1440), o *Ospedale de S. Matteo* de Pavia (1450) ou o *Ospedale Maggiore* de Milão (1456), que «fixam uma tipologia de estrutura cruciforme com longos corredores unindo as enfermarias e serviços e cruzando-se em ângulo recto com a capela»¹⁷⁰, vindo a inspirar os projectos dos Hospitais das Caldas de Óbidos e de Todos-os-Santos e apontando caminhos absolutamente novos «na arquitectura portuguesa, com grandes organismos simétricos e funcionais compostos racionalmente segundo uma ideia básica»¹⁷¹. Sendo assim, encontraremos na influência italiana renascentista outro dos factores que determinaram a opção reformista do Príncipe Perfeito, não apenas no que respeita à reestruturação das associações confraternais e do modelo de prestação de cuidados de saúde, mas também na edificação de estruturas que, marcando a paisagem urbana, são símbolos de uma monarquia que se pretendeu interventiva e centralizadora. Naturalmente que estas considerações não podem fazer perder de vista os objectivos espirituais da obra, objectivos que, impregnando a cultura contemporânea, não eram estranhos ao rei.

É neste contexto que, a 13 de Agosto de 1479, o papa Sixto IV autoriza a coroa portuguesa, através da bula “*Ex debito solitudines*”¹⁷², a reunir num grande hospital os legados dispersos pelas pequenas casas assistenciais da capital. Aquilo que estará na mente do príncipe não será já um esforço de continuidade na moralização da administração destes estabelecimentos, nem um mero exercício de reorganização do sistema. Se, como refere Mercedes Insua, ao Estado Moderno coube incluir nas suas atribuições e responsabilidades a hospitalidade¹⁷³, nas suas múltiplas vertentes e num movimento que no mundo ocidental ganhou expressão nos séculos XV e XVI, procurando promover a «reestruturação das condições de assistência, das políticas sanitárias e do controlo da mendicidade e vagabundagem»¹⁷⁴, entre nós D. João II traçará um novo rumo na prestação assistencial, concentrando bens e funções em

do que não restarão dúvidas é que este conjunto de obras revela uma muito estreita correspondência entre a capital portuguesa e as repúblicas italianas.

¹⁶⁹ Rafael de Faria Domingues Moreira – *A arquitectura do renascimento no Sul de Portugal*, pp. 60-61.

¹⁷⁰ *Ibidem.*, p. 33.

¹⁷¹ *Ibidem.*, pp. 32-33.

¹⁷² IANTT, *Colecção de Bulas*, maço 12, nº 8.

¹⁷³ Cf. Mercedes Insua Cabanas, *op. cit.*, p. 66.

¹⁷⁴ Laurinda Abreu, *op. cit.*, p. 13.

organizações vocacionadas quer para a prossecução generalista de obras pias, quer disponibilizando estruturas hospitalares destinadas a servir uma população carenciada. Percebe-se uma dimensão projectual de ruptura que se não reduz ao risco do arquitecto, mas que procura uma diferente forma de pensar a intervenção social, consubstanciada no reconhecimento de diferenças objectivas entre práticas caritativas vocacionadas para a expressão de uma solidariedade que se materializa em obras de misericórdia e a prestação de cuidados de saúde a enfermos hospitalizados¹⁷⁵, reconhecendo-se nesta última vertente noções que anunciam um quadro conceptual novo, moderno, que em momento algum abandona as preocupações com a saúde da alma, mas que coloca em plano de evidência os cuidados dirigidos ao corpo do indivíduo enfermo, nomeadamente no que respeita à alimentação, à higiene, ao conforto, ao apoio de pessoal que domina saberes, que cumpre rotinas, que assume responsabilidades contratuais com a instituição onde exerce. E isto apesar das permanências ou, se preferirmos, da lenta cadência da mudança ou da ausência de transformações abruptas¹⁷⁶.

Revestindo-se de uma «singularidade única no panorama europeu»¹⁷⁷, uma vez que emanando da iniciativa régia e correspondendo a uma acção politicamente delineada e centralizada, o que não se verificou noutros espaços europeus onde a reestruturação a que aludimos encontrou no poder local, nas oligarquias ou na Igreja os seus principais interventores, a reforma joanina vem lançar as bases da padronização hospitalar ao mesmo tempo que inaugura o movimento confraternal das Misericórdias, estas vocacionadas para práticas de beneficência de carácter geral, mas que virão a deter importantes responsabilidades no controlo da mendicidade e na gestão hospitalar¹⁷⁸.

¹⁷⁵ A este propósito, refere Guimarães Sá: «O reinado de D. João II assistiu ao nascimento do hospital moderno em Portugal, inicialmente com a fundação do hospital termal das Caldas situado nas terras da Rainha, e depois com o Hospital de Todos-os-Santos, este uma criação do rei. Embora alguns autores insistam na medicalização como traço distintivo do hospital moderno, creio que não se insistiu devidamente na separação entre as áreas de hospitalidade a viajantes e peregrinos e os espaços dedicados a doentes, que é evidente nos casos portugueses. Esta demarcação de espaços parece-me constituir o essencial do hospital moderno, mais do que a importância crescente do pessoal médico. Relativamente ao hospital medieval, que tinha um estatuto ambíguo entre a albergaria de viajantes e peregrinos e local de tratamento de doentes, tratou-se sem dúvida de um passo importante, ou pelo menos mais detectável nas fontes de que o aumento da presença de pessoal médico» - Isabel dos Guimarães Sá, *op. cit.*, p. 54.

¹⁷⁶ Laurinda Abreu sublinha que o «fenómeno da caridade e da assistência na Europa esteve em mutação contínua durante o último milénio, somando experiências e soluções que se foram adaptando ao próprio devir histórico, reflectindo as representações mentais dominantes e os discursos que as mediatizavam». Todavia, aquela investigadora inscreve o fenómeno na «ordem temporal da longa duração», onde a ausência de rupturas ou de transformações abruptas são características dominantes - Laurinda Abreu, *op. cit.*, p. 11.

¹⁷⁷ *Ibidem*, p. 13.

¹⁷⁸ Cf. *Ibidem*, pp. 13-14.

Trata-se, então, de um projecto amplo, que dá passos decisivos no ano de 1485. A 21 de Janeiro, a bula “*Injunctum nobis, de super*”¹⁷⁹, emitida por Inocêncio VIII, não só renova a autorização pontificia, concedida em 1479, para a concentração de meios patrimoniais num grande hospital em Lisboa¹⁸⁰, como alarga essa autorização a todo o reino, com o objectivo de agregar as pequenas casas hospitalares em hospitais com dimensão e cabedais convenientes¹⁸¹. Torna-se clara a intenção régia não apenas de chamar a si a edificação de um grande estabelecimento hospitalar em Lisboa, mas de promover uma reforma mais abrangente na qual se inscrevam quer o redimensionamento de hospitais pré-existentes através da incorporação de diferentes casas fundacionais, quer a fundação de novas instituições. Integram-se neste último caso a construção, ainda em 1485¹⁸² e nas Caldas de Óbidos, do Hospital de Santa Maria do

¹⁷⁹ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, maço 1, nº 3, caixa 500.

¹⁸⁰ Segundo refere Nogueira, a quem recorreram, entre outros, Silva Carvalho e Mário Carmona, o pedido assinado por D. João II que justificou a bula de 1479 referia que «apesar de haver na cidade muitos hospitais de pobres, e muitas casas instituídas para hospitalidade dos mesmos, os seus rendimentos são insuficientes para conservar a decente hospitalidade, e na mesma cidade se deve construir um amplo e solemne hospital para os pobres e peregrinos e outras pessoas miseráveis». José Maria António Nogueira, *op. cit.*, p. 77.

¹⁸¹ Na sua *História de Santarém edificada* (1740), o Padre Inácio da Piedade e Vasconcellos, da Congregação de São João Evangelista, refere expressamente: «Foi a instituição do Hospital de Jesus Cristo, fundada em 1426, por João Afonso de Santarem do conselho de el rei D. João I e seu companheiro d'armas. Porque o hospital era limitado em rendas para os doentes numa vila tão populosa e dilatado termo, quando El Rei D. João II suplicou ao Papa Inocencio VIII a união de todos os hospitais de Lisboa em um só, também meteu na supplica a anexação de todos os de Santarem a este de Jesus Cristo, que por concessão sua se incorporaram os mais que adiante diremos a este Hospital, sendo expedida a bula em 1485» [p. 294]. A importância da Bula “*Injunctum nobis de super*” na reforma dos hospitais de Santarém é igualmente referida por Zepherino Brandão, em *Monumentos e Lendas de Santarém*, editado em Lisboa, em 1883. Este autor deixa perceber a transformação dos pequenos hospitais scalabitanos de iniciativa particular em hospital tutelado pela Coroa, ao afirmar: «Regulou-se primeiro a administração da Casa [Hospital de Jesus Cristo] e dos fundadores dos outros hospitais e albergarias até que el-Rei D. Manuel lhe deu regimento em 24 de Junho de 1518. Igualmente o fez D. João III em 27 de Março de 1536...». Para o caso de Évora, o Padre António Franco, em *Évora ilustrada*, esclarece que «Houve nesta cidade ao menos doze hospitais, que antigamente chamavam albergarias. Cada uma tinha suas rendas especiais deixadas por seus instituidores. Ensinando os tempos, que as rendas eram mais dos administradores que dos enfermos, El-Rei D. João II alcançou do Papa unir a um só hospital os diversos que houvesse em alguma terra. Desde o ano de 1492 juntou os de Évora em um nomeado do Espírito Santo. O edificio começou El-Rei D. Manuel no seu primeiro ano de 1495. No Bulário 2º da Torre do Tombo ou Arquivo Real, folhas 5 verso, está a bula de Alexandre VI passada a 23 de Agosto de 1498, que a instância de El-Rei D. Manuel dá licença para se unirem ao chamado do Espírito Santo todos os hospitais de Évora. Entende-se que, por haver algumas dúvidas, El-Rei alcançou esta especial Bula mais autêntica» [edição de 1945, p. 371]. Cf. Mário Carmona, *op. cit.*, p. 352.

¹⁸² O ano de 1485 é tradicionalmente apontado como o da fundação do Hospital de Santa Maria do Pópulo, ainda que se não saiba «em rigor qual a cronologia exacta em que se começa a edificar o hospital leonorino das Caldas, apenas sendo possível comprovar documentalmente que a sua construção já se encontrava em desenvolvimento em 1485...» - Ivo Carneiro de Sousa, *A rainha D. Leonor (1458-1525). Poder, misericórdia, religiosidade e espiritualidade no Portugal do renascimento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002, p. 298. Rafael Moreira, por seu turno, sublinha que «a data de 1485 que é comum referir, é mera conjectura do cronista seiscentista Frei Jorge de São Paulo», referindo que a «carta régia de privilégio a 30 moradores que viessem povoar a villa das Caldas da rainha D. Leonor» foi dada em Beja, em 4

Pópulo, o primeiro hospital termal de que há notícia no mundo ocidental, aproveitando uma nascente de águas sulfurosas quentes¹⁸³ situada em terras da rainha, ou, nos domínios ultramarinos e na esfera de responsabilidade do Estado Português da Índia, a fundação do Hospital Real de Goa, que recebeu Regimento em 1520 e que virá a afirmar-se como o mais significativo estabelecimento hospitalar daquelas paragens, sobre o qual, em carta enviada ao monarca português em 1524, a Câmara goesa afirmava: «[o hospital] fez Francisco Pereira junto à porta de Santa Catarina desta cidade que ainda não sabemos nada melhor tirando o de Lisboa o que é grande refrigério para os enfermos com a boa provisão que tem e bem foi necessário estar feito pelos muitos doentes que vieram nesta armada...»¹⁸⁴. Como o texto deixa perceber, o «espiritual grande de Lixboa» era entendido já como o hospital de referência no espaço português.

A fundação das Misericórdias, em 1498, inaugurando «um movimento confraternal completamente diverso que, original e “moderno”, se deve afastar de influências e comunicações estreitas com a história das confrarias medievais portuguesas»¹⁸⁵, surge como um outro passo do projecto a que nos vimos referindo. Tradicionalmente imputadas à iniciativa pessoal de D. Leonor, interpretação que não colhe unanimidade na historiografia mais recente¹⁸⁶, as Misericórdias, «confrarias de leigos, por leigos geridas»¹⁸⁷ e tuteladas directamente pela Coroa, surgem inicialmente vocacionadas para a prestação de auxílio a todos os necessitados, dando prioridade aos presos e aos pobres. A estas atribuições virão juntar-se, através de diploma régio de 8 de Julho de 1503, responsabilidades no controlo da indigência, o mesmo é dizer na selecção daqueles a quem era reconhecido o direito à mendicidade¹⁸⁸, numa medida que revela o conhecimento que o poder político tem do fenómeno, não só enquanto área a

de Dezembro de 1488. Cf. Rafael de Faria Domingues Moreira – *A arquitectura do renascimento no Sul de Portugal. A Encomenda Régia entre o Moderno e o Romano*, p. 41.

¹⁸³ Cf. F. A. Gonçalves Ferreira, *op. cit.*, p. 70.

¹⁸⁴ Cf. *Ibidem*, p. 122.

¹⁸⁵ Ivo Carneiro de Sousa, *op. cit.*, p. 356.

¹⁸⁶ D. Leonor surge, no pensamento historiográfico da primeira metade do século XX, como a grande responsável pela fundação das irmandades da Misericórdia, assumindo um protagonismo que é matizado, na historiografia mais recente, por Joaquim Veríssimo Serrão ou por Isabel dos Guimarães Sá, entre outros, autores para os quais a fundação das Misericórdias resulta do empenhamento da Coroa, empenhamento este que não poucas vezes, se entrecruza com os interesses das elites locais na tutela e controlo das instituições de caridade. Cf. Isabel dos Guimarães Sá, *op. cit.*, pp. 13-17. Também Rafael Moreira considera que a intervenção da rainha deve ser entendida no âmbito da reforma assistencial empreendida pela Coroa, afirmando mesmo que D. Leonor terá sido «de facto, parceira devotada na obra de consolidação régia levada a cabo pelo marido». Cf. Rafael de Faria Domingues Moreira – *op. cit.*, p. 24.

¹⁸⁷ Laurinda Abreu, *op. cit.*, p. 15.

¹⁸⁸ *Ibidem*, p. 13.

exigir intervenção assistencial consequente, mas sobretudo enquanto elemento de instabilidade social que importa controlar. O movimento confraternal que se inaugura a 15 de Agosto de 1498, quando na capela de Nossa Senhora da Piedade da Terra Solta, no claustro da Sé de Lisboa, se funda a confraria dedicada à Virgem da Misericórdia, irá estender-se a todo o reino e, com o decurso dos anos, alargar substancialmente a sua área de intervenção¹⁸⁹, assumindo um protagonismo e uma centralidade no sistema assistencial português que o tornam único no contexto europeu. Estendendo, no espaço de um século, a sua actividade a todas as vertentes da assistência, incluindo a que respeita à gestão hospitalar¹⁹⁰, as Misericórdias surgem, no final do século XVI, como o principal vector da prestação assistencial em Portugal¹⁹¹, vindo igualmente a assumir-se como um importante veículo de sociabilidade em todo o período moderno, uma vez que provedores e mesários são recrutados «nas camadas mais influentes dos patriciados e grupos sociais dominantes dos meios urbanos metropolitanos e ultramarinos»¹⁹². Se, como pretende Isabel dos Guimarães Sá, «as Misericórdias fazem parte integrante da construção do Estado em Portugal»¹⁹³, não será apenas por se assumirem como as grandes protagonistas da caridade no país, o que terá criado condições para alguma uniformização no *modos operandi* da assistência portuguesa, mas também porque a natureza dos cargos, conferindo poder, prestígio e visibilidade, funcionou como um importante instrumento de estabilização social.

¹⁸⁹ Cf. Ivo Carneiro de Sousa, *op. cit.*, p. 331: «Apesar de nascerem e se desenvolverem para cumprir programas assistenciais e confraternais comuns, as Misericórdias não deixaram também de se afastar das suas funções e actividades confraternais originais, naturalmente crescendo, especializando o seu labor, institucionalizando a sua assistência...».

¹⁹⁰ A tutela simultânea, exercida a partir de 1564, das obras de misericórdia e dos estabelecimentos hospitalares, justificará a deferência que se observa no relacionamento entre as Misericórdias e outras organizações confraternais. Essa deferência é patente na visibilidade conferida aos «irmãos da Misericórdia» nas solenidades da Irmandade de São Jorge, fundada em Lisboa em 1558 e que agrupou sob a sua bandeira trinta e uma profissões do «ferro e do fogo», entre elas a de barbeiro sangrador. A esta deferência não será estranho o facto da Irmandade de São Jorge ter a sua sede no Hospital de Todos-os-Santos, regido já, em finais do século XVI, pela Misericórdia de Lisboa. Cf. Georgina Silva dos Santos, *Ofício e Sangue. A Irmandade de São Jorge e a Inquisição na Lisboa moderna*. Lisboa, Edições Colibri, Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 2005, p. 200-201.

¹⁹¹ A propósito do crescimento, em dimensão e influência, das Misericórdias, Laurinda Abreu recorda «que o “sistema” assistencial delineado por D. Manuel I sofreria ao longo do século XVI as transformações que viriam a fixar um modo de actuação que se manteria sem alterações substantivas até ao Liberalismo. Das etapas desse processo convém salientar as que foram estruturantes e que tiveram as Misericórdias como protagonistas: a autorização régia para que as Santas Casas pudessem acumular património que lhes permitisse custear as obras de caridade; a concessão e autonomia jurisdicional, oficializando o Concílio de Trento o seu estatuto de confrarias sob protecção régia e, portanto, isentas da tutela do Ordinário; a clarificação da sua situação jurídica ocorrida durante a regência do cardeal D. Henrique com a inclusão da prerrogativa papal no direito nacional; e, finalmente, a quase monopolização da gestão hospitalar, que se iniciou durante o governo deste mesmo cardeal, e que depois praticamente se concluiu durante o reinado de Filipe II». Laurinda Abreu, *op. cit.*, p. 14.

¹⁹² Ivo Carneiro de Sousa, *op. cit.*, p. 331.

¹⁹³ Isabel dos Guimarães Sá, *op. cit.*, p. 12.

Em suma, a reforma do sistema assistencial português, encetada por D. João II, criou condições para a emergência de uma rede confraternal consubstanciada nas Misericórdias que, ampliando e complexificando atribuições e responsabilidades ao longo do século XVI, se veio a assumir como a mais significativa estrutura de apoio às múltiplas e crescentes necessidades sociais. Em paralelo, fomentou a emergência de instituições maioritariamente vocacionadas para a prestação de cuidados de saúde, os hospitais, com o Hospital Real de Todos-os-Santos a surgir como o primeiro e mais significativo hospital geral da época moderna portuguesa.

O Hospital Real de Todos-os-Santos

«E no anno de mil e quatrocentos e noventa e dous a quinze dias do mes de Mayo mandou el-rey perante si fundar e começar os primeiros aliceces do esprital grande de Lixboa da invocaçam de Todolos Sanctos na maneira en que ora está feito, o qual lugar era horta do Moesteiro de Sam Domingos. E nos primeyros aliceces el-rey por sua mão por honrra de tam sancto, tam grande, e tam piadoso edeficio, lançou muytas moedas d' ouro. E esse dia andou todo ahi vendo como se começava e comeo em casa do conde de Monsanto que he pegada com ha orta do dito esprital.»¹⁹⁴

Quando, a 15 de Maio de 1492, se deu início à construção daquele que foi considerado por Damião de Góis, no seu *Urbis Olisiponis Descriptio* (1554), como o segundo dos sete grandiosos edifícios da Lisboa quinhentista, «magnanimamente construídos, por singular clarividência dos nossos reis, com incrível sumptuosidade»¹⁹⁵, um significativo caminho havia já sido percorrido pela Coroa no sentido de garantir a exequibilidade da obra. No plano externo, referimos já as acções junto da Santa Sé no sentido de obter a necessária anuência pontifícia para reafectar legados, acções de que não terá estado ausente, a partir de 1480, o Cardeal de Alpedrinha, D. Jorge da Costa¹⁹⁶.

¹⁹⁴ *Livro das Obras de Garcia de Resende*, pp. 371-372.

¹⁹⁵ Damião de Góis, *Descrição da Cidade de Lisboa*, p. 47.

¹⁹⁶ Parece-nos avisado não excluir a acção e a influência de D. Jorge da Costa da concessão das bulas que permitiram à Coroa portuguesa redireccionar patrimónios sujeitos à tutela do Direito Canónico. A proximidade que o Cardeal manteve, a partir de 1480, com diferentes pontífices e o seu interesse particular na problemática da assistência, aconselham essa perspectiva. Profundo conhecedor das instituições hospitalares italianas, D. Jorge colaborou na organização do Hospital de Santa Maria do Pópulo, nas Caldas de Óbidos e foi protector do Hospital de Santo António dos Portugueses, em Roma, instituição que reformou no ano de 1486, ocupando as obras de misericórdia um lugar de destaque na sua acção tanto no reino como em Roma, onde viveu o último quarto de século da sua longa vida. Cf. Fernando da Silva Correia, *op. cit.*, pp. 458-464. Apesar de D. Jorge da Costa poder ser identificado com «os Senhores que, chamando a si velhas prerrogativas, procuravam manter contida a acção régia», perspectiva que, associada à problemática do Beneplácito Régio, tem sustentado a ideia de uma inimizade inultrapassável entre o Príncipe Perfeito e o Cardeal de

No plano interno, ultrapassar resistências inevitáveis em qualquer processo de fusão e constituir um núcleo de oficiais capazes de garantir a sustentabilidade do novo hospital, a sua regulamentação e a sua gestão, numa perspectiva de serviço aos homens e a Deus, foram preocupações de D. João II, algumas delas vertidas no seu próprio testamento. Em matéria de financiamento da instituição, o rei determina que «todos os espūtaes da Cidade de lixboa se converterão em elle com todalas rendas e propriedades e cousas como mo them outorgado o Sancto Padre por sua Bulla Apostolica»¹⁹⁷, fazendo ainda doação «ao dito Espital dos meus lugares da Romeira e da Povia que são no termo da minha Villa de Santarem e de minha quintam de todos os Santos que soyã chamar quintam do Judeu que he a cerca do reguenguo da valada termo da dita villa de Santarem»¹⁹⁸, imóveis a integrar num conjunto de propriedades genericamente referidas no texto testamentário como «terras de pão», as quais deveriam render em cada ano cento e setenta justos de ouro de lei, quantia esta a suportar pelas receitas da feitoria de S. Jorge da Mina, enquanto o não pudesse ser pelo património a constituir. Quanto aos padroados das igrejas da Coroa, o testamento regista a vontade régia de que deles se encaminhassem para o Hospital de Todos-os-Santos «cento e setenta Justos douro de renda em cada hum Anno»¹⁹⁹, incumbindo o seu testamenteiro de «aver letra do Santo Padre que quaisquer pessoas que tiverem padroados e quiserem anexar ao dito Hospital ygrejas que em cada hum anno rendam cento e setenta justos alem de se paguarem delles as Vigayrias que o possa fazer»²⁰⁰, de molde a que o Hospital pudesse dispor de «renda pera a cura dos doentes e cousas que se nelle ouverem de fazer por serviço de Nosso Senhor»²⁰¹. De tais determinações transparece o propósito não apenas de assegurar, no imediato, fundos suficientes para a edificação e funcionamento do Hospital, mas também de eleger, com recurso ao exemplo régio, a nova instituição como potencial receptora de legados pios de variada tipologia e dimensão. Efectivamente, João Brandão escrevia que em 1552 «a Casa» tinha de renda «dois

Alpedrinha, na verdade «D. João II recorreu a D. Jorge a nível institucional pela via diplomática e do mesmo modo este lhe respondeu; não se conhecem agressões, mas antes diríamos que uma certa delicadeza norteou os respectivos contactos...». Manuela Mendonça, *D. Jorge da Costa, Cardeal de Alpedrinha*, Lisboa, Colibri, 1991, pp. 55-56.

¹⁹⁷ António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa, Provas*, tomo II, I parte, Coimbra, Atlântida - Livraria Editora, M.CM.XLVII, p 208.

¹⁹⁸ *Ibidem*, p. 209.

¹⁹⁹ *Ibidem*.

²⁰⁰ *Ibidem*.

²⁰¹ *Ibidem*.

contos de réis, que são cinco mil cruzados» em dinheiro de foros e doutras coisas, em pão e em vinho²⁰².

É ainda o testamento de D. João II a referir que servirá o Hospital de «lixboa de advocação de todos Santos pera remédio meu spūtal, e corporale dos pobres e enfermos»²⁰³, fórmula que permite perceber duas ordens de preocupações: a criação de um instituto capaz de fazer ombrear a assistência espiritual com a prestação de cuidados direccionados ao corpo de quem sofre, mas também a procura da graça divina através da obra pia, constituindo-se o Hospital como salvaguarda do próprio rei em matéria de salvação, definindo o instituidor a incumbência de que «nesse dito espūtal se diga cada hum dia hũa myssa rezada a qual seja cantada com todas as festas de Nosso Senhor e de Nossa Senhora e de Sanct Miguel e dos Apostolos e de Sam jorge e de S. Christovão e de Santo António e S. bēto e dia de todos Santos e dia dos finados»²⁰⁴. Digna de nota é ainda a afectação do Hospital a objectivos penitenciais relacionados com uma das obras de misericórdia, a remissão de cativos²⁰⁵.

A ser assim, o que de moderno e único poderemos perceber no testamento de D. João II, no que ao Hospital de Todos-os-Santos respeita? Naturalmente que a determinação em manter sob tutela da Coroa a gestão da instituição. Mas o que nos parece mais revelador de um pensamento que rompe com a anterioridade será a forma de idealizar o novo espaço hospitalar, trazendo para a capital portuguesa ideias e modelos cuja influência o rei não pretende escamotear - «mando que se faça o dito espūtal na maneira que é começado [...] o qual queria que pouco mais ou menos seguisse o regimento que se them em florença e sena...»²⁰⁶. O contributo da Itália renascentista na concepção do hospital do Rossio parece insofismável. A ele voltaremos.

No período que decorreu entre a emissão da primeira bula papal (1479) e o início da construção (1492), encontramos registo de oficiais nomeados pelo rei para o serviço do Hospital. João Álvares Porto Carreiro terá exercido funções de tesoureiro, segundo se depreende de carta datada de 6 de Janeiro de 1484, através da qual D. João II

²⁰² João Brandão (de Buarcos), *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*, p. 131.

²⁰³ António Caetano de Sousa, *op. cit.*, p. 208.

²⁰⁴ *Ibidem*.

²⁰⁵ «Outro sim tanto que o dito spūtal for acabado mando que oy em diante em cada hum ano se tyrem dous captivos portugueses dos mais desamparados que se acharem e se tragaõ ao ditto Espūtal a tempo que possaõ começar a servir nas vespuras do dia de todos sanctos e esse dia lhes dem novamente de vestir e não façaõ as barbas ou cabellos por mayor lembrança de em cada hum ano se tirarem dous captivos da terra de mouros e darem licença aos que tiverem servido no Hospital hum anno cumprido e mandelhes que tenhaõ continuadamente os cirios em as vespuras à Magnificat em os dias que por ordenança se ouverem de teer e asy aas missas todo aquelle anno ate o outro dia de todos Santos em que os outros dous aõ de começar de servir». Idem, *ibidem*, p. 209.

²⁰⁶ *Ibidem*, p. 208.

recomenda à Câmara de Lisboa «que se fizesse a limpeza da cidade de modo a não haver maus ares e que se para tanto não houvesse dinheiro, ele escreveria a João Álvares Porto Carreiro, cavaleiro da sua casa, para que até o emprestasse do que tinha e estava destinado ao Hospital»²⁰⁷. A Manso Rodrigues coube desempenhar as funções de escrivão, cargo para que foi nomeado por alvará de 10 de Maio de 1484²⁰⁸, sucedendo-lhe Afonso de Freitas, em 15 de Fevereiro de 1492²⁰⁹. Mas terá sido Estêvão Martins, oficialmente nomeado provedor do Hospital em 1 de Junho de 1502²¹⁰ mas cuja relação com a instituição se encontra documentada a partir de 1492, um dos grandes obreiros do projecto joanino. Mestre-escola e Cónego na Sé de Lisboa, Provedor-Mor e Juiz dos Hospitais, Albergarias, Confrarias e Capelas da cidade de Lisboa, Estêvão Martins foi homem da privança de D. Afonso V²¹¹ e «um dos conselheiros junto de D. João II de maior valia para a fundação do Hospital, como depois junto de D. Manuel para a sua organização e elaboração do Regimento»²¹². É Estêvão Martins que encontramos a reunir capitais para a obra do Hospital, em 1492, presidindo a aforamentos de bens da Coroa ou de capelas, albergarias e hospitais, ou a tomar posse, em 1497, dos móveis e bens de raiz de sinagogas e mesquitas de Lisboa²¹³, ou ainda, em 1501, já então residindo no Hospital do Rossio, a aforar casas pertencentes ao antigo Hospital dos Sapateiros de Correia²¹⁴.

D. João II não chegou a ver concluídas as obras daquele que foi seguramente o seu maior projecto arquitectónico: o Hospital de Todos-os-Santos, erguido em terrenos

²⁰⁷ Mário Carmona, *op. cit.*, p. 53.

²⁰⁸ IANTT, *Chancelaria de D. João II*, livro 23, fl. 98 v. Mário Carmona (*op. cit.*, pp. 53-54) defende que Manso Rodrigues já exercia o cargo na data em apreço, baseando a sua interpretação no facto da carta régia utilizar a fórmula «[...] a Manso Rodrigues, escudeiro, morador em Lisboa o damos ora novamente por escrivão do Hospital Grande que agora temos ordenado [...]». Todavia, a expressão “novamente” não quereria significar, na cronologia em apreço, continuidade mas novidade, pelo que Manso Rodrigues era então nomeado como «o novo» escrivão.

²⁰⁹ IANTT, *Chancelaria de D. João II*, livro 17, fl. 91 v.

²¹⁰ IANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 35, fls 33 v.

²¹¹ Estêvão Martins ou “Estevam Marim”, acompanhou D. Afonso V na sua viagem por terras de França. Cf. Damião Peres, *História de Portugal*, vol. III, Barcelos, Portucalense Editora, MCMXXXI, p. 151.

²¹² Mário Carmona, *op. cit.*, p. 61.

²¹³ São diversos os documentos régios que fazem reverter a favor do Hospital de Todos-os-Santos bens patrimoniais confiscados ou quantias provenientes do pagamento de «perdões». Recorde-se aqui o Alvará de 20 de Dezembro de 1497, confirmado por Carta Régia de 17 de Agosto de 1665, «que faz doação ao Hospital de todos os bens moveis, e de raiz, Mesquitas, e Sinagogas, que os Mouros possuíam em Lisboa» (IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 2703, fl. 5v.). Esta doação é alargada, por Alvará de 18 de Junho de 1501, aos bens confiscados à comunidade judaica (*Ibidem*, fl. 6-6v.). Dos cristãos que, nas terras do Novo Mundo, encetaram relações pessoais «menos recomendáveis» pelos padrões étnicos e religiosos, também ao Hospital chegaram dividendos. Em Alvará de 9 de Fevereiro de 1547 integrava-se no património hospitalar «as fazendas que forem tomadas aos Christãos, que passarem a viver com os Negros Gentios» (*Ibidem*, fl. 8). Já em 1516, um outro Alvará de 8 de Outubro definia que «os Christãos que tiverem passado a viver com os Negros Gentios, e depois voltarem, paguem por seus perdões dez cruzados para o Hospital» (*Ibidem*, fl. 8).

²¹⁴ Cf., *ibidem*, pp. 55-56.

então pertença do mosteiro de S. Domingos, com um traçado e volumetria que marcaram durante quase três séculos a paisagem lisboeta.

No dizer de João Brandão, a 25 de Outubro de 1495, data da morte de D. João II, estavam apenas «as paredes engalgadas»²¹⁵ na obra que avançava no Rossio: «como Príncipe piedoso, querendo prover e pondo por obra, e vendo como aquela parte do Ressio estava despejada e sítio bom para se fazer a tal obra como ora está edificada, o qual era dado pelos Reis passados a São Domingos, e por lhe não quebrar sua posse lhe pediu aquele sítio em que ora está assentado, e os Padres lho deram, e por ele lhe deu certos moios de trigo e cevada e certas casas»²¹⁶. Estamos perante um acordo que permite à Coroa recuperar terrenos cedidos à comunidade monástica dominicana, mediante uma indemnização que será disponibilizada já no reinado de D. Manuel²¹⁷.

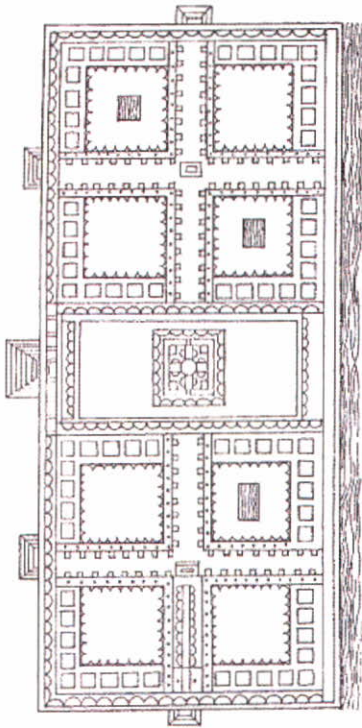


Figura nº 4

Hospital Maior de Milão²¹⁸
(Filarete, 1460-1464)

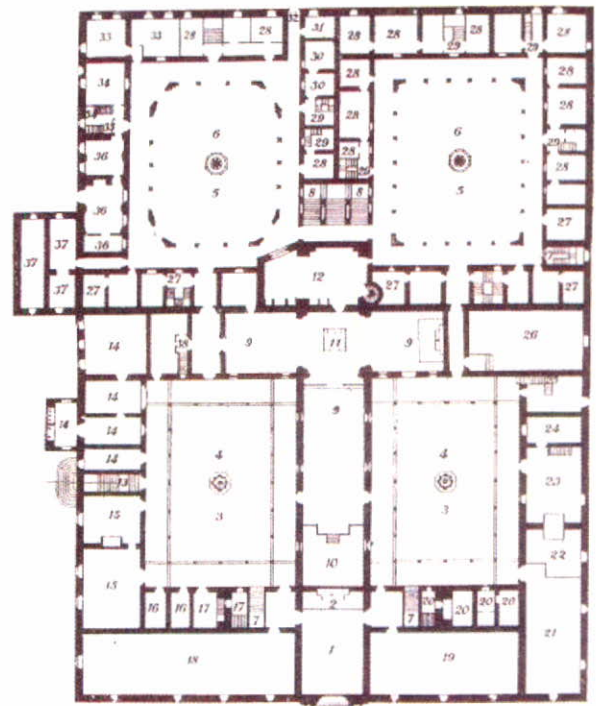


Figura nº 5

Hospital de Santiago de Compostela²¹⁹
(Enrique Egas, 1501)

²¹⁵ João Brandão, *op.cit.*, p. 124.

²¹⁶ *Ibidem*, p. 123.

²¹⁷ Cf. Augusto da Silva Carvalho, *op. cit.*, p. 259 e seg.

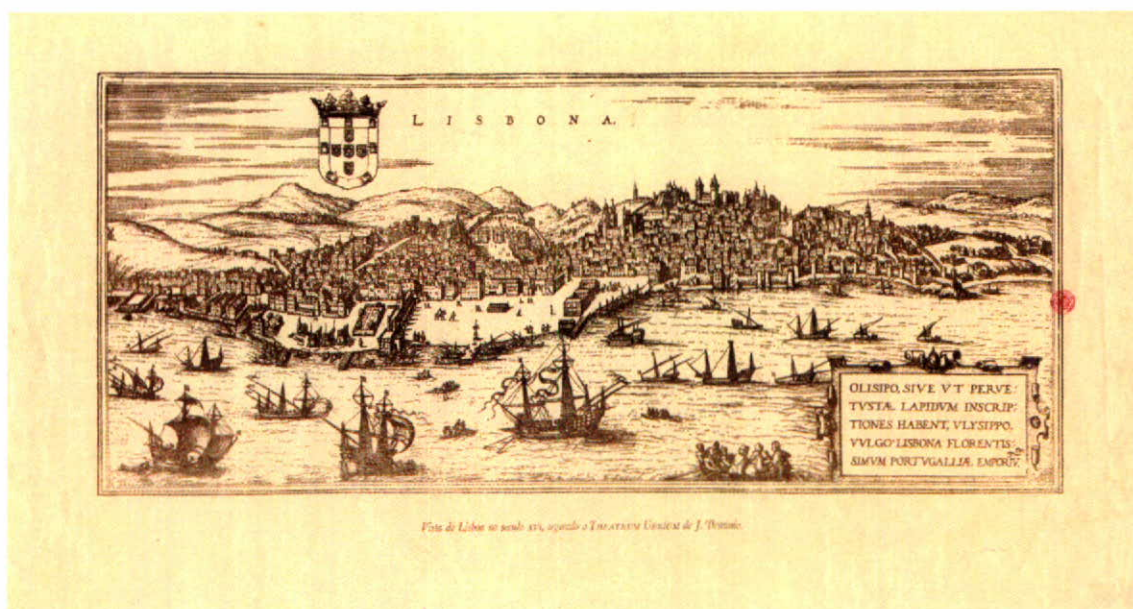
²¹⁸ Ana Cristina Leite, «O Hospital Real de Todos-os-Santos – História de um Hospital», in Paulo Pereira (dir.), *Hospital Real de Todos-os-Santos – 500 anos. Catálogo*, Lisboa, Museu Rafael Bordalo Pinheiro, Câmara Municipal de Lisboa, 1993, p. 14.

²¹⁹ Planta datada de 1807. J. Santiago Sanmartín Míguez, «La antigua botica del Hospital Real», in Mercedes Rozas (coord. geral), *El Hospital Real de Santiago de Compostela y la hospitalidad en el Camino de Peregrinación*, p. 455.

renascentista italiano se imporá no espaço ibérico²²⁴, como o comprovam os casos de Santa Maria do Pópulo (1485), em Óbidos, Valência (1493), Saragoça (1496), Lisboa (1492), Santiago de Compostela (1501) com fortes influências do hospital lisboeta e do estilo manuelino, Santa Cruz de Toledo e Granada (1504), Tavera de Toledo (1540) ou ainda o Hospital das Cinco Chagas (1545), em Sevilha, este projectado por Francisco Rodríguez Cumplido a partir de uma planta do Hospital Real de Todos-os-Santos²²⁵.

A dimensão e centralidade do Hospital de Todos-os-Santos está absolutamente comprovada por descrições e representações iconográficas diversas, ainda que não exactamente coincidentes, bem como pelos trabalhos arqueológicos levados a cabo, na zona do Rossio / Praça da Figueira, em 1953 e 1960²²⁶. É numas e noutros que se fundamentam a planta e a maquete conjecturais do edifício.

Figura nº 8 - A cidade de Lisboa conforme a interpretou e publicou Georgius Braun, em 1572, no seu *Theatrum urbium praecipiarum mvndi*, volume 1, *Civitates urbium Terrarum*.



²²⁴ Mercedes Cabanas deixa claro que «el programa hospitalario de la España del siglo XV recuerda al de la Italia de la segunda mitad del *Quattrocento*, donde se comenzaron a elevar grandes hospitales em las ciudades importantes siguiendo la tipología de cruz griega iniciada en Santa Maria la Nuova de Florencia». Mercedes Insua Cabanas, *op. cit.*, p. 67.

²²⁵ Rafael Moreira, *op. cit.*, p. 24.

²²⁶ Irisalva Moita foi responsável pelos trabalhos arqueológicos levados a cabo na zona do Rossio / Praça da Figueira em dois momentos distintos: em 1953, por ocasião de obras no interior do restaurante “Irmãos Unidos”, situado no quarteirão Oeste da Praça da Figueira, foi identificada a escadaria de acesso à Igreja do Hospital; em 1960 são as obras do Metropolitano que permitem descobrir e estudar um campo arqueológico correspondente a pouco mais que o quadrante Noroeste da Praça da Figueira e à Rua do Amparo. Cf. Irisalva Moita, “As escavações de 1960 que puseram a descoberto parte das ruínas do Hospital Real de Todos-os-Santos”, p. 21.

Inscrita num quadrado com 116 metros de lado, a grande cruz grega que tipifica o conjunto albergava a nave da igreja, com 50 metros de comprido e 20 metros de largo e fachada virada ao Rossio. No mesmo eixo, no braço da cabeceira, por detrás do altar, situou-se a enfermaria de S. Vicente, com 35 metros de comprido por 8 metros de largo. Nos braços laterais, à direita a enfermaria de S. Cosme, com 28 metros de comprido por 8 metros de largo e, à esquerda, a enfermaria de Santa Clara, com dimensões idênticas à de S. Cosme²²⁷.

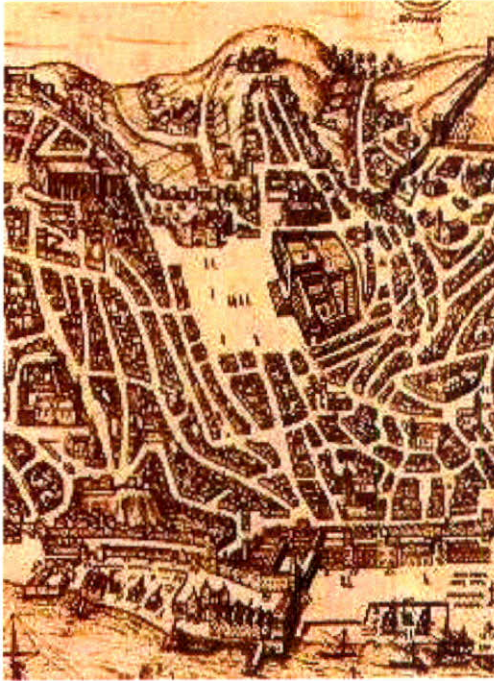


Figura nº 9 (à esquerda)

O Hospital de Todos-os-Santos marca, pela sua dimensão e centralidade, a paisagem lisboeta.

Recorremos ainda a Braun, desta feita à edição de 1593, volume 5 – *Urbium praecipiarum mundi theatrum* [pormenor].



Figura nº 10 (à direita)

**Hospital de Todos-os-Santos.
Maqueta conjectural
policromada
da autoria de
Carlos Loureiro,
sob desenhos preparatórios de
Carlos Ribeiro.**

Museu da Cidade – Lisboa

²²⁷ Cf. Irisalva Moita, *op. cit.*, pp. 41-42.

serventia destinada à remoção de cadáveres, de molde a ocultar dos enfermos hospitalizados a visão do corpo morto, evitando assim causar-lhes perturbação²²⁹.

Santa Clara foi, no início de Quinhentos, uma enfermaria de mulheres bivalente, com camas destinadas a «febres» e a «feridas». Já no que respeita ao sexo masculino, São Cosme acolheu «feridos», enquanto São Vicente se vocacionava para «febres»²³⁰.

Além destas três enfermarias, há a registar a existência de um serviço perspectivado para albergar, em dois compartimentos distintos, um para cada sexo, doentes portadores de «mal gálico». O cuidado de criar, através do *Regimento* inicial, compartimentos apartados então designados como «Caza das Boubas»²³¹, revela a muito preocupante prevalência da sífilis em finais do século XV, de tal forma que Ruy Dias D'Ysla, físico andaluz que exerceu funções no Hospital de Lisboa e que consagrou ao «mal gálico» particular atenção, viria a publicar, em 1539, o «Tractado cōtra o mal serpentino: que vulgarmente em España es llamado bubas que fue ordenado en el ospital de todos los santos d Lisboa», sendo esta primeira edição, impressa em Sevilha, na casa de Domenico de Robertis, dedicada a D. João III. A esta incidência não será estranho o facto de Lisboa se apresentar como um dos mais importantes portos de então, plataforma de e para o Novo Mundo, com significativa concentração de população flutuante de diversas origens que se constitui como foco de disseminação de uma doença cujos efeitos o Hospital lisboeta procura atalhar. É ainda Ruy Dias D'Ysla a referir que, em companhia do então provedor Gonçalo de Miranda, percorria «as portas das igrejas e mosteiros à procura dos infectados de sífilis, para os trazer para o hospital»²³².

O polígono rectangular onde se inscreve a cruz a que nos vimos referindo é definido por um conjunto de edificios identificáveis na maqueta conjectural, permitindo,

²²⁹ «Item tanto que falecer algum doente e tiver necessidade tal per que se lhe deva fazer o dito Enfermeiro mayor mandará levar aos Enfermeiros pequenos, e amortalhaoham, e requererão ao Espritaleiro o lencol q haja de hir á Cova, por q mandamos que seja dado a cada hum finado seu lançol, em q vá á cova, e em q seja enterrado, em todo o mais o corregerem, segundo q em tal auto, e tempo se requiere, e como se costuma fazer, e tiralo ham do leito onde gouber pelo corredor q está detraz dos leitos por q os outros doentes os não possam ver, nem recebam por isso torvaçam, e lavarão o tal finado á Igreja pelas crastas por baixo, e o meteram pelas portas traveças e não por nenhuma das Enfermarias e fazerham em tal maneira, q os doentes que ficarem não possam ver os taes falecidos, e logo como o tal doente fallecer, quer seja de dia, quer de noute cumprirá o dito Enfermeiro mayor em o amortallar, e correger todo o q dito he, e o levarão logo á Igreja, por q asy se possa escuzar torvação aos outros doentes, e não saibam se fosse, como ali estava o tal fallecido». *Regimento do Hospital de Todos-os-Santos*, ed. 1984, p. 72.

²³⁰ Trata-se, afinal, da divisão das enfermarias por valências hospitalares, no caso vertente em serviços de Cirurgia e de Medicina.

²³¹ *Regimento do Hospital Real de Todos-os-Santos*, p. 21.

²³² Maximiano Lemos, *História da Medicina em Portugal, Doutrinas e Instituições*, vol. I, p. 135.

em articulação com os braços da cruz, a organização de quatro pátios interiores ou claustros delineados com arcos de cantaria. Estes claustros, «com jardins muito aprazíveis»²³³, para lá de facilitarem a circulação no interior da instituição, constituíam focos de arejamento e de iluminação, sendo a sua concepção consonante com as teorias higienistas sustentadas à época.

É nestes edifícios, que demarcam o perímetro do conjunto principal, que vão funcionar a já referida «Caza das Boubas», possivelmente situada a Norte do claustro Noroeste²³⁴, paredes-meias com a Ermida de Nossa Senhora do Amparo, bem como a Casa das Águas, local onde o Físico recebia e consultava, duas vezes por dia, quantos recorriam ao Hospital, consulta que se limitava então ao exame da urina e à palpação do pulso, mas que nos surge como um primeiro esboço de serviço de urgência e de consulta externa, enquanto local definido para atendimento sanitário. Era esta «consulta» que determinava, ou não, o internamento, sendo devido aos enfermos que procuravam o hospital «todo o conselho, e remédio [...] para suas curas»²³⁵. Na fachada principal, virada ao Rossio, funcionaria a Botica, «com acesso fácil ao exterior, pois, ainda que privativa do Hospital, servia também o público em geral»²³⁶. Também em aposentos virados ao Rossio ou à Rua da Betesga, terão residido alguns merceeiros e merceeiras que, por integração dos pequenos hospitais a que estavam adstritos, passaram a cumprir as suas obrigações espirituais sob responsabilidade do Hospital de Todos-os-Santos²³⁷, sendo o próprio *Regimento* a fazer menção a «mulheres Mercieiras, q no dito Esprital estiverem»²³⁸. Em matéria de aposentos, e de quem neles residia, algo mais haverá a dizer. De facto, o *Regimento* de 1504 determina que a esmagadora maioria daqueles que na instituição exercem funções, nela residam, permitindo assim uma maior disponibilidade para o serviço dos enfermos²³⁹ e algum cuidado no cálculo

²³³ É Damião de Góis quem o afirma, na *Descrição da Cidade de Lisboa*, p. 48.

²³⁴ Cf. Irisalva Moita, *O Hospital Real de Todos-os-Santos, Enfermarias, Aposentadorias, Serviços*, p. 42.

²³⁵ «Item o Fizico do dito Esprital será obrigado pelo Sollario, q o dito Esprital hade vezitar, e ver todosos enfermos q á porta do Esprital vierem, e de aly á porta lhe ver suas agoas, e tomar seus pulsos, a dar todo conselho, e remédio, q para suas curas lhe parecer compridouro, em toda consolação, e boa vontade todas, e quantas vezes aly vierem, sem mais os taes do dito Esprital, haverem se avezitaçam do seu Fizico na maneira q dito he». *Regimento do Hospital de Todos-os-Santos*, p. 49.

²³⁶ Irisalva Moita, *ibidem*, p. 43.

²³⁷ Os Hospitais de Tareja Anes e do Conde D. Pedro e o de D. Maria de Aboim são dois dos casos em que merceeiros e merceeiras passaram a constituir responsabilidade do Hospital de Todos-os-Santos, mas outros terá havido. Admitimos que a Mercearia de D. João II, cuja localização se desconhece, possa ter funcionado no Hospital.

²³⁸ *Regimento do Hospital de Todos-os-Santos*, p. 24.

²³⁹ Esta exigência de disponibilidade é clara no *Regimento* quando estabelece o salário do cirurgião residente: «Item ordenamos que haja no dito Esprital dous Sollorgiaes, com bem a saber hum que seja obrigado de viver, e viva dentro no Esprital nas cazas que lhe sam ordenadas, e outro que viva de fora, ao que ha de viver dentro por que ha de ter mais comum trabalho, ordenamos de seu

do salário a cada um devido, uma vez que nele se consideram o alojamento e a alimentação. Nesta determinação incluem-se um Físico e um Cirurgião, o que significa que o Hospital de Todos-os-Santos, rompendo com a tradição medieval, passa a ser um dos primeiros estabelecimentos hospitalares do mundo Ocidental com pessoal médico próprio e residente, o mesmo é dizer que estamos, no início do século XVI português, perante uma das primeiras estruturas medicalizadas do universo cristão.

Agrupámos os cinquenta e seis profissionais referidos no *Regimento* inicial em 4 grandes grupos, conforme o teor das funções que desempenhavam:

Quadro nº 1 – Pessoal do Hospital de Todos-os-Santos, segundo o *Regimento* de 1504.

Corpo religioso

2 Capelães	Obrigação de celebrar missas na Igreja do Hospital, de ministrar os sacramentos a todos os pobres enfermos ou sãos, ouvir as confissões dos doentes, proferir as orações fúnebres. Um dos capelães exercerá funções de Cura, cabendo ao outro as de Tesoureiro da Igreja. Compete ainda ao Cura fazer o registo de entrada dos enfermos, registando também a composição do espólio, em dinheiro e em vestido, espólio esse que deverá ser entregue ao Espritaleiro. É também o Cura que elabora o testamento de cada enfermo.	6\$000/ano + A + R
2 Moços de Capela	Ajudam nas missas, nos funerais e em tudo o mais para que forem requeridos pelos capelães, tendo a seu cargo a limpeza da Igreja e da sacristia.	2\$000/ano + A + R

Corpo Administrativo

1 Provedor	O Provedor do Hospital, «por ser couza tam grande, e de tão grande maneo [...] deve ser pessoa honrada, e de bom saber, e zellozo de todo o bem caridozo, e de grande recado», devendo ser um clérigo ou, sendo leigo, não ser casado. Deverá prover e governar todas as coisas do Hospital, de modo a garantir que os enfermos «sejam muy bem curados, e providos em suas necessidades, e consolados com boas palavras». Ao Provedor são conferidos pelo rei plenos poderes para decidir sobre património, aquisições, despedimento e contratação de pessoal, aplicação de sanções disciplinares e tudo o mais que se revelar necessário, sendo também o Provedor o responsável pela qualidade dos cuidados prestados a cada enfermo, quer acompanhando os médicos nas suas visitas, quer certificando-se da boa qualidade da alimentação, do cumprimento das normas de higiene, etc.	30\$000/ano + A
1 Veador	Apoio ao Provedor nas tarefas de administração, exercendo uma apertada vigilância no que respeita à alimentação dos enfermos, aos produtos utilizados na confecção das refeições, no cumprimento das prescrições médicas e em matéria de aquisição de géneros.	8\$000/ano + A + R
1 Almojarife	Recolhe as rendas do Hospital, em dinheiro ou em géneros, bem como todas as esmolas e doações de vária ordem.	12\$000/ano + A

mantimento por anno doze mil reaes, e ao que há de viver de fora seis mil reaes, ao sollorgiam que ha de viver dentro ordenamos pelo mais trabalho, que asy ha de ter dous moços que o ajudem [...]». *Regimento do Hospital de Todos-os-Santos*, p. 20. A ideia de disponibilidade é ainda expressa por Damião de Góis, ao afirmar que «Junto ao hospital estão umas casas, ou dependências, para diversas categorias de empregados: tesoureiros, procuradores, médicos, farmacêuticos, e outros funcionários; assim, em qualquer emergência ou necessidade, estão sempre disponíveis e poderão prestar serviço aos doentes, de dia ou de noite, com diligência e rapidez». Se bem que publicado em 1554, o texto confirma a letra do *Regimento*. Damião de Góis, *op. cit.*, p. 49.

1 «Escrivão dante o Provedor» ²⁴⁰	Exerce funções de notariado, nomeadamente realizando as escrituras de empraçamento de propriedades e tudo o mais que se relaciona com o património do Hospital.	?
1 Escrivão	Apoio ao Provedor e ao Almojarife, cabendo-lhe o registo da receita e da despesa.	12\$000 + A

Corpo clínico, de enfermagem, de botica e ajudantes

1 Físico	Deve visitar os doentes internados duas vezes ao dia, uma de manhã e outra de tarde, sendo acompanhado pelo Enfermeiro Maior de cada enfermaria, pelo Provedor, pelo Veador, pelo Espritalheiro, pelo Boticário e por mais pessoal definido no Regimento. Na visita são definidas a dieta e as mezinhas a aplicar a cada enfermo. O Físico é ainda obrigado a atender todos os doentes que procurarem o Hospital.	18\$000/ano + A
1 Cirurgião residente	Regra geral, as obrigações impostas ao Físico aplicam-se aos Cirurgiões. Quanto ao Cirurgião residente, deverá ainda, em cada dia, ler uma lição aos «dous mossos que hade ter [...] para aprenderem theorica, e pratica».	12\$000/ano + A
1 Cirurgião externo		6\$000
2 Ajudantes de Cirurgia	Para além de ajudarem o Cirurgião residente nos diversos tratamentos, devem aprender as lições que lhes são ministradas depois das visitas às enfermarias, de modo a «ficar ensinados para o serviço do dito Esprital».	2\$000/ano + A + R
4 Enfermeiros Maiores	São três das enfermarias «de dentro» e um das «Caza das Boubas». Responsáveis pelas enfermarias e cuidados aos doentes, apoiam o físico e cirurgiões, devendo acompanhá-los nas visitas. São os Enfermeiros Maiores os organizadores / prestadores dos cuidados dispensados aos enfermos hospitalizados, cabendo-lhes também as tarefas de preparação dos cadáveres para inumação.	6\$000/ano + A + R
7 Enfermeiros Pequenos	«Ajudadores» dos Enfermeiros Maiores, sendo dois para cada uma das enfermarias «de dentro» e um para a «Caza das Boubas».	2\$000/ano + A + R
1 Enfermeira das mulheres	Cuidados às mulheres.	3\$000/ano + A + R
1 Ajudante de Enfermeira	Ajuda a enfermeira das mulheres.	3\$000/ano + A + R
1 Boticário	Responsável pela Botica, deve ser «homem q saiba muy bem o Officio, e tenha a pratica delle» de molde a assegurar a rápida e eficaz preparação das mezinhas.	15\$000/ano + A
3 Ajudantes de Botica	Ajudam o Boticário nas preparações e na higiene da Botica.	3\$000/ano + A + R
1 Barbeiro e Sangrador	Encarregue de barbas, tosquia e sangria dos doentes.	3\$000/ano
1 Cristaleira	Aplicava clisteres.	3\$000/ano + A + R

Outros

1 Porteiro	Guarda portas.	4\$000/ano + A + R
1 Despenseiro	Encarregue da despensa, é ele que recebe do Veador as tábuas com as dietas dos doentes e das refeições a servir aos trabalhadores do Hospital, no Refeitório, dispensando para as cozinhas os géneros necessários.	6\$000/ano + A + R

²⁴⁰ O *Regimento* afirma que «não hade haver mantimento algum pelo Proveito de seu Officio». Todavia, tal como se virá a verificar com os Procuradores, admitimos que este Escrivão, que exerce afinal funções de natureza notarial, não seja considerado como pertencendo ao «quadro» do Hospital, o que justificará que o Regimento lhe não determine vencimento.

1 Espritaleiro	É o hospitaleiro. Encarrega-se da roupa do serviço do Hospital, supervisionando as tarefas de lavagem, confecção, reparação, armazenamento e distribuição. Tem ainda funções de fiscalização sobre a higiene de todo o Hospital, competindo-lhe ainda, duas vezes por dia, visitar as enfermarias, «para ver se os Enfermeiros cumprem o q por bem de seus Officios devem».	12\$000/ano + A
1 Espritaleira ²⁴¹	O Capítulo XV do Regimento, que lhe é dedicado, não esclarece o teor das funções. Pensamos, todavia, que estas se prendem mais directamente com a distribuição das roupas, uma vez que se lhe exige que sirva «no dito Officio em todas horas, e tempo q for requerida todolos doentes, e Enfermos q ouver no dito Esprital, a qual fará o serviço do seu Officio, com toda caridade».	A + R
1 Alfaiata	É a costureira. Confecciona ou coze a roupa.	4\$000/ano + A + R
1 Lavadeira	Lava a roupa que o Espritaleiro lhe destinar.	4\$000/ano + A + R
1 Cozinheiro	É responsável pela confecção dos alimentos, tendo 3 ajudantes.	6\$000/ano + A + R
3 Ajudantes de Cozinha	Ajudam o cozinheiro.	3\$000/ano + A + R
4 Escravos	Varrem e desempenham tarefas menores.	A + R + V
2 Escravas	Ajudam a lavadeira.	
1 Atafoneiro	Executam tarefas relacionadas com a feitura do pão, devendo o Provedor contratar pessoas «q muy bem saibam servir nos ditos Officios, e o faça com toda a fieldade».	242
1 Amassadeira		
1 Fomeira		
4 «pessoas»	Executam tarefas auxiliares.	3\$000/ano + A + R
Legenda: A – alojamento; R – Alimentação; V – vestuário.		

A leitura do quadro que apresentamos, necessariamente sintético e que abdica de uma melhor caracterização das funções e das responsabilidades a cada um atribuídas, não deixa, mesmo assim, de sugerir algumas observações. A primeira delas será, para os primeiros anos do século XVI, o carácter leigo da instituição, o que parece contrariar a ideia, tantas vezes repetida, de uma identificação quase incontestável entre a prestação de cuidados de saúde e o universo religioso, nomeadamente o mundo monástico²⁴³. Nos

²⁴¹ O Regimento não lhe atribui uma remuneração em dinheiro.

²⁴² Vencem por «soldada», cabendo ao Provedor definir o seu montante.

²⁴³ A perspectiva que faz associar a prestação de cuidados de enfermagem a religiosos e religiosas parece ser dominante nos estudos que abordam a problemática da prestação de cuidados de saúde na Idade Média e na Época Moderna. O século XVI assiste mesmo a um esforço de renovação da enfermagem de matriz religiosa, sendo fundadas, no Ocidente, mais de uma centena de ordens com o fim específico de prestar cuidados de enfermagem, na maioria dos casos em ambiente hospitalar. Se algumas destas ordens tiveram existência efémera, outras há que desempenharam uma actividade muito relevante. Recordem-se a Ordem Hospitaleira dos Irmãos de São João de Deus, fundada em Espanha, em 1538, pelo montemorense João Cidade e que ainda hoje disponibiliza um muito significativo trabalho em matéria de hospitalidade, a Ordem dos Ministros dos Enfermos, criada em Itália por São Camilo de Lellis e que logo em 1590 teve um desempenho de destaque em Roma, por ocasião de um surto epidémico, ou ainda a Congregação das Irmãs da Caridade, organização vocacionada para a enfermagem comunitária, criada, em Paris, por São Vicente de Paula. Cf. DONAHUE, M. Patricia, *Historia de la Enfermeria*, tradução da edição original por Maria Picazo e Cármen Hernández, Barcelona, Ediciones Doyma, 1985, pp. 216-220. Ao contrário do que se

requisitos para o exercício de funções no Hospital, para lá naturalmente dos dois capelães, a condição de religioso ou religiosa apenas é aconselhada para o cargo de Provedor, podendo, ainda assim, aquele cargo ser desempenhado por um leigo, desde que não casado. Aqui, serão certamente exigências de dedicação exclusiva a ditar as regras. Mas é o próprio *Regimento* a dissipar dúvidas quanto à existência de leigos no serviço hospitalar, ao regular que os oficiais casados, que vivem «com suas mulheres em seus apozentamentos»²⁴⁴, não utilizem o Refeitório do Hospital, devendo tomar as suas refeições no recato do espaço que habitam. Razões de ordem moral assim determinam, uma vez que esta norma se estende às mulheres que no Hospital vivem e trabalham - «E nesta mesma maneira mandamos q se faça ás mulheres Mercieiras q no dito Esprital estiverem, e as outras mulheres Officiaez do dito Esprital, asy como Cristaleira, Lavandeira, Alfayata e Enfermeira, por q estas não seria razão nem couza honesta comerem no dito Refeitório, onde he ordenado q comam todas as pessoas, e Officiaes do dito Esprital, e asy mandamos ao Proveador que em todos tempos o Cumpra e Guarde»²⁴⁵. Acreditamos que é também a pensar em homens e mulheres comuns, que não desenvolveram hábitos de disciplina de vida em comunidade, que o rei determina que «antre as pessoas, e Officiaes do dito Esprital não haja nenhum escândalo, e vivão em todo concerto, e boa Ordem, sem antre elles haver mexericos, nem couza de q se possa seguir escândalo algum e asy mesmo q nom haja hy brados, nem mulheres bradadeiras, nem bravas nem couza semelhante»²⁴⁶. Estamos, portanto, perante uma instituição onde a prestação de cuidados é assegurada por um corpo de funcionários que obedece a normas regimentais, que auferem um vencimento e que se integra em profissões e em categorias profissionais perfeitamente definidos.

Uma outra observação que se impõe relaciona-se com o regimentado para as funções de enfermagem, surgindo como recomendação transversal a todo o processo de prestação de cuidados a problemática da higiene – «Item sam os ditos [Enfermeiros] de lavar os doentes todas as horas, e tempos q lhe cumprir, ou pelo Fizico for mandado, e de os Banhar com os lavatórios, e banhos, q o Fizico mandar, de maneira, q estem nos leitos em toda limpeza, por q esta he huma das principaes couzas, q aproveita aos doentes, e de q os Enfermeiros devem ter mayor cuidado»²⁴⁷. É, talvez, em termos de

verificou, por exemplo, no parisiense «Hôtel Dieu», o Hospital de Todos-os-Santos não prevê, no seu Regimento, um corpo de enfermeiros religiosos e não adoptou, no início do século XVI, esta solução.

²⁴⁴ *Regimento do Hospital de Todos-os-Santos*, p. 23.

²⁴⁵ *Ibidem*, pp. 23-24.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 44.

²⁴⁷ *Ibidem*, pp. 73-74.

cuidados de enfermagem que melhor se compreende a metamorfose que o Hospital de Todos-os-Santos vem operar nas práticas de assistência a enfermos hospitalizados. A leitura das normas regimentais permite perceber, de imediato, que não se tratam já de cuidados dirigidos fundamentalmente à salvação da alma, mas de um sistema que procura cuidar o corpo, com rotinas definidas de molde a disciplinar e a otimizar, naturalmente que para os padrões da época, as intervenções relacionadas com a medicação, com a alimentação, com a higiene, com o conforto. Responsáveis por tudo o que se passa no interior das enfermarias e actores privilegiados na relação hospital / enfermo, exige-se ao enfermeiro uma disponibilidade, uma omnipresença, uma atitude pessoal escorada no amor ao próximo, de tal forma que o cuidado de enfermagem se traduza em «proveito e consolação» para os enfermos²⁴⁸. Será que esta relação de proximidade, de intimidade permitida com o enfermo, com o corpo do enfermo, acaba por justificar que também na morte caiba ao enfermeiro a prestação de cuidados ao corpo da pessoa morta, cuidados que vão desde o amortilhar até à realização do funeral?²⁴⁹

Também a estrutura hierárquica se deixa entrever através do quadro que traçamos, sendo que, pela natureza das funções e até pelos montantes auferidos, o Provedor, o Físico, os Cirurgiões, o Boticário e o Hospitaleiro ocupam os lugares cimeiros dessa estrutura, tendo o Provedor plenos poderes para intervir em todas as áreas respeitantes ao serviço da instituição.

Mas retomemos a observação do espaço edificado, no qual, como vimos, uma parte muito significativa dos aposentos do ângulo Sudoeste do edifício principal seria ocupada por quantos serviam no Hospital, muitos deles ostentando já, em «vestido» de cor azul, a letra «S» de «sprital»²⁵⁰, símbolo que, transformado e com o significado de *omnium sanctorum* foi transmitido ao Hospital Real de S. José e mais tarde aos

²⁴⁸ «Item o dito Enfermeiro mor, e Enfermeiros pequenos serem obrigados de dar purgas aos doentes da sua Enfermaria, e asy toda outra mezinha q lhe ouver de ser dada, e lamedores, e toda outra couza, q mezinha for na quelles tempos, e horas q convier, e pelos Fizicos lhe for ordenado, o q farão com toda dilligencia, e cuidado, e com tanta caridade, e consolação para os doentes, q alem da virtude da mezinha os doentes recebam por isso em suas enfermidades proveito e consolação, por q se o contrario disso fosse seria couza muito damnosa, e saude dos Enfermos». *Regimento do Hospital de Todos-os-Santos*, p. 73.

²⁴⁹ É aos enfermeiros que compete amortilhar, levar o cadáver para a Igreja, prepará-lo para a «encomendação», providenciar para que «q tiver cargo de fazer as Covas q lhe vá fazer a Cova», requisitar as «oferendas» de pão e de vinho e proceder ao enterramento. Cf. *Ibidem*, pp. 72-73.

²⁵⁰ «Item ordenamos, e mandamos, q o vestido q se ouver de dar no dito nosso Esprital, asy aos meninos Engeitados como he Escravos, e todas outras pessoas, que ouverem daver seja de pano azul daquela sorte, e preço q ao dito nosso Provedor bem parecer, pêro q seja azul, e nos vestidos trarão todos aquelles, a q se der nos peitos hum S por sinal que sam do dito Esprital». *Ibidem*, p. 45.

Hospitais Civis de Lisboa, constituindo actualmente o logotipo do Grupo Hospitalar de Lisboa – Zona Central²⁵¹.

Para lá das enfermarias, da botica e dos alojamentos para pessoal, o Hospital de Todos-os-Santos contou, desde o início, com um conjunto de serviços de apoio, dos quais destacamos o Lavadouro e o Cemitério, localizados na horta contígua ao palácio dos Condes de Monsanto, a Rouparia, a Alfaiataria, as Cozinhas, sendo que duas delas serviriam exclusivamente as enfermarias dos enfermos com sífilis. Quanto à Cozinha principal, teria acesso directo ao já por nós mencionado cano real de S. Domingos, o que permite não excluir a possibilidade da construção daquele cano ter sido articulada com a construção do próprio Hospital. Ao nível dos serviços de apoio registem-se ainda a Copa, a Dispensa, e o Celeiro, este último localizado por debaixo na nave da Igreja²⁵².



Figura nº 12 – Pormenor de painel de azulejos da primeira metade do século XVIII, representando a fachada do Hospital de Todos-os-Santos. À esquerda da imagem, um pequeno padrão em cruz assinala a entrada da Ermida de Nossa Senhora do Amparo (Museu da Cidade - Lisboa)²⁵³.

É o perigo das cheias e o carácter húmido do local de implantação do Hospital que aconselham a instalação da nave da Igreja, das enfermarias e dos alojamentos num sobrado elevado acima do solo²⁵⁴ que então apresentava uma cota inferior em cerca de

²⁵¹ O logótipo a que nos referimos é inspirado em azulejo do século XVIII, que ostenta o «S» dentro de um «O», aludindo à designação do hospital – *omnium sanctorum*.

²⁵² Cf. Irisalva Moita, *O Hospital Real de Todos-os-Santos, Enfermarias, Aposentadorias, Serviços*, p. 43.

²⁵³ A comparação deste painel com a maqueta conjectural que apresentamos como figura nº 10, permite identificar os limites da fachada do Hospital

²⁵⁴ «[...] o facto das principais dependências hospitalares terem sido distribuídas ao nível do 1º piso, permitindo, entre outros aspectos, um melhor arejamento, para o que muito contribuiu a existência da arcaria, não terá sido fruto de um acaso mas de uma estudada planificação». Ana Cristina Leite, *op. cit.*, p. 7.

1,50 metros do que a actual para aquela zona da cidade, bem como a intervenção feita, por ordem de D. Manuel I, no dormitório dos frades de São Domingos, elevando-o para nível idêntico ao do sobrado do Hospital e adoptando soluções arquitectónicas que conferem a todo o quarteirão nascente do Rossio uma unidade estética notável. A meio dos dois edifícios, como que a separá-los mas integrando-se neles, quase imperceptível na iconografia de que dispomos, a Ermida de Nossa Senhora do Amparo²⁵⁵.

Por debaixo do sobrado, ao nível do solo, comunicando com o exterior através de uma galeria com uma largura de 5,40 metros, rematada por extensa arcaria que corria também de detrás das escadas de acesso à Igreja e que terá sido formada por 25 arcos, uns de volta perfeita, outros abatidos, de aduelas chanfradas e amplitudes várias²⁵⁶, abria-se um vasto espaço abobadado onde funcionaram alguns serviços de apoio, como o já mencionado celeiro. É para este espaço térreo que será remetida, em meados do século XVI, a albergaria prevista no Regimento de 1504, destinada aos «pedintes, andantes, q se amde recolher na Caza q para elles he ordenada no dito Esprital»²⁵⁷. Defendemos atrás que o Hospital de Todos-os-Santos surgiu, no panorama assistencial português, como instrumento de demarcação de águas, deixando o seu Regimento claro que a instituição se não destinava a receber outros que não os que adoecessem até dez léguas da cidade e fossem pobres, «e não outros alguns, e quer sejam naturaes quer estrangeiros não sendo suas doenças, e enfermidades incuraveis, e sem remédio, por q os incuraveis não se receberão no dito Esprital». Também os mareantes, «q vierem doentes do Már [...] q não tem quem, os remedee, nem elles tiverem para isso fazenda, mandamos, q sejam recebidos no dito Esprital, e nele curados, e remediados»²⁵⁸. Hospital, portanto, e não hospício ou albergaria, destinado exclusivamente a receber, a cuidar e a curar doentes manifestamente pobres, e não outros, nem pedintes a necessitar de abrigo e agasalho, nem enfermos incuráveis. E todavia, se parece que o Provedor

²⁵⁵ A propósito do dormitório do Convento de São Domingos, afirma Carmona: «Este dormitório estava ao rés do terreiro, mas foi reconstruído no tempo de D. Manuel, que mandou fazer um dormitório alto, como disse Fr. Luís de Sousa e fazia esquina para o pequeno largo fronteiro à Igreja do Mosteiro e à Ermida de Santa Maria da Escada». Mário Carmona, *op. cit.*, p. 65. Este dormitório ocuparia cerca de dois terços do quarteirão onde se situava, sendo o restante ocupado pela fachada do Hospital de Todos-os-Santos.

²⁵⁶ Cf. Ana Cristina Leite, *op. cit.*, p. 8. As escavações de 1960 não foram conclusivas quanto ao número de arcos que rematavam a galeria que ocupou, entre os últimos anos do século XV e o último quartel do século XVIII, o quarteirão nascente do Rossio. Ana Cristina Leite admite que possa ter sido em número de 25, número esse já referido, em 1552, por João Brandão: «E tem mais vinte e cinco arcos de pedraria, com sua abóbada, que vai por debaixo, que além do muito que honrou a obra, adornou a Cidade, por caso da feira [= *Feira da Ladra*] que se faz no Ressão». João Brandão (de Buarcos), *op. cit.*, p. 125.

²⁵⁷ *Regimento do Hospital de Todos-os-Santos*, p. 80.

²⁵⁸ *Ibidem*, p. 41.

Estêvão Martins cumpriu e fez cumprir a vontade régia vertida no texto regimental, também é verdade que o Hospital de Todos-os-Santos não deixou de garantir o cumprimento das obrigações que cabiam, por vontade dos seus fundadores, aos antigos hospitais²⁵⁹. É nesta perspectiva que se justifica que fora da zona onde se implantaram as enfermarias, tenha existido um conjunto de outros serviços que, sendo tutelados pelo Hospital, pouco tem a ver com a sua área de intervenção: intervir junto da pessoa doente pobre internada ou não, sendo esta intervenção realizada no Hospital ou no domicílio²⁶⁰. É nestes serviços outros que não os de natureza hospitalar, que encontramos as respostas sociais que o hospital não pode enjeitar, porque são causa e essência dos legados pios. Justifica-se, então, uma albergaria, que terá funcionado inicialmente nas traseiras da Ermida de Nossa Senhora do Amparo, apartada das enfermarias do hospital, com entrada pelos arcos do Rossio. Esta albergaria, já transferida para o piso térreo, mereceu a atenção de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, que se lhe refere, em 1551, nos seguintes termos: «Debaixo destas enfermarias está um hospital, casa muito grande em que se agasalham de noite todos os peregrinos naturais e estrangeiros, a que o hospital não dá mais que camas e água com uma hospitaleira que os agasalha...»²⁶¹. Quantos aos enfermos portadores de doença incurável, eram direccionados para os pequenos hospitais de Nossa Senhora da Vitória e de Sant'Ana, ambos administrados pelo Hospital de Todos-os-Santos²⁶². Todavia, na segunda metade do século XVI, um Hospício de Entrevados Incuráveis passa a funcionar junto à Ermida de Nossa Senhora do Amparo, no espaço inicialmente ocupado pela albergaria²⁶³.

²⁵⁹ Maria de Lurdes Rosa, reportando-se ao Hospital de Todos-os-Santos, sublinha: «Les infirmeries, sans aucun doute les lieux centraux de l'hôpital, étaient maintenant complètement séparées des espaces de logement temporaire des pèlerins et des pauvres. Ceux-ci ne pouvaient rester qu'un jour et une nuit, et non plus trois comme c'était la tradition. Dans les infirmeries, le personnel était spécialisé, et l'hôpital devint même un lieu d'enseignement de la chirurgie. Personne n'était admis sans l'accord du médecin en charge et du proviseur de l'établissement». Maria de Lurdes Rosa, «Lieux de l'assistance médiévale et architecture hospitalière au Portugal» in François-Olivier Touati, *Archéologie et Architecture Hospitalières de l'Antiquité tardive à l'aube des temps modernes*, Paris, La boutique de l'histoire, 2000, p. 276.

²⁶⁰ A consulta domiciliária encontra-se prevista no Regimento: «E se pela ventura algum doente ouvesse hy tal q não podesse por sy vir ao Esprital, e mandasse requerer q o mandassem levar a elle, neste caso o dito Proveador he obrigado de o hir por sy ver, onde quer q o tal doente estiver, e aly fará sua examinação com o dito Fizico, e Sollorgião, que consigo para isso levará, e achando todos trez q he tal, q deve ser recebido, e curado no Esprital, por ser dezamparado, e pobre, de qualidade que no Esprital deve ser curado [...] mandaloha a elle levar, e cumprir-se-há com o tal com toda esmola, e caridade». *Regimento do Hospital de Todos-os-Santos*, p. 41.

²⁶¹ Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)*, apresentação e notas de José Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1987, p. 59.

²⁶² Veja-se n/ anexo I.

²⁶³ Há que distinguir entre enfermos incuráveis e outros pertencentes ao foro infecto-contagioso. Se relativamente aos primeiros a Instituição foi criando condições para lhes prestar algum apoio, o mesmo não se passou face a doentes com patologia contagiosa, relativamente aos quais a interdição

Na configuração inicial do Hospital integrava-se ainda a «Casa dos Engeitados»²⁶⁴ ou «Criandário», também justificada pela integração das instituições medievais de protecção às crianças abandonadas, nomeadamente o Hospital dos Meninos Órfãos e o Hospital de Álvaro do Casal²⁶⁵. Com casa própria na zona da horta do Hospital, com serventia para a Betesga, onde chegou a estar instalada uma «roda dos expostos», a Casa dos Engeitados constituiu um dos mais complexos problemas assistenciais da época moderna portuguesa. Com a Misericórdia e o Município a eximirem-se de responsabilidades na assistência à infância desvalida, Lisboa assistiu, durante largos anos, ao desfile de meninos pedintes, esfomeados, envergando um bibe azul com o inconfundível «S» ao peito²⁶⁶ e a números de mortalidade impressionantes para estas crianças. Entregues aos cuidados de uma ama até aos três anos, os meninos órfãos / engeitados retornavam à Casa a partir dessa idade, nela permanecendo até aos sete anos. «Os que sobreviviam eram, então, colocados, «à soldada», por conta de outrem, como serviçais. Os mais afortunados, eram confiados a um mestre para aprenderem um ofício»²⁶⁷. Só em 1768 o Hospital se liberta do encargo com a «Caza dos Engeitados», ano em que, por decreto de 4 de Janeiro a responsabilidade por estas crianças passou definitivamente para a esfera de competências da Misericórdia²⁶⁸.

O Regimento do Hospital Real de Todos-os-Santos, promulgado por D. Manuel I em 1504, é ele próprio exemplo de uma perspectiva organizacional que pretende ver separadas as áreas da prestação de cuidados de saúde e as da assistência, deixando claro quem são aqueles a quem o Hospital deve servir. Considerado um texto profundamente inovador, ao longo dos seus XVI capítulos revela-nos a complexidade do universo hospitalar, regulando de forma sistemática os procedimentos de gestão, os conteúdos funcionais de cada profissional, o montante a natureza da retribuição, os cuidados a

parece ter sido rigorosa. Para lá de inúmera regulamentação sobre os enfermos contagiosos e quem com eles contacta, parte da qual referimos neste estudo, temos notícia de recusa de tratamento, em 1723, a dois enfermos, alegando o Hospital que se tratava de portadores de doença contagiosa. A Coroa ordenava ao cardeal da Cunha, então inquisidor-mor, o esclarecimento do caso e aconselhava, no caso de se confirmar a patologia, que os enfermos fossem tratados fora da cidade. Cf. Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, p. 155.

²⁶⁴ «Item ordenamos, e mandamos q no dito Esprital sejam recebidos, e recebam e mande o dito nosso Proveador de le receber todos os meninos engeitados, q nelle se engeitarem, e a elle forem trazidos, p engeitados sejam, e mandamos ao dito Proveador, q como no dito Esprital se engeitarem, saiba se sam christaos, e não o sendo os faça logo Bautizar, e como bautizadoz forem lhe mãe logo buscar as Amas, e os dê a criar por tempo de trez annos em q se costuma os meninos serem criados de suas Amas, e com aquellas a q os der talhara, e concertará o dito Proveador o q pela criação dos taes meninos em cada hum dos ditos trez annos hajam daver». *Regimento do Hospital de Todos-os-Santos*, p. 42.

²⁶⁵ Veja-se n/ anexo 1.

²⁶⁶ Cf. Irisalva Moita, *O Hospital Real de Todos-os-Santos...*, p. 45.

²⁶⁷ *Ibidem*.

²⁶⁸ Cf. *Ibidem*, p. 45.

serem prestados, numa vincada «interdependência de funções»²⁶⁹ que procura evitar o desleixo, o laxismo, o abuso. É, por tudo o que anteriormente dissemos, um documento que perspectiva o cuidado com o corpo, o cuidado confortador, o tratamento que procura resolver a doença, tentando restituir ao homem a saúde perdida ou assegurar uma morte com dignidade. Ora, há laivos de modernidade nesta concepção do cuidado a prestar ao «outro». «Cuidar», ao adquirir uma dimensão terrena, material, procurando alívio para a dor e o sofrimento humano na sua vertente corpórea, ao enfatizar a importância da alimentação, da higiene, do conforto, como que redefine a ideia de hospitalização, ainda que seja inegável a persistência da perspectiva da doença enquanto processo preparatório da morte, num tempo em que a saúde do corpo é ainda prisioneira da saúde da alma e no qual a medicina cede perante as exigências do cerimonial religioso²⁷⁰.

Obra incontornável na história da gestão hospitalar, o *Regimento* de 1504 não terá ignorado textos semelhantes conhecidos à época – recorde-se a recomendação de D. João II para se seguir, «pouco mais ou menos», os regimentos dos hospitais de Florença e de Siena, mas parece construído essencialmente a partir de um saber de experiência feito, de um pragmatismo vivido que sustenta saberes objectivos baseados na observação e na experimentação. Dizemo-lo porque, para lá das diferenças objectivas detectáveis no cotejo com os textos normativos italianos, algumas das ideias nele contidas são já esboçadas nas cartas régias que, em 1502, nomeiam alguns oficiais e das quais destacamos, pela importância do seu conteúdo em termos de prestação de cuidados, aquela que nomeou, a 9 de Março daquele ano, o primeiro enfermeiro do Hospital, Fernão Colaço²⁷¹. Não restando hoje dúvidas de que o Hospital começou a receber enfermos em 1502, o tempo que medeia até à redacção final do *Regimento* de 1504 foi seguramente aproveitado pelo Provedor Estêvão Martins para fazer verter no documento normas que revelam um aturado conhecimento da dinâmica hospitalar e, sobretudo, do comportamento humano.

²⁶⁹ Cf. Ana Cristina Leite, «Catálogo», in Paulo Pereira (dir.), *Hospital Real de Todos-os-Santos - 500 anos. Catálogo*, organização do Museu Rafael Bordalo Pinheiro, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993, pp. 83-84.

²⁷⁰ Cf. Juan Ignacio Carmona, *op. cit.*, p. 11.

²⁷¹ IANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 35, fl. 22v e 23. Esta carta constitui o nosso anexo 2.

A Igreja do Hospital de Todos-os-Santos

Será ao traço de Mateus Fernandes I²⁷² que se deve o projecto global do edifício do Hospital de Todos-os-Santos, edifício de inequívoca inspiração italiana adaptado a um «formalismo tardo-gótico»²⁷³ que enforma a obra daquele mestre.

Se o conjunto projectado virá a marcar decisivamente a paisagem citadina, quer pela sua volumetria, quer porque demarcará o lado poente do terreiro da feira, fazendo alinhar a extensa arcaria onde antes se situavam a horta do mosteiro de São Domingos e algumas construções dispersas a norte da labiríntica rua da Betesga, encerrando em definitivo o Rossio lisboeta que a reconstrução pombalina reorientará e transformará num polígono regular²⁷⁴, deste conjunto destaca-se pela sua monumentalidade, numa urbe onde os grandes monumentos não abundam, a Igreja do Hospital e, naturalmente, a sua fachada.

Afastando-se das opções estéticas de mestre Mateus Fernandes, próximas do gótico flamejante²⁷⁵, a fachada em causa possui já uma linguagem quinhentista, remetendo a tipologia dos seus elementos, bem como a sua distribuição, para um outro grande intérprete da arquitectura do início de Quinhentos, mestre Diogo Boitaca, responsável pela empreitada do Convento de Jesus de Setúbal, iniciada em 1490, e com intervenções documentadas no Mosteiro de Belém (1502), em Santa Cruz de Coimbra (1507), no Mosteiro da Pena, em Sintra (1511) ou no Mosteiro da Batalha, entre 1509 e 1519, entre outras.

Procuremos descrever o conjunto com que mestre Boitaca dotou a cidade, conjunto este que Moreira classifica como «manuelino»²⁷⁶, o que faz da fachada do Hospital de Todos-os-Santos um dos primeiros, se não o primeiro momento, em Lisboa, dessa expressão estética pré-renascentista que tem como base o contexto histórico do reinado

²⁷² Mateus Fernandes I, cuja actividade se conhece no período compreendido entre 1480 e 1515, foi um dos mais prestigiados arquitectos portugueses, devendo-se o traçado do Hospital Real das Caldas de Óbidos ou o portal das Capelas Imperfeitas da Batalha, entre outras obras.

²⁷³ Paulo Pereira, «A fachada da Igreja do Hospital Real», in PEREIRA, Paulo (dir.), *Hospital Real de Todos-os-Santos - 500 anos. Catálogo*, organização do Museu Rafael Bordalo Pinheiro, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993, pp. 32.

²⁷⁴ Como ressalta do desenho que publicamos como figura nº 11, a frente do conjunto de edifícios que constituíam o lado nascente do Rossio de então era mais recuada do que actual linha de prédios, existindo um assinalável ângulo entre a orientação dada às construções quinhentistas e o alinhamento derivado da reconstrução pós 1775.

²⁷⁵ Cf. Paulo Pereira, *op. cit.*, p. 32.

²⁷⁶ Cf. Rafael de Faria Domingues Moreira, *A arquitectura do renascimento no Sul de Portugal. A Encomenda Régia entre o Moderno e o Romano*, p. 37.

do Venturoso²⁷⁷. Uma primeira nota prende-se com a escassez de espaço livre, tal a profusão de motivos ornamentais numa fachada que, sendo precedida por monumental escadaria²⁷⁸, parece amputada do seu terço inferior e dotada de alguma horizontalidade²⁷⁹.

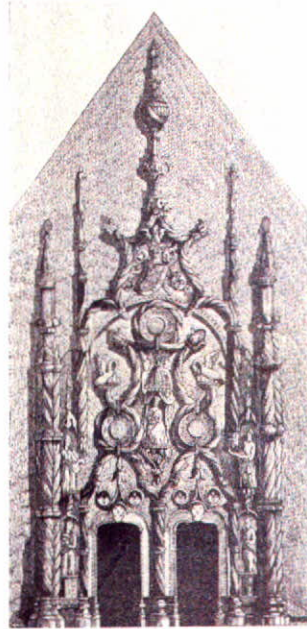


Figura nº 13 – Esboço produzido no século XVIII, representando a fachada da Igreja do Hospital de Todos-os-Santos.

O presente esboço foi publicado em 1861, no volume IV do periódico *Archivo Pittresco*. Mário Carmona faz a sua reprodução na obra *O Hospital Real de Todos-os-Santos da Cidade de Lisboa*, estampa XII (p. 136).

Figura nº 14 – A ala nascente do Rossio no século XVII, com a fachada da Igreja do Hospital de Todos-os-Santos em primeiro plano.



Desenho conjectural.
Museu da Cidade - Lisboa.

²⁷⁷ Cf. Rafael de Faria Domingues Moreira, *op. cit.*, p. 64.

²⁷⁸ João Brandão afirma que esta escadaria integrava 19 degraus, número que não é rejeitado pelos estudos arqueológicos levados a cabo na década de cinquenta do século XX, que admitem um número de degraus entre os 19 e os 21. Cf. João Brandão (de Buarcos), *op. cit.*, p. 124.

²⁷⁹ Cf. Paulo Pereira, *op. cit.*, p. 33. É curioso que esta horizontalidade não seja patente no esboço publicado no *Archivo Pittresco*.

Estes motivos ornamentais, que parecem desenvolver-se, em perfeita simetria, a partir de um eixo vertical, subindo do portal duplo, são constituídos por encordoados e torsades característicos da estética manuelina. Encimando três grandes óculos de disposição triangular, encontramos as referências heráldicas: no centro, em plano mais elevado, as «armas de Portugal» tendo como timbre o dragão de S. Jorge; em plano imediatamente inferior, o pelicano, corpo de empresa de D. João II e, à direita, sobre o terceiro óculo, a esfera armilar, corpo de empresa de D. Manuel I²⁸⁰.

Sobre o eixo de simetria, ocupando a zona central da fachada e enquadrada com os óculos do tímpano, uma «Virgem com o Menino», coberta com um dossel, com características italianizantes²⁸¹. Este dossel, tal como um outro de semelhante tipologia que envolve o brasão da Congregação de São João Evangelista, na Igreja dos Lóios, em Évora, é atribuído ao mestre escultor coimbrão Diogo Pires-o-Velho. Ainda em termos de estatuária, quatro nichos albergam os quatro evangelistas, todos eles empunhando o Evangelho. Encimando as duas portas, quatro óculos mais pequenos contribuíam para a iluminação do interior.

Para lá do portal, situar-se-ia um templo de uma só nave, com capela-mor para a qual abriam as tribunas das três grandes enfermarias iniciais, qual cruzeiro encimado por torre com telhado piramidal ladeado com quatro coruchéus. Esta torre terá ruído no incêndio de 1601, o que justifica a sua ausência na maioria das representações iconográficas datáveis dos séculos XVII e XVIII. O tecto da nave foi inicialmente constituído por trabalho de madeira da Noruega entalhada, que Paulo Pereira admite poderem ser caixotões lavrados por Diego de Zerga, também autor do coro do Convento do Carmo ou do cadeiral do Mosteiro dos Jerónimos²⁸². Já em tempo dos Habsburgo, o tecto do templo recebeu uma preciosa pintura maneirista, que cruza episódios dos Antigo e Novo Testamento com a temática da cura e da hospitalidade. Foi seu autor, na década de Oitenta do século XVI, o português Fernão Gomes²⁸³. Este trabalho, cujo projecto reproduzimos, viria a perder-se no incêndio de 26 de Outubro de 1601, tal

²⁸⁰ Idêntica triangulação foi utilizada na fachada da Igreja de S. Francisco, em Évora, integrada no mosteiro franciscano fundado por D. João II e concluído já em tempo de D. Manuel I. Cf. Paulo Pereira, *op. cit.*, p. 33.

²⁸¹ A propósito do dossel da «Virgem com o Menino» da Igreja do Rossio, afirma Paulo Pereira: «De inspiração transalpina – em especial veneziana e florentina – o dossel do Hospital Real confirma o ascendente italianizante na concepção global do edifício e o provável concurso de mestre Diogo Pires na realização da imaginária do portal, conforme Mário Carmona havia sugerido». *Ibidem*, p. 35. Veja-se ainda Mário Carmona, *op. cit.*, pp. 142-143.

²⁸² Cf. Paulo Pereira, *op. cit.*, p. 36.

²⁸³ Cf. Vítor Serrão, «Catálogo», in Paulo Pereira (dir.), *Hospital Real de Todos-os-Santos - 500 anos. Catálogo*, p. 60.

como os frescos de Francisco Vanegas que, nas paredes, representavam os reis portugueses, ou ainda os vitrais de mestre António Taça.

Será de novo o pintor régio Fernão Gomes, desta feita em colaboração com Diogo Teixeira, o autor do projecto contratado em 30 de Janeiro de 1604 com o então Provedor da Misericórdia, D. Gil Eanes da Costa, para a pintura que virá adornar a nova cobertura da capela-mor, executada pelos carpinteiros Gaspar Gonçalves, António Gonçalves e Gaspar Lopes, sob direcção e projecto do arquitecto Pedro Fernandes de Torres. É a esta segunda intervenção que Frei Agostinho de Santa Maria faz referência, em 1707, no *Santuário Mariano*. A pintura, representando uma Adoração da Eucaristia, virá a desaparecer no incêndio de 1750²⁸⁴.

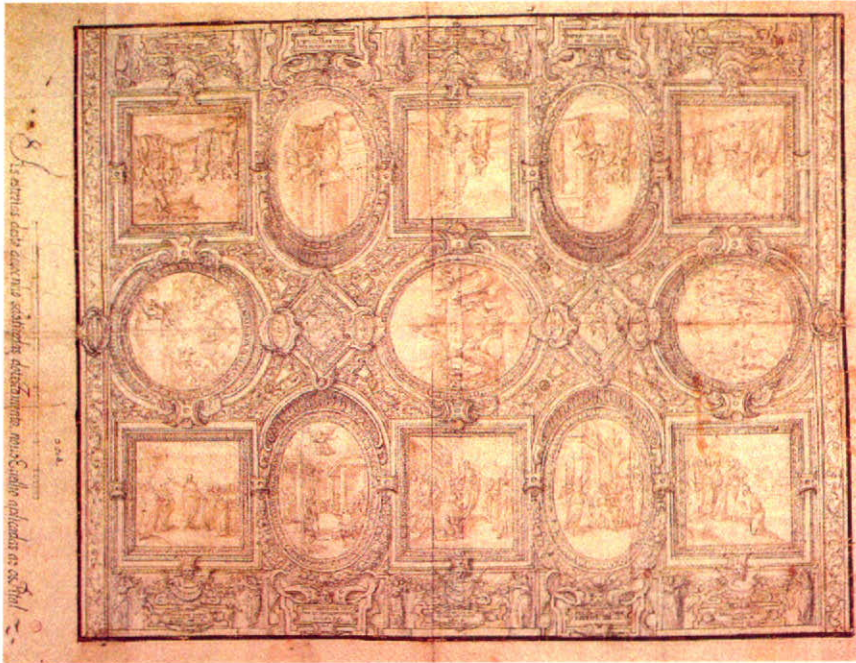


Figura nº 15 –
Projecto do tecto da
Igreja do
Hospital de Todos-os-
Santos, da autoria de
Fernão Gomes
(1580-1590).

Em legenda:
«As estórias deste
deseenho são tiradas
do testamento, nouo E
uelho aplicadas ao
osPital».

Publicado em Paulo
Pereira (dir.),
*Hospital Real de
Todos-os-Santos,
Catálogo*, p. 61.

A nomeação, em 1509, do mestre Gil Vicente, autor da custódia de Belém, para o cargo de vedor das obras de ourivesaria do Hospital²⁸⁵, ou a descrição inserta no *Memorial de Pedro Roiz Soares*²⁸⁶, fazem adivinhar a existência de um significativo conjunto de peças de paramentaria e de alfaia litúrgicas, tesouros de um templo que, pela sua singularidade e fulgor, depressa se transformou «num local de intensa procura e de superior importância na organização urbana lisboeta»²⁸⁷. Ao longo de cerca de dois séculos e meio, apesar das repetidas catástrofes que a atingiram, a Igreja do Hospital de

²⁸⁴ Cf. Vítor Serrão, *ibidem*, p. 61.

²⁸⁵ Cf. Paulo Pereira, *op. cit.*, p. 36.

²⁸⁶ Referenciado por Ana Cristina Leite, «Hospital Real de Todos-os-Santos – História de um Hospital», in *Hospital Real de Todos-os-Santos – 500 anos...*, p. 9

²⁸⁷ *Ibidem*.

Todos-os-Santos dará um importante contributo para a inquestionável relação da população de Lisboa com o seu Hospital, relação esta que se não reduz à assistência hospitalar, mas que se constrói também em torno do templo e dos cerimoniais religiosos nele realizados, quer num quotidiano que se abre à população, quer em momentos particulares do acontecer político e religioso português. No primeiro caso, referimos a aclamação do cardeal-rei D. Henrique, a 28 de Agosto de 1578, cerimónia que se quis modesta. No segundo, pela sua grandiosidade, escolhemos as festas com que se comemorou em Lisboa a canonização de São Camilo de Lélis, que decorreram entre 18 e 25 de Junho de 1745, tendo como palco o «Hospital Real de Todos os Santos, memorável obelisco da grandeza delRey D. João II e D. Manoel»²⁸⁸.

Para esta solenidade «se poem direita a Praça do Rocio, e se lhe tiraõ alguns montes de terra, que tinhaõ»²⁸⁹, iluminou-se a escadaria do Hospital e as «mais partes do Templo [com] tres mil luminarias com invento novo, e duraveis»²⁹⁰, mobilizaram-se «soldados de cavallo, para com a sua assistencia evitarem os disturbios, de que semelhantes funçoens se fazem credoras»²⁹¹ e decorou-se a rigor o interior do templo²⁹². A notícia, com o programa das festividades, vendia-se, tal como uma outra brochura²⁹³ alusiva à vida e morte do fundador da Congregação dos Clérigos Regulares Ministros dos Enfermos – os padres Camilos, nas papelistas do Terreiro do Paço, à porta da Misericórdia e, naturalmente, «debaixo dos arcos do Rocio»²⁹⁴.

²⁸⁸ *Extracto da solenidade com que se hade applaudir no Hospital Real de todos os Santos, Desde o dia 18. deste mez de Junho até 25. a Canonização de S. Camillo de Lellis, Fundador dos Clérigos Regulares, Ministros dos Enfermos*, Lisboa, [s.n., 17--], p. 3.

²⁸⁹ *Ibidem*, p. 8

²⁹⁰ *Ibidem*.

²⁹¹ *Ibidem*, p. 4.

²⁹² O memorialista, cuja identidade desconhecemos, escreve: «A armação he excellente; e o tecto está primorosamente soberbo; fazendo mayor gosto os panos de raz, que vieraõ do Thesouro, e cobrem os ovados, e quadrados paineis do mesmo tecto. No meyo delle estaõ em hum grande Ovado as armas da Religião, que fundou o Santo, e no circuito do painel, que he pintado, tem este letreiro: *Prefecti Generalis Clericorum Regularium Ministrantium Infirmis*. O mais Corpo da Igreja está armado com Damasco, e Galoens. Nas simalhas do tecto em roda estaõ varios paineis com emblemas alluzivos á vida do Santo, apanhados com llammas de prata, e Damasco. Na entrada da porta da Igreja á maõ direita se fez hum Coreto para a Musica, que há de levar aquella Communnidade a quem couber o dia. As luminarias em cada dia haõ de apparecer de diverso modo. Arderáõ a mayor parte da noite, e ainda que haja vento, ou chuva naõ se apagaráõ, por causa dos materiaes que leva. [...] Da parte esquerda, entrando na Igreja está outro Coreto, que se suppoem ser para as Senhoras Illustres. No meyo da Igreja se fará hum Coro com bancos de huma, e outra parte, para assento das Religioens, que festejarem. No Altar Mayor arderáõ muitas luzes. Fez-se Tribuna para as Magestades sobre o Coro da Igreja, armada com toda a magnificência, e grãdeza». *Extracto da solenidade com que se hade applaudir...*, p. 7.

²⁹³ *Compendio da Vida, morte, virtude, e milagres de S. Camillo de Lellis, Fundador dos Clérigos Regulares, Ministros dos Enfermos, cuja festa se celebra na Igreja do Hospital Real de todos os Santos*, Lisboa, [s.n.], 17--.

²⁹⁴ *Extracto da solenidade com que se hade applaudir...*, frontispício.

Caminhos de Santo Antão: séculos XVI-XVIII

Se os objectivos, o projecto arquitectónico e a intenção centralizadora da administração dos legados pios, de forma a melhor poder executar a arrecadação de rendas e a administração de patrimónios destinados ao serviço dos pobres e enfermos, poderiam indiciar uma instituição hospitalar modelar, que abre portas num reinado em cujo «tempo breve»²⁹⁵ se procurou justamente reestruturar as instituições e as suas relações políticas, administrativas e fiscais com os indivíduos e com o poder, tal desiderato não terá sido plenamente alcançado. O processo de substituição do Provedor Estêvão Martins, falecido em 1506, vem revelar dificuldades na arrecadação das receitas relacionadas com os legados, bem como a incapacidade de gerir, de forma eficaz, os patrimónios em administração directa. Tais dificuldades configuram uma situação de tesouraria complexa, com um financiamento deficiente que não permite satisfazer compromissos com terceiros. Em paralelo, rapidamente a letra do Regimento de 1504 deixa de ser observada com absoluto rigor, quer porque os elevados níveis de exigência vertidos no documento se apresentam de muito difícil cumprimento, quer perante a dificuldade de criar áreas assistenciais extrínsecas ao Hospital de Todos-os-Santos, capazes de se constituírem como respostas complementares ao trabalho da instituição. A «Caza dos Doudos», vocacionada para o que hoje chamaríamos de «assistência psiquiátrica», será um dos casos, entre outros. Admita-se que o universo de recrutamento para o exercício dos mais altos cargos – a corte e a Casa Real, aqueles a quem o rei distribui privilégios, mercês e poder, possa não ter disponibilizado as competências necessárias para tal empresa²⁹⁶. O que parece claro é que ao Hospital de Todos-os-Santos se apresentou, desde o início, um caminho tortuoso, complexo, difícil, caminho que, por vontade dos homens e desígnios da natureza, culminará, no início do terceiro quartel do século XVIII, em Santo Antão-o-Novo.

²⁹⁵ Referimo-nos ao tempo do acontecer político numa perspectiva braudelina (Fernand Braudel, *História e Ciências Sociais*, 6ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1990, pp.10-11), um tempo que, no reinado de D. Manuel I, apresenta uma produção legislativa assinalável. Recorde-se, na área deste estudo, o *Regimento das Capelas, Hospitais, Albergarias, Confrarias e Gafarias*, publicado em 1514, procurando uniformizar a actuação dos contadores das comarcas em matéria de fiscalização de estabelecimentos assistenciais, mas também a reforma dos forais (1496-1520), o *Regimento dos oficiais das cidades, vilas e lugares* do reino (1502), o *Regimento e Ordenação da Fazenda* (1516) ou a publicação das *Ordenações Manuelinas* (1512-1514).

²⁹⁶ Silva Carvalho e Mário Carmona sustentam igualmente a ideia da inexequibilidade do Regimento de 1504 e da dificuldade de encontrar competências ajustáveis às exigências da gestão do Hospital. Cf. Mário Carmona, *op. cit.*, pp. 192-193.

O curto mandato de Pedro de Lemos²⁹⁷ é revelador das dificuldades a que nos referimos. Nomeado por D. Manuel I em Maio de 1509, este Provedor, em relatório dirigido ao rei, aponta dificuldades no controlo financeiro da instituição, falta de pessoal e mau desempenho de alguns oficiais, existência de dívidas a fornecedores e a servidores, uma situação económica difícil onde encontramos sempre os mesmos vectores de desequilíbrio: o não recebimento de rendas e esmolas devidas e uma administração do património que nada acrescenta ao serviço da casa. Impotente para inverter este quadro, Pedro de Lemos pede ao rei «que busque quem mande e não se tenha mais a mim», sendo substituído em Outubro do mesmo ano²⁹⁸. O facto de pela Provedoria do Hospital de Todos-os-Santos terem passado algumas das mais proeminentes figuras da época²⁹⁹, casos de Estêvão Martins ou de D. João Sutil³⁰⁰, nomeado por três vezes para o exercício do cargo, não impediu que, a 8 de Março de 1530, D. João III tomasse a decisão de entregar a administração do Hospital à

²⁹⁷ Fidalgo da casa de D. Manuel I e de D. João III. Cf. Genea Portugal - <http://genealogia.netopia.pt>. [2007.04.22].

²⁹⁸ Cf. Mário Carmona, *op. cit.*, p. 193.

²⁹⁹ Procurando compreender que critérios terão presidido às escolhas feitas por D. João II, D. Manuel I e D. João III, para o cargo de Provedor do Hospital Grande de Lisboa, vejamos quem foram os nomeados até 1530, data em que, como vimos, a direcção da Instituição é entregue aos Padres Lóios:

1496	Estêvão Martins	Mestre Escola da Sé de Lisboa e Protonotário da Sé Apostólica
1507	Gonçalo de Miranda	Capelão de El-Rei e Fidalgo da sua Casa
1509	Diogo Alvares	Cavaleiro da Ordem de Santiago
1509	Pedro de Lemos	Capelão de El-Rei
1509	João Sutil	Capelão de El-Rei
1518	Marcos Esteves	Capelão de El-Rei
1518	D. João Sutil	Bispo de Çafim
1518	João de Montanches	Capelão de El-Rei e Cura do Hospital de Todos-os-Santos
1518	Mem Cáceres	Cavaleiro da Casa Real e Recebedor das Rendas do Hospital
1519	D. João Sutil	Bispo de Çafim
1524	Mem Cáceres	Cavaleiro da Casa Real e Almojarife do Hospital
1526	Afonso do Casal e Cristóvão Dias	Veador do Hospital Cavaleiro da Casa de El-Rei
1527	Garcia de Sousa Chichorro	Cavaleiro e Homem do Conselho de El-Rei

A primeira constatação é a de que nos 34 anos que decorreram entre a nomeação de Estêvão Martins e a entrega do Hospital à Administração dos Lóios, apenas em cerca de sete anos o cargo não foi exercido por uma personalidade oriunda do universo eclesiástico, o que está de acordo com a recomendação feita no Regimento de 1502. Parece, ainda assim, que o rei pretendia nomear pessoas do seu particular conhecimento, o que pode explicar um número muito significativo de capelães régios. Quanto a D. João Sutil, será aquele que mais anos serviu o Hospital, sendo substituído, nos seus impedimentos, em curtos períodos. Um outro requisito que parece influenciar as escolhas régias é o conhecimento que cada um tem da instituição: Mem Cáceres foi Recebedor das Rendas e Almojarife, Afonso do Casal exerceu funções de Veador e mesmo o padre João de Montanches esteve ligado ao Hospital, como Cura, antes da nomeação para Provedor. Em suma, neste primeiro período da vida da instituição, ainda que a predominância eclesiástica no exercício da Provedoria seja um facto, estamos em crer que o factor determinante tenha sido a confiança pessoal do monarca no momento de cada nomeação.

³⁰⁰ D. João Sutil, pertencente aos cônegos regulares de Santo Agostinho, foi capelão régio, bispo de Çafim, prior do Mosteiro de Grijó e membro do Conselho de El-Rei. Cf. Sebastião Costa Santos, «Catálogo dos Provedores e Enfermeiros-Móres do Hospital Real de Todos os Santos e do Hospital de S. José», separata de *Arquivos de História da Medicina Portuguesa*, Porto, Tip. da “Enciclopédia Portuguesa”, 1918, pp. 8-9.

Congregação de São João Evangelista, com o argumento de «que os doentes do Hospital de Lisboa não eram curados com aquela caridade e limpeza que se requer»³⁰¹. Do texto régio que nomeia os Lóios para a governança da instituição³⁰², transparece a necessidade de reestruturar o quadro de pessoal, afectando ao seu serviço religiosos em substituição de oficiais despedidos³⁰³, bem como de disciplinar a despesa, nomeadamente impedindo aposentadorias que o Regimento inicial não previa e que, a avaliar pelo texto joanino, não corresponderiam a necessidades da instituição.

Quanto à reorganização do quadro de pessoal, também aqui a contenção da despesa poderá justificar uma medida que o bom senso não aconselharia. Dando como indiscutível que entre 1504 e 1530 a procura dos serviços do Hospital tenha aumentado, parece paradoxal que em 1528, ainda durante a provedoria de Garcia de Sousa Chichorro, tivessem sido despedidos o físico Rodrigo Rebelo e o cirurgião «mestre Vasco», ficando o hospital a dispor apenas de um físico, o licenciado mestre Diogo, e um cirurgião, também de seu nome Diogo, coadjuvado por um outro cirurgião, João Dias, vencendo por ano os dois primeiros a quantia de vinte mil reais e o último oito mil reais³⁰⁴. Voltava-se, assim, ao corpo clínico inicial, com um físico e dois cirurgiões e ao longo dos anos este número irá incessantemente variar, sendo que também a problemática da intolerância religiosa e o cuidado do Santo Ofício face aos cristãos-novos³⁰⁵ se deve ter em conta, a par das sempre presentes dificuldades de tesouraria. Um pequeno excerto de uma Provisão datada de 1587 não deixa dúvidas quanto a esta matéria - era «muito mais proveitoso para os doentes haver um só médico e cristão-velho por ter a Irmandade, no decurso, visto que além de serem os doentes melhor curados era muito menos gasto para o hospital, não só nos ordenados e mercês como

³⁰¹ Provisão de 8 de Março de 1530, referenciada, entre outros, por Mário Carmona, *op. cit.*, p. 194.

³⁰² «[...] hei por bem que essa congregação tenha a governança e regimento do dito hospital [...] e nomeareis os padres que virdes que são necessarios para governar e administrar o dito hospital nomeando um que seja superior a que os outros obedeçam [...] e este superior terá todo o cargo de provedor assim no que toca à arrecadação das suas rendas e aforamentos e das suas heranças, como à cura dos doentes e despesa da casa e tudo o mais que à governação dela cumprir [...] e porque já tendes nomeados os padres por companheiros seus [do padre João de Santo António, superior do Mosteiro] eles aceitem a dita governança e se despeçam todos os oficiais que lhe não parecem necessarios [...] e saiam todas as outras pessoas que das portas a dentro do hospital estiverem aposentadas, salvo as que devam ficar por serem necessarias ao serviço da casa». Excerto publicado por Mário Carmona, *op. cit.*, p. 194.

³⁰³ Com o padre João de Santo António, que exerceu as funções de Provedor, foram nomeados os padres Pedro de S. Miguel, Luís de Santa Maria, João de S. Tiago, Pedro da Consolação e Bernardo de Santa Maria. Cf. Sebastião Costa Santos, *op. cit.*, p. 10.

³⁰⁴ Cf. José Maria António Nogueira, *op. cit.*, p. 156-157.

³⁰⁵ É conhecido o especial cuidado da Inquisição face a médicos oriundos de famílias não comprovadamente cristãs-velhas. Garcia de Orta, Amato Lusitano (João Rodrigues de Castelo Branco), António Luís, Tomás Rodrigues da Veiga, Luís Nunes, Zacuto Lusitano, Isac Cardoso, Elias Montalto, Manuel Brudo, Rodrigo de Castro, são alguns dos mais promissores clínicos portugueses a quem a intolerância religiosa impediu o exercício hospitalar em Portugal.

nas mezinhas receitadas e quanto mais honra seria haver no hospital um só médico cristão-velho de confiança»³⁰⁶, de onde se pode inferir que também quanto ao investimento no cuidado dirigido ao corpo, o cuidado que procura restabelecer a saúde e restituir o indivíduo aos seus papéis sociais, algum retrocesso houve relativamente ao regimentado em 1504.

Data de 1539 a Provisão que contrata para o serviço do Hospital um outro religioso, Pedro Fernandes de Gouveia, capelão de D. João III, encarregado de «curar todos os doentes fóra do seu siso [...] por elle d'isso ter muita experiencia, e o saber muito bem curar, como já fizera a outros que muitos da dita enfermidade foraõ doentes e dêo são»³⁰⁷. Surgia assim mais uma vertente não prevista no regimento inicial, a psiquiatria, com enfermos que serão internados na «Caza dos Doudos», espaço disponibilizado dentro do perímetro do Hospital. Quanto às habilitações de Pedro Fernandes de Gouveia para a prática da medicina psiquiátrica nada sabemos, sendo, todavia, digna de nota a sua remuneração: «[...] dez mil reaes e um moio de trigo e outro de cevada e uma pipa de vinho, á custa das rendas do dito hospital, e isto alem da sua moradia de vida e vestuario que ha de haver de meu Capellão [...]»³⁰⁸.

Em meados do século XVI, o Hospital de Todos-os-Santos assistiria por ano «dois mil e quinhentos a três mil enfermos, segundo os tempos são»³⁰⁹, sendo que «continuadamente tem a Casa cento e trinta, cento e quarenta, cento e cinquenta enfermos, às vezes mais, às vezes menos»³¹⁰. Quanto a enfermarias, às três grandes salas previstas no regimento inicial, somam-se as dedicadas ao mal gálico³¹¹, também elas com actividade iniciada entre 1502 e 1504. O Hospital contava então com alguns espaços não previstos inicialmente, casos da «Caza dos Doudos» e de uma enfermaria particularmente destinada a receber frades mendicantes franciscanos capuchos, enfermaria esta «apartada de todas as outras, a qual é de beguinos capuchos, onde sempre estão dez ou doze beguinos doentes; e têm seu enfermeiro apartado, que os provê de todo o necessário e são visitados dos mesmos Mestres [médicos e

³⁰⁶ Excerto transcrito por Mário Carmona, *op. cit.*, p. 233.

³⁰⁷ Cf. José Maria António Nogueira, *op. cit.*, p. 157-158.

³⁰⁸ Provisão feita em Lisboa, pelo escrivão Pedro Alves de Landim, aos 20 dias de Fevereiro de 1539, transcrita em José Maria António Nogueira, *ibidem*.

³⁰⁹ João Brandão (de Buarcos), *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*, p. 127.

³¹⁰ *Ibidem*.

³¹¹ Nestas enfermarias existiu pessoal especializado no tratamento da sífilis. Ruy Dias de Ysla terá sido o primeiro ou um dos primeiros físicos a dedicar-se a estes doentes. Em 1539 temos notícia da nomeação de Braz Tenreiro, «mestre de curar boubas», a que se seguiram os mestres Francisco Barreto e Álvaro Dias, nomeados respectivamente em 1545 e 1550. João de Faro foi o primeiro enfermeiro nomeado para trabalhar com doentes gálicos, datando a sua nomeação de Maio de 1509. Cf. José Maria António Nogueira, *op. cit.*, pp. 162-163.

cirurgições]»³¹². Na «Casa dos Enjeitados» continuavam a ser recebidas as crianças abandonadas «que se deitam à porta da capela-mor, ou à porta da serventia. E há dia que lançam dois e três; e já se achou dia de seis [...] E deitar-se-ão por ano cento e vinte, cento e trinta, e ano de cento e cinquenta enjeitados»³¹³. No piso térreo, por debaixo da extensa arcaria e da nave do templo, «tem outros vinte leitos de homens e outros vinte para mulheres, em que há hospitaleiro e hospitaleira, onde agasalham peregrinos que vão e vêm, aos quais não dão senão camas e água para beberem»³¹⁴. A consulta externa e a admissão de doentes funcionavam segundo as regras regimentais³¹⁵ e mais abaixo, a caminho do rio, lá para o Poço do Chão e para as Fangas da Farinha, os Hospitais de Nossa Senhora da Vitória e de Sant'Ana, enquanto anexos do grande Hospital do Rossio, continuavam a abrigar alguns enfermos incuráveis. Aparentemente, tudo correria na melhor ordem³¹⁶.

Todavia, quando em 28 de Junho de 1564, o Padre Gaspar da Assumpção, último Provedor do Hospital de Todos-os-Santos oriundo da Congregação dos Lóios, solicita ao rei escusa dos encargos e responsabilidades na governação do Hospital, com o argumento de que o serviço da instituição, ocupando os seus principais religiosos, punha em causa o normal funcionamento da Congregação e o governo de outros hospitais dela dependentes³¹⁷, adivinha-se que as dificuldades permanecem e que o governo do Hospital é tarefa complexa, mesmo para especialistas como os padres Lóios. Aceitando a resignação do Padre Gaspar da Assumpção, o ainda cardeal-infante D.

³¹² João Brandão (de Buarcos), *ibidem*, pp. 125-126. A descrição de João de Buarcos é muito próxima daquela que Cristóvão Rodrigues de Oliveira nos faz no seu «Sumário» de 1551, mesmo em termos de capacidade para acolher enfermos, referindo Cristóvão de Oliveira uma capacidade de cento e três leitos nas enfermarias referidas.

³¹³ João Brandão (de Buarcos), *op. cit.*, p. 126.

³¹⁴ *Ibidem*.

³¹⁵ «Cada dia pela manhã, o provedor e físicos e enfermeiros mores e veador, são todos juntos em uma casa para isso ordenada; e nela vêm os enfermos que são para curar com parecer dos físicos. E os que tomam, são logo postos em livro por seus nomes, e lhes fazem inventário do que trazem, pouco ou muito, e de que terra são, e se são casados ou solteiros. E feito este exame e lançados em livro, os põem na igreja pelo enfermeiro-mór, e o cura os confessa, e dá o santo sacramento. E isto feito, os levam à enfermaria da doença de que hão de ser curados, e os curam, e dão todo o necessário da maneira que os físicos lho mandam dar, sem lhes falecer nada até que são sãos, que os despedem da casa. E os que falecem no hospital vão absoltos com muitos perdões e indulgências, por bula do Papa que para isso tem». Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *op. cit.*, p. 60.

³¹⁶ Retomemos, por todos, Bartolomé de Villalba, em texto de c. 1775: «...desceu ao Rossio para ver o Hospital, insigníssima peça, decerto. Logo reparou numa caridade santa e proveitosa que ali se faz, que é o facto de dois médicos, cada manhã, se porem de pé nos degraus e receitarem com muita vigilância a todos quantos acodem com urinas. Isto faz-se sem faltar um dia: costume decerto muito de louvar. Dali subiu o Peregrino à igreja, à qual se sobe por muitos degraus. É grande, bem como as enfermarias da casa, que são muitas e de muito bom apresto. Há ali uma dezena de clérigos que servem a casa e têm o seu claustro à parte. Um padre mostrou-lhe o hospital, onde viu que curam todo o tipo de enfermidades e criam muitos meninos». Bartolomé de Villalba y Estaña, *op. cit.*, pp. 65-66.

³¹⁷ Cf. Sebastião Costa Santos, *op. cit.*, p. 10.

Henrique encerrava o primeiro período da história do «sprital grande de Lixboa», um período que tem como traços característicos a iniciativa directa da Coroa na fundação da instituição e a sua manutenção, ao longo de cerca de setenta anos, na sua dependência directa, mas também a indiferença, a incapacidade ou, se quisermos, a resistência, por parte de administradores, procuradores e foreiros, no cumprimento atempado e integral das obrigações decorrentes das disposições relacionadas com legados pios. E esta questão, porque transversal a toda a história da assistência portuguesa até ao final do século XVIII, surge como uma das mais incómodas permanências, que nem a sistemática atribuição de rendas e privilégios consegue matizar³¹⁸.

A escusa dos Padres Lóios terá sido decisiva para a entrega, nesse mesmo ano de 1564, da tutela do Hospital à Irmandade da Misericórdia de Lisboa, decisão régia que poderia entender-se na perspectiva de uma maior porosidade entre as duas grandes instituições assistenciais da cidade, procurando sinergias que promovessem a complementaridade na prestação assistencial. Está por provar a disponibilidade para esta convergência de esforços, até se tivermos em conta a longa dissidência entre o Hospital de Todos-os-Santos, a Irmandade da Misericórdia de Lisboa e a Câmara da cidade quanto à responsabilidade de financeiramente contribuir para a criação das crianças órfãs e abandonas, num processo que exige repetidas intervenções da Coroa³¹⁹.

A entrega da administração do Hospital, não a um Provedor directamente nomeado pelo rei, mas à Mesa da Misericórdia, vem permitir a esta última, numa perspectiva de prestações sociais integradas no lato conceito de «obras de caridade», abrir o Hospital a valências para as quais não estava inicialmente vocacionado, caso dos doentes incuráveis, que por esta data passam a dispor de uma enfermaria no piso térreo, na cripta abobadada da Igreja, enfermaria mais tarde transferida para espaço próximo da Ermida de Nossa Senhora do Amparo³²⁰, enquanto mais uma vez, logo em Janeiro de

³¹⁸ Para além da afectação dos bens dos institutos fundacionais integrados, o Hospital de Todos-os-Santos foi contemplado, ao longo da sua existência, com doações, rendas e privilégios atribuídos pela Coroa, constituindo-se ainda como beneficiário de disposições testamentárias diversas.

³¹⁹ Se o Regimento de 1504 confere ao Provedor do Hospital de Todos-os-Santos competências para a criação e mantimento dos «meninos enfeitados» (Cf. *Regimento*, pp. 42-43), também à Câmara e à Misericórdia couberam responsabilidades que a Coroa sentiu necessidade de regulamentar. Ainda que, já desde 1543, o acompanhamento dos enjeitados pertença à esfera de influência da Misericórdia, o alvará de 28 de Março de 1635 reafirma que a administração dos «enjeitados» passa a competir formalmente à Misericórdia, devendo a Câmara contribuir com a importância anual de 689\$360 reis, verba esta corrigida em 1775, para 2.000\$000 reis. Cf. José Maria António Nogueira, *op. cit.*, p. 99.

³²⁰ A existência desta enfermaria parece confirmada por epígrafe a que alude Frei Agostinho de Santa Maria, no *Santuário Mariano*, tomo VII: «Esta enfermaria dos incuráveis concertarão os irmãos á sua custa e na Misericórdia os proverão do necessário, em Abril de 1565». Cf. Mário Carmona, *op. cit.*, p. 419.

1565, se recorreu à dispensa de pessoal clínico: «que por informações do provedor e irmãos da Misericórdia pelo prejuízo e inconvenientes de haver dois físicos e dois cirurgiões, fique só um físico e um cirurgião, despedindo-se os outros»³²¹. E se é verdade que em 1581 o Hospital nomeou mais dois físicos e dois cirurgiões, seis anos depois o número destes profissionais era drasticamente reduzido, como atrás referimos. Mas não é só ao nível dos físicos e cirurgiões que as dificuldades se fazem sentir. Acordada numa visita que Bernardino de Obregon, fundador dos «Irmãos Mínimos», fizera a Lisboa em 1593, a substituição dos enfermeiros portugueses, muitos deles laicos, por religiosos obregões, não terá elevado os padrões de qualidade na prestação de cuidados aos enfermos. Inicialmente em número de 24, secundados por algumas irmãs, estes enfermeiros religiosos verão o seu número reduzido para 11 em 1600, sendo dispensados em 1606, ano em que o Hospital do Rossio voltou a ter enfermeiros portugueses, ainda que por pouco tempo, uma vez que os obregões regressam em 1630, para de novo serem dispensados, e desta vez definitivamente, em 1644³²². Seria interessante perceber, com o rigor possível, os motivos subjacentes ao regresso dos obregões ao Hospital de Todos-os-Santos, uma vez que em 1633, André Fernandes, «que de enfermeiro passara a praticante do Banco, alegava que quando tinham entrado os obregões, não sabendo estes tomar um frouxo de sangue nem pôr mão em ferida ou chaga, ele com outro colega ficara encarregado do trabalho a fazer no Banco»³²³.

Parecendo confirmar a ideia genérica de que a documentação revela momentos de perturbação e não a normalidade da vida, é ainda de dificuldades que parece falar-nos um regulamento das enfermarias, datado de 1620, que procura «evitar os abusos dos praticantes de cirurgia e de sangria»³²⁴, recomendando aos mordomos das enfermarias a fiscalização do desempenho de médicos e de enfermeiros, ou o Regimento de 1632, um documento «sintético, conciso e claro [...] cujo objectivo é o de identificar as obrigações e responsabilidades, e às vezes, como no caso dos capelães, as punições, de todos quantos estavam envolvidos na gestão e funcionamento do hospital»³²⁵, um hospital onde se mantém, no essencial, a estrutura profissional e o *modos operandi*

³²¹ Mário Carmona, *op. cit.*, p. 232.

³²² Na resolução da Mesa da Misericórdia que assume a expulsão dos obregões, lê-se que «por diligências, devassas e informações secretas sobre o modo de vida e procedimento dos irmãos obregões se alcançou ser em grande descrença de Deus e dano da fazenda do hospital a sua assistência nele por serem compreendidos em muitas culpas e erros que não convem manifestar e assim fossem despedidos do serviço e se tomassem enfermeiros como antes havia e se fizesse este assento para nunca mais serem admitidos em nenhum tempo». José Maria António Nogueira, *op. cit.*, p. 178.

³²³ Cf. Mário Carmona, *op. cit.*, p. 234.

³²⁴ Cf. *Ibidem*, p. 243.

³²⁵ A informação relativa ao regimento de 1632 foi-nos gentilmente cedida por Laurinda Abreu.

definidos em 1504³²⁶, acrescida dos mordomos, oriundos da Misericórdia e responsáveis pelas diversas áreas de trabalho do Hospital e pelos procuradores, inevitáveis numa instituição com dificuldades em cobrar o que lhe é devido.

No século XVII o Hospital de Todos-os-Santos apresenta já um número de enfermarias muito superior ao inicial, com uma procura que justifica a transformação de corredores em enfermarias, sendo a sempre presente necessidade de aumentar o número de camas disponíveis responsável pelas diversas intervenções tendentes a redefinir o espaço³²⁷. Sabemos que entre 1 de Novembro de 1616 e 1 de Novembro do ano seguinte, deram entrada no Hospital 3.026 doentes, 620 dos quais vieram a falecer³²⁸, números que nos permitem aquilatar da procura de uma instituição que serve a população pobre da cidade, mas também a «gente do mar e guerra das Armadas do Mar Oceano, por não terem hospital onde se pudessem curar»³²⁹, e muito provavelmente «gente de outra condição», que terá utilizado «quartos particulares», não previstos inicialmente, mas cuja existência parece incontestável³³⁰. Temos notícia de que a 12 de Fevereiro de 1768, no Hospital de Todos-os-Santos, falecia D. José Gomes de Menezes, por quem se realizaram cerimónias fúnebres de excepção, com custos anotados nos

³²⁶ Só em 1715 um novo regulamento dos serviços médicos determina um «novo método de fazer visitas aos enfermos [...] por se achar muito aumentado o numero de enfermos e enfermarias [...] e mostrando a experiência que assistindo todos juntos, mais servia de confusão do que de utilidade aos doentes, pelas suas discordâncias» (Mário Carmona, *op. cit.*, p. 245), de onde se infere que o modelo instituído para a visita às enfermarias não estaria longe da perspectiva «colegial» adoptada no século XVI.

³²⁷ O nosso anexo 3 pretende registar a variação do número de enfermarias ao longo da vida da instituição. Repare-se que já Cristóvão Rodrigues de Oliveira, no *Sumário*, p. 59, referia que «nos corredores das febres e cirurgia se fazem camas em que se agasalham alguns». E não havendo leitos disponíveis, «muitas vezes se lançam dois num leito».

³²⁸ Cf. Mário Carmona, *op. cit.*, p. 238. No final do século XVII o número de enfermos hospitalizados rondaria os seis milhares / ano, conforme refere o Padre Francisco de Santa Maria, *O Ceo aberto na Terra: historia das sagradas congregações dos Cônegos Seculares de S. Jorge de Alga de Venesa & de S. João Evangelista em Portugal*, Lisboa, na Officina de Manoel Lopes Ferreyra, 1697, p. 280.

³²⁹ Carta Régia de 1603, referida por Mário Carmona, *op. cit.*, p. 236. Madrid ordenava, nesta data, que se desocupasse ou se construísse uma enfermaria nova destinada em exclusivo às tripulações da Armada. Esta enfermaria nunca terá sido construída, pelo que os mareantes enfermos receberam assistência nas enfermarias gerais do Hospital de Todos-os-Santos, pelo menos até à constituição do Hospital Militar da Corte e mais tarde no Hospital Real da Marinha.

³³⁰ Francisco de Monzón, letrado capelão de D. João III, residiu no Hospital de Todos-os-Santos antes de rumar a Coimbra, em cuja Universidade foi professor de Teologia. Na sua obra *Libro primero del Espejo del principe christiano*, editado pela primeira vez em 1544 e de que se conservam na Biblioteca Nacional de Lisboa dois exemplares da edição de 1571, impressa na oficina lisboeta de António Gonçalves, encontramos referências à cidade de Lisboa, ao monarca português e, naturalmente, ao Hospital de Todos-os-Santos, referenciando o autor a existência de quartos destinados a acolher no Hospital pessoas de elevada condição, prática que contrasta com a caracterização, feita no Regimento inicial, daqueles a quem se destina o Hospital régio: os desprotegidos, no sentido lato do termo. A existência destes «quartos particulares» é também referida por Maximiano de Lemos, *História da Medicina em Portugal - Doutrinas e Instituições*, vol. I, pp. 135-136.

livros de contabilidade³³¹. Apenas «pela armação do fonerál do Ilmo D. Jozé Gomes de Menezes que faleceu neste Hospital», recebeu André de Miranda, Mestre Armador, a quantia de 23\$730³³². Acreditamos que D. José Gomes não estaria internado numa enfermaria comum.

A opção pelo universo da fidalguia³³³, enquanto campo de recrutamento dos dirigentes da organização hospitalar, surge como consequência inevitável da sujeição do Hospital de Todos-os-Santos à administração da Misericórdia de Lisboa. A partir de 1564, a Coroa deixa de nomear o Provedor do Hospital, passando a Mesa confraternal a promover a eleição dos que ocupam cargos de direcção na hierarquia da instituição e nos diversos níveis de responsabilidade. Importa recordar que falamos de irmandades masculinas numa «época em que a caridade ocupava um lugar demasiado central»³³⁴, de organizações que se assumem como «pilares do poder local»³³⁵, de institutos, enfim, que permitirão protagonismos, visibilidade, contribuindo para a consolidação de posições sociais e para a estratificação de poder no seio de estruturas grupais em cujo vértice se perfilam, num sistema de rotatividade e em sucessivas gerações, as casas nobres. A Misericórdia lisboeta não foi excepção a este figurino. Pelo contrário. A sua dimensão e a sua capacidade, em competências atribuídas e em recursos disponíveis, para intervir socialmente, bem como a sua estreita relação com a corte e com o rei, tornam apetecíveis os cargos da Irmandade, mesmo tratando-se de exercícios de segundo plano que, não conferindo aparentemente visibilidade imediata, permitem relações e posicionamentos sociais favoráveis.

³³¹ IANTT, Fundo do Hospital de São José, Livro 4776, Diário, letra A, da Administração, e Arrecadação do Hospital Real de Todos os Santos desta Cidade de Lisboa, que teve principio, em 17 de Março de 1768, p. 448.

³³² *Ibidem*, p. 110.

³³³ O termo «fidalgua» é aqui empregue de uma forma abrangente. De facto, são em número muito significativo as casas nobres a que coube a responsabilidade de, em gerações sucessivas e num processo de rotatividade que não nos parece oferecer dúvidas, exercer os cargos de Provedor da Misericórdia de Lisboa, de Provedor do Hospital Real de Todos-os-Santos e de Enfermeiro-Mór do mesmo Hospital. Analisaremos, com algum pormenor, a relação existente entre as três funções no terceiro quartel do século XVIII. Todavia, o século XVI assistiu ao desempenho de titulares das casas de Atalaia, de Castelo Rodrigo, do Redondo, de Vila Franca, de Portalegre, de Santa Cruz, da Vidigueira, do Sabugal, de Nisa, de Gouveia, de Valle de Reis, de Castelo Melhor, de Ponte de Lima e Vila Nova de Cerveira, de Marialva, de Fronteira, de Miranda, da Ericeira, de Alegrete, e de Óbidos. Esta relação completa-se, já no século XVIII, com o exercício das casas de Aveiras, dos Arcos, de Viana, de Vila Verde, da Ribeira Grande, de Assumar, de Valadares, de Minas e de Abrantes, entre outras. Ora, muitas das casas que acabamos de referir pertencem à elite aristocrática portuguesa, aos «Grandes» de Portugal, à primeira nobreza da Corte, o que parece sublinhar a importância social de que aqueles desempenhos se revestem. Comparem-se as casas titulares aqui enunciadas com os quadros onde são agrupados os «Grandes do Reino» por José Manuel Subtil, *O terramoto político (1755-1759). Memória e Poder*, Lisboa, EdiUAL, 2007, pp. 64-66.

³³⁴ Isabel dos Guimarães Sá, *op. cit.*, p. 63.

³³⁵ *Ibidem*.

A esta leitura simbiótica que faz ombrear a prática da caridade, enquanto vector relevante, no plano teórico, na atitude de vida dos irmãos da Misericórdia, com a necessidade individual de afirmação no tecido social, vem o Hospital de Todos-os-Santos acrescentar um número muito significativo de possibilidades. Para além do cargo de Enfermeiro-Mor³³⁶, criado em 1564 e exercido sempre por «um Fidalgo principal»³³⁷, outros lugares há, no oficialato hospitalar, a exigir pessoa de condição, ou em cujo exercício se sucedem, alternadamente, mesários nobres e oficiais³³⁸. Os mais de cento e vinte mordomos que nos primeiros anos de Seiscentos intervêm no quotidiano da instituição revelam disponibilidade pessoal e mesmo financeira para o exercício dos cargos, permitindo perceber, em paralelo, uma perspectiva de governo do Hospital que passa pelo recurso a não-profissionais e ao desempenho não remunerado.

Apesar das dificuldades com que se debateu, o Hospital de Todos-os-Santos assumiu-se, ao longo da sua história, como um importante, diríamos mesmo decisivo campo de aprendizagem para as artes e ofícios relacionados com a prática assistencial, com particular ênfase para a área da enfermagem, dando formação a ajudantes num processo a que voltaremos, e a da cirurgia, sendo que a carta régia que nomeia, em 1502, mestre Pedro, então cirurgião do rei, para o exercício de funções no Hospital de Todos-os-Santos, com a responsabilidade de transmitir os saberes da arte cirúrgica aos

³³⁶ A designação de Enfermeiro-Mor surge pela primeira vez em 1564, quando a Mesa da Misericórdia de Lisboa, na Provedoria de D. Sancho de Faro, Conde de Odemira, propõe ao soberano que a eleição «dos officiaes que deveriam governar o Hospital [...] fosse feita pela Mesa da Misericórdia, como se fazia a dos officiaes que serviam na mesma Santa Casa; e que d'estes eleitos fosse um homem nobre, e honrado, e de bom viver que tivesse o nome de Enfermeiro-Mór», sendo este o irmão encarregado da governança do Hospital. O cargo de Enfermeiro-Mor poderia ser, como o foi efectivamente, desempenhado por alguém que não o Provedor da Misericórdia, ou pelo próprio Provedor, em acumulação de funções, situação que parece ter sido maioritária. Estão neste último caso D. Álvaro de Mello, Provedor da Irmandade da Misericórdia e Provedor e Enfermeiro-Mor do Hospital no ano de 1566 a 1567, ou D. Luiz de Athayde, Conde de Atouguia, com a mesma situação no mandato seguinte. À viragem do século, é D. João da Costa que acumula os cargos de Provedor e de Enfermeiro-Mor no mandato de 1600-1601, sendo que também D. Francisco Manuel, Conde de Atalaia, mantém o regime de acumulação no mandato 1601-1602. Em 19 de Maio de 1618, durante a provedoria de D. Henrique de Portugal, o cargo de Enfermeiro-Mor foi anexado ao de Tesoureiro do Hospital, através dos capítulos 6º e 40º do Compromisso da Misericórdia aprovado por alvará régio daquela data. Sendo assim, ao Provedor da Misericórdia cabia, por inerência de funções, o cargo de Provedor do Hospital, sendo que o Tesoureiro das rendas do Hospital passou a exercer cumulativamente o cargo de Enfermeiro-Mor. Apesar de uma aparente subalternização do cargo, ele continua a ser ocupado por figuras proeminentes do reino – D. João da Silva Tello de Menezes (Conde de Aveiras), D. Gil Eannes da Costa (Conde de Soure), D. Pedro de Menezes (Conde de Castanheda), D. António de Almeida, D. João de Mascarenhas, D. Henrique de Menezes ou D. Antão de Almada contam-se entre os primeiros Tesoureiros das rendas e Enfermeiros-Mores. Este modelo, que confere ao Enfermeiro-Mor largos poderes para gerir o Hospital e intervir em todas as áreas da vida hospitalar, manter-se-á em vigor no Hospital do Rossio até 1775, sendo adoptado nos primeiros anos do Hospital Real de São José. Cf. Sebastião Costa Santos, *op. cit.*, pp. 45-57.

³³⁷ Frei Nicolau de Oliveira, *op. cit.*, p. 604.

³³⁸ É de 128 o número de irmãos da Misericórdia, nobres e oficiais, que prestam serviço no Hospital de Todos-os-Santos, alguns com mandatos anuais, a maioria de eleição semestral. Cf. *Ibidem*, pp. 604-608.

seus dois «moços», pode ser considerada como «a primeira disposição regulamentar do nosso país que institui o ensino da cirurgia»³³⁹. Este ensino, ainda que se não demarcando, nos conteúdos, da perspectiva hipocrático-galénica que durante a época moderna balizou o ensino médico universitário português, tendendo a «escravizar o pensamento, mantendo-o ligado por dois séculos aos textos de Galeno, Avicena e Hipócrates»³⁴⁰ e reduzindo a investigação científica aos comentários sobre estes autores³⁴¹, acaba por constituir-se como uma alternativa credível ao longo curso ministrado em Coimbra. Mesmo confrontado com insuficiências de vária ordem, que vão da ausência de ferros cirúrgicos à dificuldade, que também se constata no universo universitário, do estudo da anatomia a partir da dissecação do corpo humano³⁴², deve-se ao ensino cirúrgico no Hospital de Todos-os-Santos a formação de muitos cirurgiões e sangradores de reconhecidas competências.

Em síntese, o Hospital de Todos-os-Santos, projectado por D. João II e concluído por D. Manuel I, desempenhou um papel central na prestação de cuidados de saúde à população de Lisboa e a quantos a demandaram. Foi, pela sua dimensão e localização, um espaço marcante na paisagem urbana, constituindo-se como um dos locais de referência dos lisboetas, quer pelos cuidados que dispensou, quer por se apresentar como importante campo de socialização em torno do qual gravitaram crentes que utilizaram o templo, oficiais das corporações representadas na Casa dos Vinte e Quatro³⁴³ e membros de confrarias e irmandades entre as quais a Confraria de S. Jorge³⁴⁴, ou ainda um conjunto de personalidades cuja actividade não se limitou ao

³³⁹ Mário Carmona, *op. cit.*, p. 278.

³⁴⁰ Maximiano Lemos, *História da Medicina em Portugal, doutrinas e Instituições*, vol. I, Lisboa, Publicações Dom Quixote / Ordem dos Médicos, 1991, p. 157.

³⁴¹ Cf. *Ibidem*.

³⁴² Referindo-se ao ensino da Anatomia na Universidade de Coimbra, em meados do século XVI, Lemos, na obra que vimos seguindo e cuja primeira edição data de 1899, afirma que «a persistência do livro de Galeno [*De usu partium*] como texto não pode ser considerada como elemento de progresso no estudo de uma ciência cujo livro não pode ser outro senão o cadáver humano». *Ibidem*.

³⁴³ A Casa dos Vinte e Quatro, que nos séculos XVI e XVII desempenhou «funções regulares na administração da cidade», teve «casa própria», a partir do início de Quinhentos, no Hospital de Todos-os-Santos, sendo aí que reuniu e funcionou, até meados do século XVIII, essa câmara corporativa. A proximidade entre as duas instituições não será de estranhar tendo em conta que no Hospital Real foram integrados pequenos hospitais pertencentes às organizações corporativas dos mesteres. Cf. Mário Carmona, *op. cit.*, Nota XXIV, pp. 391-394.

³⁴⁴ O Hospital terá funcionado como local de encontro e reunião de oficiais de corporações diversas, caso «dos officios de carpinteiro e pedreiro que aparecem reunidos no Hospital de Todos-os-Santos na casa do seu conselho que tem por costume» (Mário Carmona, *ob. cit.*, p. 393). No Hospital teve sede a Confraria de São Jorge, corporação dos homens do ferro e do fogo que organizou 31 profissões, à cabeça dos quais surgem os barbeiros, cuja actividade se desenvolve, em boa parte, na vertente assistencial, uma vez que estes oficiais realizam sangrias, prestando serviço em tendas espalhadas pela cidade, no Hospital de Todos-os-Santos e no Tribunal do Santo Officio, instalado também no Rossio, no Palácio dos Estaus. Sobre esta Irmandade veja-se o estudo de Georgina Silva dos Santos, *Officio e sangue. A Irmandade de São Jorge e a Inquisição na Lisboa Moderna*, já mencionado.

domínio dos saberes médicos e cirúrgicos ou da gestão hospitalar³⁴⁵. Por outro lado, o significativo número de funcionários, de prestadores de serviços e de fornecedores diversos, criou condições para um diálogo ímpar com a cidade, no sentido mais alargado do termo.

Ainda que o Hospital de Todos-os-Santos tenha sido fundado numa cronologia – o advento da época moderna – em que o mundo ocidental faz substituir os pequenos e carenciados hospitais medievais por estruturas que se pretenderam com uma maior capacidade interventiva, o Hospital lisboeta distinguiu-se de outros estabelecimentos hospitalares seus contemporâneos uma vez que nasceu da iniciativa régia, sendo a Coroa a tutelar directamente a instituição até 1564, data em que, também por vontade do soberano, a sua administração transitou para a Misericórdia de Lisboa, sem que isto tenha significado perda de privilégios ou de património. Ao contrário, o seu imenso património e os privilégios de que usufruiu fizeram do Hospital de Todos-os-Santos pólo centralizador de uma teia de relações de tipologia diversa³⁴⁶ que se estendeu às

³⁴⁵ Sendo o Hospital de Todos-os-Santos uma instituição que contou, nos vários níveis de desempenho, com o concurso de portugueses e estrangeiros detentores de saberes e de hábitos de cultura não comuns à globalidade do tecido social lisboeta do período moderno, natural se torna o seu interesse e envolvimento em áreas diversas do acontecer colectivo. Para a inegável importância do Hospital de Todos-os-Santos, enquanto foco de produção científica e cultural, remetem, entre outras, obras como *Recopilaçam de Cirugia*, do cirurgião António da Cruz, datada de 1630, em cuja 6ª edição, revista e ampliada, impressa em Lisboa, na oficina de Henrique Valente de Oliveira, em 1661, participa um outro cirurgião, António Gonçalves, o muito difundido tratado *Desenganos para a medicina. Ou Botica para todo pay de famílias* (1669), do botânico Gabriel Grisley, *Luz verdadeyra e recopilado exame de toda a cirurgia* (1670), do cirurgião António Ferreira, *Manifesto dos Ocultos*, publicado em 1743 pelo anatomista António de Monravá e Roca, ou ainda a *Exposição da Anatomia* de Pedro Dufau, impressa em 1764. Curioso, na área do comentário político, é o exercício poético *Redondilhas a Santo António alistarse por soldado: na occasiam da Campanha do Alem-Tejo no anno de 1665*, de Sebastião da Fonseca e Paiva que, ao fazer inserir na portada da obra referência ao cargo que ocupa, o de “Mestre do Hospital Real”, parece querer aludir ao prestígio do grande hospital do Rossio.

³⁴⁶ Recorde-se que o Hospital foi instituição beneficiária de rendas, foros, privilégios e doações de diferentes proveniências, o que o transforma em pólo convergente de responsabilidades, interesses e obrigações de vária índole, mas também em dinamizador de actividades que, aparentemente, em nada se relacionam com a prestação de cuidados de saúde. Será o caso dos espectáculos teatrais, os «Pátios de Comédias», onde o Hospital de Todos-os-Santos, por privilégio régio, desempenhou um papel economicamente interessado. De facto, o Hospital de Todos-os-Santos, administrado, como vimos, desde 1564 pela Irmandade da Misericórdia, vê nesta prática uma possibilidade de minimizar a carências de rendas e o aumento de despesas derivadas de um maior número de doentes. A Mesa da Irmandade requereu a Filipe I que o produto das representações que se faziam em Lisboa revertsse para a instituição, pelo que o Despacho Régio de 20.08.1588 lhe concede o direito de exclusividade das representações teatrais de Lisboa, a exemplo do que já acontecia em Barcelona, com o Hospital de Santa Cruz. Com uma duração inicial de dois anos, o privilégio foi renovado, desta feita por tempo indeterminado, por Filipe II, por alvará de 10-11-1612. Em 21 de Novembro de 1588 entrava no cofre do hospital a primeira verba, mil réis, proveniente de três espectáculos realizados na cidade, sendo que ao hospital cabiam 2/5 do rendimento das representações, proporção que em 1613 foi convertida em 3/5. Cf. Vítor Eleutério, “Pátios de Comédias”, in *Dicionário de História de Lisboa*, pp. 696-698. No livro de Registo Geral do Hospital Real de Todos-os-Santos pode ler-se: «No anno de mil quinhentos e oitenta e oito se concederam ao mesmo Hospital, que não se podessem representar comedias, nem em geral, nem em particular em Lisboa, senão em os lugares que o

famílias, ao poder local, às instituições administrativas do reino, à estrutura eclesiástica e, naturalmente e ao longo de toda a sua existência, ao rei e à rainha. A Casa Real, enquanto espelho e exemplo de actos de «graça» e de «misericórdia» - «obrigação moral secularmente enraizada no múnus comportamental» dos Grandes - assumiu-se, no que à assistência respeita e a par da acção dos prelados pós-tridentinos, como vector determinante do Estado Moderno emergente³⁴⁷.

As tarefas directamente relacionadas com a prestação de cuidados aos enfermos foram desempenhadas, na maioria do tempo de vida do Hospital, por leigos, com excepção dos períodos em que desempenharam funções os religiosos Obregões. Esta curiosa vertente leiga da instituição observa-se mesmo sob a administração da Congregação de S. João Evangelista - os Lóios.

Primeira instituição portuguesa medicalizada e em cujos textos fundacionais se observa a preocupação de distinguir a área assistencial da prestação de cuidados em ambiente hospitalar, o edifício do Rossio manterá abertas as suas portas até 1775, resistindo a catástrofes que repetidamente o atingiram, nomeadamente aos muitos estragos resultantes do incêndio de 1750 e do grande terramoto de 1755. Não serão as ruínas impostas pelo cataclismo, mas a decisão política a ditar o fim da instituição e a transferência da sua área de intervenção, das suas competências e do seu património para o Colégio de Santo Antão-o-Novo, onde o Hospital Real de São José se assumiu, ainda que instituição outra, como o herdeiro e continuador do quinhentista «espiritual grande de Lixboa».

Provedor e officiaes do Hospital assignassem, e que o proveito que disso rezultasse de dispendesse em beneficio dos doentes [...] – INATT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro nº 942, fl. 209.

³⁴⁷ Cf. Maria Paula Marçal Lourenço, «As instituições de assistência das Casas da Família Real: a «misericórdia» e a «graça» régia, in Laurinda Abreu (ed.), *Asistencia y Caridad como Estrategias de Intervención Social: Iglesia, Estado y Comunidad (s. XV-XX)*, pp. 173-184.

2 – O Hospital Real de Todos-os-Santos no terceiro quartel do século XVIII

«O terramoto de 1755 destruiu completamente e reduziu a cinzas a grandiosa fábrica do Hospital Real de Todos os Santos»³⁴⁸

Não basta olhar as palavras de ontem com o olhar e a percepção de hoje, interpretando-as como imutáveis portadoras de informação. O texto, as palavras e as ideias que procuram expressar, têm vida e historicidade próprias, adquirindo no tempo dinamismos que surpreendem. Sem o trabalho de (re)construção semântica, a “verdade” a que chegamos é ténue, fugindo-nos por entre os dedos os verdadeiros significados, os comportamentos dos homens e os contextos que os justificam.

É nesta perspectiva que entendemos a completa destruição, no terramoto de 1 de Novembro de 1755, do Hospital Real de Todos-os-Santos como uma construção mitificada desenvolvida a partir da retórica setecentista pós 1755, que não raro acentua e amplia a dimensão da catástrofe. D. Jorge Machado de Mendonça escreve que o «lamentavel terramoto do anno de 1755, sucedido nesta Corte, e Cidade de Lisboa, fizesse grande impressão no Hospital Real de todos os Santos, que se demolisse todo»³⁴⁹, sendo que a ideia de demolição total é, aqui, potenciadora do reconhecimento do mérito do autor em matéria de reconstrução e de reorganização do Hospital. Na mesma época, o padre Baptista de Castro, fazendo uso de idêntica matriz literário-ideológica, referia a «extrema destruição, collocando-se os enfermos, que escaparam, debaixo das cabanas do rocio, onde estiveram quasi tres semanas miseravelmente expostos ao rigor do tempo»³⁵⁰. Ainda que o padre Castro tenha testemunhado, no texto referenciado, que em 1763 os enfermos se encontravam já «restituídos ao mesmo hospital, por se terem nelle feito muitas enfermarias, por ordem e despeza real»³⁵¹, a noção de que a instituição Hospital de Todos-os-Santos desaparece com o terramoto de

³⁴⁸ Maximiano Lemos, *História da Medicina em Portugal*, vol. I, p. 140.

³⁴⁹ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 64v.

³⁵⁰ Referido por José Maria António Nogueira, *Esparsos*, p. 239.

³⁵¹ *Ibidem*.

1755 tem vindo a ser, desde então, sustentada quer em alguns trabalhos historiográficos, quer no romance histórico³⁵².

Sendo inquestionável que o sismo de 1755 e o incêndio que se lhe seguiu produziram no velho edifício do Rossio estragos tais que obrigaram à utilização temporária de espaços de internamento alternativos, à quebra das rotinas hospitalares e mesmo à desarticulação do aparelho administrativo, tal não quererá significar o imediato desaparecimento do Hospital, enquanto local de referência e enquanto instituição prestadora de cuidados de saúde. Ao contrário, como se depreende do aviso assinado por Sebastião José de Carvalho e Melo em 28 de Fevereiro de 1756, destinado ao Monteiro-Mor do Reino³⁵³, bem como de um imenso acervo documental que chegou até nós, o Hospital Real de Todos-os-Santos continuou, se bem que com carências e dificuldades de toda a ordem, a receber e a conservar «no dito Hospital, e mais lugares que actualmente se ocupam por conta dele, os doentes de febres e de outras enfermidades»³⁵⁴. O ano de 1755 significou, isso sim, um passo de gigante, mas não o único, num processo com contornos reformistas que, nascendo em 1750, acaba por determinar a demolição do Hospital, vinte e cinco anos depois.

A ser assim, difícil se torna perceber uma relação de causa-efeito entre a acção destruidora do terramoto e a transferência dos serviços para o Real Colégio de Santo Antão, momentos separados por duas décadas ao longo das quais se trabalhou, no Hospital, com a pena e a talocha e se criaram, no reino, condições políticas e patrimoniais para uma mudança não sonhada na década de cinquenta. Há, então, para o «Hospital Grande de Lixboa», uma sobrevida para lá da catástrofe, um quotidiano que importa conhecer e considerar, uma permanência no tecido urbano da cidade que só deixará de o ser em 1775. Contribuir para a assumpção desta permanência é, afinal, o objectivo central deste estudo.

³⁵² Vejam-se, por todos, Paulo Pereira (dir.), *Hospital Real de Todos-os-Santos - 500 anos. Catálogo*, p. 4: «O Hospital Real de Todos-os-Santos foi uma das mais importantes construções lisboetas, celebrada por cronistas e reconhecida pelos habitantes como um pólo de sociabilidade e de ordenamento urbano. Desaparecido com o Terramoto de 1755, a sua memória ficou presente em inúmeras representações gráficas, mas não só»; José-Augusto França, *Lisboa pombalina e o Iluminismo*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1987, p. 130: «no lado nascente [do Rossio] estava instalado o Convento dos Dominicanos e o Hospital de Todos os Santos, fundado pelos fins do século XV, com a sua famosa arcada de 35 elementos. Tudo isto e os pequenos edifícios que ocupavam os outros lados da praça, no dia seguinte à catástrofe, não formavam mais que um montão de ruínas».

³⁵³ LISBOA, Amador Patrício de, *Providências do Marquês de Pombal que se deram no terramoto que padeceu a corte de Lisboa no ano de 1755*, vol. 3, introdução de Luís Oliveira Ramos, Lisboa, Público, Fundação Luso-Americana, 2005, p. 121.

³⁵⁴ *Ibidem*.

O incêndio de 1750

«[...] queira o Senhor restituillo ao seu primeiro esplendor [...] Amem»³⁵⁵

O grande incêndio que na madrugada de 10 de Agosto de 1750 deflagrou no Hospital Real de Todos-os-Santos constitui, na nossa perspectiva, o acontecimento que assinala o início do derradeiro quartel da vida da instituição, como que dando o mote àquele que terá sido o seu mais complexo e conturbado período. Se, no que respeita à inclemência dos elementos naturais e às dificuldades de gestão decorrentes da desorganização do espaço, das rotinas administrativas e da resposta clínica às múltiplas solicitações, estes vinte e cinco anos podem ser entendidos como um tempo de síntese de toda a história do Hospital, as catástrofes de 1750 e de 1755, pela sua dimensão, pelos projectos de reforma que desencadearam, pela procura de soluções a que obrigaram, acabam por particularizar este tempo que foi, tanto para o Hospital como para Lisboa, um tempo de mudança, com tudo o que de subjectivo encerra esta afirmação³⁵⁶.

A *Relação*³⁵⁷ publicada por Manuel Soares, ainda em 1750, permitindo vislumbrar a dimensão do incêndio, disponibiliza, num texto salpicado de sonoridades barrocas, algumas referências que deixam perceber a estrutura, o pensar e o sentir da sociedade lisboeta em meados de Setecentos: o rei, um jovem rei em início de reinado, enquanto núcleo irradiador de uma paternal protecção e de uma piedade modelar, a fidalguia que se apressa a seguir o exemplo régio, exteriorizando, quanto pode, piedade e posses e uma miríade de organizações religiosas que procuram disponibilizar amparo na angústia e na dor. Como força que inspira e ordena esta sociedade que é, afinal, uma sociedade de ordens, a Divina Providência que, como veremos, paira nos céus de Lisboa no seu eterno combate contra as forças do Mal.

³⁵⁵ *Relação verdadeira, e individual do formidavel incendio que se ateou no Hospital Real de Todos os Santos da Cidade de Lisboa, em 10. de Agosto, deste anno de 1750*, Lisboa, Na Officina de Manoel Soares, 1750.

³⁵⁶ Já referimos neste estudo o cuidado com que, no domínio das Ciências Sociais, deve ser abordada a ideia de «mudança». Vanda Anastácio, a propósito do contributo da «Arcádia Lusitana» para um movimento literário pós 1755, que se pretendia portador de uma estética «nova», recorda que «as modificações no campo das ideias se processam em ritmos diferentes dos do urbanismo: nesta área nunca nada é completamente destruído e, quando ocorrem mudanças, estas partem, necessariamente, de visões do mundo herdadas do passado». Vanda Anastácio, «O terramoto de 1755: marco da história literária?», in Ana Cristina Araújo et al (org.), *O Terramoto de 1755 – Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 366

³⁵⁷ *Relação verdadeira, e individual do formidavel incendio que se ateou no Hospital Real de Todos os Santos da Cidade de Lisboa, em 10. de Agosto, deste anno de 1750*.

Centremos a nossa atenção no Hospital onde, entre meados de 1749 e de 1752, exerceu funções de Enfermeiro-Mor D. Álvaro de Noronha Castelo Branco, 5º conde de Valadares, «a cujo zelo», segundo o texto publicado por Soares, «devia o Hospital hum bem notorio augmento; o Culto Divino, hum naõ vulgar esplendor; e os perigosos doentes, hum mais que paternal amor»³⁵⁸.

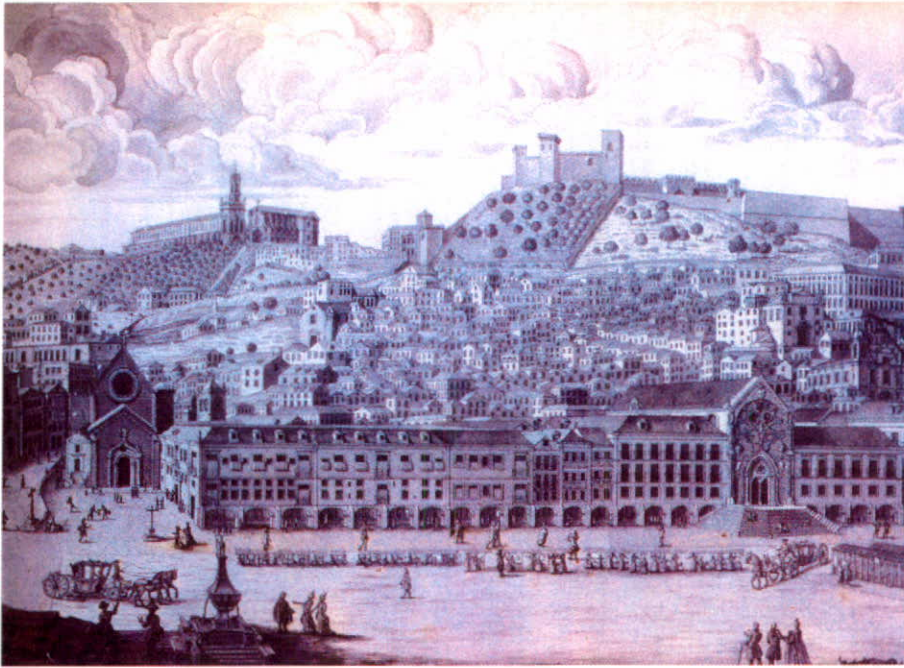


Figura nº 16 – O Rossio antes do terramoto de 1755, com a fachada Norte do Hospital a apresentar três sobrados acima da arcaria.

Estampa de Zuzarte, datada de 1787. Coleção da Família Celestino da Costa, publicada em Ana Cristina Araújo, *O terramoto de 1755, Lisboa e a Europa*, Lisboa, Clube do Coleccionador dos Correios, 2005, p. 21



Figura nº 17 – Paineis de azulejos setecentistas outrora existentes no antigo Convento das Trinas. O painel representa, tal a gravura de Zuzarte, a fachada Norte do Hospital de Todos-os-Santos, com três sobrados acima das famosas arcadas do Rossio. Trata-se de uma composição cujo paradeiro se desconhece.

Publicado por Mário Carmona, *O Hospital Real de Todos-os-Santos da Cidade de Lisboa*, p. 78.

³⁵⁸ *Relação verdadeira, e individual do formidavel incendio que se ateou no Hospital Real de Todos os Santos da Cidade de Lisboa*, p. 1.

Sabemos que, em 10 de Agosto de 1750, o edifício se encontrava em remodelações³⁵⁹, tendo em conta a presença de «huma notavel quantidade de madeira de pinho para a estacaria das obras»³⁶⁰, o que aumentou a tragédia, levando o fogo a consumir «a botica, as casas do Cirurgião do banco, de Joseph Elias, dos porteiros, debaixo, e decima, do Padre Thesoureiro, e do Padre Secretario Joseph da Fonseca»³⁶¹. É, aliás, nos desperdícios da obra que o incêndio deflagra: «Corriaõ as três da manhã [...] quando infelizmente começou a prender o fogo naquelle Sumptuosíssimo, e Régio Hospital [...] começou este lastimoso incendio em hũas poucas de aparas das obras, na casa que chamaõ das tinas, que he aonde se aqueyta agua para os banhos do doentes»³⁶².

O incêndio terá constituído várias frentes, uma delas atingindo a zona da fachada principal mais chegada à Rua da Betesga, zona esta que se acredita ter sido destinada a alojamentos do pessoal. Esta ideia ganha corpo sabendo que o fogo consumiu o bloco onde se situavam as enfermarias de S. João de Deus, de São Francisco de Sales e a Casa dos Enjeitados, situado na Betesga, a meio caminho entre o Rossio e o Borratém. As amas e as crianças à sua guarda refugiaram-se na capela-mor da Igreja do Convento de S. Domingos, sendo depois acolhidas, por ordem régia, na Casa do Senado e, posteriormente, no Palácio do Conde da Ribeira, consignado para o efeito³⁶³.

Sabemos que da Casa dos Enjeitados o fogo se transmitiu, numa outra frente, à parte posterior da capela-mor da Igreja, onde não foi possível combatê-lo, atendendo à grande altura do templo. Fora do alcance das bombas de água, as chamas tomaram a nave da Igreja, comunicando-se ao coro e às adjacentes Casas do Fidalgo e da Fazenda³⁶⁴. Diz-nos o memorialista: «em menos de meya hora, arrazou, e reduziu a

³⁵⁹ As obras marcaram, pela permanência, a vida do Hospital. De entre as inúmeras intervenções que sugerem a necessidade de readequação dos edificios, uma terá tido lugar pouco antes de 1750, a avaliar por noticia da autoria de João Bautista de Castro, citada por Carmona: «Fez-se mais sensível esta desgraça [o incêndio de 1750] porque havia bem pouco tempo que se tinha concluido inteiramente a reedificação do hospital em templo, enfermarias e casas do Rocio com grande dispendio para o qual concorrera não só a incomparavel piedade de el Rei D. João V, mas a grande soma de dinheiro, que se lhe applicou da testamentaria de um Francisco Pinheiro por Bulla de Benedicto XIV» - cf. Mário Carmona, *op. cit.*, p. 246. Tal como Carmona, pensamos que não se tratou de uma «reedificação do Hospital», mas de uma intervenção na fachada virada ao Rossio, intervenção esta que justificaria os três pisos acima das arcadas, que se observam no corpo Norte da fachada, quer no painel de azulejos do século XVIII que existiu no Convento das Trinas, quer na estampa de Zuzarte, datada de 1787, que pretende fornecer uma perspectiva ampla do quadrante nascente da cidade de Lisboa antes do terramoto. Esta intervenção ter-se-ia estendido também à escadaria da Igreja. Do que não restam dúvidas é que em Agosto de 1750 decorria uma nova fase de obras.

³⁶⁰ *Relação verdadeira, e individual do formidavel incêndio...*, p. 3.

³⁶¹ *Ibidem*.

³⁶² *Ibidem*, p. 2.

³⁶³ *Ibidem*, p. 4.

³⁶⁴ *Ibidem*, p. 3. Por Casa do Fidalgo entenda-se os aposentos do Enfermeiro-Mor.

cinzas aquelle tão sumptuoso Templo, hum dos maiores da Corte, e ainda de todo o Reyno». Por prodígio, o fogo deixou sem mácula duas imagens de Maria Santíssima, uma que existia no frontispício da Igreja e uma outra situada num nicho de uma escada interior dos claustros³⁶⁵ do Hospital, «sem embargo de haverem cahido as varandas todas com seus arcos, que eraõ de antiga pedraria»³⁶⁶. Temos, então, que do famoso templo do Rossio terá restado a fachada e parte do seu recheio, sendo postas «a salvo muitas sagradas Imagens, paramentos, e ornatos de ouro e prata daquelle grande Templo»³⁶⁷.

Sabemos que poucas foram as dependências hospitalares que o incêndio não tocou, sendo que a zona menos sacrificada terá sido a adjacente ao dormitório e Convento de S. Domingos. Refere-se, na *Relação*, que ao fogo escaparam, naquela zona, por se atalhar e por ficarem superiores à sacristia de Nossa Senhora do Amparo, as enfermarias de S. Jorge e de S. José, o refeitório dos enfermeiros e o corredor do S. Domingos³⁶⁸. Apesar da intervenção do próprio santo na luta contra o Demónio³⁶⁹, dos muitos exorcismos e rosários bentos que os religiosos espalharam em torno do Convento, o complexo dominicano não ficou incólume, sendo os estragos de monta e não se restaurando a perda senão com doze mil cruzados³⁷⁰.

Sabemos, por fim, que apesar da dimensão do sinistro, apenas um dos 723 enfermos hospitalizados terá perdido a vida, sendo um dos loucos internados na «Caza dos Doudos». Para o autor, só o desígnio divino justifica que se não tenham verificado mais mortes, na confusão que se gerou naquela tão grande casa; «e posto que depois se não achasse completo este cômputo [723 doentes], he porque aquelles, que já se podiam tem [sic] em pé, vendo a morte diante dos olhos, procuravaõ fugir-lhe, appellando para os pés»³⁷¹.

³⁶⁵ Cf. *Relação verdadeira, e individual do formidavel incêndio...*, p. 4.

³⁶⁶ Cf. *Ibidem*.

³⁶⁷ *Ibidem*, p. 5.

³⁶⁸ Cf. *Ibidem*, p. 3.

³⁶⁹ O autor da *Relação* convoca a Lisboa, na luta contra o Mal, as forças do Divino, naquela madrugada personificadas pelo próprio S. Domingos: «segundo he fama, houve quem viu hũa ave negra de grande corpo, e de grandes azas, voando pelo meyo das lavaredas, pelo circulo do convento, e hum Frade Dominico vestido de preto, e de branco, metido entre as mesmas lavaredas, que se entende ser o mesmo Santo assim como aquelle mal assombrado volatil, o demonio» - cf. *Ibidem*, p. 3. Estamos, em matéria de construção do pensamento, perante o mesmo quadro conceptual e os mesmos parâmetros socio-culturais que permitirão, após 1755, o desenvolvimento de teorias que colocam no plano divino as causas para os males humanos, num antagonismo que faz opor os sectores mais conservadores da Igreja aos ventos do Iluminismo, que propõem ao Homem o entendimento racional do mundo que o rodeia.

³⁷⁰ Cf. *Ibidem*, p. 3.

³⁷¹ *Ibidem*, p. 4.

Extinto que foi o incêndio, com a ajuda da “soldadesca” e da “mestrança da Ribeira das Naus”, importa registar a adopção de medidas tendentes a transferir os enfermos para espaços alternativos, prática que, cinco anos depois, voltará a ser seguida, querendo isto dizer que apesar da inoperacionalidade da maioria dos serviços, o Hospital Real de Todos-os-Santos manteve a prossecução dos objectivos para que estava vocacionado, recorrendo, num curto período de tempo e por determinação régia, às instalações do «Convento de Nossa Senhora do Desterro, da Ordem do Melifluo, e Mariano Doutor S. Bernardo»³⁷².

Quanto aos enjeitados e órfãos, encontraram, como já referimos, abrigo provisório no Palácio do Conde da Ribeira.

Do relato feito, há que inferir que o Hospital terá ficado seriamente afectado, com áreas que nunca virão a recuperar do desastre e com a necessidade imperiosa de transferir, por algum tempo, serviços de internamento para outro local. Ora, é ao descrever a transferência dos enfermos para o Convento do Desterro que o texto da *Relação* revela a sua vertente panegírica, fazendo notícia da muita caridade do rei, da nobreza e da clerezia e criando quadros de uma carga emotiva que exorta à piedade: «Os filhos do grande Doutor da Igreja, Santo Agostinho, e de Santo Ignacio de Loyola generosissimos imitadores da ferventissima caridade de seus Santos Patriarcas, levarão huma grande esmola de pão, galinhas, e outros generos comestiveis aos pobres doentes. E quem deixaria de edificar-se, vendo-os, assim como aos Muitos Reverendos Padres Dominicos, Carmelitanos, Trinitarios, e Franciscanos, pedindo pelas ruas, quartas, e quaesquer outras vazilhas para acarretar agua. Todos se commovião, e e cada hum contribuía, como melhor podia, para o remedio de huma tão grande necessidade. E quem deixaria de persuadir-se da sua muita piedade, vendo-os transportar aos ombros os doentes, e meninos enjeitados, tendo por companheiros em hum tão piedoso exercicio não somente muitos Sacerdotes Seculares, e Regulares, senão, movidos de tanto exemplo, muitos seculares»³⁷³. Referência particular merece ainda a piedade avaliada em graves esmolas, demonstrada pelos «Religiosos da Esclarecida Companhia de Jesus do Collegio de Santo Antão»³⁷⁴.

Entre S. Domingos e o Desterro desfila uma sociedade de ordens que vê no rei o modelo para a sua forma de estar e de intervir, um desfile onde as berlindas régias

³⁷² *Relação verdadeira, e individual do formidavel incêndio...*, p. 5. Referimo-nos ao Convento de S. Bernardo, onde veio a funcionar o Hospital do Desterro.

³⁷³ *Ibidem*, p. 6.

³⁷⁴ *Ibidem*, p. 7.

cedidas para conduzir os enfermos são secundadas por veículos de uma fidalguia que seguiu, como era expectável, o exemplo de el-rei.

A agitação que o incêndio trouxe a Lisboa, a justificar o muito empenho e diligência dos Desembargadores Salter e Tourel, do Embaixador de Castela, dos Marqueses de Alegrete e de Lourical, do Visconde de Vila Nova de Cerveira, do Marquês de Anjeja, de D. Rodrigo da Cunha e do «claríssimo» Senado da cidade, acaba por diluir-se quando, a 12 de Agosto, já com os enfermos instalados no Convento de S. Bernardo, lhes foi distribuído um «magnífico refresco», estando presente, «além de outros muitos senhores Titulares, o Illustrissimo, e Excelentíssimo Provedor»³⁷⁵.

Enquanto isso, no Rossio, calculavam-se prejuízos e iniciavam-se os trabalhos de recuperação, na expectativa de criar as condições mínimas para o regresso dos enfermos e do pessoal hospitalar àquele espaço. Mas não ficava por aí o esforço de reabilitação do Hospital do Rossio. Enquanto no terreno se reparavam paredes e coberturas, nos gabinetes nascia um novo projecto que visava devolver à cidade o seu Hospital de Todos-os-Santos, mas agora remodelado e com uma dimensão pouco comum na sua época.

O grande hospital da Lisboa de Setecentos: um projecto que não ruiu em 1755

Detenhamo-nos um pouco mais na problemática das intervenções de recuperação no Hospital de Todos-os-Santos, uma vez que ela se revela central nos anos em análise.

A necessidade de substanciar obra capaz de adaptar o quinhentista edifício do Rossio às crescentes necessidades da população lisboeta e a desempenhos não consignados no Regimento de 1504 cabimentou ao longo dos anos, como temos acentuado, intervenções tendentes a, dentro do perímetro definido em finais do século XV, reordenar o espaço, libertando para o serviço hospitalar, ou para o de instituições que gravitaram em torno do Hospital, novas áreas de trabalho. A contínua alteração do número de enfermarias e das valências a que estiveram afectas será, talvez, o mais significativo revelador de um permanente «estado de obra», mas importa recordar que no perímetro da instituição funcionaram, para além do Hospital dos Expostos e da Escola de Cirurgia, a Casa dos Vinte e Quatro, a Confraria de São Jorge³⁷⁶ e a

³⁷⁵ *Relação verdadeira, e individual do formidável incêndio...*, p. 6.

³⁷⁶ Pela proximidade com a Casa dos Vinte e Quatro, pensamos que a presença, nas instalações do Hospital, de corporações de ofícios, se não terá resumido à Confraria de São Jorge que, como já

Congregação da Santíssima Trindade dos Clérigos Pobres³⁷⁷, o que terá contribuído para a necessidade de sistematicamente repensar um espaço que não parece oferecer soluções de crescimento.

O incêndio de 1750, que começa exactamente, como vimos, no estaleiro de mais uma intervenção, não destruindo completamente o edifício, coloca em evidência a necessidade de substituir as obras de cariz paliativo por um projecto amplo que restituía ao Hospital de Lisboa a dignidade e a capacidade de intervenção que alguns textos produzidos nos séculos XVI-XVIII procuram documentar³⁷⁸, ainda que alguns deles apresentem fragilidades que a crítica histórica não deixa de revelar.³⁷⁹

referimos, agregou oficiais do ferro e do fogo. É, todavia, matéria que extravasa o âmbito do presente estudo.

³⁷⁷ «Lisboa, como a maioria dos núcleos urbanos da Europa do Sul apresenta, no século XVIII, um largo campo de observação no domínio da microssociologia de grupos organizados, confrarias, irmandades, organizadas em torno de ideais e de motivos de expressão colectiva»; Ana Cristina Araújo, *A morte em Lisboa. 1700-1830. Atitudes e representações*, p. 18. Procurando através da organização confraternal o acompanhamento solidário na miséria e na doença, uma vivência ritual comum e o cerimonial fúnebre visando a encomendação da alma, estas confrarias organizam as suas actividades rituais e reúnem os seus órgãos nos templos da cidade. Recordemos, entre muitas outras, a Irmandade do Santo Cristo dos Passos, estabelecida no Convento de São Domingos, os devotos escravos de Nossa Senhora da Nazaré e a Congregação de Nossa Senhora da Quietação, ambas sedeadas na paróquia dos Anjos, a Confraria de Nossa Senhora da Purificação da Igreja de São Julião. Quanto à Congregação da Santíssima Trindade dos Clérigos Pobres, de que há notícia em 1415, funcionou na Igreja de Santa Justa até 1646, data em que se fixou na Igreja do Hospital de Todos-os-Santos: «Achava-se a nossa Irmandade naquella Igreja com discommodo por não ter caza propria, em que fizesse as suas Juntas, e em que tivesse com resguardo a sua fabrica; e propondo-se isto em Junta grande, feita na sacristia da dita Igreja (que era o lugar onde então se fazia as Mezas) se resolveo que viesse para esta Igreja do Hospital, aonde a Preclarissima Irmandade da Mizericordia lhe dava caza, e benignamente queria admitir os nossos Irmãos, para o exercício das suas funções»; *Estatuto da Veneravel Irmandade dos Clerigos Pobres, com o titulo da Caridade, e patrocínio da Santissima Trindade, sita no Hospital Real de todos os Santos destas Cidades, de novo reformado, e addicionado no anno de 1731. Sendo Juiz o R^{do} Manoel de Souza Borges, Cura da Paroquial Igreja de N. S. dos Martyres. Mordomos os R^{dos} Joam Antunes Monteyro, Prior da Paroquial de S. Nicolao e Francisco Nunes Collares, Cura da mesma Igreja do Hospital*, Lisboa Occidental, Na Officina de Pedro Ferreira, Impressor da Serenissima Rainha Nossa Senhora, 1732, fl. II. A Irmandade, constituída por duzentos irmãos sacerdotes e vinte seculares, tinha como objectivos a visita aos enfermos confrades, providenciando a superação das necessidades temporais do doente e assegurando o seu acompanhamento permanente até à recuperação ou morte (Cf. *Idem*, pp. 15-16), a identificação dos «Irmãos pobres, para serem socorridos nas suas necessidades corporaes [...] e sustento necessario de sua pessoa» (*Idem*, p. 50), a organização dos enterros e dos officios fúnebres, a celebração de missas *per anima* e de outras manifestações do calendário confraternal. É neste calendário que se insere a oração fúnebre pelas almas dos Irmãos defuntos, realizada na Igreja do Hospital Real de Todos-os-Santos, a 8 de Novembro de 1745. PEREIRA, Agostinho José, *Oração fúnebre nas solemnes exéquias, que a Veneravel Irmandade dos Clerigos Pobres, com o titulo da Charidade, e patrocínio da Santissima Trindade, celebrou na Igreja do Hospital Real de Todos os Santos desta Cidade de Lisboa, aos 8. diaz do mez de Novembro de 1745. pelas Almas de seus Irmãos defuntos*. Lisboa, na Officina de Francisco da Silva, 1746.

³⁷⁸ Para o considerável conjunto de autores que produziram documentação sobre Lisboa, muitos deles já referenciados neste estudo, a alusão ao Hospital de Todos-os-Santos é obrigatória, sendo que as descrições feitas apontam no sentido de uma instituição respeitável, que presta aos segmentos mais desfavorecidos da sociedade um serviço insubstituível e de qualidade digna de registo. Estão, neste caso, figuras como Damião de Góis, Cristóvão Rodrigues de Oliveira, João Brandão, Frei Nicolau de Oliveira, Frei Luiz de Sousa, Padre Francisco de Santa Maria, ou viajantes que anotam, em registos de viagem, as suas impressões sobre o reino português. Entre tantos outros, referimos Bartolomé de

De facto, paralelamente ao esforço de recuperação das zonas afectadas pelo incêndio de Agosto de 1750, ganha corpo um projecto de ampliação do Hospital de Todos-os-Santos, projecto esse a que alude um Real Decreto assinado em Belém, a 6 de Julho de 1752, através do qual se pretendia ampliar a área de implantação da instituição. No referido texto³⁸⁰ fica clara a intenção régia de «mandar tomar para a nova obra do Hospital Real de todos os Santos as propriedades de cazas compreendidas na planta da mesma Obra, sitas na rua chamada da Bitesga e posso do Burratém»³⁸¹. Na falta da planta referida, não nos parece difícil perceber que o que estava em causa era a afectação de toda a actual Praça da Figueira, bem como do seu quarteirão nascente, até à Rua do Poço do Borratém, ao património do Hospital de Todos-os-Santos, permitindo assim uma obra de envergadura, que transformaria aquele Hospital num dos maiores do seu tempo. Este raciocínio escora-se nas escrituras inerentes às transacções patrimoniais realizadas entre onze diferentes proprietários urbanos e a Coroa, «[...] para o Real Serviço de Sua Magestade e para mayor Instenção do Hospital Real [...]»³⁸², sendo esta representada por Francisco de Abreu Couceiro, em casa de quem se procedeu às formalidades - «[...] junto a Igreja de Santa Justa nas Cazas em que vive o Dezembargador Francisco de Abreu Couceyro Cavalleyro proffecho da Ordem de Christo [...]»³⁸³. Subjacente às transacções que resumimos adiante esteve um processo de avaliação. As escrituras foram lavradas pelo tabelião Manuel de Passos, que servia o Hospital de Todos-os-Santos, sendo o pagamento das quantias acordadas realizado pelo Tesoureiro da Igreja Patriarcal, depositário das mesmas³⁸⁴. Destas escrituras mandar-se-ão extrair certidões, a partir de Agosto de 1758, pelo então Enfermeiro Mor D. Jorge Francisco Machado de Mendonça Essa Castro Vasconcellos e Magalhães, certidões essas que serão incorporadas no tombo do Hospital³⁸⁵.

Villalba y Estaña e Gianbattista Confalonieri (Bartolomé de Villalba y Estaña; Gianbattista Confalonieri, *Por terras de Portugal no século XVI*) e Giuseppe Gorani (Giuseppe Gorani, *Portugal. A corte e o país nos anos de 1765 a 1767*).

³⁷⁹ Será o caso de Giuseppe Gorani, a quem se reconhecem falhas substantivas em termos cronológicos. O autor repete a opinião que a literatura generaliza, afirmando que os expostos e os enfermos são tratados com muito carinho e cuidado. Todavia, identifica a instituição do Rossio como «Hospital Real de São José», o que pode querer significar que Gorani organizou os seus registos numa cronologia posterior à da sua passagem pelo reino de Portugal, uma vez que aquele Hospital não existia nos anos de 1765-1767.

³⁸⁰ Do texto do Real Decreto de 6 de Julho de 1752 encontra-se traslado em IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1107 – *Escripturas de compra de várias propriedades 1752-1754*, fl. 64-66.

³⁸¹ *Ibidem*, fl. 64.

³⁸² *Ibidem*, fl. 11.

³⁸³ *Ibidem*.

³⁸⁴ *Ibidem*, fl. 5v.

³⁸⁵ Cf. IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 160v.

Quadro nº 2 – Síntese das transacções patrimoniais realizadas em 1752, para ampliação do Hospital de Todos-os-Santos.

Data da escritura	Proprietário	Descrição sumária do imóvel	Valor da transacção	Fonte
1-8-1752	Guilherme de Almeida Lobo	Três propriedades, compostas de casas sitas na «rua da Bitesga que principião desde a esquina do Largo aonde [se fez] a Roda dos emgeitados e corre pela mesma Rua, que dá sahida para a do Posso do Burratem».	9.530\$000	IANTT, <i>Fundo Hospital de S. José</i> , Livro 1107, fl. 1-4.
1-8-1752	Padre João Nunes Peixoto	Uma propriedade de casas com lojas e três sobrados, sita na Rua da Betesga, das quais se afirma: «[...] sabendo elle Padre João Nunes Peixoto que erão necessárias As ditas cazas para o Real Serviço de Sua Magestade e para mayor Instenção do Hospital Real não teve duvida a vender [...]».	1.950\$000	Idem, <i>Ibidem</i> , fl. 11-12.
3-8-1752	João Caetano da Silva Pereira	Uma propriedade de casas sitas na «Rua da Bitesga que constão de Logea Palheyro estrebaria, e Cocheyra com trez andares».	2.400\$000	Idem, <i>Ibidem</i> , fl. 19-19v.
5-8-1752	Luís Nogueira de Abreu	Uma propriedade de casas grandes e nobres, sita na Rua da Betesga, que constam de «Logeas com dous andares por cima».	9.272\$900	Idem, <i>Ibidem</i> , fl. 27v-30v.
5-8-1752	João Dinis e sua mulher Maria do Ó	Propriedade que integra «humas cazas na Rua da Bitesga que constão de Logeas, Sobre Logeas, e tres andares de Sobrado, Com suas agoas furtadas».	2.100\$000	Idem, <i>Ibidem</i> , fl. 37-37v.
5-8-1752	Pedro de Oliveira e sua mulher Catarina da Conceição	Propriedade situada na Rua Direita do Poço do Borratém, composta por casas com lojas, dois andares de sobrado e águas furtadas.	1.100\$000	Idem, <i>Ibidem</i> , fl. 45-45v.
5-8-1752	Maurício Jorge Monteiro e sua mulher Páscoa Maria	Propriedade sita na Rua do Poço do Borratém, composta por lojas com forno de pasteleiro e três andares de sobrado, cada um com duas casas.	1.700\$000	Idem, <i>Ibidem</i> , fl. 51-51v.
7-8-1752	Manuel Martins	Propriedade localizada “junto” ao Poço do Borratém, composta por duas lojas e uma «sobrerraria» que serve de «Carvoeyra», tendo por cima duas casas de sobrado, e mais duas lojas com outra «sobrerraria» e três andares.	2.500\$000	Idem, <i>Ibidem</i> , fl. 59-59v.
8-8-1752	José Gonçalves Rocha e sua mulher Paula Maria Rosa	Propriedade de casas à entrada da rua da Betesga, junto ao Poço do Borratém.	2.550\$000	Idem, <i>Ibidem</i> , fl. 69v.
8-8-1752	António Lopes e sua mulher Mariana Josefa	Propriedade de casas junto do Poço do Borratém, «da parte do Hospital Real», que se compõem de lojas e três andares de sobrado.	1.700\$000	Idem, <i>Ibidem</i> , fl. 69v.
8-8-1752	D. Rosa Maria Joaquina, viúva de Diogo Luís Leitão de Sousa	Propriedade composta por casas nobres, junto ao Poço do Borratém, confrontando a Norte com edificios da Casa de Cascais.	4.400\$000	Idem, <i>Ibidem</i> , fl. 85-85v.

Adquiridas as 14 propriedades que enumeramos, distribuídas ao longo da então tortuosa e estreita Rua da Betesga e da metade Sul do Poço do Borratém, restavam na zona, enquanto património privado, as «Casas do Couto de S. Mateus», cuja compra virá a ser determinada por Real Decreto de 12 de Agosto de 1754³⁸⁶. Em escritura datada de 27 de Setembro do mesmo ano, regista-se a transacção realizada entre o Desembargador Francisco de Abreu Couceiro, em representação do rei D. José I, e o capitão de mar Barão de Lagoas, secretário e procurador de D. Francisco Xavier Rafael

³⁸⁶ Cf. IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1107, fl. 112v-115v.

de Menezes³⁸⁷ e de sua esposa, D. Maria Josefa da Graça de Noronha, através da qual se transfere para a Coroa a posse de «umas casas grandes junto ao Posso do Borratem em que viveram sempre os Marqueses de Cascais»³⁸⁸.

Trata-se, em bom rigor, de um património que deve ser olhado em dois grupos, cada um deles considerado de forma diferente. Num grupo menos significativo, incluem-se umas casas pequenas situadas ao fim da Rua dos Canos, junto ao muro do Convento de São Domingos, casas estas avaliadas em um conto e cem mil réis (1.100\$000). É, todavia, o grupo principal deste património que merece um olhar mais atento. Na propriedade aristocrática integravam-se o palácio e os pátios circundantes, bem como outras construções do serviço da Casa. Entre elas, «um quarto chamado pequeno em que viveo ultimamente a Excelentíssima Marquessa de Cascaes»³⁸⁹ May e Sogra delles Excelentíssimos Marquezes do Lourical, em que há varias cazas assim térreas como altas»³⁹⁰, um núcleo de construções pequenas com serventia para a Rua dos Álamos e, virada ao Borratém, «uma capella do orago = Sam Matheos, e Sam Eutrópio com cazas de servisso da mesma Capella»³⁹¹. Falamos da capela instituída em 1308 pelo bispo de Silves, D. João Soares Alão, então agregada à Igreja de São Bartolomeu e que, em tempos da dinastia de Avis, viu a sua administração confiada à responsabilidade da Casa de Monsanto, num processo onde terá desempenhado papel de destaque João das Regras³⁹², uma vez que lhe é atribuída a transferência da capela para o Poço do Borratém, onde residiria³⁹³ e o alargamento dos encargos daquela obra pia a um capelão e dezasseis merceeiras. Repare-se que o conde de Monsanto a que Garcia de Resende se refere ao descrever o dia da fundação do Hospital de Todos-os-Santos³⁹⁴, é D. João de Castro, bisneto de João das Regras, o que explica a transmissão do vínculo àquela família. É neste mesmo espaço, conhecido na Lisboa de Seiscentos como «Convento de Monsanto», que se irão alojar, em 1617, as religiosas da Ordem de S. Bento de Aviz, antes de serem realojadas, em 1630, no novo Convento das Comendadeiras da Encarnação, construído a meia encosta do monte de Sant'Ana, em

³⁸⁷ 2º marquês de Lourical e 6º conde da Ericeira.

³⁸⁸ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1107, fl. 103v.

³⁸⁹ Trata-se de D. Luísa de Noronha, casada com D. Manuel José de Castro Noronha Sousa e Ataíde, 3º Marquês de Cascais, falecido em 1742. D. Luísa e D. Manuel José são pais de D. Maria Josefa da Graça de Noronha, sendo que D. Manuel José é também o 8º conde de Monsanto.

³⁹⁰ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1107, fl. 104.

³⁹¹ *Ibidem*.

³⁹² Veja-se o n/ anexo 1, no que respeita ao Hospital de Santo Eutrópio e Santa Bárbara.

³⁹³ «No largo actual do Poço do Borratem, ainda ali existe, próximo do beco dos Surradores uma casa com um grande arco ogival de forte cantaria, restos da residência que foi de João das Regras, segundo diz Vilhena Barbosa (*Archivo Pittoresco*, tomo V, pág. 335)». Mário Carmona, *op. cit.*, p. 66.

³⁹⁴ *Livro das Obras de Garcia de Resende*, pp. 371-372.

terrenos de D. Aleixo de Meneses. A ermida edificada por João das Regras terá sido demolida por D. Álvaro Pires de Castro, 6º conde de Monsanto, 1º marquês de Cascais e alcaide-mor de Lisboa, que promovendo obras de remodelação das suas casas do Borratém, manda edificar, em meados do século XVII, uma nova ermida de S. Mateus e S. Eutrópio³⁹⁵. Estamos, então, perante um património que não é livre nem isento, dado que uma parte é afectada a um instituto fundacional vinculado, o que justifica que também em termos de avaliação e de pagamento da propriedade os procedimentos se diferenciem dos adoptados para as casas da Rua dos Canos. Para além do valor do núcleo patrimonial, avaliado em quarenta e oito contos de reis ou em cento e vinte mil cruzados, a transacção a que nos vimos referindo obrigou à introdução da figura da sub-rogação, optando-se, no caso vertente, pela instituição de um padrão de juro perpétuo de montante igual a cinco por cento do valor da avaliação, padrão de juro este a ser suportado pelos rendimentos da Fazenda Real e que não teve o anunciado carácter perpétuo uma vez que o Conselho de Estado mariano, ao regular a expropriação patrimonial dos bens de mão-morta, extinguiu as capelas através da Lei de 9 de Setembro de 1796. Referindo-se ao rei D. José I a propósito da aquisição das «Casas do Couto», D. Jorge Francisco Machado de Mendonça assegurava que o soberano engrandecera «no valor, e na magnificência o mesmo Hospital com o Seo Real braço, querendo os commodos mais úteis, e precizos, que o Hospital necessitava para descanso, e Curativo dos Seos nacionais pobres, e peregrinos, não se esquecendo de todos os mezes com a liberal esmolla, e grandeza de Seo Real animo»³⁹⁶.

Do exposto, afigura-se-nos pertinente reter que o incêndio de 1750, provocando nas instalações hospitalares debilidades estruturais muito significativas, não deixa de se constituir como momento de viragem na história do Hospital, uma vez que essas debilidades acabam por determinar as condições para a assumpção de um projecto de ampliação que julgamos perfeitamente justificado. Por outro lado, apesar do infortúnio, o Hospital de Todos-os-Santos foi, na cronologia em apreço, uma instituição que manteve ininterrupta a sua actividade assistencial, ainda que recorrendo, no período imediatamente posterior a Agosto de 1750, a instalações alternativas. Por último, em nenhum momento do quinquénio 1750-1755 se ventilou a possibilidade de deslocar o Hospital para qualquer outra zona da cidade de Lisboa. Ao contrário, a instalação, logo em 1754, no que foram as casas dos Monsanto / Cascais, da Congregação de S. Camilo de Lélis, clérigos regulares cuja actividade se vocacionou exactamente para o apoio aos

³⁹⁵ Cf. Mário Carmona, *op. cit.*, pp. 66-67.

³⁹⁶ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 136.

enfermos, sublinha a determinação da Coroa em afectar todo aquele espaço à assistência.

Destruição irreversível ou opção política?

«Convém aqui desfazer um erro muito generalizado
e aceito como verdade extreme. É vulgar ouvir-se dizer que o terramoto de 1755
arrasou completamente a Baixa e muitos outros bairros.
Ora isto não é positivamente assim»³⁹⁷.

O terramoto de 1 de Novembro de 1755, apesar da sua dimensão e efeitos, não veio alterar, no curto prazo, o propósito de dotar o Rossio lisboeta com um grande Hospital.

Para além de uma carta assinada no Paço de Belém, a 5 de Dezembro de 1755, na qual Sebastião José de Carvalho e Melo encarregava o Duque Regedor da Casa da Suplicação «de mandar fazer promptas no mesmo sittio do Hospital Real do Rocio as acomodações interinas *que* necessarias forem *para* se repararem os Emfermos das injurias do tempo»³⁹⁸, sublinhando o Ministro a indispensável urgência da obra, os seis projectos de reconstrução da baixa lisboeta que, em 19 de Abril de 1756, Manuel da Maia, mestre de campo-general e engenheiro-mor do reino³⁹⁹, apresentou ao Duque de Lafões⁴⁰⁰, contemplam claramente a ideia da reconstrução ou da ampliação do Hospital Real de Todos-os-Santos no seu local de origem.

Estes projectos surgem na sequência de uma longa «dissertação» apresentada por Manuel da Maia, composta por documentos entregues a D. Pedro Henrique de Bragança em 4 de Dezembro de 1755 e em 16 de Fevereiro e 31 de Março de 1756⁴⁰¹. Neles o architecto expunha as cinco possíveis soluções que, em sua opinião, se ofereciam à recuperação de Lisboa: a reconstrução pura e simples, reerguendo o edificado destruído pelo terramoto sem introduzir alterações significativas ao traçado antigo da cidade; a

³⁹⁷ Gustavo de Matos Sequeira, *Depois do terramoto – subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*, vol. I, reimpressão da 1ª edição de 1916, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1967, p. 38.

³⁹⁸ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 943, fl. 13v.

³⁹⁹ Por Decreto de 16 de Julho de 1754, Manuel da Maia é nomeado para o cargo de engenheiro-mor do reino, sucedendo a um outro vulto incontornável da arquitectura portuguesa da primeira metade de Setecentos – João Frederico Ludovice (Johann Friedrich Ludwig, 1670-1752).

⁴⁰⁰ D. Pedro Henrique de Bragança Ligne Sousa Mascarenhas da Silva, 1º duque de Lafões, ingressou na Casa da Suplicação, como Regedor das Justiças, em 1749. Ainda que seja o duque a receber de Manuel da Maia os projectos referidos, eles destinavam-se, na prática, como sublinha José-Augusto França, a Sebastião José de Carvalho e Melo e ao rei D. José I - Cf. José Augusto França, *Lisboa pombalina e o Iluminismo*, p. 95.

⁴⁰¹ O texto das três peças documentais que compõem a dissertação de Manuel da Maia, foi publicado por José-Augusto França na obra que vimos referindo e que é, na sua essência, a tese de doutoramento do autor, defendida em Paris, em 1962.

correção do traçado antigo, com o alargamento de algumas artérias e o esboço de um tímido ordenamento territorial; uma opção similar à anterior, mas limitando a altura dos edifícios a dois pisos, na perspectiva de reduzir os riscos de desmoronamento face à actividade sísmica; a reconstrução da chamada «zona baixa» a partir de um projecto completamente novo, numa intervenção que se entende do sopé da colina do Castelo, a nascente, até São Paulo, ao rés-do-rio, e São Roque, no alto do monte de São Francisco; como quinta possibilidade a considerar, a edificação de uma nova cidade entre Alcântara e Pedrouços, opção a que não será estranha a importância que a zona de Belém vinha a adquirir desde o século XVI⁴⁰².

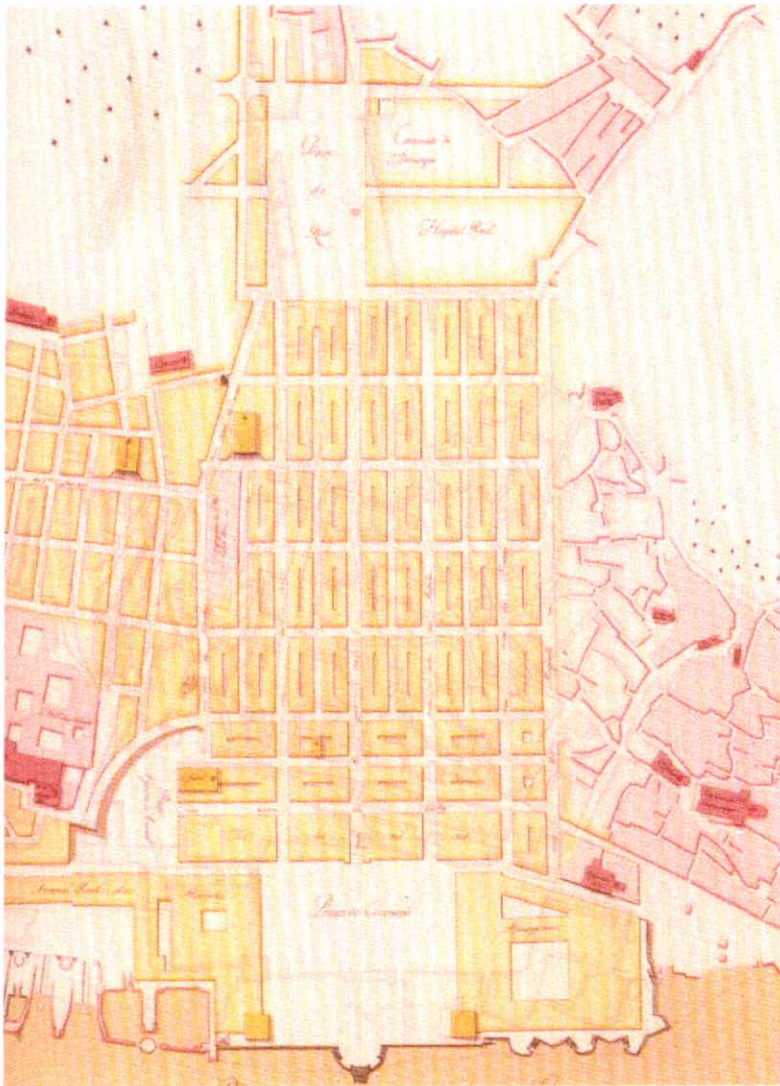


Figura nº 18 – Excerto da planta nº 5, de Eugénio dos Santos (1756), projecto inicial da «Baixa pombalina», com um Hospital Real que inclui as aquisições patrimoniais de 1752 e 1754.

A reprodução é uma versão corrigida da planta original, lendo-se em legenda: «Planta topográfica da Cidade de Lisboa arruinada também Segundo o novo Alinhamento dos Architectos Eugénio dos Santos e Carlos Mardel»

Publicada em João Duarte Fonseca, 1755 – *o terramoto de Lisboa*, 2ª ed. bilingue, Lisboa, Argumentum, 2005, pp. 90-91.

No que importa para a instituição em estudo, o Hospital de Todos-os-Santos, os projectos a que aludimos devem ser analisados em dois grupos distintos. Num primeiro grupo, consideramos aqueles que projectam o Hospital com uma dimensão e traçado

⁴⁰² Cf. José-Augusto França, *op. cit.*, p. 78.

similares aos da sua fundação, sendo evidente a intenção de recuperar a primitiva estrutura cruciforme, com os quatro claustros abertos em torno do templo. Estão neste grupo as plantas 1, 2, 3 e 6⁴⁰³, respectivamente de Pedro Gualter da Fonseca e Francisco Pinheiro da Cunha, de Elias Sebastião Pope e José Domingos Pope, de Eugénio dos Santos e António Carlos Andreas e, por fim, um outro projecto de Edgar Sebastião Pope. Se nos três primeiros se procura disciplinar a labiríntica zona baixa, respeitando, no essencial, a estrutura da cidade antiga, já o último projecto procura uma cidade baixa nova, ordenada, funcional e geométrica. Todavia, independentemente das opções, em qualquer um destes quatro projectos o Hospital de Todos-os-Santos surge com a traça e localização que sempre teve.

Num segundo grupo integremos as duas propostas que mais se afastam da primitiva estrutura, como anteriormente a descrevemos. Na planta de Pedro Gualter da Fonseca, a que Maia atribuiu o número 4⁴⁰⁴, encontramos um conjunto de edifícios no local onde se ergueu o Hospital, pelo que Fonseca admitiria a construção de um novo espaço hospitalar noutra zona da cidade. Quanto ao projecto que recebeu o número 5, da autoria de Eugénio dos Santos⁴⁰⁵, «peça básica do processo da Baixa pombalina, aprovado que foi pelo ministro, e posto em execução»⁴⁰⁶, adopta uma solução mais próxima daquela que a Coroa terá esboçado após o incêndio de 1750, concebendo um Hospital Real que se entende no amplo espaço que medeia entre a fachada virada ao Rossio e o Poço do Borratém, incluindo no perímetro projectado as propriedades adquiridas no cumprimento dos decretos régios de 1752 e de 1754.

⁴⁰³ Numeração atribuída pelo próprio Manuel da Maia aos projectos em causa. Cf. José-Augusto França, *op. cit.*, p. 96. Estas plantas encontram-se reproduzidas no n/ anexo nº 4.

⁴⁰⁴ Reproduzida no n/ anexo nº 4

⁴⁰⁵ Este projecto nº 5 é referido no ponto 6 da Providência IX, publicada por Amador Patrício de Lisboa, *Memorias das Principais Providencias Que Se Deram No Terremoto que Padeceu a Corte de Lisboa no Anno de 1755*, trabalho que mereceu de Inocêncio Francisco da Silva o seguinte comentário: «É estimado este livro, e de valor histórico pelas muitas particularidades que encerra, sendo o que de mais amplo se publicou relativo àquelle infausto e lamentável acontecimento...». Inocêncio Francisco da Silva, Brito Aranha, *Diccionario Bibliographico Portuguez* [Documento electrónico], Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, pp. 53-54. No presente estudo utilizámos a seguinte edição: Amador Patrício de Lisboa, *Providências do Marquês de Pombal Que se deram no terramoto que padeceu a corte de Lisboa no ano de 1755*, 3º volume, Lisboa, Público, Fundação Luso-Americana, 2005. Por seu turno, Gustavo de Matos Sequeira chama a atenção para os *Avisos* incluídos na «Providência XIII», através dos quais se ordena ao desembargador Manuel de Campos e Sousa que faça executar a planta de Eugénio dos Santos e ao sargento-mor Filipe Rodrigues de Oliveira que a execute; G. de Matos Sequeira, *Depois do terramoto – subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*, vol. I, p. 464.

⁴⁰⁶ José-Augusto França, *op. cit.*, pp. 103-104.



Figura nº 19 – Projecto de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, datado de cerca de 1760, onde já não encontramos a legenda “Hospital Real”. No seu lugar, em caligrafia que difere da originalmente utilizada no esboço, lê-se “Praça da Figueira”.

(Instituto Geográfico Português, CA354 – www.igeo.pt/servicos/CDI [2007-09-26])

Os planos da Baixa, aprovados em Junho de 1758⁴⁰⁷, numa fase do planeamento em que ainda se admitia mudar a Igreja da Conceição Velha para «o meio de qualquer dos lados Setentrional ou Meridional da Praça do Rossio, onde será mais própria»⁴⁰⁸, foram corrigidos em 1760, numa intervenção da responsabilidade de Carlos Mardel, que idealizou toda a ala nascente do Rossio ocupada com edifícios e arruamentos. Não foi

⁴⁰⁷ Cf. José-Augusto França, *op. cit.*, p. 130

⁴⁰⁸ Amador Patrício de Lisboa, *op. cit.*, pp. 280-281.

esta, como sabemos, a solução última para a zona ocupada pelo Hospital Real⁴⁰⁹. A 23 de Novembro de 1775 decretava-se a abertura de um amplo espaço onde fosse possível instalar o mercado que o Rossio já não admitia, transformado que foi por Pombal e pelos arquitectos da Casa do Risco das Reais Obras Públicas na segunda sala de visitas da cidade, imediatamente a seguir e interagindo com a Praça do Comércio. Não deixa de ser curioso que a Praça da Figueira, que vemos marcada na planta de 1760 com uma caligrafia que difere da utilizada quando da realização do desenho, seja legalmente criada em 1775, ano em que inicia a sua actividade o Hospital Real de São José, estando só então definitivamente devoluto e disponível para demolição o que restava da imponente construção iniciada em finais de Quatrocentos.

O que fica dito permite fixar alguns raciocínios que subsidiam a ideia de que o Hospital Real de Todos-os-Santos manteve sede e actividade no Rossio lisboeta ao longo de todo o terceiro quartel do século XVIII. Ao incêndio de 1750 responde a Coroa não com uma nova construção noutra zona da cidade, mas com um projecto que não deixa dúvidas quanto à intenção de reconstruir e de ampliar o «velho» Hospital de Todos-os-Santos no local que sempre ocupou. Este projecto, a que alude o já citado Real Decreto de 6 de Julho de 1752, não é abandonado em consequência dos estragos provocados pelo terramoto de 1755. De facto, o Hospital mantém o seu lugar em cinco dos seis projectos iniciais para a reconstrução da Baixa, sendo que só no início da década de Sessenta a afectação daquele espaço a outros fins começa a delinear-se, ainda que de uma forma tímida, vindo a ganhar os seus contornos definitivos apenas em 1775. É exactamente a sequência cronológica que nos força a reflectir sobre a razão que estará subjacente à formulação da possibilidade de transferência dos serviços hospitalares e de assistência sedeados no Rossio para outras áreas da cidade. E nesta matéria, surge com grande nitidez a problemática que envolveu Sebastião José de Carvalho e Melo e a Companhia de Jesus.

Se procurarmos o momento que torna concretizável a reforma definitiva do conjunto hospitalar do Rossio, encontramos-lo em 1759, por via da expulsão dos padres jesuítas e

⁴⁰⁹ Recorde-se que a grande *Planta Topografica da porção do Terreno que jaz entre os Extremos de Lisboa*, datada de 17 de Agosto de 1757 e assinada por «Carlos Mardel, Eugénio dos Santos e Carvalho, Eliaz Sebastião Poppe, António Carlos Andreis» mantém o Hospital no local que sempre ocupou – Desenho a tinta da china com aguada sobre papel. Museu da Cidade, desenho 981. Por outro lado, o *Prospecto da Praça do Rocio no quarteirão da parte oriental da praça*, onde pela primeira vez se projectam os edifícios que virão a ocupar o local onde existiu o Hospital Real e o dormitório dos frades dominicanos, mostra a assinatura, já não de Sebastião José de Carvalho e Melo ou do Conde de Oeyras, mas do Marquês de Pombal, o que significa que o projecto não poderá ter sido apreciado pelo Secretário de Estado do Reino em data anterior a 1769 – Desenho a tinta da china aguarelado. Arquivo Municipal de Lisboa, AH, Cartulário Pombalino, doc. 23.

do confisco do seu imenso património. A alteração conceptual da «Baixa» da cidade, no que ao Rossio respeita, não se limita a considerações de ordem arquitectónica onde pauta uma estética uniforme, de matriz ortogonal, que abre o espaço urbano à luz e ao ar. Na Lisboa pós-terramoto, onde os grandes edifícios públicos não abundam e a recuperação da cidade é obra morosa, a exigir esforços imensos em matéria de planeamento, de execução e de financiamento, assume particular relevância o património edificado da Companhia de Jesus.

A década de Sessenta do século XVIII vai determinar não apenas a urbanização do espaço onde outrora se estendia a «horta de S. Domingos», mas a criação de dois importantíssimos pólos da actividade assistencial: São Roque e Santo Antão. Em Carta de Doação datada de 8 de Fevereiro de 1768, emitida em Salvaterra de Magos⁴¹⁰, a Coroa entrega à Misericórdia de Lisboa o conjunto de edifícios jesuítas designados como «Igreja e Casa Professa de São Roque», sendo esta doação reiterada por novo documento régio datado de 31 de Janeiro de 1775, que amplia e clarifica o património doado, fazendo nele compreender os bens de «todas as Confrarias erectas na Igreja, que antes se chamava Casa Professa de S. Roque, com as quais os mesmos denominados Jesuitas, debaixo do especioso pretexto de devoção, attraião as pessoas seculares para as concitarem a tumultos, e a outros fins de seus proprios interesses»⁴¹¹.

Com a mesma data de 31 de Janeiro de 1775 surgem três outros documentos que reflectem a preocupação do gabinete pombalino face à capacidade de resposta da Misericórdia a um dos grandes desafios que a época moderna enfrentou: a massificação do abandono de crianças, fenómeno que atinge proporções gigantescas no século XVIII e cuja «resolução» o Estado Iluminista chama a si, exercendo o poder paternal como um pai na pessoa do rei, formulação que procura dar visibilidade à benevolência do soberano, tão cara à ideologia iluminista do poder⁴¹². São eles um Alvará que centraliza na Mesa da Irmandade o património e a gestão «do Hospital publico dos Enfermos, e do

⁴¹⁰ Carta de Doação referida no texto do documento régio de 31 de Janeiro de 1775, transcrito em *Collecção da Legislação Portuguesa – Suplemento à Legislação de 1763 a 1760*, pp. 402, in *Ius lusitaniae – Fontes Históricas do Direito Português* [www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt], 2007-10-14, pp. 603.

⁴¹¹ *Ibidem*. A Igreja de São Roque acolheu, nos séculos XVII e XVIII, as Congregações de Santa Quitéria, de São Francisco Xavier, de Nossa Senhora da Piedade, de Jesus Maria José, de Nossa Senhora da Doutrina e de Nossa Senhora da Boa Morte, das quais transitaram para a Misericórdia de Lisboa o património e um acervo documental extenso, hoje integrado no *Fundo Hospital de São José*. Cf. SARAIVA, Maria Teresa et al, *Hospital de São José – Inventário Provisório*, p. 63.

⁴¹² Cf. Isabel dos Guimarães Sá, “Abandono de crianças, identidade e lotaria: reflexões em torno de um inventário”, in *Inventário da Criação dos Expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, prefácio de Isabel dos Guimarães Sá, coordenação dos trabalhos e elaboração de textos de Maria Luísa Guterres Barbosa Colen e Francisco D’Orey Manoel, Lisboa, SCML, 1998, pp. XV-XVI.

outro Hospital dos Expostos»⁴¹³ e a uma Carta Régia que, considerando a «sustentação dos mesmos Expostos um encargo comum dos Povos em todos os Reinos, e Estados Christãos»⁴¹⁴, afirma a intenção de «novamente [mandar] fazer diversas Applicações em benefício dos sobreditos Innocentes Expostos»⁴¹⁵ e cria a «pequena Imposição de dez réis sobre cada Pessoa das que na Cidade de Lisboa, e seu Termo receberem Sacramentos, e pagão conhecenças»⁴¹⁶. Ainda com a mesma data, um outro Alvará regula a criação, entrega e educação dos Expostos da Cidade de Lisboa⁴¹⁷. S. Roque virá, pois, a constituir-se como fulcro da actividade desenvolvida em torno dos Expostos⁴¹⁸, aí se instalando também a sede da Misericórdia de Lisboa. Estavam criadas as condições para tornar devolutas as instalações da Rua da Betesga afectas à «Casa dos Engeitados».

A decisão de transformar o Colégio de Santo-Antão-o-Novo em estabelecimento hospitalar data de 1769, ano em que a Coroa emite, a 26 de Setembro, «Carta de Doação do Collegio de Santo Antão de Lisboa dos Extintos Jezuitas ao Hospital»⁴¹⁹.

No mesmo ano surgem na documentação as primeiras acções tendentes a adaptar o Colégio jesuíta a hospital. Nas mãos de José Rodrigues Bandeira, então Tesoureiro Geral das Rendas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, é depositada, a 2 de Outubro de 1769, a quantia de 31.762\$310, pertencente à testamentária de Lourenço de Amorim Costa. Esta verba, destinada no início dos anos Cinquenta a obras de recuperação relacionadas com o incêndio de 1750, era agora reconduzida «para o novo edefficio do Hospital no Collegio de Santo Antão, de que S. Magestade Fidelissima fez doação a este Hospital, como se ve do conhecimento, que serve de documento N. 127»⁴²⁰. Ainda no mesmo ano de 1769, António Rodrigues Gil, Mestre Carpinteiro, concluiu, na semana que findou a 11 de Agosto, obras na cerca do Colégio de Santo Antão, obras essas que virão a ser pagas pelo Tesoureiro do Hospital Real de Todos-os-

⁴¹³ Isabel dos Guimarães Sá, *op. cit.*, pp. 606-608. O texto refere-se ao Hospital de Todos-os-Santos e ao Hospital dos Engeitados, com a Roda dos Expostos aberta para a Rua da Bestesga.

⁴¹⁴ *Ibidem*, p. 610.

⁴¹⁵ *Ibidem*.

⁴¹⁶ *Ibidem*.

⁴¹⁷ *Collecção da Legislação Portuguesa – Suplemento à Legislação de 1775 a 1790*, pp. 5-6, in *Ius lusitaniae – Fontes Históricas do Direito Português* [www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt], 2007-10-14, pp. 30-32.

⁴¹⁸ A «Casa da Roda dos Expostos», bem como a «Casa da Ama da Roda», estão identificadas em planta aquarelada, datada do início do século XIX, representando a «Igreja de S. Roque, cerca e mais edefícios que hoje pertencem a Santa Caza da Mizericordia». Cf. *Os expostos da Roda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Francisco D'Orey Manoel (coord. científica), Lisboa, Museu de São Roque e Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2001, p. 50.

⁴¹⁹ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 2703, fl. 16; IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 943, fl. 136v-137v. Transcrevemos esta carta no nosso Anexo 8.

⁴²⁰ IANTT, *Fundo do Hospital de São José*, Livro 4776, fl. 287.

Santos, no ano seguinte⁴²¹. Isto apesar de Sua Majestade, procurando contornar a morosidade habitual no despacho de pagamentos a fornecedores, ter estabelecido, a 12 de Outubro de 1769, um cofre exclusivo para as intervenções de edificação, em Santo Antão, de um novo Hospital⁴²². E enquanto este novo Hospital não recebe os primeiros enfermos, um outro grupo de carenciados procura abrigo nas instalações do imenso colégio. Falamos das crianças e jovens entregues aos cuidados da Real Casa dos Expostos, que em período transitório se serve do Colégio de Santo Antão. Estas crianças, adolescentes e mesmo jovens adultos sem perspectivas de futuro, descem ao Rossio, ao edifício cruciforme de Todos-os-Santos, sempre que necessitam de cuidados hospitalares⁴²³.

Há, então, uma relação que nos parece inquestionável entre a extinção da Companhia de Jesus e a reforma do Hospital de Todos-os-Santos. É uma relação que se adivinha, em 1760, na alteração dos projectos da Casa do Risco relativamente ao quadrante nascente do Rossio, que passa, também em 1760, pela entrega ao «esprital grande de Lixboa» das Boticas do Noviciado de Arroios⁴²⁴ e do Colégio de Santo Antão⁴²⁵. É, enfim, uma relação que se oficializa com as doações de 1768 e 1769 e que acaba por concretizar-se em 1775, com acções que visam um duplo objectivo: a estruturação de um espaço vocacionado para a resposta possível à problemática do abandono de crianças e a criação de um outro grande hospital público em Lisboa, o Hospital Real de São José, para onde os enfermos hospitalizados nos edifícios do Rossio são transferidos em Abril⁴²⁶.

⁴²¹ IANTT, *Fundo do Hospital de São José*, Livro 4776, fl. 421.

⁴²² IANTT, *Fundo do Hospital de São José*, Livro 943, fl. 136.

⁴²³ Entre 1769 e a abertura do Hospital Real de S. José, em 1775, os expostos que ocupavam a antiga «Caza dos Engeitados», situada dentro da cerca do Hospital de Todos-os-Santos, são transitoriamente alojados no «Colegio Extinto de Santo Antão, recebendo assistência hospitalar no velho edificio do Rossio. Veja-se, entre muitos outros registos, os exarados em IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1816, «Livro geral N. 8 dos Asentos das Mulheres Emfermas que entrão a curar-se neste Hospital Real de todos os Santos da Cidade de Lisboa de 13 de Junho de 1770 até 12 de Setembro de 1771, fl. 36v.

⁴²⁴ A 6 de Maio de 1760, o Conde de Oeiras manda entregar ao Hospital Real de Todos-os-Santos «a Botica e tudo o mais a ella pertencente que foj do Noviciado de arrojós dos Regulares da Companhia denominada de Jezuz». IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 79.

⁴²⁵ Por ordem assinada por Sebastião José de Carvalho e Melo a 30 de Maio de 1760, determina-se que se «mande entregar a botica e tudo a mais della pertencente que foi do Collegio de Santo Antão dos Regulares da Companhia denominada de Jezuz a Jorge Francisco Machado de Mendonça Enfermeiro Mor e Thezoueyro do Hospital Real de todos os Santos para fazer empregar em beneficio dos doentez do ditto Hospital». *Ibidem*, fl. 55-55v.

⁴²⁶ «Em Abril de 1775 foram transferidos os doentes existentes no velho e arruinado edificio do Hospital de Todos os Santos para o antigo colegio de Santo Antão, doado por D. José em carta régia de 26 de Setembro de 1769 para nele se estabelecer o dito Hospital, o qual por esse facto se ficou chamando Hospital Real de São José»; Sebastião Costa Santos, *Catálogo dos Provedores e Enfermeiros-Móres do Hospital Real de Todos os Santos e do Hospital de S. José*, p. 42. Era então Provedor da Misericórdia e do Hospital Luiz Diogo Lobo da Silva.

Ano importante para a cidade de Lisboa, este de 1775: decretou-se a construção da Praça da Figueira, fez-se a inauguração, a 6 de Junho, com pompa e circunstância, da estátua equestre do rei «Reformador», José de seu nome e, no Rossio, o Hospital Real de Todos-os-Santos encerrou definitivamente as portas e aceitou como inevitável a demolição.

Os centros de decisão

«Ó glória de mandar! Ó vã cobiça!
Desta vaidade a quem chamamos fama!»⁴²⁷

As nomeações para os cargos dirigentes da hierarquia institucional são, por princípio, indicadores, se não da vitalidade, pelo menos da existência jurídica e da actividade das instituições. No caso em estudo, o quadro das personalidades que, no terceiro quartel do século XVIII, exerceram funções de Provedor da Misericórdia de Lisboa e de Enfermeiro-Mor do Hospital Real de Todos-os-Santos, é revelador, não apenas da permanência desta última instituição no conjunto de equipamentos sociais da cidade no período apontado, mas também de algum dinamismo, ainda que moderado, que se direcciona para a reabilitação do conjunto edificado.

Retomemos a ideia, sobejamente referida na primeira parte deste trabalho, de que a nomeação para o exercício de cargos no âmbito do serviço da coroa se revestiu de importância fundamental na ordenação social e no alinhamento político das sociedades de Antigo Regime, configurando sistemas de fidelidade e círculos de influência que possibilitaram a permanência na ribalta e no universo de quantos recolhem mercês, a um número significativo de indivíduos e de famílias. Não se tratando, na situação vertente e em bom rigor, de nomeações, uma vez que a Mesa da Misericórdia, cumprindo o estipulado no seu Compromisso, elege os dirigentes da organização confraternal, tal não terá modificado o modelo. Ao contrário, as Misericórdias, porque prestadoras de serviços socialmente reconhecidos e enquanto administradoras de um muito significativo património, surgem como natural e apetecido campo de actuação de quantos assumiram papéis de relevo na administração dos assuntos públicos⁴²⁸, sendo

⁴²⁷ Luís Vaz de Camões, *Os Lusíadas*, canto IV, estr. XCV.

⁴²⁸ «Tudo indica que as elites que compunham as Mesas (muitas vezes por tradição familiar, o que as transforma em oligarquias), tinham acesso preferencial aos capitais que as Misericórdias emprestavam. Dependendo das alianças que estabeleciam com os seus pares e do controle que conseguiam obter sobre os recursos em depósito, muitos membros do topo da confraria (pelo que se entendem provedores, definidores e mesários, em exercício ou fora dele) conseguiam de facto retirar

patente nestas organizações o binómio perpetuação / circularidade, característico da elite cortesã portuguesa que procura concentrar as remunerações por serviços prestados à coroa e assegurar o acesso a novas concessões régias⁴²⁹.

Sendo certo que na Mesa confraternal têm assento irmãos com diferentes estatuto social e prerrogativas, natural se torna que seja no seio da fidalguia portuguesa, no seu sentido mais lato, que a Misericórdia de Lisboa encontre quantos assumiram as tarefas de maior responsabilidade e visibilidade, sendo que neste conceito de «fidalguia» se identificam dois grupos: membros de uma nobreza política e de serviço, que não ascendeu ao limitado grupo da elite aristocrática, a uma Grandeza que a segunda metade do século XVII vê consolidar-se e para a qual as vias de acesso se foram tornando cada vez mais estreitas e escassas⁴³⁰, mas que se movimenta em ambiente de corte e para a qual os negócios de estado e o exercício de cargos públicos não são de todo desconhecidos ou indiferentes; num outro grupo, alguns dos Grandes de Portugal, representantes de casas aristocráticas nas quais a graça régia se consubstanciou em privilégios, honras, títulos, mercês, senhorios ou comendas mas que, na cronologia em apreço, sente já os sinais de um crepúsculo que se adivinha⁴³¹.

capitais que não eram devidamente averbados nos livros de contabilidade. Por outro lado, era relativamente fácil escapar ao pagamento regular de juros quando se era importante na terra e se gozava de imunidades correspondentes. Dessa forma, os juros acumulavam-se e os principais das dívidas tinham hipóteses cada vez mais remotas de serem repostos. Uma teia de relações clientelares protegia e propagava o sistema, e muitas dívidas não chegaram nunca a ser extintas» - Isabel dos Guimarães Sá, *As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, p. 52. Quer se trate de acautelar interesses pessoais ou de grupo ou de um entendimento tendente a garantir uma gestão eficaz, as «redes de dominação» são um fenómeno que parece transversal nas Irmandades de que falamos: «[...] um pouco por todo o lado [...] nas eleições das Misericórdias estava de facto em jogo não abrir brechas em determinada facção que dominava a Misericórdia, afastando os elementos indesejáveis dos lugares de direcção. Muito curiosamente, as regras de segurança e certificação contribuíram de algum modo para reforçar a importância das redes de dominação no interior destas confrarias» - *Ibidem*, p. 53.

⁴²⁹ Cf. Nuno Gonçalo Freitas Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*, 2ª ed., Lisboa, INCM, 2003, p. 509.

⁴³⁰ Cf. *Ibidem*, p. 42.

⁴³¹ A profunda dependência da aristocracia portuguesa face à Coroa, um quadro financeiro que impele ao endividamento compulsivo e a crítica a uma estratégia de fechamento endogâmico que possibilitou a um grupo restrito o acesso às doações régias, constituem sinais de debilidade de uma fidalguia que não resistirá aos ventos do liberalismo. Refira-se, ainda em tempo de Antigo Regime, a redução tendencial dos privilégios e das isenções tributárias das casas aristocráticas portuguesas, processo que se inicia em 1641, com o lançamento do imposto directo e universal da décima, e que é revitalizado em 1763 e em 1775. Cf. *Ibidem*, pp. 27-33. O endividamento a que a fidalguia portuguesa recorre para manter uma ostentação e promover eventos sociais é já criticada, no período filipino, por alguns moralistas portugueses. Martim Afonso de Miranda, escrevia, em 1622: «Deus nos acuda, que já as demasias, variedades de trajos, modos de iguarias, cópias de coches, número de escudeiros, de modo vão em crescimento, que afogam as virtudes, condenam as almas, destroem as casas, empenham os morgados, arrendam as comendas de antemão...». Cf. Hernâni Cidade, *Lições de cultura e literatura portuguesas, séculos XV a XVII*, 1º vol., 2ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1943, p. 259. De entre estes sinais, sublinhamos a «redução tendencial dos privilégios comuns da fidalguia e das isenções tributárias [...] o lançamento do imposto directo e universal da décima em 1641 e a sua revitalização

Há, então, um duplo objectivo que nos leva a identificar quantos exerceram, entre 1750 e 1775, as funções de Provedor da Misericórdia de Lisboa e do Hospital de Todos-os-Santos e de Enfermeiro-Mor e Tesoureiro Executor da Fazenda do mesmo Hospital: estruturar mais um contributo em abono da ideia da sobrevivência do Hospital ao terramoto de 1755 e perceber quem, efectivamente, a Mesa confraternal foi elegendo para o exercício dos mais altos cargos.

Quadro nº 3 – Provedores e Enfermeiros-Mores do Hospital de Todos-os-Santos, com exercício documentado entre 1750 e 1775⁴³².

Ano ⁴³³	Provedor da Misericórdia e do Hospital	Tesoureiro Executor da Fazenda do Hospital e Enfermeiro-Mor
1749-50	Luiz César de Menezes 2º Conde de Sabugosa	D. Álvaro de Noronha e Castelo Branco 5º Conde de Valadares D. Álvaro substituiu, a 1 de Julho de 1749, o anterior Enfermeiro-Mor, D. Lourenço Filipe de Mendonça e Moura, Conde de Vale de Reis. Manter-se-á em funções até 30 de Junho de 1752.
1750-51	D. Álvaro de Noronha e Castelo Branco 5º Conde de Valadares	
1751-52	D. Francisco José da Cunha de Mendonça e Menezes 1º Conde de Castro Marim 1º Marquês de Olhão Monteiro-Mor	
1752-53	D. Lourenço Filipe Nery de Mendonça e Moura 5º Conde de Vale de Reis	D. Francisco José da Cunha de Mendonça e Menezes 1º Conde de Castro Marim 1º Marquês de Olhão Monteiro-Mor Assume funções entre 1 de Julho de 1752 e 30 de Junho de 1756
1753-54	D. José de Mascarenhas da Silva e Lencastre 5º Marquês de Gouveia 8º Duque de Aveiro	
1754-55	D. Francisco Xavier Rafael de Menezes 2º Marquês do Lourçal	
1755-56	D. Manuel Carlos da Cunha e Távora 6º Conde de S. Vicente	D. Lourenço Filipe Nery de Mendonça e Moura 5º Conde de Vale de Reis Acumula funções até à nomeação de um Enfermeiro-Mor. D. Jorge Francisco Machado de Mendonça Eça Castro Vasconcellos e Magalhães Exerce, por nomeação, desde 1 de Julho de 1758 até 30 de Junho de 1766.
1756-65	D. Lourenço Filipe Nery de Mendonça e Moura 5º Conde Vale de Reis Nomeado por Sebastião José de Carvalho e Melo para reorganizar a Misericórdia de Lisboa. A nomeação foi feita através de decreto de 29 de Junho de 1756.	
1765-67	José de Vasconcelos e Sousa Caminha Camara Faro e Veiga Reposteiro-Mor 1º Marquês de Castelo Melhor	

em 1763 constituíram marcos importantes, tal como a progressiva restrição das isenções ao pagamento do direito senhorial da julgada» - *Ibidem*, p. 29.

⁴³² Para a construção do presente quadro utilizámos a obra de Sebastião Costa Santos, *Catálogo dos Provedores e Enfermeiros-Móres do Hospital Real de Todos os Santos e do Hospital de São José*, para além da documentação referenciada. Utilizámos ainda, de forma sistemática, o serviço web Genea Portugal.

⁴³³ Os mandatos que derivam das escolhas da Mesa da Misericórdia não obedecem a anos civis, cumprindo-se de 1 de Julho a 30 de Julho do ano seguinte.

		D. José Luiz de Menezes Abranches Castello Branco e Noronha 6º Conde Valadares
1767-68 e parte do seguinte	D. João Cosme da Cunha Arcebispo Regedor	Nomeado por portaria do Governo de 23 de Maio de 1766.
1768-72	D. Luiz da Câmara Coutinho Principal da Santa Igreja Patriarcal	Nuno José da Cunha e Athaide ⁴³⁴ Foi nomeado por Portaria do Governo, datada de 20 de Maio de 1768. D. Luiz da Câmara Coutinho Exerce o cargo, em acumulação de funções, no ano de 1769-70. Luiz Diogo Lobo da Silva ⁴³⁵ É nomeado por Decreto de 30 de Junho de 1770.
1772-77	Luiz Diogo Lobo da Silva Sebastião Costa Santos chama a atenção para o facto de ter sido durante a Provedoria de Luiz Diogo Lobo da Silva que se procedeu à transferência definitiva dos enfermos para Santo Antão e ao consequente encerramento do Hospital do Rossio ⁴³⁶ .	José António de Castilho Furtado de Mendonça Exerceu o cargo entre 1772-75 Francisco Furtado de Mendonça ⁴³⁷ Marechal de Campo Visconde de Barbacena

O quadro que apresentamos possibilita algumas leituras. Num primeiro plano, prendendo-se com a perspectiva que este trabalho se propõe defender, verifica-se que em momento algum entre 1750 e 1775, o Hospital de Todos-os-Santos esteve privado dos seus altos responsáveis – Provedor e Enfermeiro-Mor. Ao contrário, em todo o período apontado foram cuidados enfermos, produzidos editais, movimentada a tesouraria, administrado o património, recrutados funcionários e assegurada a vertente pedagógica da instituição, nomeadamente no que se refere ao ensino da Cirurgia⁴³⁸.

Quer nos debrucemos sobre o processo de selecção para o exercício dos cargos, quer centremos a nossa atenção nas personalidades que os desempenharam, surgem com

⁴³⁴ Cf. IANTT, *Fundo Hospital e S. José*, Livro 943, «Registo Geral, 1752-1801», fl. 128.

⁴³⁵ Cf. *Ibidem*, fl. 147v.

⁴³⁶ Veja-se n/ nota nº 424. Sebastião Costa Santos, «Catálogo dos Provedores e Enfermeiros-Móres do Hospital Real de Todos os Santos e do Hospital de S. José», p. 42.

⁴³⁷ Nomeado por decreto régio, assumiu o governo do Hospital a 13 de Março de 1775. Cf. *Fundo Hospital e S. José*, Livro 943, fl. 234v.

⁴³⁸ A documentação produzida, hoje integrada no *Fundo Hospital de S. José*, constitui prova do que afirmamos, sendo uma ínfima parte dela referenciada no presente estudo.

nitidez dois quadros políticos distintos ou duas diferentes filosofias de recrutamento para o serviço público: num primeiro quadro, que se esgota no mandato 1755/56, é patente a manutenção do modelo e dos tempos de gestão consagrados no Compromisso da Misericórdia de Lisboa, na forma adoptada na revisão de 19 de Maio de 1618, cabendo à Mesa da Irmandade a responsabilidade de eleger os seus dirigentes, tanto para o trabalho da confraria como para o do Hospital. Neste período, é ainda possível observar, não apenas a presença maioritária dos «Grandes do Reino», a exemplo do que acontecia com os ofícios superiores da Casa Real⁴³⁹, mas ainda o carácter cíclico dessa presença⁴⁴⁰, o que parece confirmar a existência de redes de dominação no seio da organização confraternal e, naturalmente, no Hospital de Todos-os-Santos. Repare-se que o Provedor cessante assume, num número significativo de casos, as funções de Tesoureiro Executor da Fazenda do Hospital e Enfermeiro-Mor.

Um segundo quadro, que se inaugura em 1756, suspende, em tempo de crise, os mecanismos de eleição previstos no Compromisso da Misericórdia, chamando o governo⁴⁴¹ a si a prerrogativa e a responsabilidade de nomear personalidades às quais reconhecia, à data da nomeação, competências e confiança política para encetar uma reforma que se pretendia fazer chegar, no universo institucional do reino, o mais longe possível, num «projecto que estava, aliás, facilitado pelo total desmoronamento do aparelho administrativo»⁴⁴² e pela «crise global do sistema político gerada pelo cataclismo»⁴⁴³. E nesta mutação, é nítida a presença de um «absolutismo pombalino [...] caracterizado por meia dúzia de ideias-força: tendência para a valorização do Estado; reforma da Universidade e reorganização do Ensino; galicismo e regalismo nas relações com a Igreja; organização do aparelho de Estado; escopo teórico da governação na Felicidade Pública; reformas em estruturas fundiárias; nacionalismo económico; invenção de uma nova classe dirigente oriunda da pequena nobreza e da nova burguesia; visão instrumental da Religião, da Educação e da Economia»⁴⁴⁴.

⁴³⁹ «No início do reinado de D. José, os Grandes do Reino continuavam a monopolizar os ofícios superiores da Casa Real» - José Subtil, *O terramoto político (1755-1759) – memória e poder*, p. 60.

⁴⁴⁰ As casas de Atalaia, do Redondo, de Santa Cruz, da Vidigueira, de Gouveia, de Vale de Reis, de Castelo Melhor, de Ponte de Lima, de Marialva, de Fronteira, do Alegrete, de Óbidos, entre outras, surgem repetidamente à frente da Misericórdia de Lisboa ao longo do século XVII e da primeira metade do século XVIII. Veja-se, a este propósito, Sebastião Costa Santos, «Catálogo dos Provedores e Enfermeiros-Móres do Hospital Real de Todos os Santos e do Hospital de S. José», obra já por nós referenciada.

⁴⁴¹ Falamos ainda de um núcleo que, dirigido por Sebastião José de Carvalho e Melo, assume o exercício do poder. Veja-se n/ nota nº 448.

⁴⁴² José Subtil, *O terramoto político (1755-1759) – memória e poder*, p. 12.

⁴⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴⁴ José Eduardo Horta Correia, «O pombalismo e a restauração no reino do Algarve», in Ana Cristina Araújo et al (org.), *O Terramoto de 1755 – Impactos Históricos*, p. 269-270.

Resultantes de um ideário que arvora a bandeira do bem comum e da utilidade geral do serviço público e das instituições, que adopta uma atitude paternalista de protecção face aos súbditos, estaremos, enquanto Sebastião José teve força e apoio para tanto, perante novos ritmos de governação nos diferentes níveis do colectivo social, perante novos actores e perante novas exigências, o que não deixará de se fazer sentir na Misericórdia de Lisboa e no Hospital de Todos-os-Santos.

Ora, se neste segundo período não se excluem da governação do Hospital os representantes da primeira nobreza da corte, parece-nos que o longo mandato de D. Jorge Francisco Machado de Mendonça Eça Castro Vasconcellos e Magalhães (1758-1766), simbolizando a ruptura com o anterior modelo, é paradigmático da presença de um novo perfil de dirigentes e de uma fórmula outra na administração da *res publica*. Durante os oito anos em que D. Jorge de Mendonça exerceu o cargo de Enfermeiro-Mor, a Mesa da Misericórdia deixou de proferir os seus despachos, cabendo directamente ao responsável hospitalar a publicação e subscrição de ordens e editais. Só em 1766, com a nomeação de D. José Luiz de Menezes Abranches Castello Branco e Noronha, a Mesa confraternal retoma a sua actividade de gestão do Hospital de Todos-os-Santos, sendo a nomeação do 6º conde de Valadares, datada de 23 de Maio de 1766, assinada por Sebastião José de Carvalho e Melo e enviada, para execução, ao Provedor da Misericórdia⁴⁴⁵. Falamos, então, de uma administração que opera na dependência directa do conde de Oeiras e que está em consonância com as suas opções políticas.

Se, como atrás dissemos, a nomeação de dirigentes é um indicador da actividade institucional, cremos possível extrair, do que fica dito, que o Hospital Real de Todos-os-Santos manteve a sua actividade ao longo de todo o terceiro quartel do século XVIII, revelando a sucessão dos seus dirigentes uma evolução que se identifica, no tempo e no modo, com as significativas transformações operadas no sistema político português.

Cuidar dos vivos

«Todos experimentaram com liberalidade a piedosa grandeza de El-Rei,
sendo assistidos de prontos remédios, Cirurgiões e Enfermeiros.
A tanto cuidado deve hoje suas vidas um considerável número de pessoas,
que são outros tantos pregoeiros da liberalíssima caridade de seu Soberano»⁴⁴⁶

Ainda que a célebre frase não tenha sido proferida por Sebastião José de Carvalho e Melo⁴⁴⁷, «cuidar dos vivos e enterrar os mortos» constituíram, no pós-terramoto de

⁴⁴⁵ Cf. IANTT, *Fundo Hospital e S. José*, Livro 943, fls. 27v-73.

⁴⁴⁶ Amador Patrício de Lisboa, *op. cit.*, p. 72.

1755, preocupações primeiras de um «núcleo inorgânico de governo ditado pelo pragmatismo da situação»⁴⁴⁸, núcleo este que faz das Secretarias de Estado o fulcro do processamento político do reino, por clara impossibilidade de refazer, a partir da Real Barraca, a vida cortesã anterior a 1 de Novembro de 1755, ou de entender o Paço da Ajuda como centro de governação⁴⁴⁹. É, aliás, neste núcleo que assumiu os destinos do reino entre 1755 e 1756, no qual a Fernão Teles da Silva, Marquês de Alegrete e Monteiro-Mor do reino, cabe a responsabilidade pela assistência aos enfermos⁴⁵⁰, ainda que a documentação surja invariavelmente com a assinatura do futuro Conde de Oeiras, é neste pólo de poder, dizíamos, que José Subtil coloca o deflagrar de um confronto que opõe a «cultura iluminista, racionalista e laica e a cultura tradicionalista marcada pelo peso da religião e dos privilégios»⁴⁵¹, um conflito que, como é sabido, adquiriu contornos de conspiração.

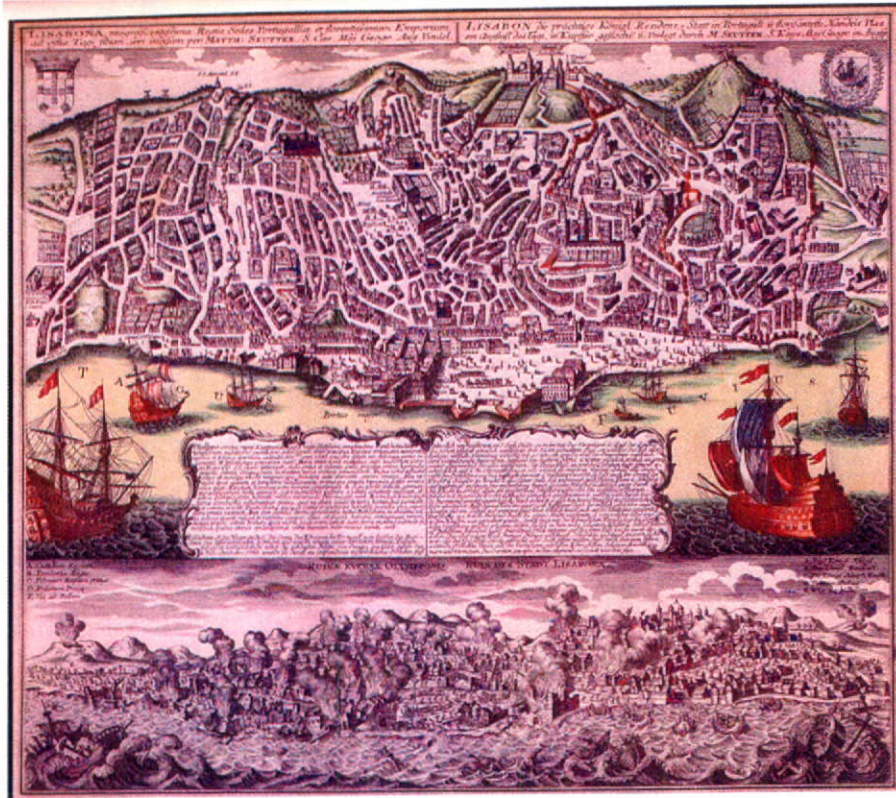


Figura nº 20 - A cidade de Lisboa, antes e durante o terramoto.
O Hospital, pela sua dimensão e centralidade, é referência obrigatória no tecido urbano.

(Água-forte de Mateus Sautter, de finais do século XVIII. Museu da Cidade)

⁴⁴⁷ Pertenceu a D. Pedro Miguel de Almeida, 1º marquês de Alorna, a autoria da frase que vulgarmente se atribui a Sebastião José de Carvalho e Melo. Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «Sebastião José e o terramoto: entre o governo da casa e o governo do reino», in ARAÚJO, Ana Cristina et al (org.), *O Terramoto de 1755 – Impactos Históricos*, p. 230.

⁴⁴⁸ José Subtil, *O terramoto político (1755-1759) – memória e poder*, p. 118.

⁴⁴⁹ Cf. *Ibidem*.

⁴⁵⁰ Cf. *Ibidem*, p. 120. Fernão Teles da Silva exerceu, entre outros cargos, a Presidência do Real Senado da Cidade de Lisboa.

⁴⁵¹ Cf. *Ibidem*, p. 123.

É conhecida a inquietação do gabinete de Sebastião José de Carvalho e Melo relativamente ao perigo, em termos de saúde pública, constituído pelos inúmeros corpos espalhados por entre as ruínas. A 2 de Novembro tomavam-se medidas concretas para libertar a cidade dos nocivos vapores exalados pelos cadáveres, procurando-se a anuência do Cardeal Patriarca para as inumações em valas comuns e, «cumprindo-se com os mais que a piedade cristã pratica em semelhantes casos, levem [batelões ou barcos grandes] os corpos algumas léguas fora da Barra, e os lancem no mar, com pesos que os conservem no fundo até se consumirem»⁴⁵². É ainda com o objectivo de «se vencer o mais perigo que nos está ameaçando a falta de sepultura dos cadáveres, principalmente naqueles edificios que não foram abrasados por incêndios»⁴⁵³, que se procura mobilizar na «Cidade todos os seus moradores que Deus conservou vivos, para ajudarem a Nobreza, os Ministros mais graduados, e os Officiais de Guerra mais distintos, no trabalho santo e pio de concorrerem para se dar prontíssima sepultura aos mortos, e se preservem assim os que ficaram vivos»⁴⁵⁴. A 5 de Novembro, a problemática sanitária justifica uma circular enviada aos prelados regulares dos conventos de Lisboa, louvando e agradecendo o zelo demonstrado «nas obras de misericórdia, exercitadas na pública e indispensável necessidade, em que nos achamos, de dar sepultura aos cadáveres humanos, e aos corpos de irracionais, que se acham entre as lastimosas ruínas»⁴⁵⁵, circular esta que insiste na urgência de dar sepultura aos mortos. Trata-se, como resulta da análise da documentação, de procurar a todo o custo atalhar um surto epidémico, medida de inquestionável justificação, mas que deriva ainda de um quadro conceptual onde é detectável a presença do paradigma hipocrático-galénico, sendo a corrupção do ar pela exalação de vapores dos corpos em decomposição a preocupação central. Reiteramos, pois, a ideia já expressa neste trabalho, da longa permanência da teoria humoral no panorama clínico português, sendo a consciência da inoperância desse quadro de referência um dos vectores determinantes da reforma da Universidade, iniciada em 1772 e com a qual se procuraram respostas para alguns dos mais pertinentes problemas da medicina⁴⁵⁶.

⁴⁵² «Aviso dirigido ao Eminentíssimo e Reverendíssimo Cardeal Patriarca, pedindo-se-lhe o seu parecer sobre o lugar para a sepultura dos mortos», expedido do Paço de Belém a 2 de Novembro de 1755. Amador Patrício de Lisboa, *op. cit.*, pp. 97-98.

⁴⁵³ *Ibidem*, p. 99.

⁴⁵⁴ Cf. *Ibidem*.

⁴⁵⁵ *Ibidem*, p. 100.

⁴⁵⁶ Cf. João Rui Pita, «Medicina, Cirurgia e Arte Farmacêutica na reforma pombalina da Universidade de Coimbra», in Ana Cristina Araújo et al., *O Marquês de Pombal e a Universidade*, p. 134-135.

Voltemos ao Hospital Real, em tempo de desastre. Localizado numa das zonas da cidade mais atingidas pelo abalo e pelo incêndio que se lhe seguiu, o edifício do Rossio, ainda não totalmente recuperado dos efeitos causados pelo fogo de 1750, não saiu incólume da vaga de destruição que assolou Lisboa naquele sábado de Novembro. A maioria dos espaços consignados ao atendimento e hospitalização dos enfermos terá ficado sem condições para, nos moldes habituais, continuar a albergar, o mesmo acontecendo com as áreas destinadas a habitação do pessoal hospitalar com direito a residência. Quanto a estes últimos, ainda a 25 de Maio de 1757, a Mesa da Misericórdia mandava pagar as casas àqueles que, por determinação regulamentar, tinham residência no Hospital e que, por via do terramoto, se viram dela privados, o que permite inferir que a prioridade, em termos de obras de recuperação, se direccionou para as áreas de internamento. No referido despacho, são mencionados dois secretários, quatro médicos, «seis cirurgioens em que entra o oculista», um dos mestres de sangria, o cirurgião do banco, o procurador, o comprador, seis merceeiras e um apontador das mesmas⁴⁵⁷.

Sendo as perdas, em bens e em vidas, inegáveis e de uma dimensão assustadora, será todavia de considerar com alguma reserva perspectivas que sugerem a derrocada definitiva de edifício e instituição.

Amador Patrício de Lisboa⁴⁵⁸, na suas «Providências», faz notar que «Logo se destinaram os celeiros do magnífico Mosteiro dos Monges Beneditinos, os do Conde de Castelo-Melhor e o Palácio de D. Antão de Almada para públicas enfermarias, além daquelas a quem perdoara o incêndio no Hospital Real de todos os Santos»⁴⁵⁹. O testemunho de Patrício de Lisboa, ainda que sendo considerado «um escrito de propaganda e exaltação das capacidades do Governo»⁴⁶⁰ chefiado por Pombal, é corroborado pela documentação produzida no Hospital, permitindo atribuir significado à expressão «Logo se destinaram». Fernando Allonço de Ocanha e Munhoz, escrivão do Hospital, no termo de abertura do livro dos assentos das mulheres «que entrarão doentes

⁴⁵⁷ Cf. IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 943, fl. 20.

⁴⁵⁸ Amador Patrício de Lisboa é um dos pseudónimos de Francisco José Freire, que também assinou como Cândido Lusitano. Poeta, historiógrafo, tradutor, teórico da literatura e das ideias estéticas, Freire foi um dos mais destacados membros da Arcádia Lusitana. Cf. Introdução de Luís Oliveira Ramos in Amador Patrício de Lisboa, *op. cit.*, p. 11. As *Providências*, divulgando o papel desempenhado pelo Secretário de Estado durante a crise de 1755 e enaltecendo a sua acção determinante, pode inserir-se num esforço de propaganda para contrariar uma oposição que conta com o apoio da toda poderosa Companhia de Jesus que vê em Sebastião José de Carvalho e Melo um perigoso inimigo. Cf. José Subtil, *op. cit.*, p. 122-123.

⁴⁵⁹ Amador Patrício de Lisboa, *op. cit.*, p. 72.

⁴⁶⁰ *Ibidem*, p. 14.

neste Hospital Real»⁴⁶¹ no período compreendido entre 25 de Agosto de 1756 e 26 de Abril de 1760, esclarece que «Os assentos das mulheres que se vierão a curar a este Hospital Real desde 1º de Novembro de 1755. the 25 de Agosto de 1756, em que estes dous livros tiverão principio, Se achárão assentadas no Livro geral *que* serviu [sic] para aceitação dos Doentes nas Portas de Santo Antão, e Rocio, e em outros dous Livros *que* se achão emcadernados em hum só pergaminho que servirão dos assentos de Homens, e mulheres, que vierão doentes as Cazas dos Almadas no Rocio, e no Convento de S. Bento dos Pretos quando lá estiverão as Emfermerias, depois do Terremoto, E para o *que* puder succeder, e em algum tempo for preciso faço esta declaração Hospital Real 20 de Junho de 1760»⁴⁶².

Ainda que no calor da tragédia se possam encontrar justificações para as descrições de Baptista de Castro, reproduzidas por Mário Carmona⁴⁶³ e a que já fizemos referência, são identificáveis quatro pólos a partir dos quais, após o 1º de Novembro de 1755, o Hospital de Todos-os-Santos exerceu a sua actividade assistencial: algumas enfermarias que sobreviveram ao cataclismo, o Palácio dos Almadas, no Rossio, os celeiros do Conde de Castelo Melhor, às Portas de Santo Antão⁴⁶⁴ e os do Convento de São Bento da Saúde⁴⁶⁵.

Quanto ao convento beneditino, é de novo Ocanha e Munhoz quem regista a cronologia de ocupação daquele espaço religioso pelos enfermos do Hospital. No frontispício de um dos livros de registo de doentes, o escrivão anotava que «desde f. 1 the 63 se mmedio [...] outro livro dos doentes que se foram a curar a S. Bento no tempo que lá estiveram as Emfermarias desde 6 de Novembro de 1755 athe 12 de Setembro de 1756 que la estiveram»⁴⁶⁶. O segmento cronológico estabelecido por Ocanha confirma o teor de um aviso datado de 2 de Setembro de 1756, expedido por Sebastião José de Carvalho e Melo, no qual se determina que os enfermos da enfermaria dos feridos que até então se achavam alojados no Convento de S. Bento da Saúde fossem transferidos

⁴⁶¹ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1809, «Livro das Portas de Santo Antão que principiou em 25 de Agosto de 1756 e findou em 26 de Abril de 1760».

⁴⁶² *Ibidem*

⁴⁶³ Referimo-nos ao excerto «Os enfermos que escaparam foram trazidos para baixo das cabanas do Rocio, onde estiveram quasi três semanas miseravelmente expostos ao rigor do tempo», transcrito por Mário Carmona, *op. cit.*, p. 256.

⁴⁶⁴ Em 1755, o Palácio do Conde de Castelo Melhor ficava situado a Norte do local onde hoje se ergue a estátua dos Restauradores, perto da antiga porta de Santo Antão. O edificio sofreu estragos consideráveis, sendo demolido e substituído pelo actual Palácio Foz, cuja construção se inicia em 1777 sob direcção do architecto italiano Francisco Fabri.

⁴⁶⁵ Estrutura afecta à Ordem de São Bento cuja construção se iniciou em finais do século XVI, o convento deu lugar ao Palácio das Cortes, actual Assembleia da República.

⁴⁶⁶ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1461, «Enfermarias das Portas de Santo Antão, Casa dos Almadas no Rossio e em São Bento da Saúde, após o terramoto».

para a Enfermaria do Hospital Real de todos os Santos, «por se achar já com capacidade e cómodo para os receber»⁴⁶⁷. Em que condições os enfermos foram recebidos e mantidos no Convento de S. Bento e nos outros espaços transformados em enfermarias, não o sabemos. Não seriam certamente as melhores. Ainda assim, o teor dos avisos assinados pelo Secretário de Estado do Reino, publicados por Amador Patrício de Lisboa e dos quais encontramos eco na documentação hospitalar, revelam o carácter precário da ocupação do espaço⁴⁶⁸, deixando perceber uma tentativa clara de distribuição dos doentes por valências hospitalares, destinando-se o Convento de S. Bento ao foro cirúrgico e traumatológico⁴⁶⁹. São comuns, na documentação estudada, enfermos hospitalizados em S. Bento por terem «hũa perna cobrada», ou serem «doente do corpo todo moído», ou apresentarem-se «com a cara toda doente», não sendo detectável distinção entre desnocações (orto-traumatologia) e feridos (cirurgia).

É ainda no grupo dos avisos que regularam a utilização das instalações do Convento de S. Bento pelo Hospital de Todos-os-Santos que encontramos expressa a determinação do governo para, no mais curto espaço de tempo, se criarem condições para o regresso dos doentes ao Rossio. O curto prazo para a realização da obra, a necessária economia e a escassez de meios, terão determinado a reutilização de materiais: «Sua Majestade se conformou com o parecer de V. Excelência [o Duque Regedor], pelo que pertence a se cobrirem as Enfermarias do referido Hospital, com telha que se acha nas ruínas das casas que serviram de Tesouro no Castelo de S. Jorge»⁴⁷⁰. A urgência pedida na execução do trabalho foi correspondida por quantos o executaram, criando-se condições para que, a 24 de Maio, o Duque Regedor pudesse

⁴⁶⁷ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 943, fl. 17v.

⁴⁶⁸ Em aviso datado de 28 de Fevereiro de 1756, dirigido ao Abade do Convento de S. Bento da Saúde, o governo reconhecia a «impossibilidade que há no Hospital Real de todos os Santos para receber os muitos doentes que nele concorrem», tornava oficial a ocupação do espaço, informando aquele religioso que «será do seu real agrado [de Sua Magestade] que V.P. permita ao Enfermeiro-Mor recolher no Celeiro desse Mosteiro os feridos do dito Hospital» e assumia o carácter precário da ocupação - «enquanto nele [no Hospital] se não concluem as comodidades interinas que se acham próximas a findar-se. Deus guarde a V.P.. Paço de Belém, 28 de Fevereiro de 1756. Sebastião José de Carvalho e Mello». Amador Patrício de Lisboa, *op. cit.*, pp. 120-121.

⁴⁶⁹ Um outro aviso, com a mesma data, ordena ao Monteiro-Mor do Reino que «se sirva para a cura de todos os feridos presentes, e futuros, do Celeiro do Mosteiro de S. Bento da Saúde, que se ocupou na ocasião do Terramoto, o que o mesmo Senhor [Sua Magestade] mandou significar ao D. Abade do dito Mosteiro, que somente serviria para se curarem feridos. Com o que ficarão livres os lugares que estes ocupavam para acomodação dos outros enfermos. Deus guarde a V. Senhoria. Paço de Belém, a 28 de Fevereiro de 1756. Sebastião José de Carvalho e Mello». *Ibidem*, p. 121. Do referido aviso encontra-se traslado em IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 943, fl. 15.

⁴⁷⁰ O aviso é, como os anteriormente referidos, expedido a 28 de Fevereiro de 1756, do Paço de Belém. Amador Patrício de Lisboa, *op. cit.*, p. 122.

informar o gabinete de Belém sobre a conclusão das primeiras quatro enfermarias⁴⁷¹. Apesar do aviso revelar capacidade para receber mais doentes, determina-se que apenas alguns enfermos regressem ao Hospital, não abrangendo esta medida os acamados no Convento de S. Bento: estes «setenta feridos que se acham no Mosteiro de S. Bento, se conservem nele enquanto se lhe não deputa Enfermaria separada»⁴⁷². O mesmo aviso permite inferir que na génese desta decisão estarão o já indicado cuidado de distribuir os doentes por valências e a observância de princípios de ordem moral que recomendam a separação dos sexos⁴⁷³. O texto ordena ainda que em cada cama se deite apenas um doente, medida que, contrastando com o quotidiano dos grandes hospitais do velho continente, revela a intenção de operar transformações significativas nos conceitos e nas práticas dos hospitais portugueses. Sobre a utilização do Convento de S. Bento, importa, por fim, reter que a intenção, expressa em Maio de 1756, de manter naquele espaço os doentes do foro cirúrgico e traumatológico, encontra correspondência nas datas apontadas por Ocanha e Munoz, uma vez que o arco temporal definido por aquele escrivão se encerra, como vimos, em 12 de Setembro de 1756⁴⁷⁴.

A análise do livro misto que regista os enfermos hospitalizados nas enfermarias disponíveis no Rossio e nas Portas de Santo Antão entre 1 de Novembro de 1755 e 9 de Junho de 1756, e a sua confrontação com os textos emitidos pelo gabinete de Sebastião

⁴⁷¹ «Fazendo presente a S. Majestade o Aviso que V. Excelência me dirigiu, na data de 24 do corrente, sobre se acharem concluídas as quatro Enfermarias térreas, foi o mesmo Senhor servido conformar-se com o parecer de V. Excelência [...] Paço de Belém, a 26 de Maio de 1756. Sebastião José de Carvalho e Mello». Amador Patrício de Lisboa, *op. cit.*, p. 122.

⁴⁷² *Ibidem*, p. 123.

⁴⁷³ «Para se evitarem alguns graves inconvenientes, é outrossim S. Majestade servido que V. Senhoria [o Monteiro-Mor do Reino] ordene que nas Enfermarias não tenham comunicação os homens com as mulheres, que não se ajuntem os feridos com os doentes de febres, e que se não consinta que em cada cama esteja mais de uma pessoa. O que V. Senhoria fará se observe com a maior exacção. Deus guarde a V. Senhoria. Paço de Belém, a 26 de Maio de 1756. Sebastião José de Carvalho e Mello». *Ibidem*.

⁴⁷⁴ Ainda que o «Memorial» de D. Jorge Machado de Mendonça, ao elencar as enfermarias existentes no Hospital em 1759, não refira um serviço de internamento de cirurgia para mulheres, os livros de registo de doentes e as relações de ordenados pagos a «familiares» não deixam dúvidas quanto à existência dessa enfermaria. De facto, são inúmeras as doentes aceites para a enfermaria de «Feridas», não sendo, neste estudo, possível clarificar diagnósticos, uma vez que os registos fornecem tão somente a enfermaria de destino, a identificação possível do enfermo, o seu espólio à data do internamento, a data da alta ou da morte. Tal é, por todos, o caso que transcrevemos: «Innocencia de Figueredo cazada com Antonio Pães Baptizada em Algodres, freguezia de N. Senhora da Assempção Bispado de Vizeu moradora da Rua de S. Bento no Páteo de Matheus Pereira de 42 annos. Rosto trigueiro com feições grozas olhos pretos traz saya de Baeta roxa, outra de camelão obscuro capa de Baeta azul colete de pano azul cum lenço branco e encarnado meias brancas e çapatos entrou em 16 de Mayo de 1760. Fora em 24 de Mayo de 1760. IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1810, «Mulheres, L. 2, Livro que principiou em 27 de Abril de 1760 the 31 de Outubro de 1762», fl. 8v. O que afirmamos para a enfermaria de feridas aplica-se na íntegra ao serviço destinado a acolher «camarentas».

José de Carvalho e Melo, permite ir mais longe no esforço de compreensão do que foi a vida do Hospital Real em período pós-terramoto.

Em termos de datação, o título do livro não deixa margem a dúvidas: «Livro Geral das Portas de Santo Antão e Rossio que começou em 1 de Novembro de 1755 athe 9 de Junho de 1756»⁴⁷⁵. Trata-se de um livro geral de assentos, onde são anotados os enfermos, de ambos os sexos, recebidos no Hospital e sujeitos a internamento no pouco que restou das enfermarias da instituição e nos pavilhões improvisados nos celeiros do Palácio do Conde de Castelo Melhor (Portas de Santo Antão) e nas casas de D. Antão de Almada, no Rossio.

Ainda que o livro registe, maioritariamente, doentes entrados no período que se inicia a 1 de Novembro de 1755, não são raros os casos de enfermos hospitalizados em datas anteriores, o que revela a necessidade de se proceder a transferências, quer porque as enfermarias anteriormente ocupadas deixaram de reunir condições para cumprir a sua função, quer porque as obras de recuperação seriam incompatíveis com a presença de acamados. Transferidos para as Portas de Santo Antão, encontramos, entre alguns outros, António da Silva, internado na Enfermaria de «Malles» em 22 de Outubro⁴⁷⁶, Manuel Antunes, que deu entrada na enfermaria de Santo Amaro em 29 de Outubro⁴⁷⁷, Jerónimo Roiz, «que não sabe dizer mais nada» e deu entrada na enfermaria dos «Doudos» a 22 de Outubro⁴⁷⁸, ou Suzana Luiza, registada na enfermaria dos Malles a 15 de Outubro⁴⁷⁹. O mesmo livro regista a transferência de uma criança, de nome «Anna Esteves, emgeitada nesta Caza donde vem [...] em 11 de Mayo de 1756»⁴⁸⁰, o que abona em favor da ideia de que não só no Hospital é feita a aceitação de doentes, mas também a Casa dos Enjeitados vai recebendo crianças. No meio da destruição e em condições de extrema precariedade, procura-se a resposta possível às muitas necessidades, num trabalho que a documentação regista e que parece querer matizar a ideia de falência absoluta e de anarquia resultante da destruição que o terramoto operou.

Procuremos, socorrendo-nos da mesma metodologia que utilizámos para o Convento de São Bento da Saúde, caracterizar o período em que a utilização das Casas

⁴⁷⁵ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1479, «Livro Geral das Portas de Santo Antão e Rocio que começou em o primeiro de Novembro de 1755 the 9 de Junho de 1756».

⁴⁷⁶ Cf. *Ibidem*, fl 4v.

⁴⁷⁷ *Ibidem*, fl. 6.

⁴⁷⁸ *Ibidem*, fl. 2v.

⁴⁷⁹ *Ibidem*, fl. 6v.

⁴⁸⁰ *Ibidem*, fl 367v.

de D. Antão de Almada e dos Celeiros de D. José de Vasconcelos e Sousa Câmara Caminha Faro e Veiga foi mais significativa.

Vimos já que, a 24 de Maio de 1756, se dão por concluídas as obras nas quatro enfermarias térreas⁴⁸¹. Dois dias depois, em aviso enviado ao Monteiro-Mor do Reino, refere-se expressamente que, nesta fase, «é S. Majestade servido ordenar que só passem os homens doentes para as novas Enfermarias, principiando pelos que se acham nas casas de D. Antão de Almada, que as mulheres fiquem por ora nos Celeiros do Conde de Castelo-Melhor, enquanto se não fazem os concertos nas Enfermarias de S. Camilo e S. Francisco»⁴⁸².

O texto elaborado no Paço de Belém permite deduzir que em finais de Maio de 1756 se inicia o regresso dos enfermos ao velho edifício do Rossio. Todavia, o cotejo com o Livro Geral do Hospital Real⁴⁸³, permite concluir que a transferência se iniciou algum tempo antes. De facto, se entre Novembro de 1755 e Fevereiro de 1756, os internados no Rossio (entenda-se nas Casas dos Almadás) são em número muito significativo, rondando em Fevereiro cerca de metade dos enfermos registados, já a partir daquele mês a referência «Rossio» começa a escassear na documentação, o que querará significar que há, a partir daquele mês, condições para o regresso faseado ao Hospital de Todos-os-Santos. O livro em causa revela a tendência para, a partir de 1 de Junho de 1756, se complementar a identificação sucinta do internado e a descrição sumária dos «Fatos», indicando a enfermaria de destino e o número da cama, o que entendemos como um indicador positivo no sentido da organização interna das enfermarias.

O curto lapso de tempo que decorre entre a acção efectiva, entre a ocupação de espaços extrínsecos ao Hospital, e a transposição do acto para os Avisos emanados de Belém, conferindo-lhe assim carácter legal, poderá justificar-se pelo estrangulamento do aparelho administrativo da Coroa, sobrepondo-se a intervenção imediata exigida pela gravidade da situação ao trabalho de gabinete. Repare-se que o mesmo aconteceu com a utilização das instalações do Convento de S. Bento, promovendo-se a circulação de avisos apenas em finais de Fevereiro de 1756, para regular uma ocupação efectivamente levada a cabo logo em Novembro de 1755.

⁴⁸¹ Amador Patrício de Lisboa, *op. cit.*, p. 122.

⁴⁸² Aviso datado de 26 de Maio de 1756, destinado ao Monteiro-Mor do Reino e assinado por Sebastião José de Carvalho e Melo.

⁴⁸³ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1479.

À medida que o tempo passa e avançamos na análise dos vários volumes do Livro de Registo Geral, torna-se mais nítido este movimento de retorno ao Hospital Real, começando a surgir, no registo de cada enfermo hospitalizado, a enfermaria que o acolheu. No período de 1 de Novembro de 1755 a 9 de Junho de 1756⁴⁸⁴, surgem com frequência, para lá das enfermarias deslocalizadas, as de S. Caetano, de Santa Catarina, de S. Amaro, de S. Vicente, de S. Isabel, de S. Clara, de S. Damião, de S. Bernardo, de S. Cosme, de S. Diogo e de Santo Agostinho, além de espaços vocacionados para o acolhimento de feridos de ambos os sexos. A transferência de um destes feridos para S. Bento, um homem, a 28 de Fevereiro de 1756⁴⁸⁵, não deixará margem a dúvidas quanto à prestação de cuidados cirúrgicos no Hospital do Rossio.

Entre 9 de Junho de 1756 e 23 de Setembro de 1756⁴⁸⁶ aumenta a frequência de registos nas enfermarias de S. Francisco, S. Carlos, S. Sebastião e S. Jorge, surgindo a enfermaria de Santo Agostinho no período compreendido entre 23 de Setembro de 1756 e 25 de Abril de 1757⁴⁸⁷. Importa, então, elencar e conferir significado às enfermarias identificadas na análise documental, trabalho que inserimos no nosso anexo nº 3, no quadro relativo ao período 1755-1758, quadro este que corresponde à nossa leitura e interpretação da documentação e que, como tal, não tem a pretensão de ser definitivo⁴⁸⁸.

Referindo-nos apenas aos enfermos entrados no Hospital Real no período de 1 de Novembro de 1755 a 9 de Julho de 1756, que nele permaneceram ou que receberam cuidados nas instalações alternativas, encontramos 3.836 doentes hospitalizados (cerca de 475 doentes por mês), sendo de 958 o número de falecidos (24,974%).

O raciocínio que vimos seguindo permite detectar o empenho do gabinete de Carvalho e Melo e do Real Senado da Cidade de Lisboa para, no mais curto espaço de tempo, serem criadas condições mínimas para fazer regressar ao Hospital Real a totalidade do serviço das enfermarias, esforço que se foi materializando ao longo do ano de 1756. De facto, a 5 de Dezembro desse ano, como que se encerra o ciclo da deslocalização das enfermarias a que o terramoto obrigou. Em aviso dirigido ao Duque Regedor, expedido do Paço de Belém com a assinatura do futuro Conde de Oeiras, é expressamente referido que se encontram concluídas as obras em mais duas

⁴⁸⁴ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1479.

⁴⁸⁵ *Ibidem*, fl. 41v.

⁴⁸⁶ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1480, Livro desde 9 de Junho de 1756 the 23 de Setembro de 1756.

⁴⁸⁷ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1481, Livro desde 23 de Setembro de 1756 the 25 de Abril de 1757.

⁴⁸⁸ Trata-se de uma matéria a exigir estudos complementares, razão que terá levado a omitir este período em PEREIRA, Paulo (dir.), *Hospital Real de Todos-os-Santos - 500 anos. Catálogo*, p. 57.

enfermarias, determinando-se que se «mande logo fazer a mudança das mulheres doentes, assim de febres como de feridas, que se acham nos Celeiros e Armazéns das Casas do Conde de Castelo-Melhor, às Portas de Santo Antão, para as ditas Enfermarias»⁴⁸⁹. As enfermarias em causa serão as de S. Francisco e S. Camilo⁴⁹⁰ que, recebendo enfermos alojados noutras dependências, criaram condições para o regresso das mulheres.

A informação recolhida parece verificar a teoria, que vimos perseguindo, de que o Hospital Real de Todos-os-Santos se manteve, enquanto instituição de referência na prestação de cuidados de saúde na cidade de Lisboa, ao longo do terceiro quartel do século XVIII.

O funcionamento da instituição, em período que, como vimos, revela uma imensa dificuldade em produzir actos administrativos, não se confina ao trabalho de cabeceira em torno dos enfermos que no Hospital procuram amparo, alívio e protecção. Em Todos-os-Santos há uma rotina administrativa, um *modus operandi* que resiste à catástrofe. Registam-se os doentes a hospitalizar e a economia da casa não deixa de estar presente no espírito do escrivão. A ideia de que o hospital não serve gratuitamente, via de regra, gente com posses, parece confirmar-se nos assentos de entrada. Aí, anota-se o nome, a idade aproximada, as peças de roupa que trazia quando chegou ao Hospital, algum dinheiro se o há, a enfermaria a que é destinado. E todavia, quando o registo se reporta a escravos negros, homens ou mulheres, há o cuidado de anotar quem é o responsável pelo pagamento das diárias, uma vez que o escravo é entendido enquanto pertença e responsabilidade de alguém que não se identifica com os pobres e desprotegidos. Ao dono de António José, escravo negro entrado em 25 de Janeiro de 1756 e que veio a falecer quatro dias depois⁴⁹¹, foram cobradas diárias e a mortalha o que, não sendo caso único nesta cronologia, dá por demonstrado que o Hospital manteve o essencial das suas actividades, mesmo no que se refere à problemática dos assentos e do movimento de tesouraria.

⁴⁸⁹ Amador Patrício de Lisboa, *op. cit.*, p. 124.

⁴⁹⁰ Recorde-se que a 26 de Maio de 1756, no Livro de Registo Geral, determinava-se que «as mulheres fiquem por ora nos Celeiros do Conde de Castelo Melhor, enquanto se não fizer concerto em as Enfermarias de São Camillo e São Francisco». IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 942, fl. 17.

⁴⁹¹ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1479, fl. 132.

O tempo de D. Jorge Machado de Mendonça (1758-1766)

D. Jorge: discurso e principais linhas de intervenção

«[...] o segredo he a base fundamental de todo o governo, e este sustenta a boa disciplina da monarquia; toda a pessoa que a seu cargo tem qualquer carta de governo, deve regular-se por este exemplo»⁴⁹²

O Livro nº 1106, do *Fundo Hospital de São José*, hoje disponível no Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, regista as impressões pessoais de D. Jorge Francisco Machado de Mendonça, Essa, Castro, Vasconcellos, e Magalhães sobre o Hospital Real de Todos-os-Santos, tratando-se de um documento que permite avaliar não apenas a situação da Instituição nos anos que se seguiram ao terramoto, como também o pensamento de D. Jorge de Mendonça em matéria de gestão e de tutela. Referimo-nos ao livro que contém o traslado do *Memorial* enviado ao Conde de Oeiras, no qual o Enfermeiro-Mor nomeado a partir de 1 de Julho de 1758 diagnostica a situação do Hospital e enumera as medidas tomadas em defesa do interesse dos enfermos pobres.

Recorde-se que D. Jorge de Mendonça é nomeado para o exercício do cargo de Enfermeiro-Mor e Tesoureiro Executor da Fazenda do Hospital Real de Todos-os-Santos não pela Mesa da Misericórdia, mas directamente pelo punho de Sebastião José de Carvalho e Melo, interrompendo uma longa tradição. Este facto pode justificar um texto que procura sublinhar a virtude, a dedicação e a competência de quantos merecem a confiança política do Secretário de Estado do Reino⁴⁹³, texto que se identifica com uma literatura de exaltação da estatura e da obra do rei e, naturalmente, do já então Conde de Oeiras. Será, aliás, numa perspectiva de propaganda de regime que se poderá entender a publicação do texto de D. Jorge de Mendonça, em 1761, em edição composta na oficina lisboeta de Miguel Manescal da Costa⁴⁹⁴, sendo talvez essa a razão para que o

⁴⁹² IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 130.

⁴⁹³ O reconhecimento do mérito é uma preocupação que não raro acompanha referências a uma das ideias transversais ao pombalismo, a do Estado que tudo faz pelo bem público: «Quem pode duvidar, o que todos os Portugueses devem a S. Magestade Fidelíssima, pois de novo nos tem creado as Sciencias, e nos está distribuindo os beneficios, querendo augmentar Sua Monarquia para delicia dos seus vassallos, e delles separar os membros podres, e para aquelles que lhe merecerem Suas honras as distribuir [...]». IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 136.

⁴⁹⁴ Referimo-nos à publicação *Pelo breve memorial expõe Jorge Francisco Machado de Mendonça ao...Conde de Oeiras...o regimen que tem estabelecido no Hospital Real de Todos os Santos: donde por decreto do mesmo senhor he thesoureiro executor da sua fazenda e enfermeiro mor: relata-se a*

testemunho deste Enfermeiro-Mor surja relativizado por quantos têm trabalhado esta problemática. Pela nossa parte, cientes de que há um propósito político a pautar o texto do *Memorial*, pensamos tratar-se de um documento que disponibiliza informação indispensável para a compreensão do quotidiano hospitalar no terceiro quartel do século XVIII.

Temos repetido que o Hospital Real de Todos-os-Santos manteve uma actividade constante entre 1750 e 1775, ainda que em situação de elevada precariedade. Considerando a história da instituição, com particular ênfase para os acontecimentos dos anos cinquenta da centúria de Setecentos, não poderia ser de outra forma. O propósito de avaliar situações e procurar soluções para as remediar norteou a administração de D. Jorge de Mendonça, que não poupou críticas à gestão anterior, aos religiosos e a quantos, tendo obrigações para com o Hospital e os seus enfermos, as não cumpriram com o zelo exigível.

Oriundo de uma nobreza de segundo plano⁴⁹⁵, D. Jorge entende o serviço da Coroa como uma missão, esgrimindo argumentos e não se coibindo de criticar aqueles que considera como responsáveis pela situação de degradação, nas instalações e nos costumes, que encontrou no Hospital. E naturalmente que a Misericórdia de Lisboa e o seu Provedor não saem ilesos das críticas do Enfermeiro-Mor. Depois de referir o eficaz empenho com que o Secretário de Estado do Reino tem disposto o bem público, Mendonça deixa claro que o Hospital se acha sem «formulário ou regimento», defendendo que a atribuição da gestão ao Provedor da Misericórdia é a «razão mayor do esquecimento e assistência que tem faltado, sendo os pobres doentes desamparados [e sujeitos] a vapores immundos, ar corrupto, tudo em contrário à vida humana»⁴⁹⁶.

É, afinal, uma nova percepção do que deve ser o serviço público que se revela. Mendonça, que não integra o círculo fidalgo que durante anos dominou a Misericórdia lisboeta, assume o confronto com a tradição, considerando que o Hospital Real de Todos-os-Santos não deve ser tutelado por aquela Irmandade, devendo, isso sim, estar sujeito apenas e só ao poder régio: «não é justo, que o thesoureyro tendo todo o trabalho, ao Provedor da Mizericórdia se lhe aggardeção as vittorias, e pela sua mão

fundação deste hospital e algumas noticias respectivas aos hospitaes..., Lisboa, Na officina de Miguel Manescal da Costa, 1761, 148, [3] p.; 30 cm.

⁴⁹⁵ Não encontramos qualquer referência a D. Jorge Francisco Machado de Mendonça Essa Castro Vasconcellos e Magalhães, por entre aqueles que integraram ou se relacionaram com a nobreza de corte.

⁴⁹⁶ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 131.

sejam administradas as regalias de mesmo Hospital»⁴⁹⁷. Procurando reforçar a sua argumentação com os ensinamentos do passado, acrescenta que antes de existirem Provedores, eram os bispos que se encarregavam da administração, «não só para remédio dos pobres, mas ainda para amparo dos estrangeiros, de que se segue credito as naçoens»⁴⁹⁸. A crítica à actuação dos Provedores e da Mesa confraternal, deixa entrever uma leitura menos avisada do que foi a gestão dos pequenos hospitais medievais e das dificuldades com que se debateu o Hospital de Todos-os-Santos antes da entrega da sua administração à Misericórdia de Lisboa.

Com um frontalidade que importa reconhecer, Mendonça justifica, no início do *Memorial* que a 18 de Outubro de 1759 envia a Sebastião José de Carvalho e Melo, um conjunto imenso de providências vertidas em edital, tendentes a debelar «o dezamparo dos pobres, a má assistência com que os curavão, o pouco cuidado, e zello na sua fazenda, hum puro esquecimento da Administração dos Sacramentos, e assistencia espiritual, a sem Ceremonia com que se tratava o sagrado [...] não se vendo em todo aquele Hospital mais que hua pura desordem, uma Congregação *muito* mal Ordenada, e hum republica sem sombras de administração racional»⁴⁹⁹.

O sentido do discurso é claro: o Hospital existe, funciona com dificuldades, revela a mesma lassidão de costumes que parece ter-se instalado em alguns sectores da sociedade lisboeta da segunda metade do século XVIII e exige medidas correctivas que se justificam «Pella má assistência dos Medicos, Cirurgioens, emfermeyros e ajudantes, que tem no Hospital obrigação de Curarem, e assistirem aos enfermos, e no Espiritual Párcos, e Confessores, esquecimento de huns e omissão de outros me deo motivo de declarar a Verdadeyra forma de cumprirem suas respectivas obrigacoes»⁵⁰⁰. Numa palavra, há que reformar. É esse o verdadeiro desafio que Sebastião José de Carvalho e Melo coloca a D. Jorge Machado de Mendonça.

A apropriação, um pouco por toda a cidade, por entre o amontoado de ruínas, de uns poucos espaços que alguma protecção ofereciam é conhecida, não carecendo de prova. Aí se acoitaram grupos de reputação duvidosa, mas também o alfacinha sem outros proventos que os do trabalho e a quem o sismo retirou o abrigo e os parcos haveres. Por outro lado, por força da utilização repetida, veredas e carreiros se abriram onde dantes se erguiam muros e casas.

⁴⁹⁷ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 131v.

⁴⁹⁸ *Ibidem*.

⁴⁹⁹ *Ibidem*, fl. 115.

⁵⁰⁰ *Ibidem*, fl. 116v.

O Hospital, até pela dimensão da área que lhe está afecta, não logra eximir-se deste quadro. É D. Jorge de Mendonça quem afirma que o Hospital era atravessado, em 1758, por uma passagem pública, trilho aberto pela população na procura do caminho mais fácil e directo para as suas deslocações. Fazendo-se este trânsito pelo interior da instituição, atalhou o Enfermeiro-Mor o prejuízo, «mandado fechar as serventias por onde se fazião, para se não perturbarem os doentes com as pessoas que continuamente nelle entravão, e sahião»⁵⁰¹.

Todavia, não seria a «passagem pública» o problema maior em termos da utilização indevida do espaço hospitalar. A 5 de Agosto de 1758, um edital assinado por D. Jorge Machado de Mendonça proíbe «que pessoa alguma de qualquer qualidade, e estado, que seja podesse pernoutar dentro do dito Hospital, e menos, que as pessoas do serviço do mesmo Hospital consentissem hospedes, pois achey o Hospital huma estalagem publica, e em o mez de Junho de 1758 dentro delle se tinham prezos vários Ladroens»⁵⁰². O objectivo do edital é impedir que estranhos, de qualquer qualidade, se apropriem de instalações e de bens que, por princípio, pertencem aos enfermos pobres, determinando-se penas para quem, dentro do Hospital, ignorar o conteúdo do edital. Estas penas não atingem de modo igual os prevaricadores, revelando que também na aplicação da justiça se faz sentir o peso da clivagem social, sendo a pena «das pessoas de mayor graduacão serem estranhadas, e as outras castigadas a meo arbítrio»⁵⁰³. Ora, nesta «mayor graduacão» encontraríamos certamente altos funcionários, médicos, cirurgiões, o que faz pressupor que parte dos potenciais «acolhidos» não se identificaria com o «povo meudo».

A utilização indevida dos bens patrimoniais do Hospital de Todos-os-Santos não foi apenas uma consequência do terramoto de 1755, mas uma prática que desde cedo a Coroa procurou disciplinar. Com efeito, logo em 21 de Março de 1499, um alvará proíbe que nas casas do Hospital se dê aposentadoria, proibição que se não limita ao edifício do Rossio, mas que pretende abranger um vasto património espalhado por diversas regiões do reino⁵⁰⁴. A 1 de Março de 1518⁵⁰⁵ o assunto voltava a preocupar a

⁵⁰¹ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 128v.

⁵⁰² *Ibidem*, fl. 119.

⁵⁰³ *Ibidem*, fl. 144v.

⁵⁰⁴ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 2703, fl. 3v.

⁵⁰⁵ «Possival Machado, Aposentador desta nossa Cidade de Lisboa, nós havemos por bem, que nenhuma casa, que faça foro ao nosso Hospital desta Cidade, se dê de aposentadoria a nenhuma pessoa: notificamos assim, e mandamos, que sem embargo de quaesquer Alvarás, ou Mandatos que ahi haja em contrário, as não tomeis para dar a dita aposentadoria, e a deixeis ter os seus foreiros e alugadores; por que nós o havemos assim por bem. Feito em Lisboa, ao primeiro de mez de Março.

Coroa, produzindo-se novo alvará que a Lei de 14 de Agosto de 1605 e a Carta Régia de 18 de Agosto de 1665⁵⁰⁶ confirmam. As múltiplas acções legislativas, das quais as apresentadas são apenas exemplos, permitem inferir que a «estalagem publica» que D. Jorge denuncia terá sido potenciada pelo terramoto e pelas carências dele decorrentes, mas a sua origem prende-se com a fundação do próprio Hospital, querendo isto significar que nem sempre os pobres, e no caso vertente os enfermos pobres, foram os beneficiários plenos de patrimónios e cabedais a eles destinados, com carácter inalienável⁵⁰⁷. D. Jorge refere expressamente que o conteúdo dos seus editais «é conveniente ao Serviço dos pobres enfermos, de cujas rendas [as do Hospital Real] são senhores»⁵⁰⁸.

A problemática da utilização de bens para fins outros que não os de matriz assistencial contempla o uso indevido de produtos alimentares, nomeadamente carnes, procurando-se com o edital de 14 de Agosto de 1758, ao proibir que dentro do Hospital existissem outras cartas de gado que não a do «Viteiro da Caza», atalhar negócios e «monopólios que continuamente se fazião com muitos destes generos á Custa e Capa do Hospital»⁵⁰⁹.

O conteúdo do edital de 20 de Setembro de 1758⁵¹⁰, conjugado com o item nº 15⁵¹¹ de uma longa lista de benefícios que Mendonça considera como resultantes de medidas correctivas por si introduzidas, permite vislumbrar um outro segmento de beneficiários dos serviços hospitalares, para além, naturalmente, dos enfermos hospitalizados e daqueles que, por abuso ou incúria, usaram indevidamente a instituição em benefício próprio. Determinava D. Jorge de Mendonça, no referido edital, que todos os dias, de manhã e de tarde, se contabilizassem os doentes entrados e saídos por alta ou por morte, de molde a saber-se com rigor, em cada refeição, qual o número exacto da população enferma. Procura-se, com tal medida, evitar o abuso, restringindo-se o número de rações distribuídas pelo trinchante e clarificando-se quem são os seus consumidores, ficando assim «desterrada a equivocação que havia à muitos annos com

André Rodrigues o fez, de 1518». «Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa (1603-1612)», p. 137, in *Ius Lusitaniae – Fontes Históricas do Direito Português*, 413 de 1153 pp. [2008-01-27].

⁵⁰⁶ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 2703, fl. 3v.

⁵⁰⁷ Duas décadas depois, na França revolucionária, o Comité de Mendicidade da Assembleia Nacional, apesar de questionar a existência e os custos das estruturas hospitalares, acaba por admitir a inalienabilidade dos bens que as constituem, ao admitir que a nação tem para com o enfermo um incontornável dever social e colectivo de assistência. Cf. Michel Foucault, *Naissance de la clinique*, 5e édition, p. 43.

⁵⁰⁸ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 145.

⁵⁰⁹ *Ibidem*, fl. 148v.

⁵¹⁰ *Ibidem*, fl. 120.

⁵¹¹ *Ibidem*, fl. 125v.

as rações, a que chamavam de hospedes»⁵¹². Ora estes «chamados hospedes»⁵¹³ são claramente alguns dos pobres e dos indigentes da cidade que, por misericórdia, recebem do Hospital o alimento que os mantém. Se para estes o pretendido rigor na gestão tende a garantir a continuidade no fornecimento de rações, já para outros a política de racionalização de custos imposta por Mendonça se terá saldado em prejuízo, uma vez que o Enfermeiro-Mor não hesita em «extinguir o grande numero de galinhas, que se applicavão aos Médicos, Cirurgioens, Cappelaens, Merciyeras, e outras pessoas a titulo de doentes»⁵¹⁴.

Realidade intangível, a permanência do Hospital de Todos-os-Santos no Rossio lisboeta em período pós-terramoto, faz-se, como vemos, com inúmeros embaraços, não sendo a corrupção dos costumes, tão característica em momentos de crise e de agitação social o de menor importância. As transgressões são múltiplas, revelando a ausência de um poder firme e com legitimidade para disciplinar práticas e punir infractores. Combatê-las é um desafio que se coloca a D. Jorge Machado de Mendonça, usando de uma licitude que não é conferida pela Mesa da Misericórdia mas sim pelo governo do reino.

É este quadro de distanciamento, de demarcação face aos desempenhos anteriores, que deixa margem de manobra ao novo Enfermeiro-Mor para a assumpção de algumas medidas que apontam no sentido do restabelecimento da ordem⁵¹⁵, da reconstrução do edificado e da recuperação de algum espólio patrimonial. Os editais de 25 de Agosto e de 1 de Setembro de 1758 apelavam à delação a quantos soubessem da existência e paradeiro de bens da Instituição - «qualquer pessoa, como Officiais, e Procuradores, e familiares deste Hospital, que souberem de qualquer fazenda, ou dinheyro, que esteja

⁵¹² IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 120.

⁵¹³ *Ibidem*, fl. 125v.

⁵¹⁴ *Ibidem*.

⁵¹⁵ São muitas e diversificadas as medidas assumidas por D. Jorge de Mendonça. Em matéria de aquisições, é nomeado um novo comprador, Francisco Luís, justificando-se a mudança com a extraordinária despesa feita com bens de consumo, bem assim como com o considerado «exorbitante» vencimento auferido pelo anterior comprador, Manuel Pinto de Carvalho (Cf. *Ibidem*, fl. 120). No que respeita ao registo dos enfermos, o edital de 3 de Fevereiro de 1759 ordenava ao Escrivão dos Assentos, Fernando Allonso de Ocanha e Munhoz, que providenciasse apurar a verdadeira identidade dos enfermos hospitalizados e o montante dos seus bens, de molde a evitar-se o título de pobre a quem o não era e o prejuízo consequente para os cofres do Hospital. Como incentivo ao zelo do dito Escrivão, determinava-se que «lhe daria o dito Hospital a quarta parte do que o mesmo Hospital embolçasse». Tratava-se de um incentivo extra, uma vez que o funcionário em causa recebia já remuneração e propinas pelo exercício das suas funções, entre as quais se encontrariam as de fazer prova da identidade dos doentes (Cf. *Ibidem*, fl. 118vº-119). Há uma evidente preocupação em melhorar a qualidade dos registos, ordenando-se que a partir da data do edital se anotem «as idades dos dittos enfermos, e algum sinal do semblante para deste modo se evitar a confusão com que equivocadamente se observa nos dittos assentos por culpas das declaraçoens, que nelles recebem, e deste modo ter prova legal da identidade da pessoa» (*Ibidem*, fl. 144).

sonegado, o venha a mim mesmo delatar»⁵¹⁶, com o objectivo de se proceder a «sequestro nos bens que se achar pertencerem a este Hospital»⁵¹⁷. No dizer do autor do *Memorial*, «recebeo o dito Hospital com esta determinação o beneficio de ter debayxo da minha Chave muitos e preciosos ornamentos em grande quantidade, muita prata em bom uso, e algũa com pedras preciosas, que tinha sido da mesma Igreja»⁵¹⁸. E noutro passo, D. Jorge regista, sem rodeios, que procedeu à cobrança de dívidas de «vinte, trinta e quarenta annos», retomando causas que se encontravam paradas e outras que, por interesses particulares, não corriam⁵¹⁹.

De que dívidas, de que causas falamos? D. Jorge de Mendonça, «esclarecido, enérgico e hábil administrador»⁵²⁰, responde à questão ao questionar o modelo contratual que liga o Hospital aos seus procuradores. Diz o Enfermeiro-Mor que os procuradores auferiam cinco por cento de todas as cobranças que faziam, correndo todas as despesas das demandas por conta do Hospital, acabando este por beneficiar tão-somente de quantias residuais. A contratação de dois procuradores permanentes, auferindo cada um deles noventa mil reaes ao ano, altera as rotinas, uma vez que estes novos procuradores são encarregados de todo o serviço relativo à cobrança de legados pertencentes à instituição em estudo⁵²¹.

Falamos, então, das mesmas dificuldades que condenaram os pequenos hospitais medievais e que ao longo de toda a vida do Hospital Real de Todos-os-Santos não deixaram de se fazer sentir: o incumprimento da vontade dos doadores no que respeita ao pagamento atempado de rendas e foros provenientes da rentabilização de legados pios e uma administração nem sempre capaz de salvaguardar direitos e património. Apesar da acção dos procuradores e de algumas medidas preventivas, como a ordem transmitida, em 28 de Agosto de 1760, a João da Silva, Escrivão das Lezírias do Hospital de Todos-os-Santos para, acompanhado dos oficiais de justiça, proceder ele próprio, no «sitio das Lizirias», à partilha dos cereais, com indicação expressa de remeter ao celeiro do Hospital o terço da colheita⁵²², ou a nomeação do Irmão Maior António Alves para acompanhar a cobrança dos trigos e das cevadas⁵²³, a não satisfação

⁵¹⁶ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 145v.

⁵¹⁷ *Ibidem*.

⁵¹⁸ *Ibidem*, fl. 119v.

⁵¹⁹ *Ibidem*, fl. 126v.

⁵²⁰ Sebastião Costa Santos, «Sobre barbeiros sangradores do hospital de Lisboa», separata dos *Arquivos de História da Medicina Portuguesa*, Porto, Tipographia a vapor da *Enciclopédia Portuguesa*, 1921, p. 51.

⁵²¹ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 127.

⁵²² Cf. *Ibidem*, fl. 58v.

⁵²³ Cf. *Ibidem*, fl. 128.

dos compromissos para com o Hospital é um hábito enraizado e com uma dimensão a justificar que a receita mais significativa anotada no *Diário*, entre 17 e 31 de Maio de 1768, no valor de 2.034\$774, se reporte exactamente à cobrança de legados não cumpridos⁵²⁴.

A deficiente guarda e rentabilização do património doado ao longo de mais de dois séculos e meio não se restringe à tentativa de fuga ao pagamento de foros e rendas. Estende-se à usurpação de bens de tipologia diversa, nos quais se inclui, naturalmente, a propriedade rústica.

O quadro de abuso e de utilização indevida dos bens patrimoniais de Todos-os-Santos é facilitado por deficientes registos documentais. A 22 de Agosto de 1759, o Enfermeiro-Mor decide incumbir António Germano de Vilhena, Escrivão dos Assentos, da organização e escrituração de livros onde, com toda a clareza, se anotassem as demandas do Hospital e a sua distribuição pelos Procuradores, de molde a, havendo fiscalização, «serem mais adiantadas, e dellas vêr se sem demora o seu fim favoravel ao Hospital»⁵²⁵. Espera-se um muito significativo resultado, uma vez que Germano de Vilhena vê os seus honorários aumentados em mais mil e duzentos reaes mensais, «attendendo ao grande trabalho novamente encarregado»⁵²⁶.

Ainda em matéria de registo documental, dois reparos de D. Jorge Machado de Mendonça parecem traduzir o estado da questão no início do seu mandato. Quanto aos padrões de juro, afirma-se que uns se encontram roídos pelos ratos, enquanto outros se haviam perdido no fogo do Conselho da Fazenda, no incêndio que acompanhou o terramoto⁵²⁷. Em relação ao Paul da Ota, onde o Hospital manteve importantes interesses, bem como ao testamento de Francisco Pinheiro e à Bula de permuta a favor do Hospital⁵²⁸, afirma-se que nada se encontrava em ordem, com documentos mal tratados e outros em falta, pelo que houve que «tirar tudo authenticico, e fazer de tudo hum tombo com toda a clareza, e resguardo»⁵²⁹.

Foi ao Cartório do Hospital de Todos-os-Santos, transferido depois de 1775 para o Hospital Real de S. José, que coube recuperar documentação e garantir esse resguardo,

⁵²⁴ Cf. IANTT, *Fundo do Hospital de São José*, Livro 4776, fl. 25.

⁵²⁵ *Ibidem*, fl. 121.

⁵²⁶ *Ibidem*.

⁵²⁷ Cf. *Ibidem*, fl. 127v.

⁵²⁸ Recorde-se que Francisco Pinheiro, rico comerciante, legou a maioria da sua imensa fortuna à sua própria alma, o que exigiu a intervenção papal no sentido de redireccionar os bens para o serviço dos pobres, afectando a sua administração ao Hospital Real de Todos-os-Santos.

⁵²⁹ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 127v.

uma vez que também o acervo documental de António de Pontes, Tabela das Notas do Hospital, não reproduziria com rigor o quadro patrimonial da instituição. A este propósito, escrevia D. Jorge de Mendonça: «As escripturas de reconhecimento dos prazos, que com despachos correntes se lavrão nas nottas do Tabalião da Caza António de Pontes, não havia memoria dos treslados virem para o Cartório do Hospital; as que se tem feito no meu tempo, as tenho mandado logo vir para o ditto Cartório, e com seu alphabeto as mando encadernar, para evitar o grande prejuízo da falta de noticia das fazendas do Hospital, e se houvesse havido esta cautella, não se experimentaria algum embaraço e duvidas por se terem queymado no fogo do terramoto do anno de 1755 as Nottas do ditto Tabalião Antonio de Pontes»⁵³⁰.

Enfermeiros / as e ajudantes

«Nam poderam os Enfermeiros, e Ajudantes,
sahir fora, sem o participarem ao Irman Maior
que pertencer dar licenças naquele dia
a quem tenho ordenádo a forma das licenças [...]»⁵³¹

Na documentação que trabalhámos para caracterizar aqueles que não sendo «pessoas de mayor graduação», se constituíram como um grupo profissional de importância central no quotidiano hospitalar - Irmãos e Irmãs Maiores, Enfermeiros, Enfermeiras e Ajudantes – surge com frequência a expressão «Familiares»⁵³², nos quais se inserem ainda os Porteiros/as e os Cristaleiros/as, como o foi Luísa Rita, aceite em 3 de Junho de 1766, que além de Cristaleira exerceu também funções de Parteira⁵³³.

No anos de Setecentos o conceito «Familiar» não deverá ser entendido, como o foi na medievalidade e no advento da época moderna, como sinónimo de «oblato», de «offerto» ou de «confrade», gente do século que doando o seu património, ou parte dele, a uma casa religiosa, se entregou ao serviço dessa corporação, com deveres de obediência⁵³⁴. Ainda assim, terá mantido algumas conotações com a ideia de vida em comunidade, parecendo justificar-se a sua utilização no Hospital de Todos-os-Santos,

⁵³⁰ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fls 127v-128.

⁵³¹ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 2241, «Admissões dos familliares. 1.12.1759 athe 22.3.1787», fl. 1-3.

⁵³² *Ibidem*.

⁵³³ *Ibidem*, fl 91v.

⁵³⁴ Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*, vol. II, edição crítica de Mário Fiúza, Porto, Livraria Civilização, 1966, pp. 244-249.

como em outras instituições coevas, pela natureza das funções desempenhadas e pelo modelo de vida a que este grupo funcional é sujeito, exigindo práticas uniformes e rotinizadas, bem como solidariedades e complementaridades sistemáticas.

Como o afirmámos já neste estudo, estamos perante homens e mulheres sem qualquer vinculação institucional à Igreja, sendo aceites para o serviço do Hospital na perspectiva de uma relação laboral que prevê o vencimento periódico de uma determinada quantia paga aos quartéis⁵³⁵, a alimentação e o alojamento, como compensação do trabalho desempenhado. A ideia, insistentemente repetida, de que a prática de enfermagem coube, via de regra e até ao século XIX, quase em exclusividade a religiosos e religiosas, se é verificável em alguns grandes estabelecimentos hospitalares ocidentais, como o parisiense Hôtel Dieu, não tem aplicabilidade aos enfermeiros e ajudantes do Hospital Real de Todos-os-Santos⁵³⁶, excepção feita à enfermaria destinada a receber frades capuchos beneditinos, onde o serviço é assegurado por irmãos daquela ordem, sem que esteja orçamentada qualquer remuneração por esse trabalho. Ainda, no *Memorial*, D. Jorge de Mendonça refere que os frades arrábidos «ajudam os de fora»⁵³⁷, sendo que «os de fora», os que não professam em qualquer casa religiosa, são os enfermeiros, enfermeiras e ajudantes da instituição. A participação de alguns frades arrábidos na prestação de cuidados hospitalares que visam o tratamento do corpo, não parece ser extensiva a outras ordens: Joaquim José Pacheco, natural de Abrantes, solteiro, aceite como ajudante em 1 de Março de 1776, nomeado ajudante do número em 26 de Maio de 1777, abandona aquelas funções e o Hospital em 13 de Setembro do mesmo ano, uma vez que ingressa na vida religiosa, no Convento do Carmo⁵³⁸.

Sublinhando a ideia de que estamos perante enfermeiros/as que não têm com a Igreja uma outra relação que não seja a que advém da fé, importa referir que ser solteiro surge como condição preferencial para se ser aceite como familiar no Hospital⁵³⁹, o que

⁵³⁵ Veja-se n/ anexo nº 6.

⁵³⁶ Afirmámos, na primeira parte deste estudo, que a iniciativa de fundar grandes hospitais, a partir de finais do século XV, coube, no caso português, à Coroa, o que não se verifica na maioria do espaço político ocidental, onde a Igreja e as suas organizações assumem, de facto, um papel de relevo. A assumpção de responsabilidades assistenciais por parte do Rei constitui um dos motivos que não aconselham a extrapolação, para o caso português, de modelos adoptados noutras monarquias.

⁵³⁷ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 133v.

⁵³⁸ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 2241, fl. 61.

⁵³⁹ «Nenhum Enfermeiro nem Ajudante, ou servo de qualquer coalidade poderá cazar, como também o cozinheiro dos mesmos Enfermeiros e Ajudantes, pelo grande prejuizo, que tem o Hospital, em serviço com os servos cazados, e assim o determina o regulamento antigo do mesmo Hospital, e se conservarão os que actualmente forem cazados na data desta, e cazando serão logo despedidos». *Ibidem*, fl. 3.

não quer dizer que não tenham vivido na Instituição enfermeiros / as e ajudantes casados. São inúmeros os casos. No entanto, a obrigatoriedade de ambos os cônjuges residirem, em permanência, no interior do Hospital, com os consequentes custos, justifica que os regulamentos insistam, ao longo dos anos, na aceitação de solteiros, acautelando-se, todavia, a situação dos casados já integrados no «número»⁵⁴⁰.

Estamos, assim, perante um significativo número de pessoas que, não se sujeitando às regras da vida monástica, vivem em comunidade, trabalhando, alimentando-se e descansando no interior do Hospital, do qual não podem sair sem autorização superior⁵⁴¹. Ora este modo de vida, esta comunidade que se pretende fortemente disciplinada, aproxima o termo «Familiares» do significado que Frei Joaquim de Viterbo lhe confere: aqueles que «pertencem a uma família, e são comensais, e apaniguados dela»⁵⁴². Será, então, o modo de vida a caracterizar um grupo que, na visão institucional, merece epíteto e livro de aceitação próprio⁵⁴³.

Disciplina, disponibilidade total para o serviço dos enfermos, caridade e humanidade nos cuidados dispensados ao «outro», eis o que o Hospital exige aos «Familiares». D. Jorge de Mendonça, a 17 de Setembro de 1759, dirigindo-se aos Irmãos Maiores, aos enfermeiros, aos ajudantes e a mais pessoas da mesma condição, determinava que aqueles que fossem encontrados fora das enfermarias «naquellas horas necessarias e precisas», ou em qualquer ocasião fora da porta do Hospital, ou tocando violas⁵⁴⁴, ou jogando cartas ou qualquer outro jogo, ou ainda os que andassem pelos telhados das enfermarias, fossem advertidos na primeira infracção e punidos com trinta dias de cadeia na segunda. A reincidência significaria a prisão por sessenta dias e o despedimento⁵⁴⁵, considerando-se que tais comportamentos seriam incompatíveis com as obrigações de enfermeiros e ajudantes, nomeadamente com o amor e a caridade

⁵⁴⁰ O «Número» mais não é que o quadro de pessoal da Instituição, a quantidade de pessoas julgada conveniente para o desempenho das funções que ao Hospital cabem.

⁵⁴¹ «Nam poderam os Enfermeiros, e Ajudantes, sahir fora, sem o participarem ao Irman Maior que pertencer dar licenças naquele dia a quem tenho ordenado a forma das licenças, e vendo que este não fazem falta, lhe dará o bilhete por mim assignado, para que apresentando-o ao Porteiro, este o deiche sahir fora, e quando entrarem, se hiram emediatamente apresentar ao dito Irman Mayor, e fique este conhecendo que se recolheu ao Hospital». IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 2241, fl. 3.

⁵⁴² Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *ob. cit.*, p. 244.

⁵⁴³ De facto, o Livro 2241 do *Fundo Hospital de S. José*, regista exclusivamente a aceitação de funcionários classificáveis na grande categoria de «Familiares».

⁵⁴⁴ É conhecido, para o século XVIII lisboeta, o gosto por géneros musicais populares que abordam o amor, a saudade, a tristeza ou um destino menos afortunado, numa amálgama nostálgica onde se cruzam as toadas de génese africana, nomeadamente o lundum, com reminiscências de opções estéticas musicais ocidentais cuja sonoridade provém dos instrumentos de corda. O dedilhar da viola é banal na Lisboa de Setecentos.

⁵⁴⁵ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 152v.

devida aos enfermos.⁵⁴⁶ As penas de prisão previstas pelo Enfermeiro-Mor não se resumiram a simples retórica. Por despacho de 26 de Fevereiro de 1759, é transmitida ordem ao escrivão Gregório Pereira e ao meirinho João da Cruz para que prendam e façam conduzir à Cadeia do Tronco o Irmão Maior António Álvares. A acusação é de frouxidão na observância das ordens, com grande incómodo na assistência dos pobres que nos Hospital se curam⁵⁴⁷.

Em nome da moral e do decoro, a 20 de Agosto de 1759 proibiam-se as enfermeiras e ajudantes das enfermarias das mulheres de se chegarem «as janellas das enfermarias para evitarem o escândalo»⁵⁴⁸ e esclarecia-se que as enfermeiras eram a «via por onde serão socorridas as enfermas»⁵⁴⁹, não devendo falar com pessoa alguma estranha à enfermaria nem chegar perto da porta mais do que o necessário, «ocupando se muito na boa assistencia de suas doentes»⁵⁵⁰. Quanto a visitas nas enfermarias femininas, só previamente autorizadas pelo Enfermeiro-Mor e só sendo mulheres e até os Médicos, Cirurgiões, Mestres de Sangria e seus praticantes podiam penetrar nas enfermarias de mulheres apenas e só à hora da visita, sob o olhar atento da Porteira e da Irmã Maior⁵⁵¹.

Evidente se torna que uma tal exigência de comportamentos, consubstanciando-se em duras condições de trabalho e na ausência de tempos e espaços de interacção, criou condições para a aplicação de sanções disciplinares que a documentação não esconde. Falamos, afinal, de gente comum, de homens e mulheres que não perdem a sua condição humana ao serem aceites no serviço hospitalar, que experienciam sentimentos, necessidades e desejos de vária ordem, para os quais procuram respostas, ainda que expondo-se à justiça regimental.

É possível estabelecer algumas tipologias comportamentais que justificam a cessação do vínculo contratual, por iniciativa da Instituição. Uma das mais significativas integra precisamente aqueles que procuram no exterior da instituição a sociabilização que o seu quotidiano não favorece: entre alguns outros, Thomas António Pitaça, ajudante, natural de Arraiolos, aceite em 1774, veio a ser despedido em 27 de

⁵⁴⁶ Cf. IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 122.

⁵⁴⁷ Cf. *Ibidem*, fl. 31-31v.

⁵⁴⁸ *Ibidem*, fl. 151.

⁵⁴⁹ *Ibidem*. Num tempo em que a Enfermagem está longe de ser reconhecida como profissão com um *corpus* próprio de saberes e com uma autonomia que diferencie a intervenção do enfermeiro da de outros intervenientes no processo de cuidados, a formulação de D. Jorge de Mendonça é de um vanguardismo que importa sublinhar.

⁵⁵⁰ *Ibidem*.

⁵⁵¹ Cf. *Ibidem*, fl. 151v.

Fevereiro de 1777, por «sahir fora sem licença, e pornoitar fora deste Hospital»⁵⁵², o mesmo sucedendo a Luís José Caminha da Rocha, ajudante, natural de Viana do Castelo, dispensado por «por sahir fora de noute sem licença em 26 de Mayo de 1777»⁵⁵³.

Numa outra categoria poderemos considerar aqueles que, confrontados com a dureza do trabalho, optam por deixar a Instituição, muitos deles logo ao primeiro contacto com a realidade hospitalar. Notas como as que se seguem, fazem-nos antever níveis de exigência a que nem todos estariam dispostos a corresponder: «desistiu do lugar logo no dia seguinte»⁵⁵⁴, «por desaparecer sem se despedir»⁵⁵⁵, «nao chegou a exercer por se retirar logo apenas entrou»⁵⁵⁶, «fugio»⁵⁵⁷ ou «foise embora logo»⁵⁵⁸.

São ainda em número considerável os familiares que deixam o serviço hospitalar por sua livre vontade, sem que a documentação nos indique um motivo específico, para lá da vontade de rescindir a relação contratual.

Já não directamente relacionada com as condições de trabalho mas com traços de personalidade incompatíveis com o serviço hospitalar, um outro grupo revela indivíduos dispensados do serviço, quer por relacionamento violento com enfermos ou companheiros de trabalho, quer pela incapacidade pessoal de cumprir e fazer cumprir as obrigações que aos «Familiares» estavam destinadas. São justificações para despedimento «não assiar os Enfermos da sua Enfermaria quando entram, segundo as ordens que se lhe tinham intimado»⁵⁵⁹, «por dar em outro companheiro»⁵⁶⁰, «por [ser] menos fiel»⁵⁶¹, «por dar em hum doente»⁵⁶², ou «por descompor o seu Enfermeiro»⁵⁶³.

Os despedimentos decididos ao abrigo da Ordem de 30 de Junho de 1769, assinada por D. Luís da Câmara Coutinho, são justificados, no essencial, por essa incapacidade de cumprir e fazer cumprir as necessidades do serviço hospitalar e os regulamentos que acautelavam o seu cumprimento: «Sendo a Meza [da Misericórdia]⁵⁶⁴ por informação certa e pura plenamente Sciente das dezordens que nas Emfermarias do

⁵⁵² IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 2241, fl. 39.

⁵⁵³ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 2241, fl. 49.

⁵⁵⁴ Cf. *Ibidem*, fl. 42v.

⁵⁵⁵ Cf. *Ibidem*, fl. 56v.

⁵⁵⁶ *Ibidem*, fl. 74.

⁵⁵⁷ *Ibidem*, fl. 63.

⁵⁵⁸ *Ibidem*, fl. 142.

⁵⁵⁹ *Ibidem*, fl. 19.

⁵⁶⁰ *Ibidem*, fl. 119.

⁵⁶¹ *Ibidem*, fl. 140v.

⁵⁶² *Ibidem*, fl. 159v.

⁵⁶³ *Ibidem*, fl. 161.

⁵⁶⁴ A partir de 1768 a gestão do Hospital Real de Todos-os-Santos retorna à Mesa da Misericórdia.

Hospital Real de todos-os-Santos frequentemente acontecem [sic] pella incapacidade dos Irmaos Mayores, e de alguns Ajudantes das mesmas Emfermarias, faltando cupalvemente [sic] as suas respectivas obrigações, de que rezulta grave prejuízo aos Doentes, e outras perniciozas consequências»⁵⁶⁵, determinava o despedimento de dois Irmãos Maiores, onze ajudantes, um enfermeiro e três ajudantas⁵⁶⁶.

Se, como defendemos, o movimento de pessoal afecto a uma instituição é sinónimo de actividade, a mobilidade que a documentação revela constitui prova, só por si, da permanência do Hospital do Rossio lisboeta em período pós-terramoto de 1755. De facto, nos diversos níveis de competência e de responsabilidade que compõem o todo institucional, observa-se a integração de novos elementos. Recordem-se, como simples exemplos entre outros possíveis, as nomeações, em 1757, de José Gonçalves Correia para o lugar de cirurgião das feridas e de João da Costa Ferreira como cirurgião dos Males⁵⁶⁷. Todavia, se dúvidas persistissem ainda quanto à existência e ao trabalho desenvolvido no Hospital de Todos-os-Santos no terceiro quartel de Setecentos, um olhar atento à evolução do grupo «Familiares», nomeadamente à sua dinâmica no referido período⁵⁶⁸, fornecerá respostas capazes não apenas de dissipar essas dúvidas, como de fornecer contributos para a compreensão da transformação do Colégio de Santo Antão-o-Novo em estabelecimento hospitalar.

A observação da tabela nº 4 e do gráfico correspondente impõe algumas constatações. À partida, verifica-se que o volume de contratações não é idêntico para os dois sexos, o que estando de acordo com a distribuição das enfermarias do Hospital, maioritariamente afectas a enfermos do sexo masculino, pode encontrar explicação não apenas na ocupação masculina em tarefas profissionais e outras com mais elevados níveis de perigosidade, mas também por um quadro de referência cultural que remete a mulher saudável ou doente para espaços que lhe são próprios, nomeadamente o lar, surgindo os estabelecimentos assistenciais como último recurso, ou como recurso único para a mulher enferma solitária ou indigente.

⁵⁶⁵ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 943, fl. 128v.

⁵⁶⁶ Cf. *Ibidem*, fl. 129.

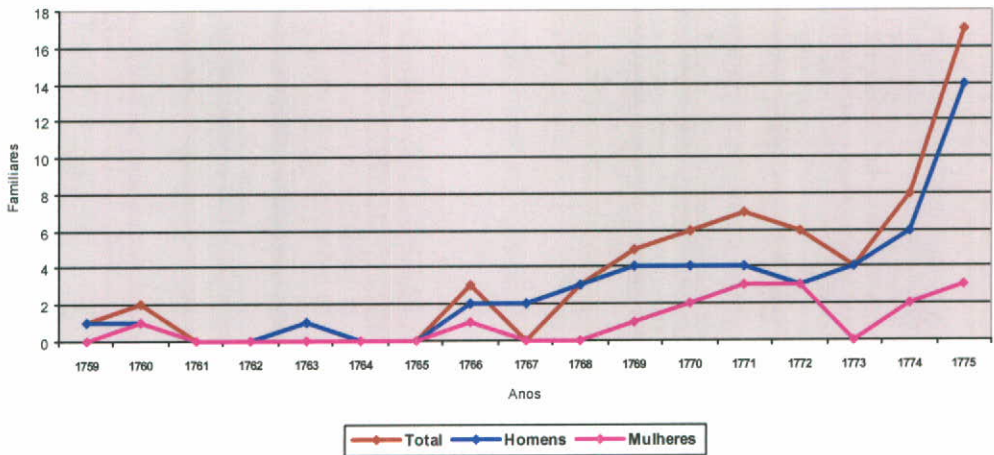
⁵⁶⁷ Cf. *Ibidem*, fl. 20v.

⁵⁶⁸ O Livro 2241 do *Fundo Hospital de S. José*, «Admissões dos familiares. 1.12.1759 athe 22.3.1787», regista, para esta cronologia indicada em título, a admissão de 378 familiares, sendo que 326 são homens e apenas 52 pertencem ao sexo feminino. Excluimos três familiares do sexo masculino cujas admissões, ainda que registadas no livro estudado, se reportam a 1729, 1753 e 1754. Excluimos também 157 homens e 19 mulheres, num total de 176 indivíduos, aceites entre 1776 e 1787, uma vez que a partir de 1775 não estamos já em presença do Hospital Real de Todos-os-Santos.

Quadro nº 4 – Familiares contratados entre 1759 e 1775

Ano	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	Total
Homens	1	1	0	0	1	0	0	2	2	3	4	4	4	3	4	6	14	69
Mulheres	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2	3	3	0	2	3	16
Total	1	2	0	0	1	0	0	3	2	3	5	6	7	6	4	8	17	85

Gráfico nº 1 - Representação dos familiares contratados entre 1759 e 1775



Quanto à distribuição da contratação ao longo do arco temporal em análise, verifica-se que, entre 1759 e 1774, estamos perante um período com uma dinâmica contratual moderada mas evidente, onde o objectivo será assegurar a substituição dos que saem, por despedimento ou por morte. Este quadro altera-se radicalmente a partir de 1775, encetando-se um ciclo de contratação que pretende corresponder às necessidades de pessoal de um novo Hospital, o de São José, que abre portas exactamente em Abril de 1775.

Estas constatações, tomadas a partir da crueza dos números disponibilizados pela documentação, não são compagináveis com a perspectiva de abandono do quinhentista edifício do Rossio, nem em 1755, nem nas duas décadas seguintes.

«Familiares»: percursos profissionais

«Os Ajudantes que se acham nomiados para cada humas das Enfermarias, obedecerão aos Enfermeiros, em tudo o que lhe for ordenado por elles pertencente ao Serviço da Enfermaria.»⁵⁶⁹

Aqueles que, no Hospital Real de Todos-os-Santos, se encontram vinculados ao grande grupo de pessoal que vimos observando, os «Familiares», obrigam-se a um

⁵⁶⁹ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 2241, fl. 2.

percurso cuja primeira fase apresenta acentuados contornos de precariedade. A aceitação de um indivíduo para o serviço hospitalar é feita «além do número» ou como «supranumerário», só vindo a ser nomeado para o número, o mesmo é dizer para um regime de vinculação mais estável e com direito a soldo, passado algum tempo, que varia com os indivíduos, com as competências que revelam e com as aprendizagens que conseguem realizar. É deste regime de contratação que fala D. Jorge de Mendonça ao referir que «Por evitar a desordem da má assistência dos enfermos pella falta, que havia de Ajudantes, e emfermeyros [...] me pareceo crear seis lugares de Ajudantes supranumerarios, sem ordenado, mas só com razão, e pão para o Serviço do Hospital todo de fora, e tirarem os pobres falecidos, e levarem nos para a Caza dos Mortos, e amortalharem nos, e por seo accêso passão os supranumerarios ao numero [...] e por suas antiguidades na forma dos Editais já expressados sobem a emfermeyros, e Irmãos Mayores»⁵⁷⁰.

Funcionando os ajudantes na dependência hierárquica dos enfermeiros, poder-se-á conjecturar uma grelha de progressão profissional a cujo último patamar correspondesse o lugar de Irmão Maior. Em boa verdade, a quase totalidade dos Irmãos Maiores que identificámos ascenderam ao lugar depois de exercerem como enfermeiros. Todavia, os casos de António José Álvares, ajudante que recusa o cargo de Irmão Maior e por tal é despedido⁵⁷¹, vindo a exercer, a partir de 1813, o cargo de Inspector Geral da Polícia, e o de Manuel José Antunes, ajudante nomeado Irmão Maior em 18 de Abril de 1792 e que só virá a ser enfermeiro em 1811⁵⁷², parecem indiciar que ser enfermeiro não foi condição *sine qua non* para a assumpção das responsabilidades inerentes ao cargo de Irmão Maior, sendo de aceitar que qualidades pessoais excepcionais podem vir a determinar a nomeação.

Ajudante, entenda-se ajudante de enfermaria ou ajudante de enfermeiro / a, com obrigações que se encontram claramente definidas, nomeadamente no que respeita às tarefas relacionadas com a higiene dos enfermos hospitalizados, das instalações e dos materiais em uso⁵⁷³, é então o lugar de ingresso num contínuo funcional que não é estático, antes deixando em aberto expectativas de progressão que D. Jorge Machado de Mendonça tem o cuidado de repetidamente referir nos seus textos. Ao comentar a importância da limpeza das enfermarias, afirma o Enfermeiro-Mor que em cada

⁵⁷⁰ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 126.

⁵⁷¹ Cf. IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 2241, fl. 19v.

⁵⁷² Cf. *Ibidem*, fl 32v.

⁵⁷³ Veja-se o n/ anexo nº 11.

enfermaria deve existir sempre o número certo de enfermeiros e de ajudantes, para que estes últimos adquiram experiência de «toda a Carta de Enfermidades que no dito Hospital se Cura»⁵⁷⁴, sendo que a experiência adquirida e as qualidades pessoais de cada ajudante serão determinantes no seu percurso profissional. Destas qualidades pessoais permitimo-nos destacar a humanidade, como destacamos o domínio da escrita: «Tanto que se tocar á vezita dos Medicos, e Cirurgioens, os Enfermeiros, e Ajudantes, estarão nas suas respectivas Enfermarias, para assistirem á dita vezita, e o Enfermeiro estará com a taboa do receitoario, para receitar o que os Medicos determinarem de hũa parte, e da outra o Ajudante que melhor souber receitar»⁵⁷⁵.

Insofismável é a existência de espaço, no Hospital de Todos-os-Santos, para preocupações de ordem pedagógica que se não esgotam da Escola de Cirurgia, de que nos ocuparemos ainda. De facto, também na área da enfermagem, a transmissão do «saber fazer», ainda que numa perspectiva empírica, não deixa de constituir preocupação da instituição, criando condições para o ingresso na «arte de cuidar»: «os ajudantes conforme a capacidade, sciencia e habilidade serão attendidos, e providos no lugar de enfermeyro, os quais terão debaixo de sua jurisdição os ajudantes, para estes operarem no serviço dos pobres, o que seo respectivo enfermeyro lhe ordenar»⁵⁷⁶. Esta provisão no lugar de enfermeiro é, então, resultado de um processo formativo, uma vez que não encontrámos, nos cerca de quatrocentos registos tratados, um único familiar considerado enfermeiro à data da aceitação.

O empenho em garantir formação a quantos compete a prestação de cuidados - uma formação empírica e não estruturada, repetimos - não é, na cronologia em apreço, exclusivo do Hospital Real de Todos-os-Santos. Em 1741, saía da oficina lisboeta de Miguel Manescal da Costa o volume *Postilla Religiosa e Arte de Enfermeiros*⁵⁷⁷, de que

⁵⁷⁴ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 120v.

⁵⁷⁵ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 2241, fl. 2.

⁵⁷⁶ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 148v.

⁵⁷⁷ A *Postilla Religiosa e Arte de Enfermeiros*, publicada em 1741, não é indicador único da preocupação e da necessidade de dotar quantos exercem a arte da enfermagem com conhecimentos que lhes permitam cuidar de acordo com os níveis de exigência e com o quadro teórico vigente. Registem-se, no que poderemos considerar como manuais concebidos para o ensino de enfermeiros, a *Instrucción de enfermos y verdadera práctica de como se han de aplicar los remedios que ensenan los médicos*, da autoria de Bernardino de Obregon, publicado em Madrid em 1607 e que terá orientado as práticas dos «Irmãos Obregões» que, como já referimos, exerceram funções no Hospital Real de Todos-os-Santos no período filipino. Data de 1664, o texto do Doutor Francisco Morato Roma, Médico da Câmara de Sua Magestade e do Santo Ofício, intitulado *Luz da Medicina, Pratica Racional, e Methodica, Gvia de Infermeiros, Directório de Principiantes*, impresso na oficina lisboeta de Henrique Valente de Oliveira. Seis anos depois da publicação da *Postilla* de Frei Diogo de Santiago, surgia em Lisboa, saído da oficina de Francisco da Silva, o volume *Instrução de Enfermeiros, e consolaçam para os affligidos enfermos: e verdadeira pratica de como se devem applicar os remedios, que os Médicos ordenaõ, Muito Necessária para que os enfermos sejaõ bem curados, e*

foi autor o Padre Frei Diogo de Santiago, religioso da Ordem Hospitaleira de São João de Deus. Se bem que a *Postilla* de Frei Diogo, Mestre dos Noviços do Convento de Elvas, procure também ser fonte de ensinamento para a procura da perfeição na vida religiosa, são os cuidados com o corpo doente que ocupam a maior parte da obra: «o que bem se verifica nos das mais Sagradas Religiões, que tendo por instituto o curar almas doentes pelas culpas, a nossa só o tem de curar corpos doentes pelas queixas, que he de que contém o segundo Tratado deste Livro, e ajudar a bem morrer o terceiro»⁵⁷⁸.

No texto de Frei Diogo, que exhibe todas as licenças necessárias, entre elas a do Paço, emitida com base na Censura do Doutor Cypriano de Pinna Pestana, Médico da Câmara de Sua Magestade e Físico-Mor do Reino, que considera a obra «muito útil para quem desejar assistir com caridade de bom Enfermeiro aos doentes; porque ensina os melhores termos e circunstancias medicas para a tal assistencia»⁵⁷⁹, encontramos já perfeitamente enunciadas duas das funções basilares da profissão de enfermagem: «assistir aos enfermos, com as advertências precisas para a applicação dos remedios»⁵⁸⁰ e a procura de uma morte serena.

Confrontamo-nos, pois, no século XVIII português, com a noção de que, para uma eficaz acção de cuidar, minimizando a dor e o desconforto de quem sofre, existem conhecimentos e estão arroladas técnicas e rotinas que, sancionados pelo saber médico, são passíveis de ser transmitidas, sendo a Ordem Hospitaleira de São João de Deus e o Hospital Real de Todos-os-Santos exemplos de uma preocupação pedagógica que antecipa, em mais de um século, os esforços de Artur Ravara para, no final do século XIX, instituir o ensino de enfermagem em Portugal⁵⁸¹.

proveitosa aos praticantes de Medicina, trabalho de autor não identificado. Sobre este assunto, veja-se o interessante artigo de Maria Isabel Soares, “Notícia sobre alguns manuais de enfermagem”, *Enfermagem*, Lisboa, nº 1 (2ª série), Jan.Março 1996, pp. 43-52.

⁵⁷⁸ SANTIAGO, Frei Diogo de, *Postilla Religiosa e Arte de Enfermeiros*, edição fac-símile, apresentação de Luís Graça, introdução de Aires Gameiro, Lisboa, Alcalá, 2005, fl. VI.

⁵⁷⁹ *Ibidem*, fl. XII-XIIv.

⁵⁸⁰ *Ibidem*, p. 72.

⁵⁸¹ Artur Ravara, cirurgião da Corte, foi responsável pela tentativa de criação de uma Escola de Enfermeiros no Hospital Real de São José, nos termos de Portaria do Ministério do Reino data de 28 de Janeiro de 1886. O projecto, que não produziu os resultados esperados, foi suspenso, vindo a ser retomado anos mais tarde.

Gestão dos espaços

«...só assim se evita a perda de tantos vassalos,
que por falta de auxilio, e de providência de mais enfermarias
se separão desta vida»⁵⁸²

Tão falho de sentido como sustentar a destruição total do Hospital Real de Todos-os-Santos por acção do terramoto de 1 de Novembro de 1755, seria pretender que o edificado houvesse resistido à catástrofe sem estragos de monta. Como temos sublinhado, o Hospital foi seriamente danificado, sendo de considerar a desvinculação de alguns dos espaços muito atingidos, desvinculação esta que, cumeada com o abandono do edifício em 1775, veio a permitir o recobro de material arqueológico muito significativo nas intervenções realizadas em meados do século XX.

Apesar dos esforços de recuperação a que temos aludido, é a carência de espaços hospitalares que dá o tom ao discurso com que D. Jorge de Mendonça encerra o seu *Memorial*, datado de 18 de Outubro de 1759. Duas ideias, cuja fundamentação teórica encontramos em António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783) e no seu *Tratado de Conservação da Saúde dos Povos*⁵⁸³, surgem com absoluta clareza: a de que não existem já áreas hospitalares destinadas à convalescença dos enfermos, recuperando estes nas mesmas enfermarias onde se curam, «por falta de enfermaria separada, e citio para a verdadeira convalescença, porque só assim se evita a perda de tantos vassalos, que por falta de auxilio, e de providencia de mais enfermarias se separão desta vida»⁵⁸⁴, e a de que é absolutamente necessário «que o ar se conserve puro pella utilidade que os habitantes recebem, prevenindo se com Hospitais para não se acumularem juntas tantas enfermidades»⁵⁸⁵.

A prática da convalescença em local apartado das enfermarias destinadas ao tratamento é defendida por Ribeiro Sanches, entendendo também aquele médico que a implantação de grandes hospitais centrais no interior das cidades contraria as necessidades de higiene dos grandes aglomerados populacionais, quer pelo cheiro das

⁵⁸² IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 130.

⁵⁸³ António Ribeiro Sanches, *Tratado da conservaçam da saude dos povos*. : .com hum appendix Consideraçoens sobre os terramotos com as noticias dos mais consideraveis de que fas menção a historia e dos ultimos que se sentirão na Europa desde do 1 de Novembro de 1755, Em Paris: E se vende em Lisboa em Casa de Bonardi e du Beux, 1756. O texto do notável cientista português pode ser consultado em www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/tratado_saude_povos.pdf [2008-04-08], pp. 36-37, sendo que D. Jorge Machado de Mendonça se baseia no capítulo XVII, Da necessidade de renovar o Ar frequentemente nos Hospitais.

⁵⁸⁴ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 130.

⁵⁸⁵ *Ibidem*.

exalações dos enfermos, quer pela corrupção do ar em ambiente hospitalar, corrupção esta que quer Ribeiro Sanches, quer o clínico britânico John Pringley⁵⁸⁶ identificam como foco de doença. Ao que parece, D. Jorge de Mendonça conhece os textos de Sanches e de Pringley e partilha das suas preocupações higienistas.

Não se enquadrando as decisões políticas relativas à assistência hospitalar nas competências daquele Enfermeiro-Mor, já a criação de condições para o acolhimento dos enfermos foi uma tarefa que D. Jorge de Mendonça não descuroou, sendo a nova «Caza da Aceitação dos Doentes», cuja conclusão é anunciada em edital de 17 de Setembro de 1759⁵⁸⁷, obra central para a estruturação dos serviços. Falamos do serviço que foi, no século XVI, «Mesa das Águas», «Casa das Águas» ou ainda «Mesa da Visitação», adoptando a designação de «Banco» nos séculos XVII e XVIII, serviço que funcionou concomitantemente como estrutura de atendimento de urgência, consulta externa e serviço de admissão de doentes. Destruído o «Banco» em 1755, a «Caza da Aceitação dos Doentes» concluída em 1759 dispunha de dois espaços confinantes, um destinado ao Escrivão dos Assentos⁵⁸⁸ e o outro ao Confessor.

Também no que respeita ao desempenho médico, não esconde o Enfermeiro-Mor alguma apreensão, vindo mesmo a denunciar, em Setembro de 1758, «a má assistencia e o pouco cuidado, que os doentes experimentavam pella pouca caridade com que eram tratados pelos Médicos»⁵⁸⁹, dando-se como exemplo a mudança de «doentes das emfermarias das febres para as emfermarias dos incuraveis com iniquidade, e desacerto»⁵⁹⁰, decisões que D. Jorge de Mendonça contraria, ordenando que aqueles enfermos fossem «restituídos à mesma emfermaria, a onde evidentemente se acharão restituídos á sua antiga saúde»⁵⁹¹. O edital de 6 de Setembro de 1758 procurava mesmo proteger o enfermo face a eventuais situações de erro médico no diagnóstico ou no tratamento prescrito, determinando «aos quatro médicos do partido do Hospital, quando

⁵⁸⁶ A obra de John Pringley *Diseases of the Army*, editada em Londres em 1751, é referida tanto por Ribeiro Sanches como por D. Jorge Machado de Mendonça.

⁵⁸⁷ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 143.

⁵⁸⁸ É durante o mandato de D. Jorge de Mendonça, através de edital de 31 de Julho de 1758, que são fixadas as taxas a cobrar pelas «buscas» na Casa dos Assentos, o mesmo é dizer o custo da consulta aos registos de internamento, no que hoje se poderia considerar, anacronismo à parte, um serviço de informação. Assim, pela busca de seis meses cobravam-se três vinténs, pela de um ano seis vinténs, pela de três anos ou superior três tostões, não podendo o Escrivão dos Assentos «exceder o dicto preço por mais annos, que sejam, e aliás fazendo o contrário se procederá como for razão» - Cf. *Ibidem*, fl. 143v. O custo das certidões relativas aos enfermos internados / falecidos no Hospital seria, até então, da competência do Escrivão, que deixa de poder emití-las «mais taxadas, que no mesmo Edital se declara, evitando-se deste modo o exorbitante dinheiro que a seo arbitrio tinha o dito Escrivão» - Cf. *Ibidem*, fl. 118 v.

⁵⁸⁹ *Ibidem*, fl. 117v-118.

⁵⁹⁰ *Ibidem*

⁵⁹¹ *Ibidem*

vissem, *que* qualquer doente se lhe augmentava as queyxas, juntando se todos, e fazendo junta he administrarião o remédio proporcionado *para* a mesma queyxa, dando me parte da determinação da mesma junta»⁵⁹². No mesmo texto, proibia-se a transferência de doentes sem autorização expressa do Enfermeiro-Mor e ordenava-se aos médicos que visitassem as enfermarias de feridos e de doidos duas vezes por semana, não dispensando, ainda assim, a sua presença nas ditas enfermarias, sempre que fossem chamados pelos enfermeiros⁵⁹³. No mesmo sentido, procurando garantir a cada enfermo o tratamento aconselhado, também os Cirurgiões recebem instruções, através de edital de 17 de Agosto de 1758, para visitarem à semana e «alternativamente»⁵⁹⁴, as enfermarias de febres, de molde a «os enfermos dellas serem tambem curados, e assistidos da molestia, que pertencesse à Cirurgia, sendo acompanhado o dicto Cirurgião da Semana pello fiscal dos remedios, *para* por este serem promptos os mesmos remedios, e fios, *para* o dicto curativo»⁵⁹⁵.

Terá havido, ao que pensamos, a percepção de que, nos anos que se seguiram ao terramoto, os cuidados médicos no Hospital não obedeceriam aos padrões exigíveis na época, ocorrendo níveis de absentismo que mereceram a intervenção do Enfermeiro-Mor: em 11 de Julho de 1758, determinava-se que todos os médicos «assim de manhã, como de tarde visitassem os enfermos, *que* a cada hum pertencesse na sua repartição»⁵⁹⁶, alargando ainda o horário de atendimento a doentes externos: «e porque muitas vezes sossedia o prejuizo insanavel aos doentes, *que* depois vinhão *para* serem aceyttos pello Medico, que estivesse de Semana, e este já se não achar na dicta aceytação»⁵⁹⁷, ordenava-se que após as visitas às enfermarias, uma de manhã e outra de tarde, um dos médicos, escalado semanalmente, permanecesse no Hospital por mais uma hora em cada período, fazendo o atendimento consignado à Casa da Aceitação, em 1758 a funcionar, como vimos, em instalações improvisadas. Um ano depois, em edital de 17 de Setembro de 1759, o mesmo Enfermeiro-Mor encarregava o médico mais antigo de fiscalizar a boa assistência dos enfermos, providenciando para que os demais

⁵⁹² IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 117v-118.

⁵⁹³ Cf. *Ibidem*.

⁵⁹⁴ O termo «alternativamente», que surge na documentação, querará significar rotatividade, sendo o serviço de «médico de semana» ou de «cirurgião de semana» realizado em regime de escala.

⁵⁹⁵ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 118.

⁵⁹⁶ *Ibidem*, fl. 117. Esta determinação só se compreende perante um quadro de incumprimento dos regulamentos estabelecidos, uma vez que as duas visitas médicas diárias estão claramente definidas já no Regimento de 1504: «Item ordemos e mandamos porq os passientes, e Enfermos do dito Esprital, sejam vezitados, e remediadoz como devem, q o Fizico do dito Esprital faça a vizitação de todos os doentes delle duas vezes no dia, convem a saber pela menhã em sahindo o sol, e á tarde até as duas» - *Regimento do Hospital de Todos os Santos*, 1984, p. 47.

⁵⁹⁷ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 117.

médicos e irmãos maiores não faltassem à hora da visita, «para se por em melhor ordem tudo, o que for a beneficio dos enfermos»⁵⁹⁸. Em 1774, também o então Enfermeiro-Mor José António de Castilho Furtado de Mendonça, sente necessidade de retornar ao tema, publicando novas providências sobre o trabalho de Médicos e Cirurgiões do Hospital Real de Todos-os-Santos⁵⁹⁹, o que pode querer revelar alguma dificuldade em cumprir orientações administrativas por parte de um grupo profissional que detém privilégios⁶⁰⁰, que ostenta uma imagem corporativa socialmente reconhecida⁶⁰¹ e que auferia, na instituição em estudo, os mais elevados vencimentos⁶⁰².

Quotidianos

«...os ditos Emfermeyros e Ajudantes que [...] andarem na Vela grande de noute, sejam obrigados a chamarem os outros pellas cinco horas da menhaã no tempo de Verão, e pellas seis no do Inverno, pra que cada hum varra logo a sua Emfermaria, e faça as camas aos Emfermos...»⁶⁰³

Conscientes da impossibilidade de reconstruir o passado enquanto vivência dinâmica de homens e mulheres num momento determinado do *continuum* histórico, homens e mulheres que «são», que «sentem», que «determinam» e que «agem» em função de intrincados sistemas de ideias políticas, económicas, morais, sociais, religiosas ou estéticas, não resistimos, ainda assim, a deitar mão da informação que vimos trabalhando, na procura de, através dela, reinventar quotidianos, processo que sendo singular, porque incapaz de marginalizar a individualidade de quem procura sentido e unidade nos textos e nos artefactos, é igualmente subjectivo, uma vez que surge como representação do «ontem» intuída num tempo diferente. Trata-se, pois, de um exercício balizado pelos pressupostos teóricos enunciados, com o qual procuraremos

⁵⁹⁸ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 117.

⁵⁹⁹ Veja-se n/ anexo nº 10.

⁶⁰⁰ Um desses privilégios é o de «não serem obrigados a ir fora do reino». Veja-se o «Alvará de 2 de Maio de 1661, Privilégios dos Médicos e Cirurgiões da Misericórdia e Hospital de Todos os Santos de Lisboa», «Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa (1675-1683) e Suplemento à Segunda Série (1641-1683)», p. 1661, in *Ius Lusitaniae – Fontes Históricas do Direito Português*, 772 de 1296 pp. [2008-04-09].

⁶⁰¹ «...historicamente, enquanto que a medicina era considerada no Ocidente uma das artes mais nobres, a cirurgia, confundida com a barbearia, era relegada para a categoria de *d'estat et mestier*» - Simone Clapier-Valladon, «As modas médicas», in Jean Poirier (dir.), *História dos Costumes – As técnicas do Corpo*, tradução de Manuel Ruas, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 264. Em França, é com a declaração de 1743 que se promove a diferenciação entre barbeiros-cabeleiros, barbeiros-barbeadores e cirurgiões, abrindo caminho para que estes últimos, libertando-se da condição de artífices e cursando a universidade, alcançassem progressivamente uma posição social mais elevada. Cf. Idem.

⁶⁰² Veja-se n/ anexo nº 6.

⁶⁰³ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 943, fl. 127v.

compreender as rotinas que marcaram o quotidiano hospitalar no terceiro quartel do século XVIII.

Ainda o Sol escondia, lá longe, por detrás do Mar da Palha, as primeiras claridades, já no Hospital Real de Todos-os-Santos se dava início a mais um dia. Com o aproximar da aurora, enfermeiros e ajudantes viam chegar ao fim outra noite de vela⁶⁰⁴, preparando-se para, antes do repouso, acordarem os companheiros em todas as enfermarias, num ritual regulamentado para as cinco horas da manhã no Verão, ou para as seis no Inverno⁶⁰⁵. Durante o longo mandato de D. Jorge de Mendonça, noites havia em que o próprio Enfermeiro-Mor impunha a si próprio a responsabilidade de rondar as enfermarias, inteirando-se do estado dos enfermos⁶⁰⁶.

O dia começa, então, no velho «espiritual grande de Lixboa», pelas tarefas relacionadas com a higiene, com enfermeiros e ajudantes a zelarem pela limpeza das enfermarias e pela feitura das camas ocupadas⁶⁰⁷. A problemática da higiene, de pessoas e instalações, constitui uma presença constante na documentação hospitalar nos quase três séculos de vida da instituição, ao contrário do que se poderia pensar num período em que os hábitos diários de limpeza do corpo e da casa são parcos, situação que a crónica falta de água na cidade de Lisboa não ajudou a corrigir. Nas atribuições daqueles que prestam cuidados, e referimo-nos concretamente a enfermeiros, a ajudantes e a servos, encontramos amiúde indicações claras quanto à forma como os cuidados de higiene devem ser executados: «Teram muito cuidado em conservarem as Enfermarias limpas, e lavadas pela parte dos doentes, e o todo da Enfermaria, será quando precisarem, e que as escadas que lhe pertencerem andem também limpas, e que por baicho dos Leitos não haja bicho algum, nem nos Corredores [...] e que a limpeza se faça muito amiúdo, e que fique com todo o asseio...»⁶⁰⁸. Também no que concerne ao conforto dos enfermos, para lá da preocupação, a que já aludimos, de manter em cada leito apenas um doente, os enxergões aumentam de dimensão a partir de 1756. No

⁶⁰⁴ A documentação refere a «Vela grande de noute», expressão que quererá significar o serviço de ronda ao Hospital, havendo ao mesmo tempo «em cada Emfermaria hum Emfermeyro ou Ajudante, que velle toda a noute [...] para que deste modo se possa suprir com o que for preciso em qualquer urgência». *Ibidem* (veja-se n/ anexo nº 9).

⁶⁰⁵ Cf. IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 943, fl. 127.

⁶⁰⁶ No *Memorial* é referida a compra de «Hua palmatória para Lumiar ao emfermeyro Mor, quando de noute for vizitar os emfermos às emfermarias» - IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 159v.

⁶⁰⁷ «...que cada hum varra logo a sua Emfermaria, e faça as camas aos Emfermos...» - IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 943, fl. 127 (veja-se n/ anexo nº 9).

⁶⁰⁸ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 2241, fl. 1. Ainda que o texto que transcrevemos pertença aparentemente a um documento posterior a 1775 (n/ anexo 11), o seu conteúdo é perfeitamente sincrónico, nas intenções, quer com o Regimento de 1504, quer com instruções emitidas no terceiro quartel do século XVIII, entre as quais destacamos as «Obrigacoens dos Irmãos Mayores» (anexo 9).

sentido de reduzir os custos com a substituição de enxergões e travesseiros, o Hospital contrata um Albardeiro, pelo período de um ano⁶⁰⁹. Não se esgota, todavia, nos cuidados com o leito, a preocupação de proporcionar aos enfermos o conforto possível: «...quando for preciso trocar alguma ração, ou pedir alguma cousa que apeteção os doentes (e não lhe sendo prejudicial á sua saúde) hiram pessoalmente os enfermeiros pedir a dita troca...»; «Os Enfermeiros obrigarão a que os seus Ajudantes assistam nas Enfermarias, e que nunca estejam os doentes sós...»; «...os ditos Enfermeiros, e Ajudantes andaram sempre pelas suas respectivas Enfermarias, vendo o que necessitão os doentes della»; «Os Enfermeiros, ou Ajudantes que estiverem de vella [...] vendo os doentes, indireitando-lhes as camas, e percizando de Caldos, ou agoa morna, os hiram buscar à cozinha...»; «...concertar as camas aos doentes, nam consentindo que pelo dia adiante, estejam estes descobertos», são algumas das atribuições dos prestadores de cuidados⁶¹⁰ que revelam intenções com a segurança e com o conforto dos enfermos, intenções essas cuja materialização na relação «pessoa que cuida / enfermo» não nos é dado avaliar.

Terminados os matinais cuidados de higiene, e repare-se que ainda não referimos quaisquer actividades direccionadas para a limpeza do corpo do indivíduo enfermo, segue-se o período destinado à distribuição da medicação - «os remédios se lhes admenistrem as seis horas de Verão, e as sete de Inverno innalteravelmente para estarem desembaraçados quando for o Santíssimo Sacramento as Emfermarias e cada hum na sua, terá a obrigação de dizer aos Reverendos Padres quaes, e quantos são os Doentes que hão de receber o Sagrado Viático»⁶¹¹. Temos, assim, que depois dos enfermeiros e seus ajudantes terem distribuído a medicação que foi prescrita pelos médicos durante as visitas às enfermarias, são os enfermos entregues aos cuidados de índole espiritual, cabendo ainda aos enfermeiros comunicar aos religiosos quais os doentes que, pela gravidade do seu estado, apresentam perigo de morte, de molde a que lhe sejam ministrados os últimos sacramentos. Também em matéria de sacramentos e de assistência espiritual, nomeadamente aos moribundos, o regulamentado pode não ter uma rigorosa correspondência prática, como veremos adiante.

As visitas médicas às enfermarias constituíram em todo o tempo de vida do Hospital dois dos mais significativos momentos do quotidiano, sendo realizada a primeira de manhã cedo, logo após concluída a assistência espiritual, e a segunda ao

⁶⁰⁹ Cf. IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 124.

⁶¹⁰ Cf. IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 2241, fls. 1-3.

⁶¹¹ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 943, fl. 127.

início da tarde⁶¹². É o momento em que cada enfermo é avaliado, sendo prescrita a medicação e definida a dieta. O início da visita é marcado pelo toque de campainha, admitindo-se que em caso de dúvida, o médico que observa o enfermo possa solicitar a opinião do clínico que visita os enfermos da outra ala da enfermaria, «rezolvendo ambos o remédio do enfermo»⁶¹³. É a ideia de junta médica, que pode ser alargada a um terceiro clínico⁶¹⁴.

No que respeita aos cirurgiões, a sua visita iniciar-se-ia, nas enfermarias de «Feridos», uma hora antes da dos médicos nas suas valências, tendo em conta que se tratava de uma visita mais morosa, implicando amiúde trabalho de penso - «Os Cirurgioens entrão hua hora antes dos Medicos vezitando, pessoalmente a cada hum dos enfermos, e àqueles de maior necessidade curarão por suas mãos a os outros poderão mandar curar parcendolhes pelos Praticantes mais habeis, mas sempre na sua presença, e quando forem ás Enfermarias das mulheres, não levarão consigo mais que tres Praticantes e estes serão os da sua maior confiança»⁶¹⁵.

As visitas, quer dos médicos, quer dos cirurgiões, são acompanhadas pelos enfermeiros e seus ajudantes, competindo-lhes anotar, na tábua própria para o receituário, as prescrições indicadas - «Tanto que se tocar á vezita dos Medicos, e Cirurgioens, os Enfermeiros, e Ajudantes, estarão nas suas respectivas Enfermarias, para assistirem á dita vezita, e o Enfermeiro estará com a taboa do receitoario, para receitar o que os Medicos determinarem de hũa parte, e da outra o Ajudante que milhor souber receitar»⁶¹⁶.

Além do serviço das enfermarias, médicos e cirurgiões asseguram, como já referimos, as consultas externas e a aceitação de doentes na Casa para tal destinada, havendo horários diferentes para diferentes valências: enquanto que os cirurgiões comparecem na Casa da Aceitação uma hora antes de iniciarem a visita às enfermarias,

⁶¹² O Regimento de 1504 indicava que «o Fízico do dito Esprital faça a vizitação de todos os doentes delle duas vezes no dia, comvem a saber pela manhã em sahindo o sol, e à tarde até as duas...» - *Regimento do Hospital de Todos os Santos*, p. 47. Não encontrámos, na documentação consultada, indicações que nos permitam precisar o horário das visitas médicas dois séculos e meio depois. Ainda assim, a avaliar pelo encadear das rotinas, pensamos que o horário inicial não terá sofrido alterações substantivas.

⁶¹³ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 943, fl. 227.

⁶¹⁴ «Á hora do costume, a que se dará signal a toque de campainha, entrarão os Medicos nas Enfermarias, aonde começarão a vezitar cada hum por sua parte, indo sempre a par, e vendo algum que nos doentes que vai vezitando, ha cazo que seja necessario consultallo com o companheiro, o fará assim, rezolvendo ambos o remedio do enfermo e quando forem diversos os pareceres se chamará o mais moderno dos outros dois Medicos e ambos elles se o treceiro [sic] voto não concordar com algum dos dois antecedentes». Idem, *Ibidem*.

⁶¹⁵ *Ibidem*, fl. 228.

⁶¹⁶ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 2241, fl. 2.

os médicos devem ser presentes naquelas instalações logo após concluírem a sua. Atendidos os doentes presentes na Casa da Aceitação, compete ao médico e ao cirurgião «de semana» prolongar, pelo tempo de uma hora, o funcionamento do «Banco». Este sistema encontra-se referido em diferentes documentos, entre eles um edital de 7 de Novembro de 1758 onde, por falta de instalações que, como vimos, só estarão concluídas em Setembro de 1759, se autoriza que os médicos e cirurgiões, quando consultam doentes externos, possam utilizar a Casa da Fazenda do Hospital, para «fazer a Receyta, e aceytação dos novos doentes»⁶¹⁷.

Ouvidas as queixas⁶¹⁸ de quantos procuram os serviços do Hospital na «Casa da Aceitação», e decidida a admissão para internamento nas enfermarias, como se estruturam as diversas fases do processo de internamento? As primeiras diligências prendem-se, durante o mandato de D. Jorge de Mendonça, com questões de ordem administrativa e espiritual. O enfermo recém-admitido será inscrito pelo Escrivão dos Assentos, registando-se a sua identificação, as roupas que enverga e a enfermaria de destino. Eventuais valores encontrados são depositados na Tesouraria do Hospital, sendo comum nos livros de receita a rubrica «Dinheiro que se acha aos enfermos»⁶¹⁹. Resolvido o registo e constituído o espólio, seria o doente atendido pelo confessor, com os religiosos também a assegurarem este serviço em sistema de escala semanal - «para o doente depois de ser aceyto, e logo carregado no Assento [registado], como também confessado, sem demora, e com todo o cómodo ser conduzido para o leito da emfermaria respectiva á sua emfermidade»⁶²⁰. Sabemos que a 15 de Maio de 1760, dada a ausência do padre António Bernardes, foi nomeado o padre Manuel António Pereira de Mello para o lugar de «confessor dos doentez que entrão para se curarem no dito Hospital»⁶²¹, alternando nas semanas com o padre Sebastião Figueiredo Pais. Acreditamos que o hábito de confessar os enfermos antes da sua entrada na enfermaria terá caído rapidamente em desuso, uma vez que já não é referido no documento que enumera as obrigações de enfermeiros e ajudantes em 1775 (?)⁶²², afirmando-se aí que após o registo nos Assentos, «hirá hum dos Ajudantes, que estiverem de Macca, entregar o doente, ou doentes ao Enfermeiro da Enfermaria para onde for

⁶¹⁷ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 121.

⁶¹⁸ «A descrição dos sintomas do doente formava a base para a decisão do praticante sobre o diagnóstico, o prognóstico e a terapia. A confiança na narrativa do doente revertia, em grande medida, os papéis que se esperavam: o doente, não o praticante, era o lado activo da consulta» - Mary Lindemann, *op. cit.*, p. 195.

⁶¹⁹ Veja-se, por todos, IANTT, *Fundo do Hospital de São José*, Livro 4776, fl. 25.

⁶²⁰ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 128v.

⁶²¹ *Ibidem*, fl. 58.

⁶²² Cf. IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 2241, fl. 1-3.

destribuido»⁶²³. Ainda que o texto que evocamos se reporte aos primeiros anos do Hospital Real de São José, estamos em crer que este último procedimento não terá sofrido alterações.

Recebido o doente, o enfermeiro, «sem perda de tempo, lhe fará a cama de roupa lavada, lhe lavará os péz, cortar-lheá o cabelo, sendo-lhe percizo, e alimpar-lhe-há a cabeça com a escovinha, na mesma forma que muitas vezes lhe tenho ordenado, e continuando a molestia ao doente, averiguarão do Medico, ou Cirurgião se lhe fará mal à queicha o lavarem-lhe os pez, e limpar-lhe a cabeça, e como os feridos he mais ordinario attendendo á molestia, o estarem com menos asseio, aos Enfermeiros destas Enfermarias lhe faço maior recomendação, e consentindo os Medicos e Cirurgioens, se lhe faça a limpeza, o farão logo, pois a minha mente he que os doentes estejam sempre com todo o asseio: e sendo mulher os ditos da Macca a levarão á porta das Enfermarias dellas, entregando-a a Porteira, esta mandará chamar a Enfermeira da Enfermaria para onde for, e ella a receberá, e a dita Enfermeira terá a mesma obrigação quanto ao aceio que os Enfermeiros»⁶²⁴. Encontramos, finalmente, na documentação de Setecentos consultada, a primeira referência expressa aos cuidados de higiene direccionados para o corpo do enfermo, num entendimento que parece querer traduzir algum aligeirar da ideia de higiene corporal, quando cotejada com o texto regimental de 1504, na formulação que já transcrevemos neste estudo: «Item sam os ditos Enfermos [Enfermeiros] de lavar os doentes todas as horas, e tempos q lhe cumprir, ou pelo Fizico for mandado, e de os Banhar com os lavatorios, e banhos, q o Fizico mandar, de maneira, q estem nos leitos em toda limpeza, por q esta he huma das principais couzas, q aproveita aos doentes, e de q os Enfermeiros devem ter mayor cuidado»⁶²⁵. Da análise dos excertos documentais, resultam duas reflexões que nos parecem pertinentes: em ambas as épocas, compete aos enfermeiros assegurar a higiene corporal dos enfermos, sendo que o texto quinhentista parece querer referir a globalidade do corpo, enquanto que os cuidados dispensados aos doentes hospitalizados no terceiro quartel do século XVIII, no momento da sua admissão na enfermaria, visam objectivamente a higiene dos pés e da cabeça; médicos e cirurgiões podem, em ambos os textos, modificar o tempo ou o modo de prestar os cuidados de higiene. Todavia, enquanto o texto fundacional reflecte uma cultura hospitalar que vê na higiene corporal um dos principais vectores para a recuperação, já as instruções setecentistas admitem que as operações de limpeza

⁶²³ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 2241, fl. 1-3.

⁶²⁴ *Ibidem*.

⁶²⁵ *Regimento do Hospital de Todos os Santos*, p. 74.

possam «fazer mal à queixa». Mesmo conhecendo a existência, em 1750, de uma «casa das tinhas», onde se aquecia a água para o banho dos doentes e onde terá deflagrado o incêndio de 1750, admitimos que, tal como aconteceu, de forma transversal, nas sociedades ocidentais no período em análise, também no mundo hospitalar o banho integral não fosse uma prática periódica⁶²⁶.

Regressemos às enfermarias, nos períodos do dia em que chegam ao fim as visitas médicas e é tempo de virar as atenções para a problemática da alimentação. São duas as refeições diárias previstas: o jantar, que em qualquer época do ano deve ser servido às onze horas, e a ceia, a distribuir às seis horas no Inverno e às sete no Verão⁶²⁷. Poderá parecer paradoxal que num tempo em que o tratamento médico assenta ainda na conjunção mais aplicada de todos os tempos nos hospitais ocidentais – clister, sangria, purga -, apenas duas refeições estejam previstas no Hospital lisboeta. Esta ideia surge reforçada pelo facto de, numa população enferma que é, por definição, carenciada, a fome poder constituir, por si só, factor precipitante da doença. É, todavia, a documentação a fornecer alguns contributos para contrariar a perspectiva da insuficiência alimentar, afirmando a preocupação de que «sempre o Emfermo seja alimentado»⁶²⁸, ao mesmo tempo que deixa perceber momentos em que os doentes que dela careçam recebem alimentação suplementar, prescrita pelos médicos durante a visita: «E tãoobem se comprehenderão nas mesmas receitas os caldos de galinha, frango, etc. segundo as necessidades dos doentes determinando-se as horas a que se lhes devem dar»⁶²⁹.

Às dez horas da manhã e às quatro da tarde, deveriam os enfermeiros ter prontos os tabuleiros com as tigelas dentro deles para que, tocando para o Jantar ou para a Ceia,

⁶²⁶ Referindo-se à cultura ocidental na época moderna, Jocelyne Bonnet recorda que «Existia [...] a experiência quotidiana da sujidade. Os provérbios explicam: “sujo como um porco, um pente, uma lesma, uma lagarta, etc” [...] a influência dos higienistas do século XIX e a educação escolar veio imprimir nas consciências um novo gosto pelo asseio corporal para efeitos medicinais; mas, na realidade das mentalidades, do limpo ao sujo “vai só uma gota de água”. No seu conjunto, os conselhos dos provérbios em matéria de higiene são muito reduzidos e dão testemunho, antes de tudo, de um rigoroso respeito pelo “estado natural”. Não se devia lavar o cabelo: “a sujidade alimenta o cabelo”. Não se devia lavar a pele: “É preciso conservar a gordura da pele”. Quanto aos dentes, eram limpos com a ponta da faca, com um bochecho de aguardente ou bebendo coalho de leite» - Jocelyne Bonnet, “História da higiene e do asseio corporais”, in Jean Poirier (dir.), *História dos Costumes – As técnicas do Corpo*, tradução de Manuel Ruas, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 161. Por seu turno, reportando-se ao início do século XIX, Jorge Crespo afirma que «A ideia de uma manifesta degradação das condições de vida corporal da população salientava-se como um dado geralmente adquirido, mas cujos contornos não se encontravam definidos claramente» - Jorge Crespo, *op. cit.*, p. 11.

⁶²⁷ Cf. IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 943, fl. 128.

⁶²⁸ *Ibidem*.

⁶²⁹ *Ibidem*, p. 227.

rapidamente se dirigissem à Cozinha, para receber as rações dos enfermos⁶³⁰. A 10 de Outubro de 1758, especificava-se que o cozinheiro tocaria o sino pelas 10 horas e três quartos da manhã, indicando a proximidade das tarefas de distribuição da alimentação, distribuição que se iniciava «meio quarto de hora» depois, com uma sucessão de nove toques do mesmo sino. À tarde, para a distribuição da ceia, os procedimentos e os intervalos de tempo seriam iguais. De novo a ordem emanada pelo Enfermeiro-Mor tende a salvaguardar o conforto do enfermo, sublinhando que para as enfermarias dos doidos e dos feridos, que se encontravam mais longe da cozinha, fosse a comida transportada não nos tabuleiros, mas em panelas de cobre, acompanhadas pelo cozinheiro, pelo trinchante e pelo comprador, «para poderem os Enfermos receber o benefício de hir o comer quente como he de razão»⁶³¹. No longo período em que coube à Misericórdia a gestão do Hospital, os mordomos, confrades nomeados mensalmente para acompanhar e fiscalizarem algumas das tarefas hospitalares, desempenharam na distribuição dos alimentos um papel relevante.

Sendo a alimentação a rubrica orçamental que mais recursos consome, percebe-se que o circuito de recepção de produtos, a sua confecção e distribuição, bem como a utensilagem utilizada, tenham merecido bastos reparos de D. Jorge Machado de Mendonça, revelando que nem sempre os superiores interesses dos enfermos pobres orientaram a actividade de quantos assumiram funções no Hospital e matizando a imagem proto-romântica de incontestada dedicação a quem sofre, ao Hospital e à república, imagem esta que captamos em textos impregnados da uma retórica própria das Luzes.

De facto, em edital de 22 de Setembro de 1758, perante a constatação de práticas de abuso e de utilização indevida dos géneros destinados aos enfermos, determina aquele Enfermeiro-Mor que o trinchante reparta as rações pelo número exacto de doentes existentes em cada enfermaria, tanto ao jantar como à ceia, socorrendo-se para tal dos bilhetes emitidos pelo médico e pelo cirurgião escalados à semana para prestarem serviço na Casa da Aceitação, bilhetes que se referem aos enfermos internados em cada um dos dois períodos diários de consulta. O rigor que se exige no número de rações disponibilizadas pela Cozinha obriga o trinchante a recolher ainda, duas vezes por dia, outros bilhetes, estes assinados pelo Escrivão dos Assentos, de molde a economizar-se o alimento daqueles que, entretanto, morreram ou saíram do

⁶³⁰ Cf. IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 2241, fl 2.

⁶³¹ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fls. 13v-14.

Hospital. E prevenindo forte resistência a esta medida que procura pôr termo a um controlo largo, que permite servir clientelas, acrescenta-se que «O referido Trinchante terá muito cuidado em executar esta ordem, e de me dar parte das pessoas, que a ella se lhe queyrão oppôr, cujo castigo de huns e outros será a mim arbitrário»⁶³².

A questão dos furtos não se reduz, no dizer do autor do *Memorial*, às galinhas, cuja responsabilidade passa a recair sobre o trinchante - «assim que os galinheiros fizerem entrada das suas capoeyras, e canastras de galinhas logo logo [sic] será obrigado o dicto Trinchante a contallas, e passar lhes os seos bilhetes na forma que se observa com a pena de todo o prejuizo ser por conta do Trinchante»⁶³³, abrangendo outros produtos que possam ser utilizados em proveito próprio ou facilmente comercializáveis, como o pão, passando o mesmo oficial a pesar o pão «que as padeyras vinhão entregar para a Comedoria dos doentes, o que de antes se não fazia»⁶³⁴, as loiças, com a cozinha a ser equipada com utensílios de cobre, que tendo a vantagem de melhorar a higiene alimentar, eram susceptíveis de ser resguardados através do uso de «huma cadea de ferro com seos cadeados»⁶³⁵ e com as enfermarias a receberem material de estanho e cobre, nomeadamente bilhas para os remédios, comadres, catimploras e seringas. E ainda que se tenha gasto uma verba considerável, segundo Mendonça, sendo a maior parte coberta por esmolos, o investimento compensou, uma vez que se passou a poupar duas cargas de louça de barro por semana, que se furtava ou quebrava⁶³⁶. O controlo do azeite usado no Hospital para iluminação⁶³⁷, passa para a jurisdição do Fiscal dos Remédios, nomeado por D. Jorge de Mendonça, de entre os ajudantes, com o vencimento de dois mil reis por mês e uma ração diária. Para além do azeite,

⁶³² IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 146v.

⁶³³ *Ibidem*, fl. 150v-151. Indubitavelmente a carne de galinha é a mais consumida, sendo o «caldo» um suplemento alimentar frequentemente receitado. O rigor que D. Jorge de Mendonça pretende incutir à sua gestão, vai ao ponto de questionar o destino dado a produtos considerados secundários no desmanche das aves, caso dos pescoços ou dos fígados, concluindo que aproveitando racionalmente estes produtos, bem como os ovos, se poderia aumentar o número de rações, à razão de vinte e cinco por cada cem galinhas utilizadas. E, como seria de esperar, responsabiliza o trinchante pela satisfação dos objectivos definidos. Cf. *Ibidem*, fl. 125v.

⁶³⁴ *Ibidem*, fl. 126. O edital de 12 de Setembro de 1759 permite perceber o circuito do trigo para o fabrico do pão. O trigo usado no Hospital é proveniente das terras aforadas, recolhido em cada campanha e armazenado no celeiro hospitalar, de onde é distribuído às padeiras que, com ele, fabricam o pão. O trinchante, «na Caza novamente feita para a padaria [...] não demore as padeyras do mesmo pão em lho aceytar, o pezar com o pezo de cada hum de treze onças examinando se he bom, e bem cozido segundo o trigo que receberão». *Ibidem*, fls 151v-152).

⁶³⁵ *Ibidem*, fl. 124.

⁶³⁶ *Ibidem*, fl. 123.

⁶³⁷ Para lá das palmatórias usadas pelos enfermeiros de vela, há um sistema de iluminação que funciona, pelo menos, até estarem concluídas as tarefas relacionadas com a ceia: «Terão os Enfermeiros obrigação de assender as Luzes das Enfermarias, assim de veram como de inverno, tanto que for sol posto, attendendo ao tempo que se gasta em dar a cea aos doentes, e acabar-se de noute». IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 2241, fl. 3.

preocupava o Enfermeiro-Mor o desaparecimento sistemático dos «remédios de Cirurgia», nomeadamente unguentos, aguardente, óleos, panos e fios, até então à guarda dos enfermeiros. Construído um armário com todas as acomodações e sujeito este à responsabilidade do Fiscal, afirma D. Jorge que, pago o lugar daquele funcionário, poupam-se mais de duas partes em material de penso e, de azeite, perto de vinte e quatro cântaros por ano⁶³⁸. Quanto ao material cirúrgico, e entendam-se aqui os ferros necessários para as intervenções, afirma o *Memorial* que se fizeram algumas aquisições, uma vez que este tipo de material não existiria no Hospital e, quando eram necessários, ou se pediam emprestados, ou padeciam os doentes⁶³⁹. Estamos em crer que a carência de material cirúrgico se tenha feito sentir com maior acuidade nos tempos que se seguiram ao terramoto, uma vez que não é crível a total ausência de instrumentos cirúrgicos num Hospital que se dedica ao ensino da Cirurgia.

Ainda na perspectiva das atitudes comportamentais, factor condicionador de um desempenho institucional com níveis de eficácia interessantes e não abordando de novo o exercício de quantos têm responsabilidades na gestão dos legados e na disponibilização atempada de rendas e de produtos provenientes da exploração agro-pecuária, é ainda no *Memorial* que encontramos testemunho de alguma falta de urbanidade por parte dos «familiares», tornando-se necessário eliminar focos de desordem. Ora um desses focos situa-se na Casa da Botica, onde em Setembro de 1759 exerce funções de boticário José Pereira Freire, dispondo do concurso de alguns oficiais e aprendizes. O que o edital publicado naquele data refere é que não se deve permitir a enfermeiros, ajudantes e pessoas desta condição permanecerem na Botica mais que o tempo estritamente necessário para «pedirem, e levarem os remédios para os doentes»⁶⁴⁰, evitando-se assim as «desordens, e inquietações, que o tumulto das gentes tem cauzado ao sossego da botica deste Hospital»⁶⁴¹. No mesmo edital sublinha-se a importância da higiene, quer do meio onde se produzem os remédios, quer dos utensílios utilizados, competindo ao boticário certificar-se da limpeza das bilhas, canecas e outro vasilhame em que trazem os remédios e impedir a passagem pela Botica «a pessoa nenhũa de qualquer condição, e qualidade que sejam»⁶⁴². Inferimos, então, que diariamente, concluídas as visitas médicas às enfermarias e as consultas na Casa da Aceitação, fosse necessário requisitar à Botica a vertente medicamentosa do tratamento

⁶³⁸ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 123.

⁶³⁹ *Ibidem*, fl. 124v.

⁶⁴⁰ *Ibidem*, fl. 152.

⁶⁴¹ *Ibidem*.

⁶⁴² *Ibidem*.

dos enfermos, fazendo para isso deslocar um enfermeiro ou um ajudante que, a avaliar pelo testemunho documental, não se eximiam de usar os tão característicos “salve-se quem puder” ou “quem primeiro chega, primeiro se avia”. Em simultâneo, sendo a ida à Botica uma rotina diária, não será de excluir que esta se tenha constituído como momento de tertúlia, ocasionando o «desassossego» que a documentação refere.

Concluídas as tarefas relativas à distribuição da ceia, limpos e arrumados, na cozinha e nas enfermarias, as «loiças» utilizadas, feita a última distribuição de medicamentos, é tempo de silêncio no Hospital do Rossio, com os enfermos e ajudantes escalados para assegurar a vela a prepararem-se para aguardar, pacientemente, os primeiros raios de Sol, lá longe, por detrás da Colina do Castelo, anúncio de um novo dia. Lá fora, a noite ensaia os primeiros passos numa cidade que tem ainda bem patentes as marcas do terramoto, mas que rejeita o epíteto de cidade fantasma e que teima em viver, apesar do infortúnio.

Este dia, um qualquer dia que podemos situar entre Julho de 1758 e Junho de 1766, período durante o qual D. Jorge Francisco Machado de Mendonça Eça Castro Vasconcellos e Magalhães exerceu funções de Enfermeiro-Mor do Hospital Real de Todos-os-Santos, não por eleição confraternal na Mesa da Misericórdia mas, repetimo-lo, por nomeação régia, este dia singular porque fruto de uma deambulação pelo passado, de uma procura de actos e de sentidos enquanto opção epistemológica, mas mesmo assim representação de um ontem único e irrepetível, este dia feito de horas que nascem na documentação e se escoam, preenchidas, na nossa sensibilidade, via ainda acontecerem no edifício do Rossio um sem fim de actividades que vale a pena trazer a este estudo.

No seu novo gabinete de trabalho⁶⁴³, dando corpo a uma ostentada austeridade, D. Jorge de Mendonça mandava suspender os salários aos aposentados que os auferiam, sustentando que «em semelhantes administraçoens, *que* são *para* os pobres», tais salários só poderiam ser pagos por expressa resolução régia, uma vez que só o rei podia dispensar da sua fazenda para pagar a quem não servia já os fins da instituição⁶⁴⁴. É a ideia de que o «Hospital não pode ter lugares de aposentados, pello prejuízo de terceiros, que são os pobres», que suspende a pensão ao padre Miguel Gonçalves dos

⁶⁴³ « Mandey pôr decente a Caza da Fazenda, e pôr lhe na porta hum reposteyro com as Armas Reais, Separey a Secretaria, pûz o Escrivão da Fazenda em Méza separada, como também Caza separada com Méza para o despacho do Thesoureyro, e Emfermeiro Mor, tudo com ordem, e gravidade de Tribunal » - IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 128v-129.

⁶⁴⁴ Cf. *Ibidem*, fl. 124

Santos, Coadjutor aposentado, como a alguns outros religiosos ou oficiais já retirados do serviço⁶⁴⁵.

É ainda em nome da austeridade e da contenção da despesa, que enfermeiros, ajudantes, irmãos maiores e outros «familiares» se confrontam, a 17 de Agosto de 1758, com a redução dos seus ordenados⁶⁴⁶, o que terá permitido, sem gastos suplementares, contratar um enfermeiro e dois ajudantes para a nova enfermaria destinada aos enfermos portadores do mal gálico, para além do já referido fiscal dos remédios e de um praticante dos irmãos maiores⁶⁴⁷.

A documentação não deixa lugar a dúvidas quanto à existência das enfermarias destinadas ao tratamento de portadores / as do «mal francês», no período em questão. Da Real Enfermaria dos Criados de Sua Majestade são enviados ao Hospital Real de Todos-os-Santos enfermos com queixa de mal gálico, cobrando o Hospital uma diária de 200 réis por doente⁶⁴⁸. De igual modo, uma ordem régia com data de 6 de Julho de 1770, mandava que no Hospital do Rossio se recebam «as mulheres que forem remetidas pelo Intendente Geral da Polícia, as quaes Vossa Senhoria mandará assistir com o *que* for necessário para se curarem das molestias *que* padecem»⁶⁴⁹.

Também a actividade das enfermarias destinadas a doentes mentais está documentada. A 25 de Maio de 1760, o rei é servido de mandar ao Hospital do Rossio, para internamento, um tal Joaquim Manuel, «que se acha vario», recomendando que se trate dele «com muito cuidado por ser filho de hum criado e não se poder curar em sua caza»⁶⁵⁰. Este doente veio a reentrar, por recomendação régia, na mesma Enfermaria dos Doidos, em 30 de Setembro do mesmo ano. A 5 de Novembro, um despacho do Enfermeiro-Mor refere que o doente se acha bem da loucura de que padecia, mandando-o entregar em casa de seu pai, no Paço Real de Nossa Senhora da Ajuda, não sem primeiro ter notificado os médicos, que juntam a seguinte informação: «Vizitamos e examinado o doente e a informação do Enfermeiro esta nos termoz de se entregar V. Excelência mandará o que for servido. Hospital Real 8 de Novembro de 1760. Jacinto de Almeida, Manoel de Abreu Rozado, Francisco José Mendes de Carvalho»⁶⁵¹, sendo de sublinhar a importância que a «informação do Enfermeiro» adquire no processo de

⁶⁴⁵ Cf. IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 166v-167.

⁶⁴⁶ Cf. *Ibidem*, 158v-159.

⁶⁴⁷ Cf. *Ibidem*.

⁶⁴⁸ Cf. IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 943, fl. 151v.

⁶⁴⁹ *Ibidem*, fl. 148v.

⁶⁵⁰ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 60v.

⁶⁵¹ *Ibidem*.

decisão da alta. A dúvida que nos fica é a de saber se o cuidado dispensado ao enfermo Joaquim Manuel foi usado, na mesma medida, para com os outros doentes do foro psiquiátrico hospitalizados em Todos-os-Santos, num tempo em que os espaços destinados a albergar os “loucos” procuravam, antes do mais, esconder dos olhos, do olfacto e da sensibilidade social, realidades menos conhecidas do comportamento humano, ou atitudes menos alinhadas com os códigos sociais vigentes.

É a procura de uma contrapartida, em trabalho, para o continuado sustento que o Hospital dispensa às enfermas da “Enfermaria das Doidas”⁶⁵², que justificou a dispensa das “Remendadeiras”, mulheres que, não pertencendo ao “número” do Hospital, coziam a roupa dos enfermos, serviço que custava à instituição três moedas de ouro por mês e que passou, nos primeiros anos do mandato de D. Jorge de Mendonça, a ser feito por mulheres internadas na referida enfermaria. Era, segundo afirma o Enfermeiro-Mor, um trabalho que as doentes já realizavam para as enfermeiras, e que se oficializa, premiando cada uma das mulheres que costuram com um tostão, nos dias de sábado, para merenda⁶⁵³. Teria interesse conhecer a proveniência destas merendas, desiderato que, neste estudo, não logramos alcançar.

Ainda assim, o meio tostão pago «às doudas de mais juízo» teve efémera aplicação. Serviço não reconhecido, mas cuja existência os textos deixam adivinhar, nomeadamente através da existência de uma parteira, Luísa Rita, a que já nos referimos, também a valência obstétrica fez parte das atribuições do Hospital Real de Todos-os-Santos, onde se realizaram partos a mulheres pobres e desamparadas, ou outras, cuja maternidade devesse ser votada ao esquecimento, sendo estes partos assistidos «como he costume incognitamente»⁶⁵⁴. Ora, são estas mulheres pobres e desamparadas que, por determinação do Enfermeiro-Mor, passam a remendar para os enfermos, sem qualquer contrapartida pelo seu trabalho que não a assistência hospitalar. Quanto aos nascidos que sobrevivem, não é difícil adivinhar-lhes o destino: a Real Casa dos Expostos.

D. Jorge Machado de Mendonça, sentado à sua mesa de trabalho na Casa da Fazenda, reflecte na «estatística» que, no *Memorial*, comunicou a Sebastião José de Carvalho e Melo, considerando ser assisada a análise então por si assumida: as providências tomadas para criar condições de funcionamento no Hospital, proporcionaram abrigo, tratamento, alimentação e recuperação a um número muito significativo de enfermos que, sem o apoio do velho Hospital Real, provavelmente

⁶⁵² Não encontramos, nos textos estudados, quaisquer referências ao trabalho com objectivos terapêuticos.

⁶⁵³ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 122v.

⁶⁵⁴ *Ibidem*, p. 166-166v.

tornariam ainda mais expressiva a coluna dos mortos - «e parece a razão não ser mayor a perda de vassallos de S. Magestade, devendo se ás providencias, e Ordens referidas semelhante beneficio»⁶⁵⁵. De novo, no que respeita ao objectivo deste estudo, confrontamo-nos com a permanência activa do Hospital no seu local de sempre e não com um espaço morto, ruína negra e disforme, plena de silêncio. É essa permanência activa que possibilita que, a 24 de Março de 1769, sejam enviados aos cuidados do Hospital, por determinação régia, catorze enfermos (onze homens e três mulheres) oriundos da praça de Mazagão, com relação assinada por João Baptista de Araújo, Oficial da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos⁶⁵⁶.

Quadro nº 5 – Internamentos entre 1 de Julho de 1758 e 1 de Julho de 1759⁶⁵⁷

	Entrados	Altas	Falecidos
Homens	8.438	7.140	1.298
Mulheres	1.114	916	198
Presos	275	263	12
TOTAIS	9.877	8.319	1508

Conhecidas as elevadas taxas de mortalidade da época, detenhamo-nos no cômputo dos presos em categoria separada. De facto, por ordem régia de 14 de Fevereiro de 1759, a que o Enfermeiro-Mor deu despacho no dia seguinte, os presos da cadeia do Limoeiro que apresentassem sinais de doença ou necessitassem de cuidados cirúrgicos, deviam ser transferidos para o Hospital de Todos-os-Santos, de molde a serem curados e devolvidos à prisão. Ao Marquês de Tancos, governador das armas da Corte, cabia a responsabilidade de destacar sentinelas, assegurando a guarda dos presos⁶⁵⁸. Esta interacção entre os Serviços Prisionais e o Hospital é referida em inúmera documentação, da qual destacamos certidão da entrega na Cadeia de Belém de dois presos, de seu nome Filipe Tinoco e Baltazar Tinoco, vindos do «Hospital de Baixo»⁶⁵⁹. Sendo a certidão datada de 5 de Julho de 1770, consideramos muito

⁶⁵⁵ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, p. 160.

⁶⁵⁶ Cf. IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 943, fl. 124v-125.

⁶⁵⁷ Cf. IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 160.

⁶⁵⁸ Cf. *Ibidem*, fls 24vº-25. A ordem régia a que nos referimos, assinada no Paço de Nossa Senhora da Ajuda por Sebastião José de Carvalho e Melo, compreende ainda o Hospital de S. João de Deus e a Cadeia do Tronco.

⁶⁵⁹ Cf. IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 943, fl. 148v.

significativa a expressão «Hospital de Baixo», uma vez que ela permite vislumbrar já alguma actividade nos edifícios do Colégio de Santo Antão, nomeadamente o acolhimento provisório de órfãos e enjeitados a que já nos referimos, mas também intervenções de molde a preparar o espaço para a sua função futura. O que será insofismável é a responsabilidade do «Hospital de Baixo», no Rossio, em matéria de prestação de cuidados de saúde.

Estarão, então, reunidas condições para afirmar que, no terceiro quartel do século XVIII, estamos, em Todos-os-Santos, perante uma população enferma de constituição heterogénea, composta por doentes pobres aos quais, por direito, a instituição sempre pertenceu, mas também por enfermos enquadrados em grupos sociais que podem pagar os internamentos, gente de posses que pagam pelos seus escravos⁶⁶⁰, pelos seus dependentes⁶⁶¹, pelos seus criados e, numa atitude misericordiosa, por alguns religiosos⁶⁶². Enfermos tratados no Hospital são ainda os presos das cadeias, as mulheres da rua com sintomatologia de sífilis encaminhadas pela Polícia, os criados da Casa Real, grupos de portugueses que chegam dos territórios ultramarinos, mas também súbditos da Coroa espanhola, que aportam a Lisboa depois de demoradas viagens no Atlântico, entregando aos cuidados do Hospital de Todos-os-Santos os seus doentes⁶⁶³. E as mulheres em fim de gestação, que procuram apoio e uma «hora boa». E as crianças da Real Casa dos Expostos. E os frades arrábidos, na enfermaria que utilizaram desde 1542⁶⁶⁴. Um mar de gente, afinal, à procura do seu Hospital, parcialmente recuperado dos escombros.

⁶⁶⁰ Domingos Simões pagou ao Hospital, em 1768, a quantia de 3\$750, pela cura e sustento do seu escravo Manoel, por 12 dias e meio que este esteve internado, a 300 reis por dia. Cf. IANTT, *Fundo do Hospital de São José*, Livro 4776, fl. 3.

⁶⁶¹ José de Macedo Álvares pagou, no mesmo ano de 1768, a quantia de 12\$150, pela cura e sustento de João de Araújo, internado 40 dias e meio, a 300 reis por dia. Cf. *Ibidem*, fl. 8.

⁶⁶² António Álvares Ribeiro, comerciante de panos e fornecedor do Hospital, assumiu o pagamento da cura e sustento do Padre João da Silva, internado entre 13 de Outubro de 1767 e 31 de Maio de 1768, num total de 232 dias a 300 reis por dias, o que totalizou 69\$600. Cf. *Ibidem*, fl. 28.

⁶⁶³ André Herrera e outros, Deputados da Nação Espanhola, pagaram em 18 de Março de 1768, a quantia de 135\$210, relativa a cura e sustento de 34 homens espanhóis «que neste Hospital entrarão, e nelle se curarão». Cf. *Ibidem*, fl. 1.

⁶⁶⁴ Data de 1542 a atribuição, por D. João III, aos Religiosos da Província da Arrábida, de uma enfermaria para seu uso exclusivo. São os beguinos capuchos já referenciados neste estudo. Em meados do século XVIII, a enfermaria dos frades arrábidos é utilizada por dez casas conventuais adstritas à Província (São Pedro de Alcântara, São José de Ribamar, Santa Catarina, Boaviagem, Caparica, Verderena, Palhais, Conceição, Loures e São Cornélio, a que se juntam os religiosos das Províncias da Soledade e da Piedade, bem como franciscanos vindos de fora, em visita ou negócios dos seus conventos. O aumento da procura justificou a dotação desta enfermaria com mais religiosos para o seu serviço, sendo autorizado, em Setembro de 1758, que o seu número seja de oito, entre enfermeiros, confessores e um sacristão, acrescentando-se os produtos cedidos pelo Hospital à referida enfermaria, designadamente em panos, em rações, em azeite de iluminação, em lenha, em mezinhas e outros produtos da botica. Cf. IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fls 174v-176.

Temos repetido que o Hospital Real de Todos-os-Santos deveu a sua fundação à iniciativa régia e o seu financiamento à caridade de muitos, nos quais se incluíram os soberanos, num quadro de insuficiência económica que tem sido sublinhado por diversos autores. E todavia, na demonstração de resultados relativa ao ano que decorreu de 1 de Julho de 1758 a 1 de Julho de 1759, que D. Jorge de Mendonça envia, a 4 de Junho de 1760, ao Conde de Oeiras, somos confrontados com uma receita de 32.593\$167 e uma despesa de 29.895\$980, não estando contabilizadas algumas rendas pagas em espécie, indicadas em itens apartados, onde se referem cereais, galinhas e frangãos⁶⁶⁵. Por muito que a situação nos surja como paradoxal, os números indicados pelo Enfermeiro-Mor parecem querer matizar a imagem de uma instituição em permanente ruptura financeira.

O relatório contabilístico fornecido por D. Jorge de Mendonça ao Secretário de Estado do Reino é confirmado em plenitude pelos resultados obtidos dez anos mais tarde, numa época em que a gestão do Hospital havia retornado já à Misericórdia de Lisboa. Entre Outubro de 1768 e o mesmo mês de 1769, a receita situou-se em 39.420\$756, para uma despesa de 39.148\$507. Nestes números não estão incluídos os «Rendimentos Geraes de Géneros», nos quais se anota a entrada de azeite, de aguardente e vinagre, de galinhas e carneiros, de trigo, de cevada, de palhas, de grãos e de cebolas, produtos estes que são consumidos no Hospital ou transformados em numerário, pela venda dos excedentes⁶⁶⁶.

No lado da receita, assumem particular relevância rubricas orçamentais como «Legados não cumpridos»⁶⁶⁷, o que significa que existiu a preocupação, ao longo do quartel em análise, de proceder à cobrança de obrigações que, no passado, ficaram por cobrar, os «Juros Reais»⁶⁶⁸ onde se inserem as muitas responsabilidades da Coroa para com o Hospital, ou ainda o resultado da venda de produtos agrícolas diversos. De valor

⁶⁶⁵ Cf. IANTT, *Fundo do Hospital de São José*, Livro 1106, fls 164v-165.

⁶⁶⁶ Cf. IANTT, *Fundo do Hospital de São José*, Livro 4776.

⁶⁶⁷ Para lá de montantes gerais obtidos através da consulta da rubrica orçamental onde a receita é anotada, é possível, por vezes, compreender com maior precisão, qual o tipo de rendimento obtido através da administração dos legados pios. Em registos relativos ao ano de 1769, percebem-se rendimentos com características diversas: «Recebido dos seguintes a saber: de Nuno da Cunha Attaide Barono por mão de seu rendeiro Antonio da Silva por conta da renda que deve do anno proximo passado de huam quinta em Palma de baixo... 33\$600; de D. Jozeffa da Silveira e Castro por mão de seu rendeiro Nicoláu Penque do aluguer de seis mezes vencidos pelo Natál proximo passado, de huma loja na bica grande ... 14\$400» - Cf. *Ibidem*, fl. 178.

⁶⁶⁸ De entre as muitas repartições com obrigação de pagar anualmente juro ao Hospital Real de Todos-os-Santos, encontram-se a Casa da Índia, a Casa das Frutas, o Almojarifado das Três Casas, a Imposição dos Vinhos, a Mesa dos Azeites, a Alfandega de Lisboa, a Casa das Carnes, o Almojarifado de Torres Vedras e Alenquer, o Concelho do Ultramar, a Casa da Portagem, a Repartição do Sal da Vila de Setúbal, a Junta dos Três Estados, etc. - Cf. *Ibidem*, fls 165, 175-176.

mais baixo mas nem por isso com menos importância na economia hospitalar, registam-se as rendas de propriedades rústicas e urbanas, o rendimento da administração das testamentárias de Francisco Pinheiro e de Lourenço de Amorim, as esmolas avulsas⁶⁶⁹, o produto da venda dos fatos dos falecidos⁶⁷⁰, o dinheiro encontrado nos doentes internados, o rendimento do aluguer das cadeirinhas de mão⁶⁷¹, meio de transporte de que o Hospital detém o privilégio, entre outras.

No que respeita à despesa, os vencimentos, a alimentação, os gastos da botica⁶⁷² e os panos para roupa de cama e mortalhas⁶⁷³ constituem as rubricas mais significativas.

Escola de Cirurgia

«Entrarão nas enfermarias os Praticantes com todo o Cuidado em fazerem praticamente, o que seos respectivos Mestres lhe mandarem, observando a Caridade com o próximo, e lembrando se muito do amor, com que os devemos curar.»⁶⁷⁴

O Hospital Real de Todos-os-Santos foi, já o dissemos, o mais importante pólo de ensino da Cirurgia no reino, devendo-se-lhe a formação de inúmeros cirurgiões e

⁶⁶⁹ «Recebido do P. Felix Teixeira de Mattos, que mandou entregár a este Hospital Joao Pereira Lima da Cidade da Bahia como Testamenteiro de Theodozio Rodriguez da Costa, liquido do legado dos 200\$ reis que o dito deixou na verba do seu testamento com que faleceo, abatidos 800 reis de pôr o papel corrente na dita cidade, e 1.992 de hum processo na Caza da moeda desta Cidade de Lisboa... 197\$208» - IANTT, *Fundo do Hospital de São José*, Livro 4776, fl. 177. No fôlio 194 do mesmo livro referem-se 50\$000 «deixados de esmola para os pobres enfermos deste Hospital» pelo Reverendo Manuel Evangelista, «como melhor consta da verba do seu testamento com que faleceu».

⁶⁷⁰ Na perspectiva de aumentar os rendimentos do Hospital, D. Jorge Machado de Mendonça mandou rever o contrato da venda dos fatos dos mortos, fixando o montante anual a arrecadar pela tesouraria em 860\$00 - Cf. IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 124v.

⁶⁷¹ Ao longo dos anos, o Hospital concessionou, pelo melhor preço, o negócio das cadeirinhas de mão. No início de 1768 seria D. Maria Luísa de Leinen a concessionária (Cf. IANTT, *Fundo do Hospital de São José*, Livro 4776, fl. 41), sendo substituída por António Ferreira Soares, que pagava ao Hospital a quantia de 276\$500, relativa a concessão em Setembro, Outubro e Novembro. (Cf. *Ibidem*, fl. 70). José Rodrigues Neves surge como concessionário no primeiro quartel de 1770 (Cf. *Ibidem*, fl. 341).

⁶⁷² Em 21 de Fevereiro de 1769 regista-se um pagamento a Jeronimo Canali Vallabela, por medicamentos vendidos para a Botica em Abril, Maio e Junho de 1768, no valor de 303\$315; Francisco Alvarez Carneiro, Administrador da Botica, recebe amiúde verbas da tesouraria, por conta dos vários compostos que adquire - Cf. *Ibidem*, fl. 122 e 160.

⁶⁷³ Os comerciantes António Alvarez Ribeiro, José Dias de Dias e Manuel Gomes Leitão surgem, nos anos de 1768 e 1769, como os grandes fornecedores de panos e fazendas, produtos destinados a enxoval de cama e a mortalhas; «Pago ao Snr. Felix Teixeira de Mattos para pagar aos Manoel Gomes Leytão da Cidade do Porto a importancia de 4 pacotes a saber, um de pano de linho, e tres de estoupas, que vierão da dita Cidade por conta, e risco deste Hospital, para roupas dos pobres enfermos, cujos pacotes o recebeo o Hospital neste prezente mez de Março, incluído 4.190 reis de frete do porto pera esta Cidade, e outras despesas... 221\$705» - Cf. *Ibidem*, fl. 4, 160 e 188. Também Manuel de Sousa Bastos fornecia, em Abril de 1769, 213 cobertores no valor de 105\$360, enquanto António Teixeira de Carvalho entregava, no mesmo mês, 48 mantas de França, a 590 reis cada - Cf. *Ibidem*, fl. 194.

⁶⁷⁴ Excerto do regulamento de admissão para Praticantes de Cirurgia, Sangria e Anatomia, datado de 30 de Maio de 1760. IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fls 168-170.

sangradores. Apesar dos constrangimentos, esta vertente da actividade hospitalar foi mantida ao longo do terceiro quartel do século XVIII⁶⁷⁵.

Os constrangimentos a que aludimos não se confinam à problemática das instalações, degradadas pelos acontecimentos de 1750 e de 1755, embora a recuperação dos espaços tenha constituído uma das preocupações centrais de D. Jorge de Mendonça. No plano teórico, constatam-se insuficiências que ajudam a compreender que o ensino cirúrgico português, seja considerado, para o século XVIII, estagnado e indiferente ao «estabelecimento definitivo dos métodos de investigação e experimentação»⁶⁷⁶, ignorando «as grandes escolas que então dominavam o pensamento da medicina europeia»⁶⁷⁷, nomeadamente as de Leiden com Boerhaave⁶⁷⁸, Pádua com Morgagni, Edimburgo com Monro e Cullen e Londres com John Hunter.

Serão insuficiências um ensino da Cirurgia que assentava, basicamente, na prática dos curativos no Hospital⁶⁷⁹ e que mereceu de Luís António Verney duras críticas⁶⁸⁰, bem como alguma ligeireza na aplicação do Regimento do Cirurgião-Mor do Reino, que na sua versão de 12 de Dezembro de 1641, repristinada em 1694 e ainda em vigor no período que analisamos, determinava que a obtenção da carta de cirurgião dependia de exame realizado na presença de um júri composto por três cirurgiões: «À prova não seriam admitidos senão os que soubessem latim e tivessem praticado no hospital da

⁶⁷⁵ Sobre a Escola de Cirurgia do Hospital Real de Todos-os-Santos, vejam-se Maximiano Lemos, *História da Medicina em Portugal*, vol. I; Sebastião Costa Santos, *A Escola de Cirurgia do Hospital Real de Todos os Santos 1565-1775*; Mário Carmona, *O Hospital Real de Todos-os-Santos da Cidade de Lisboa*.

⁶⁷⁶ Mário Carmona, *op. cit.*, p. 319

⁶⁷⁷ *Ibidem*.

⁶⁷⁸ Hermann Boerhaave recomendava um ensino da medicina com uma acentuada componente prática e experimental, procurando respostas alternativas às doutrinas galénicas, esgotadas e inoperantes. A confrontação entre a tradição galénica e as novas orientações médicas, problemática tão acesa no decurso do século XVIII, parece não ter conhecido, em Portugal, a pujança que se verificou noutros países europeus. Cf. João Rui Pita, «Medicina, Cirurgia e Arte Farmacêutica na reforma pombalina da Universidade de Coimbra», in Ana Cristina Araújo et al, *O Marquês de Pombal e a Universidade*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2000, pp. 134-135.

⁶⁷⁹ «O ensino da Cirurgia era na sua essência a prática dos curativos no hospital. Os estudantes entravam nas enfermarias acompanhando os respectivos professores, faziam cuidadosamente os pensos das feridas e ouviam as reflexões que a propósito de cada caso lhes eram feitas». Maximiano Lemos, *op. cit.*, vol. I, p. 175. A criação de um Curso de Operações de Cirurgia, em 9 de Janeiro de 1762, de que foi lente Felipe José de Gouveia, parece revelar preocupações face a um ensino onde faltaria uma componente lectiva estruturada. Cf. IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 101.

⁶⁸⁰ Luís António Verney, no seu *Verdadeiro metodo de estudar para ser util á Republica e á Igreja: proporcionado ao estilo e necessidade de Portugal*, editado em 1746, referia que «são os proprios portugueses e mesmo alguns cirurgiões que se confessam pouco aptos e experimentados: que para cortar uma perna ou coisa semelhante se chamava um estrangeiro porque os nacionaes não se arriscam: os cirurgiões eram meros sangradores, pedindo a cirurgia fundamentos que eles não entendem e quando lhes falam em anatomia respondem com uma risada e perguntado uns tantos se a tinham frequentado dizem que uma vez ou outra tinham ido ver um cadaver para satisfazer ao estilo e contudo alguns eram licenciados – Isto tanto mais de estranhar que na Corte, havia no Hospital Real, um anatomico estrangeiro». Transcrito de Mário Carmona, *op. cit.*, p. 318.

localidade e, não o havendo, provassem que tinham estudado quatro anos com algum cirurgião»⁶⁸¹. Outro dos requisitos seria a frequência da aula de Anatomia, conforme estabelece o decreto de 4 de Fevereiro de 1732 que, ao nomear Bernardo Santucci, doutorado pela Universidade de Bolonha, como professor de Anatomia do Hospital, reconhece a necessidade dos estudos anatómicos para a formação de cirurgiões ao referir que «nenhum praticante possa ser aprovado pelo cirurgião-mór sem que lhe apresente certidão do dito Bernardo Santucci»⁶⁸². Todavia, o ensino da Anatomia, «base imprescindível para o exercício da cirurgia»⁶⁸³, de tal forma que o Teatro Anatómico virá a constituir-se, no que aos estudos médicos respeita, como um dos três estabelecimentos fundamentais da reforma da universidade, em 1772, não teria, em meados do século XVIII, o carácter de obrigatoriedade que se justificava e o regimento impunha. Apesar do requisito definido em 1732, D. João V manda suspender, em Fevereiro de 1739, as demonstrações em cadáver⁶⁸⁴, restringindo a Aula de Anatomia, que no Hospital era frequentada por praticantes, mas também por médicos e cirurgiões, a um mero exercício teórico que o próprio Santucci virá a abandonar. E, naturalmente, os praticantes de cirurgia passaram a obter as suas cartas sem frequência da aula de Anatomia, «visto que para os exames, o cirurgião-mor pouco caso fazia dessa exigência»⁶⁸⁵.

O esforço de reforma do ensino cirúrgico no Hospital de Todos-os-Santos, iniciado em Abril de 1750, com a provisão de Pedro Dufau⁶⁸⁶ como professor de Anatomia, bem como de José Elias da Fonseca e António Gomes Lourenço como professores de Cirurgia, acaba por ser prejudicada pelo incêndio que naquele ano deflagrou no edifício do Rossio, provocando estragos que o terramoto de 1755 ampliará.

A Escola de Cirurgia do Hospital Real de Todos-os-Santos mereceu a atenção de D. Jorge de Mendonça, afirmando aquele Enfermeiro-Mor que a «*arte da Anatomia he muito necessária para o desembaraço do bom Medico, Cirurgião e Sangrador*»⁶⁸⁷, o que se traduz num benefício para os viventes. Evitar a ruína e a perda de gentes foi o

⁶⁸¹ Maximiano Lemos, *op. cit.*, vol. I, p. 177.

⁶⁸² Excerto transcrito por Mário Carmona, *op. cit.*, p. 305.

⁶⁸³ João Rui Pita, *op. cit.*, p. 134.

⁶⁸⁴ Cf. Mário Carmona, *op. cit.*, p. 307.

⁶⁸⁵ *Ibidem*, p. 310.

⁶⁸⁶ Pedro Dufau, anatómico francês, desempenhou funções de cirurgião-mor no hospital militar em Viena de Áustria, onde terá conhecido Sebastião José de Carvalho e Melo. Nomeado por alvará régio de 1 de Março de 1750, como professor de Anatomia do Hospital Real de Todos-os-Santos, Dufau exerceu aquelas funções até 1764.

⁶⁸⁷ IANTT, Livro 1106, fl. 172.

motivo que levou à criação de hospitais «onde os pobres fossem curados, e delles sahissem bons prácticos para os ricos serem conservados na sua saúde»⁶⁸⁸.

Assegurar condições que possibilitassem um ensino capaz de formar bons cirurgiões terá sido o objectivo de D. Jorge ao determinar, em edital de 4 de Dezembro de 1759, o novo «formato» da Aula de Anatomia, para a qual «passa a haver de novo uma casa destinada»⁶⁸⁹, podendo Pedro Dufau «fazer suas demonstraçoens, e os mesmos discipulos poderem muito bem percebellas»⁶⁹⁰. A Paulo José, então nomeado como praticante, competia manter a casa limpa e pronta e ir às enfermarias dos feridos buscar os cadáveres depois dos óbitos serem descarregados no livro de assentos de entrada. Concluídas as duas ou três lições semanais, cabia-lhe ainda amortilhar os corpos, depositando-os na Casa dos Mortos, para se lhes dar sepultura⁶⁹¹.

O prestígio de Pedro Dufau terá contribuído para que as sessões anatómicas, de novo praticadas em cadáver, conquistassem uma assistência que se perdera nos últimos anos de Santucci. Dessa assistência fariam parte «os verdadeiros Praticantes, Cirurgioens do Hospital, Mestres de Sangrias, e Medicos, e todas as mais pessoas de fora conhecidas por tais em quaisquer das sobredittas faculdades, tomando cada hum seo assento destinado na mesma Aula»⁶⁹².

A ser assim, os estudos anatómicos retomaram no terceiro quartel do século XVIII, ainda que paradoxalmente, algum vigor. Pedro Dufau viria a jubilar-se em 1764, sendo o trabalho continuado pelo cirurgião Manuel Constâncio, «o último lente de Anatomia do Hospital de Todos-os-Santos»⁶⁹³, ele próprio formado na instituição.

Se já em 17 de Agosto de 1758 havia sido proibida a admissão de praticantes sem o exame relativo ao domínio das letras e tornado indispensável o despacho favorável do Enfermeiro-Mor, exarado em petição, no sentido de evitar que os Mestres «levem [para

⁶⁸⁸ IANTT, Livro 1106, fl. 172.. O discurso de Mendonça parece eivado de algumas ideias que provocaram aceso debate na França revolucionária, nomeadamente no que se refere a um contrato ou sistema de obrigações e compensações entre pobres e ricos e que norteará uma relação entre o hospital que trata os pobres e a clínica que forma os médicos, sendo que o pobre disponibilizaria o seu corpo como campo de aprendizagem e, simultaneamente, a instituição que, por direito, lhe pertence. Michel Foucault equaciona o problema moral que este sistema compensatório, quando aplicado à questão hospitalar e à ideia de clínica, coloca: «com que direito se podia transformar em objecto de observação clínica um doente que a pobreza obrigava a vir pedir assistência no hospital? Ele requisitava uma ajuda de que era sujeito absoluto, na medida em que esta havia sido concebida para ele e ele é agora requisitado para um olhar, de que é o objecto, e objecto relativo, pois o que nele se decifra é destinado a melhor conhecer os outros.» - Michel Foucault, *op. cit.*, p. 94.

⁶⁸⁹ *Ibidem*, fl. 173.

⁶⁹⁰ *Ibidem*.

⁶⁹¹ Cf. *Ibidem*.

⁶⁹² *Ibidem*.

⁶⁹³ Mário Carmona, *op. cit.*, p. 313.

as enfermarias] as pessoas que lhe parecer; e o publico poder ter melhores Cirurgioens e Sangradores»⁶⁹⁴, contido dinamismo de que falamos terá justificado a publicação, em 30 de Maio de 1760, de normas regulamentares a seguir pelos praticantes de Cirurgia, Sangria e Anatomia⁶⁹⁵. O novo texto retoma a obrigatoriedade de cada «sogeito ter os melhores princípios de Ler, e escrever, e não ser admitido a semelhante exercício, sem primeiro ser muito bem examinado»⁶⁹⁶, define os montantes das propinas e o processo de matrícula e institui que os Mestres de Cirurgia ou de Sangria «não poderão trazer na sua pratica nas enfermarias mais de trinta discipulos, e sendo lhes preciso mais pello numero dos doentes, farão sua representação ao Enfermeiro Mór para lhe differir como for razão»⁶⁹⁷.

Concluimos, então, que também no que respeita ao ensino cirúrgico, o Hospital Real de Todos-os-Santos manteve a sua actividade ao longo de todo o terceiro quartel do século XVIII, sendo a Escola de Cirurgia anexada, a partir de 1775, ao Hospital Real de São José.

Em nome de Deus

O grande templo de Todos-os-Santos foi, como vimos, severamente atingido pelo incêndio de 1750 sofrendo, o pouco que restou, a acção do terramoto de 1755. A extensão dos estragos terá sido de ordem a inviabilizar qualquer tentativa para, no tempo curto, criar condições de utilização do espaço. No seu *Memorial*, D. Jorge de Mendonça escreve, referindo-se aos primeiros meses de 1758, que a Ermida onde se achava o Santíssimo Sacramento se encontrava «sem aceyo, e metida a hum canto da enfermaria de S. Camillo e tão falta de todo o necessario, que bem davão a entender o pouco respeito, com que veneravão hua tão grande Magestade»⁶⁹⁸. Esta situação irá mudar.

Ainda que o pensamento médico setecentista dê importantes passos no sentido da constituição de um *corpus* de saberes escorado na investigação e na experimentação, nem por isso a teologia tridentina, que investe no cuidado da alma visando a sua salvação, burila o discurso do medo face à ideia das duas eternidades que esperam o

⁶⁹⁴ IANTT, Livro 1106, fl. 118v.

⁶⁹⁵ Veja-se n/ anexo 7.

⁶⁹⁶ IANTT, Livro 1106, fl. 168v.

⁶⁹⁷ *Ibidem*, fls 169-169v.

⁶⁹⁸ *Ibidem*, fl. 115v.

Homem⁶⁹⁹, um medo apocalíptico que terá atingido o seu auge no paroxismo do período joanino e em cuja difusão jesuítas e dominicanos desempenharam um papel absolutamente central, assumindo-se como os pedagogos da ascese da morte⁷⁰⁰. A eficácia de um discurso longamente sustentado por padres, confessores e guias espirituais, senhores do cerimonial barroco da morte e da pastoral dolorista da vida⁷⁰¹, não deixa de envolver, em meados do século XVIII, as formas de pensar e de fazer o cuidado hospitalar, pelo que não será de estranhar que a *Instrução de Enfermeiros e consolação para os afligidos enfermos*, editada em Lisboa, em 1747, faça eco da ideia, onnipresente na teologia da morte, de que a doença não decorre de causas fisiológicas, sendo a presença do médico ou do cirurgião subordinada a um duplo imperativo: caucionar a expectativa do doente e família e servir de esteio à presença do confessor⁷⁰².

Se bem que, como afirma Ana Cristina Araújo, a pedagogia de depreciação da vida face à morte, implícita nas *artes de bem morrer*, entre, na segunda metade de Setecentos, num processo de caducidade perante a perda de influência dos grandes mestres jesuítas, dominicanos e varatojanos, sendo a expulsão dos jesuítas o processo nuclear para essa mudança de mentalidade⁷⁰³, o peso de uma cultura que levou gerações sucessivas a marcarem a sua presença na igreja mais para assistir a funerais e ofícios de encomendação do que para frequentarem lições de catecismo⁷⁰⁴ não deixará de influenciar o espírito e as decisões do Enfermeiro-Mor do Hospital Real de Todos-os-Santos, num tempo em que o providencialismo se assume ainda como uma das facetas da visão dominante do terramoto de 1755, momento de compreensível catarse tanatológica⁷⁰⁵.

Será a perspectiva de serviço a Deus pela salvação dos homens e a desconfiança que o responsável hospitalar parece nutrir face aos eclesiásticos⁷⁰⁶ a justificar a interferência dos poderes seculares em questões aparentemente da responsabilidade da

⁶⁹⁹ Cf. Ana Cristina Araújo, *A morte em Lisboa. 1700-1830. Atitudes e representações*, p. 158. «Manuel Bernardes, portador de uma visão angustiante da salvação, retoma a ideia de um Além binário, onde só o Céu e o Inferno têm lugar, de uma eternidade na qual o homem viverá salvo ou para sempre perdido, conforme transparece do seu tratado *Os Últimos Fins do Homem, salvação e condenação eterna* (1728) - *Ibidem*, p. 193.

⁷⁰⁰ Cf. *Ibidem*, 161-164.

⁷⁰¹ Cf. *Ibidem*, p. 167.

⁷⁰² Cf. *Ibidem*, p. 184.

⁷⁰³ Cf. *Ibidem*, p. 170.

⁷⁰⁴ Cf. *Ibidem*, p. 226.

⁷⁰⁵ Cf. *Ibidem*, p. 14.

⁷⁰⁶ Em 12 de Setembro de 1759, D. Jorge de Mendonça determina que os padres capelães da Igreja do Hospital que têm obrigação de coro, só possam receber o pagamento do quartel vencido em Junho do mesmo ano, desde que apresentem certidão, passada pelo Prioste da dita Igreja, onde se ateste que cada um tem satisfeito as suas obrigações na sua capela, tanto de coro como de missa. IANTT, Livro 1106, fl. 66.

Igreja. A 7 de Outubro de 1758, ordena-se aos padres capelães que retomem a sua obrigação de dizer as missas, utilizando para tal uma «capela interina que de novo se fez», capela esta da invocação de Nossa Senhora da Paz, «enquanto se não faz a nova Igreja». O texto do edital permite inferir que o Enfermeiro-Mor assumiu a correcção da situação que descrevemos atrás, com a economia de meios que se impunha: o espaço continua a ser «um canto da enfermaria de S. Camilo», mas agora renovado. Mendonça mandou limpar, colocar esteiras, um reposteiro à porta, uma banquetta de estanho. Mandou ainda consertar o Sacrário que se encontrava quebrado e, atalhando o que considera «indecentíssimo», mandou retirar-lhe um manto muito velho que o cobria e que pertencera a Nossa Senhora, colocando-lhe um pavilhão de damasco. Ainda assim, lamenta não ser possível «por ora ser evitado tirar o Senhor tão vizinho das assistencias corporais que necessitam os emfermos pella razão de não haver ainda Igreja no Hospital»⁷⁰⁷. Em paralelo, ao ordenar aos capelães que retomem as missas, querera D. Jorge afirmar que o cumprimento das obrigações devidas pela incorporação de legados e de doações nem sempre constituiu preocupação dos religiosos em serviço no Hospital. O delírio ritual e a fé numa existência para além da morte, permitiram a cobrança de milhares de actos religiosos, nem sempre realizados. No que respeita ao Hospital, é o seu responsável máximo a denunciar a falta, ao assumir que se nomearam capelães, cura, coadjutor, tesoureiro e merceeiras, dando-lhes os respectivos provimentos, «por não ser justo estar o *ditto* Hospital comendo os bens, e rendas dos testadores sem lhes cumprir suas ultimas vontades»⁷⁰⁸.

Efectivamente, a partir de 1760 são nomeados vários religiosos para capelães da Igreja do Hospital, com obrigação de assegurarem, nas capelas das quais passam a ser responsáveis, missa e coro quotidianos, o que pode querer indiciar que o serviço de Deus deixou a improvisada ermida da enfermaria camiliana para retornar ao antigo templo, pressuposto que não sendo compaginável com a ideia transmitida em estudos anteriores⁷⁰⁹, parece sustentado por diferentes provisões da Mesa da Misericórdia e pelos registos contabilísticos. Em 23 de Agosto de 1769, José Raimundo Martins é provido no cargo de organista da Igreja do Hospital Real, cargo este anteriormente ocupado pelos padres Vicente Gomes e António Gonçalves Antunes⁷¹⁰. Em 7 de Junho de 1770, o padre Francisco de Santa Bárbara da Cruz, capelão cantor da Igreja do

⁷⁰⁷ IANTT, Livro 1106, fl. 115v.

⁷⁰⁸ *Ibidem*, fl. 128.

⁷⁰⁹ A este propósito veja-se, por todos, Mário Carmona: «...a igreja não se restaurou, como não se fizeram as obras regulares de melhoria e ampliação do edificio». Mário Carmona, *op. cit.*, p. 261.

⁷¹⁰ Cf. IANTT, Livro 943, fl. 134.

Hospital Real, é provido na capela que instituía o Dr. Jorge de Araújo, na mesma Igreja⁷¹¹. De igual forma, em 7 de Julho de 1770, é o padre Simião dos Santos provido para a capela instituída por Diogo Lameira na Igreja do Hospital⁷¹².

Ainda que o aluguer, em 1770 e por ocasião das celebrações da Semana Santa, de cinco dúzias de castiçais para o serviço da Igreja do Hospital⁷¹³, revele que estamos perante um templo onde não foi reposto o seu antigo esplendor, ali se realizaram cerimoniais que não imaginamos possíveis na pequena capela da enfermaria de S. Camilo, como terá sido o ritual litúrgico de Novembro de 1760, no qual se dispendeu «1\$600 para pagar ao organista que tocou nas vésperas e no dia de todos os Santos»⁷¹⁴. Em 1769, recebia o Padre João Monteiro a quantia de 14\$400, «para pagar os sermoens, que se hão de pregar na Igreja deste Hospital, em sexta feira de paixão de manhã, e de tarde; e em Domingo de Pascoa deste presente anno», despesa esta que é registada na rubrica «Várias despesas da Igreja»⁷¹⁵. Para a celebração pascal, terá Leonor Maria, florista, fornecido os palmitos para a decoração do templo, cobrando pelo serviço 3\$000⁷¹⁶. Em Novembro do mesmo ano, era pago «ao Padre Manoel Gomes Leal Mestre da Capela da Igreja deste Hospital do responço que se cantou no dia de Todos-os-Santos deste presente ano»⁷¹⁷ o valor de 12\$800. No ano anterior, Luís Antunes Cabral, cerieiro da casa, recebia a quantia de 192\$000, pela «cera que tem mandado para a Igreja deste Hospital»⁷¹⁸. Ainda em 1768, André de Miranda, mestre armador, cobrava 8\$200 «pela armação que fez na Igreja deste Hospital, na semana Santa»⁷¹⁹, enquanto um outro armador, mestre André de Miranda, encarregado das armações «do fonerál do Ilmo D. Jozé Gomes de Menezes que faleceu neste Hospital»⁷²⁰ e da «festa de todos os Santos deste presente ano»⁷²¹, recebia pelo seu trabalho, respectivamente, 23\$730 e 12\$800.

Alguns outros indicadores, disponíveis na documentação, poderiam ser aduzidos para testemunhar o cuidado dos responsáveis hospitalares com o cumprimento do serviço de Deus em áreas que a catástrofe desarticulou, cuidado esse que terá justificado

⁷¹¹ Cf. IANTT, Livro 943, fl. 145.

⁷¹² Cf. *Ibidem*, fl. 144.

⁷¹³ Cf. IANTT, Livro 4676, fl. 372.

⁷¹⁴ *Ibidem*, fl. 110.

⁷¹⁵ *Ibidem*, p. 175.

⁷¹⁶ *Ibidem*, fl. 196.

⁷¹⁷ *Ibidem*, fl. 299.

⁷¹⁸ *Ibidem*, p. 72.

⁷¹⁹ *Ibidem*, p. 22.

⁷²⁰ *Ibidem*, fl. 110.

⁷²¹ *Ibidem*, fl. 111.

a reutilização da muito afectada Igreja de Todos-os-Santos e que, sendo entendido enquanto reflexo da necessidade de assumpção de uma relação com o Divino e como estratégia de convivência com o inevitável, ditam a decisão administrativa.

A nomeação de merceeiras e a afectação de bens capazes de suportar *ad eternum* o serviço encomendado foi, já o referimos, uma das estratégias adoptadas para garantir uma boa morte e a salvação da alma. Sendo incontestável que o terramoto de 1755 veio criar dificuldades no cumprimento das obrigações impostas às merceeiras, procurou o Hospital reorganizar a actividade das mercearias confiadas à sua responsabilidade, de forma a fazer cumprir a vontade dos instituidores.

Tal é o que se deduz, quer de alguns requerimentos de merceeiras que após 1 de Novembro de 1755 deixaram de cumprir as suas obrigações diárias, quer de um número muito significativo de nomeações de novas merceeiras. Sabemos que Josefa Maria e Maria Jaques, ambas merceeiras de D. Maria de Aboim, deixaram de cumprir as suas atribuições, a primeira por ter sido vítima de episódio incapacitante confirmado por cirurgião, a segunda alegando que o estado em que a cidade ficara a impedia de vir todos os dias a S. Domingos. Se no caso de Josefa Maria, a sua incapacidade a isentou da missão, já com Maria Jaques o despacho do Enfermeiro-Mor foi no sentido de manter a merceeira no cargo, sendo todavia obrigada, durante vinte meses, a ouvir duas missas por dia, pelo tempo em que deixou de satisfazer a determinação da testadora⁷²².

Os despachos que conduzem ao cargo de merceeiras informam sobre o que se espera, na segunda metade de Setecentos, destas mulheres. Sabemos que Francisco Pinheiro «instituhio quatro Mercieyras, duas em Alda [sic] galega, e duas em Alcoxete, com obrigação cada huma de ouvir Missa, e rezar pellas almas dos dittos instituidores»⁷²³, mas será o termo de nomeação de Catarina Paula Valadares para um dos lugares vagos na mercearia de D. Maria de Aboim, que permite perceber, com rigor, obrigações e contrapartidas: «Hey por bem nomear a supplicante em hum dos ditos lugares de Mercieyra, em o qual será obrigada a hir todos os dias ouvir Missa á Igreja do Convento e S. Domingos desta Cidade pella alma da dita testadora Dona Maria de Abboim, e sobre a sua sepultura rogar a Deos pella sua alma, e haverá de seo ordenado em cada hum anno trinta e dous mil quinhentos, e outo reis pagos aos quartéis, com o

⁷²² Cf. Livro 4676, fls 19v-20.

⁷²³ IANTT, Livro 1106, fl. 22-22v.

vencimento na forma do estillo, como tambem será assistida em suas emfermidades de Medico, Cirurgião, e Botica deste Hospital»⁷²⁴.

É de crer que a desorganização da vida na capital, nos anos que se seguiram ao terramoto, tenha tido reflexos nos «negócios da alma» dificultando, por morte, por enfermidade ou por desleixo das antigas titulares, o cumprimento das obrigações. Tratou-se, todavia, de dificuldades que o Hospital procurou atalhar, assumindo as suas responsabilidades enquanto administrador de pias causas, num trabalho que ganha expressão no mandato de D. Jorge de Mendonça, mas que a ele se não confina. De facto, D. José Luiz de Menezes Abranches Castello Branco e Noronha, 6º conde de Valadares, prossegue a reorganização das mercearias mantidas pelo Hospital Real, provendo ou confirmando nos lugares, em Julho de 1767, Catarina Paula, Mariana Luísa, Caetana Rosa, Maria Antónia, Teresa de Jesus, Maria Rosa de Campos e outras⁷²⁵. Em 21 do mesmo mês, é provido Nicolau Francisco no lugar de «Albergueiro das Missieiras», dispondo de uma renda anual de «doze mil reis em dinheiro para cazas»⁷²⁶, o que permite inferir que a mercearia de D. Maria de Aboim continua a dispor de um espaço físico que as merceeiras habitam.

O processo de morrer

*Cada qual com a sua morte, Assim é,
Então as mortes são muitas, tantas como os seres vivos
que existiram, existem e existirão*⁷²⁷.

Retornemos, por breves instantes, à ritualidade que envolve a morte e a encomendação da alma.

Sendo a pastoral da morte delimitativa da enunciação da vida, antepondo-se como meio e objectivo ideal ao aperfeiçoamento do indivíduo⁷²⁸, o ritual que lhe está associado proporciona uma experiência intensa, catalizadora de sentimentos de identidade a que já Arnold Van Gennep aludia, salientando que a morte impõe a necessidade de separação entre vivos e mortos, num duplo movimento de incorporação: do morto no Além e dos vivos na comunidade⁷²⁹.

⁷²⁴ IANTT, Livro 1106, fl. 26v.

⁷²⁵ Cf. IANTT, Livro 943, fl. 102.

⁷²⁶ Cf. *Ibidem*, fls 92-93.

⁷²⁷ José Saramago, *As Intermittências da Morte*, Lisboa, Editorial Caminho, 2005, p.79.

⁷²⁸ Cf. Ana Cristina Araújo, *A morte em Lisboa. 1700-1830. Atitudes e representações*, p. 205.

⁷²⁹ Cf. Van Gennep, citado por Ana Cristina Araújo, *op. cit.*, p. 225.

Nesta sociedade «constantemente mobilizada para celebrar a morte [...], é nos actos de assistência fúnebre – considerados pela Igreja obra de Misericórdia – que o sentimento de pertença a uma comunidade unida pela esperança de redenção mais nitidamente se revela⁷³⁰.

A celebração da morte, que se inicia muito antes do falecimento, implica um longo e arrastado processo⁷³¹, de que as *artes moriendi* e os directórios fúnebres são o guião, definindo os gestos, as palavras⁷³² e a sequência de um conjunto de rituais onde o desfile processional, verdadeiro espectáculo fúnebre, constituiria um dos mais emotivos momentos. Ao lado desta ritualidade, que procura inculcar na memória dos vivos a recordação de quem parte, a morte constitui-se como um momento económico particularmente importante. Em nome da paz eterna, fortunas mudam de mãos, transfiguradas em «sufrágios aplicáveis a defuntos: missas, indulgências, preces, esmolas, obras meritórias, penitências e execução de testamentos. De todos estes instrumentos, os mais secretos e silenciosos eram, sem dúvida, as orações e indulgências»⁷³³.

Num tempo em que «as almas do Purgatório servem de pretexto para obter dinheiro»⁷³⁴ e no qual a passagem ao reino da glória implica um funeral e um luto que são manifestações calculadas de disciplina social e aparato litúrgico⁷³⁵, sendo a partida do defunto concebida como um espectáculo patético e edificante⁷³⁶, tempo em que o testador é ainda, entre nós, o protagonista e mestre de cerimónia da sua própria morte, uma vez que, pela via testamentária, força a vontade dos vivos, sendo o testamento a garantia do cumprimento das suas determinações⁷³⁷, como se morre no Hospital de Todos-os-Santos? Que assistência religiosa é prestada aos moribundos? Atende-se à decência cerimonial inculcada ou, pelo contrário, estaremos perante uma outra morte,

⁷³⁰ Ana Cristina Araújo, *op. cit.*, p. 226.

⁷³¹ Veja-se, a propósito dos rituais fúnebres na Lisboa do século XVIII, o capítulo IV da obra de Ana Cristina Araújo, *A Morte em Lisboa*, pp. 225-269.

⁷³² *Ibidem*, p. 229.

⁷³³ *Ibidem*, p. 228.

⁷³⁴ O testemunho, datado de finais do século XVIII, é do naturalista Link, citado por Ana Cristina Araújo, *op. cit.*, p. 28.

⁷³⁵ Cf. *Ibidem*, p. 249.

⁷³⁶ Cf. *Ibidem*, p. 251.

⁷³⁷ Cf. Philippe Ariès, *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*, Lisboa, Teorema, 1989, pp. 46-47. Ariès, reportando-se à realidade francesa, defende que na segunda metade de Setecentos se assiste já a uma mutação nas mentalidades, com uma maior confiança na família próxima e uma menor rigidez na definição das disposições testamentárias relacionadas com a piedade. Esta mutação, em Portugal, será mais tardia, não obstante as preocupações expressas na Pragmática de 1749, que procura controlar, também no que à morte respeita, os enormes gastos impostos por uma cultura de ostentação, com o crónico endividamento da nobreza, ou a revisão dos rituais de nojo impostos às viúvas, propostos em Alvará de 17 de Agosto de 1761.

sem a ostentação e os rituais de passagem previstos para aqueles que podem custear a tranquilidade eterna, sendo que estes são poucos a morrerem no Hospital a que D. João II chamou «dos pobres»?

O que a documentação parece querer revelar é que, quer no que respeita à assistência espiritual em vida, quer à observância dos rituais da morte, a clivagem social é um facto iniludível.

É, de novo, o *Memorial* de D. Jorge de Mendonça a fornecer as respostas às questões que formulamos. Certamente preocupado com o conteúdo da Bula de Pio V, datada de 8 de Março de 1566, que obriga a que o enfermo seja confessado antes de ser observado por um médico ou medicado, D. Jorge assume que a assistência espiritual no Hospital era, nos anos que se seguiram ao terramoto, «a peyor *que* podia haver entre catholicos»⁷³⁸. O não cumprimento das obrigações espirituais por parte de um clero secular em serviço na instituição, justificou a intervenção do Enfermeiro-Mor junto do Prelado da Congregação de S. Camilo de Lélis, no sentido de serem aprovados como confessores vários religiosos camilianos, de molde a que estes «sem escrúpulo», pudessem ouvir em confissão, o que até então não acontecia, «com grande desconsolação, e trabalho aos enfermos (quando se querião confessar)»⁷³⁹. Em 7 de Novembro de 1758, são os padres camilos autorizados a habitar no Hospital «para confessarem os doentes, e agonizarem os moribundos [...] porque os Religiosos, pello seo Estado a couza alguma se negarião, e terião mais Caridade com os enfermos, e sempre promptos, o que pellos Clérigos senão conseguiria»⁷⁴⁰.

Em edital de 11 de Julho de 1758, determinava-se que o pároco semanalmente escalado para proceder à administração dos sacramentos aos enfermos, todos os dias e antes de os ministrar, chamasse um padre camiliano, «pera que sendo os enfermos primeyro exortados, recebem dignamente o Senhor»⁷⁴¹, o que, mais uma vez, querera significar alguma falta de zelo no cumprimento do serviço de Deus. No mesmo edital, advertia-se o padre encarregado pelas confissões da porta, referindo-se ao religioso responsável pelas confissões dos enfermos hospitalizados através da Casa da Aceitação, para que tivesse muito cuidado em vir cedo para o seu ministério, de molde a que os enfermos pudessem «em tempo competente serem metidos nas enfermarias»⁷⁴².

⁷³⁸ IANTT, Livro 1106, fl. 116.

⁷³⁹ *Ibidem*.

⁷⁴⁰ *Ibidem*, fl. 138-139.

⁷⁴¹ *Ibidem*, fl. 116v.

⁷⁴² *Ibidem*.

O descuido no cumprimento dos deveres sacerdotais, que já as *Constituições Synodais* procuram atalhar⁷⁴³, estende-se, na instituição, à administração dos últimos sacramentos e aos rituais de encomendação. De facto, a avaliar pelo testemunho do Enfermeiro-Mor, o trabalho de Deus passou, nas enfermarias do Hospital, por um período de desordem e de descuido, com enfermos a necessitarem, sem o obterem, do Sacramento da Extrema-unção. Morriam uns «três, e quatro vezes ungidos, e Outros faltando se lhe com aquelle ultimo Sacramento»⁷⁴⁴. Na perspectiva de garantir a assistência espiritual aos moribundos, ordenou aquele responsável a adopção de «huas taboinhas com o nome de Jesus Maria Jozé»⁷⁴⁵, de forma a que, logo que se ungissem um enfermo, se lhe collocasse à cabeceira uma das ditas tábuas, «pera sinal, e diviza dos mais enfermos, e este ser com todo o Cuidado assistido espiritualmente»⁷⁴⁶. Num quadro em que difficilmente vislumbramos um acompanhamento de cabeceira, com o envolvimento de clérigos e família, que ambiência envolveria o último transe para os moribundos do Hospital? A solidão, o medo do desconhecido, a espera depois de marcado com a «tabuinha» dos sacramentos, talvez aqui e além a mão ou a palavra de um enfermeiro mais piedoso.

Ainda que as *Constituições Synodales* deixem claro que ao pobre é devida assistência fúnebre⁷⁴⁷, tal desidrato nem sempre terá sido observado, a avaliar pelo conteúdo das cartas pastorais de Março de 1759 e Setembro de 1764, que «continuam a denunciar a falta de zelo do clero de *jus tumulandi*, no cumprimento dos legados pios e, em geral, na administração dos sacramentos»⁷⁴⁸. Ainda em 1764, é o cardeal patriarca a referir ter notícia «de que alguns párocos deixam de acompanhar os corpos dos paroquianos pobres às sepulturas, que por causa da sua pobreza lhes dão as ordens terceiras e irmandades [...], sendo muito reparável que aquelas comunidades se

⁷⁴³ As *Constituições Synodales do Arcebispado de Lisboa*, com primeira edição realizada em 1656, na Oficina lisboeta de Paulo Craesbeck, ostentando no rosto o brasão de D. Rodrigo da Cunha, Arcebispo de Lisboa, prevêem pena de multa, prisão e suspensão do officio e beneficio pelo período de um ano, para os párocos que não cumprissem as obrigações de administração dos últimos sacramentos - *Constituições Synodais do Arcebispado de Lisboa*, Livro I, Título IX, parágrafo 9, p. 50.

⁷⁴⁴ IANTT, Livro 1106, fl 116.

⁷⁴⁵ *Ibidem*.

⁷⁴⁶ *Ibidem*.

⁷⁴⁷ «Se o defunto for notoriamente pobre, não o obriguem fazer cousa alguma por sua alma; antes lhe façam enterramento, sem esmola, e quando não for notoriamente pobre, se contudo o for em modo que não possa cumprir tudo o costumado, o pároco não o obrigue fazer mais que o que puder, dando conta disso ao vigário, ou vigários da vara dos seus distritos, para mandarem dispender o que for justo» - *Constituições Synodales do Arcebispado de Lisboa*, Livro IV, Título XV, I, parágrafo 4, p. 395.

⁷⁴⁸ *Colecção de Pastoraes*, Biblioteca da Universidade de Coimbra, vol. 2, s.l., s.d, cit. Ana Cristina Araújo, *op. cit.*, p. 245.

mostrem como mais piedade para com os seus irmãos pobres do que os próprios párocos para com as suas ovelhas»⁷⁴⁹.

A falta de zelo a que aludem os responsáveis eclesiásticos é perceptível nos documentos hospitalares. Em 20 de Agosto de 1758, encarregava-se o Escrivão dos Assentos de fazer pautas das pessoas com obrigação de acompanharem o Santíssimo Sacramento, pretendendo-se com a medida disciplinar a assistência espiritual, «evitando se deste modo as horas impróprias com que se praticava, e destruindo os disturbios que maquinavão»⁷⁵⁰. Ora, nesta assistência espiritual devem incluir-se, não os complexos e dispendiosos rituais fúnebres de matriz tridentina, mas tão-somente as orações de encomendação da alma, que os padres não proferem atempadamente de modo a «evitar serem os mortos roídos dos ratos, e corruptos de três dias, com a cautela de a tempo habil serem sepultados»⁷⁵¹. É, ainda, em nome da dignidade humana, que o Padre Tesoureiro é advertido, em 11 de Julho de 1758, para se fazer acompanhar de três moços de capela no cortejo processional que acompanha os cadáveres entre o Rossio e o cemitério de Sant'Anna, devendo os quatro seguir junto ao esquife «com gravidade e decência que pede aquelle acto, e evitando a desordem que do contrario se seguia»⁷⁵². Há, efectivamente, diferentes formas de morrer na Lisboa de Setecentos, sendo que a morte dos ricos se demarca da morte dos outros.

A temática da morte é retomada em edital de 20 de Agosto de 1759, voltando a referir-se «a pouca regularidade e decência com que se administravão os sacramentos aos enfermos, e os mortos como erão acompanhados a Sepultura»⁷⁵³. Perante a «relaxação» em que se encontra a assistência espiritual e no sentido de «evitar o escândalo, e pôr em execução, o *que* como Catholicos devemos observar»⁷⁵⁴, ordena-se a António Germano de Vilhena, Escrivão dos Assentos, que todos os dias, pela manhã cedo, mande tocar a sair aos enfermos o Santíssimo Sacramento. À preocupação da hora do cerimonial, junta-se a do cortejo, sendo António de Vilhena encarregado de escalar, não religiosos ou moços de capela, mas enfermeiros e ajudantes para acompanharem a custódia e o cálice⁷⁵⁵.

⁷⁴⁹ *Idem, ibidem.*

⁷⁵⁰ IANTT, Livro 1106, fl 117.

⁷⁵¹ *Ibidem.*

⁷⁵² *Ibidem*, fl. 116v.

⁷⁵³ *Ibidem*, fl. 140.

⁷⁵⁴ *Ibidem.*

⁷⁵⁵ Cf. *Ibidem.*

A dificuldade de impor regras no serviço religioso é recorrente. Ainda em Agosto de 1759, procurava-se a intervenção do Prelado dos padres camilos, no sentido de se cumprirem os horários estipulados para as confissões dos doentes hospitalizados, de molde a não causar embaraço aos enfermeiros e ajudantes na assistência e curativo⁷⁵⁶. Em 16 de Maio do ano seguinte, encarregava-se o Escrivão dos Assentos de assegurar que os «confessores da porta», os que tinham como missão confessar os enfermos recém-admitidos, não falseassem a hora de entrada dos doentes nas enfermarias, «advertindo os sempre [aos padres] á sua exacta obrigação, porque o descuido, e omissão em que se querem pôr, he de grande ruina ao bem das almas»⁷⁵⁷.

Uma última reflexão, ainda, em torno da problemática da morte, no sentido de compreender em que condições desce à terra o corpo morto. Se a adopção do hábito religioso como mortalha, costume que vem da Idade Média, configura a morte, no plano do simbólico, como iniciação à vida religiosa, como consagração da individualidade do sujeito morto a uma nova existência⁷⁵⁸, que mortalha usará o Hospital de Todos-os-Santos para envolver os seus mortos? Sabemos que os fatos que o doente enverga à data de entrada são, em caso de falecimento, vendidos por contrato⁷⁵⁹ e que eventuais valores, nomeadamente o dinheiro encontrado, é aumentado à tesouraria. Por outro lado, nos vários registos que, na contabilidade hospitalar, anotam a compra de têxteis, não encontramos qualquer referência ao burel usado nos hábitos religiosos, mas simplesmente a «panos para mortalhas»⁷⁶⁰ ou «fazenda para enxergas e mortalhas»⁷⁶¹.

No que respeita à definição de responsabilidades na preparação do cadáver para o enterramento, refere-se nas *Obrigações dos Enfermeiros e Ajudantes*⁷⁶² que «Sucedendo morrer algum doente nas Enfermarias das febres ou feridos, em que os Medicos, e Cirurgioens, tenham alguma duvida da queicha com que faleceram, se não amortilharã nem hirã para a Caza dos Mortos, sem mo participarem, porque parecendo ser preciso fazer alguma averiguação na Aula de Natomia, o mandalla fazer, e por forma nenhuma poderão os Enfermeiros, e Ajudantes abrir cadaver algum», o que, conjugado com as atribuições do ajudante da Casa da Anatomia, a que já nos referimos, permite inferir

⁷⁵⁶ Cf. IANTT, Livro 1106, fl. 140.

⁷⁵⁷ *Ibidem*, fl. 174v.

⁷⁵⁸ Cf. Ana Cristina Araújo, *op. cit.*, pp. 233-234.

⁷⁵⁹ Domingos Francisco pagava, em 7 de Abril de 1768, a quantia de 72\$000, como garantia do contrato estabelecido entre o próprio e o Hospital, para a cedência dos fatos dos enfermos falecidos nas enfermarias – Cf. IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 4776, fl. 6.

⁷⁶⁰ *Ibidem*, fl. 4.

⁷⁶¹ *Ibidem*, fl. 211.

⁷⁶² Veja-se n/ anexo nº 11.

que, no terceiro quartel do século XVIII, compete aos enfermeiros e ajudantes amortilhar o cadáver antes de o enviar para a Casa dos Mortos. Ora, a ser assim, estaremos simplesmente perante a execução da «múmia», tarefa que ainda hoje integra o quotidiano hospitalar e que significa, entre outras práticas, envolver o cadáver em tecido, sendo esse tecido o «pano para mortalhas» adquirido pela instituição, o que, a confirmar-se, revela que também nesta matéria, as práticas de inumação seguidas no Hospital contrastam com os rituais previstos na pastoral tridentina da morte e que, na cronologia em estudo, são ainda transversais à população lisboeta, designadamente às suas elites e aos congregados em irmandades e confrarias.

3 - Ocaso

Quando, a 26 de Setembro de 1769, a Coroa faz doação da Igreja e Colégio de Santo Antão ao Hospital Real de Todos-os-Santos, que «pelo extrago do terramoto do anno de mil settecentos cincoenta e cinco se incendiou e reduziu a cinzas a sua Igreja, e Hospital e se acha na mayor urgencia de ter caza propria com a largueza e commodidade que he precisa»⁷⁶³, dissipavam-se dúvidas quanto ao futuro e encetava-se o derradeiro capítulo da vida da instituição, no local e com a traça que lhe conferiram uma imagem e uma memória únicas na história de Lisboa.

É de admitir que o plano para a instalação de um grande hospital no complexo edificado de Santo Antão-o-Novo estivesse já nos horizontes do governo do reino em finais de Maio de 1766, data em que D. Jorge Machado de Mendonça cessa funções como Enfermeiro-Mor. O regresso do Hospital Real à esfera de responsabilidade da Misericórdia de Lisboa, pondo fim a oito anos de administração extraordinária tutelada directamente pela coroa, inaugura um novo ciclo que, a estar já delineada a decisão política, será pautado por dois objectivos: a gestão corrente dos assuntos do «hospital de baixo» e a criação de condições para a instalação de um estabelecimento hospitalar no antigo colégio jesuíta. O desenvolvimento, nesta cronologia, de projectos de pormenor das fachadas dos edifícios do novo Rossio, parece indicar que, também em matéria de reconstrução da cidade, estariam então delineadas as grandes opções para a reconstrução daquela zona. Uma vez que a relação entre a reconstrução pombalina e a demolição dos edifícios da ala oriental da praça é inultrapassável, aproximava-se o ocaso do «espiritual grande de Lisboa».

Não obstante, os anos que medeiam entre 1766 e 1775 não devem ser vistos como um tempo de lenta agonia, de degradação e de letargia. Se é certo que em 1770 as contas hospitalares apresentam um saldo negativo que indicia uma grave crise financeira, afastando-se do equilíbrio orçamental conseguido por D. Jorge de Mendonça e mantido, no mandato seguinte, por D. José Luiz de Menezes Abranches Castello Branco e Noronha, conde de Valadares, também é verdade que se não detectam na

⁷⁶³ IANTT, Livro 943, fl 136v. Veja-se n/ anexo 8.

documentação indícios de abandono das múltiplas responsabilidades que ao Hospital estiveram confiadas. São inúmeros os actos administrativos que o confirmam.

Em termos de gestão de legados e particularmente no que respeita ao pagamento de pensões e tenças a beneficiários de disposições testamentárias, continua o Hospital a cumprir as obrigações decorrentes. Em 1768, Frei Laureano António de Santa Anna recebe a pensão anual deixada por D. Josefa Maria Eufrázia, no valor de 8\$000⁷⁶⁴. O testamento de Francisco Pinheiro, cuja execução é da responsabilidade do Hospital, determina o pagamento de algumas mesadas. Entre os contemplados, a quem a instituição continua a pagar em 1768, encontram-se criados e servos, casos de António Tavares da Cruz, João Barbosa ou Luísa Baptista, esta última escrava que foi em vida do testador⁷⁶⁵. Félix da Cruz Souto Mayor, cónego, deixou em legado à Madre Soror D. Josefa Filipa da Cunha, uma tença que o Hospital liquida semestralmente, no valor de 40\$000⁷⁶⁶. O mesmo cónego Félix deixou ainda a uma outra religiosa, a Madre Soror Mariana da Glória, professa no Convento da Rosa, uma pensão anual de alimentos no valor de 40\$000; o pagamento relativo ao ano de 1765 foi realizado em 13 de Agosto de 1768⁷⁶⁷. Manuel Themudo, boticário, deixou a sua filha, Madre Soror Theodora Maria do Paraizo, religiosa do Convento do Calvário, uma tença anual que o Hospital paga ao Dr. José Ferreira da Costa e Melo, procurador da religiosa⁷⁶⁸. No que concerne à rubrica orçamental «legados a pessoas certas», os exemplos são em número significativo.

Também as obrigações de piedade próprias da instituição não deixam de ser satisfeitas. Em 27 de Julho de 1768, recebe o padre Luís Pereira, Prioste de Santa Justa, a importância de 4\$000 «pelas ofertas das pessoas que fallessem nas enfermarias deste Hospital, pertencentes ao anno que se venceo pelo S. João do presente»⁷⁶⁹, registando-se em 1769 o pagamento ao Prior da Colegiada de Santa Marinha, a importância de 2\$060, «dos Aniversarios que satisfizerão na dita Igreja nos 4 annos findos no de 1768, pela Alma de Domingas Salvada»⁷⁷⁰.

Os livros de contabilidade hospitalar, que nos termos do decreto régio de 21 de Julho de 1766, passam a estar sujeitos ao «Methodo das partidas dobradas», sistema contabilístico então em uso no Erário Régio e com o qual se pretendia uniformizar e

⁷⁶⁴ Cf. IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 4776, fl. 35.

⁷⁶⁵ Cf. *Ibidem*, fl. 38.

⁷⁶⁶ Cf. *Ibidem*.

⁷⁶⁷ Cf. *Ibidem*, fl. 55.

⁷⁶⁸ Cf. *Ibidem*, fl. 53.

⁷⁶⁹ *Ibidem*, fl. 47.

⁷⁷⁰ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 4776, fl. 263.

clarificar as contas públicas, permitem perceber um amplo universo de actividades, suportes da ideia de permanência que vimos defendendo.

Continuam a cobrar-se foros e rendas, tanto em numerário como em géneros: em 31 de Agosto de 1768 registavam-se, entre muitas outras, as entregas feitas por D. José de Lencastre (trigo e cevada de foro por terras no Ramalhão), por D. Luíza Antónia de Mendonça e Ignez Teresa de Albuquerque (trigo e cevada por prazos na Malveira), por Joana Maria (cevada de foro de um casal em Montelavar), por Balthezal Coutinho de Carvalho (trigo e cevada de foro de um casal em Algés), por D. Maria Juliana Ignacia de Menezes (trigo por renda de uma terras em Vila Franca de Xira), por Severino Maurício da Costa Bravo (trigo e cevada por renda de terras das Lezírias)⁷⁷¹. Em Março de 1769, Luiz Tavares Peres, procurador dos legados não cumpridos na Comarca de Torres Vedras, fazia entrar no Hospital 10 almudes e 11 canadas de aguardente, por conta das dívidas registadas naquela comarca⁷⁷².

A arrecadação de legados não cumpridos mantém-se como preocupação, quer se trate de dividendos patrimoniais, quer de rituais litúrgicos não realizados: a título de exemplo e ilustrando o que atrás referimos quando à não realização de missas por alma, são os Irmãos da Congregação de Jesus e Maria Jozé de S. Roque levados a entregar ao Hospital as quantias de 282\$480 da «esmola das Missas que se não disseram nos 14 anos vencidos no de 1767 da Capela de Pedro da Lage», de 121\$800 «da esmola das Missas, que se não disserão nos dés annos findos no de 1767 da Capela de Antonio de Moraes», de 72\$320 «da esmola das Missas que se não disserão té o anno de 1767 da Capela de Francisca de Carvalho», e ainda 3\$480 «da esmola das Missas, que se não disserão nos 24 annos findos no de 1767 da Capela de Fernando Mendonça Albernás»⁷⁷³.

No plano financeiro, regista-se transferência de verbas, tendo em vista o financiamento das obras em Santo Antão-o-Novo: a José Rodrigues Bandeira, Tesoureiro-Geral das Rendas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa era entregue, por despacho da Mesa de 2 de Outubro de 1769, a avultada quantia de 31.762\$310, que Lourenço de Amorim Costa havia legado em testamento ao Hospital para custear as obras projectadas após o incêndio de 1750 e que se mantinha à guarda da tesouraria hospitalar⁷⁷⁴, tesouraria esta que continua a arrecadar juros reais, como o foram os

⁷⁷¹ Cf. IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 4776, fl. 63-65.

⁷⁷² Cf. *Ibidem*, fl. 179.

⁷⁷³ Cf. *Ibidem*, fl. 182.

⁷⁷⁴ Cf. *Ibidem*, fl. 287.

97\$452 que Francisco Xavier de Passos, Tesoureiro do Senado da Câmara, fez entrega em 1770, por «juízo do anno proximo passado na folha do real da Agoa, e vinho»⁷⁷⁵.

Pagam-se vencimentos, que ascenderam a 1.699\$497 no mês de Março de 1770⁷⁷⁶. Adquirem-se produtos de botica, como «Agoa [...] para queichas de gota para os Enfermos deste Hospital que della carecerem», comercializada por Francisco Lardy⁷⁷⁷, ou drogas diversas fornecidas por Jerónimo Canale Valabella⁷⁷⁸ e Lourenço Rodrigues⁷⁷⁹, bem como materiais de consumo corrente, como três resmas e meia de papel de conhecimentos e folhas de cozinha, executadas pelo impressor lisboeta Miguel Manescal da Costa⁷⁸⁰. Remunera-se o trabalho de Alexandre da Costa e Diogo de Souza, responsáveis pela aplicação das «unturas de azougue»⁷⁸¹. Exerce-se o poder disciplinar, despedindo e multando os que se subordinam à hierarquia hospitalar, caso de Bernardino de Sousa, enfermeiro da Enfermaria de Santo Amaro, que no mesmo ano de 1770 é obrigado a entregar na tesouraria a quantia de 1\$820, «importancia de 16 colheres de Latam a 40 reaes cada huma, 400 reaes por hum copo de latao, 300 reaes por 6 goardanapos, 480 reaes por huma Esphera de prata que falta na Enfermaria de Santo Amaro de donde foy Enfermeiro»⁷⁸², ou de Manuel José de Carvalho, ajudante, que em 3 de Agosto de 1770 pagou à instituição 1\$720 «da roupa que queimou, propria deste Hospital»⁷⁸³.

⁷⁷⁵ IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 4776, fl. 421.

⁷⁷⁶ «aos Officiais da Secretaria Medicos e Cerurgioens de seus ordenados do quartel vencido no fim de Março do presente anno como consta da folha aonde assignarão as suas respectivas addiçoens... 639\$978; ao Juiz da Caza, Sindico, Advogado, e procuradores, de seus ordenados do quartel findo no ultimo de Março do presente anno como consta da folha aonde assignarão as suas respectivas addiçoens... 107\$933; aos Capelaens do Coro, e mossos da Capela da Igreja deste Hospital; Capelaens das Capelas de Vbcerto [?] e de Ambulatoria; Confessores das Confissoens geraes e da porta; Mercieiras de D. Maria de Aboim, e de Pinheiro, incluídos 41\$670 reaes das destribuiçoens do Coro da Semana Santa proxima vencido tudo no dito quartel acima como consta da folha N. 129 aonde assignarão as suas respectivas addiçoens... 714\$932; aos Irmãos Mayores, porteiro da Caza da Fazenda; enfermeiros, ajudantes e mais familia que servem as enfermarias deste Hospital, por seus ordenados de todo o mez de Março proximo passado, como consta da folha N 130, aonde assignarão as suas respectivas addiçoens... 215\$854; Pago aos Padres Arrabidos do Hospicio deste Hospital de suas ordinarias do quartel vencido no fim de Março proximo passado como consta da folha N. 129... 20\$800» - *Ibidem*, fl. 363.

⁷⁷⁷ Cf. *Ibidem*, fl. 422. Por dois frascos de «agoa» foi paga a importância de 3\$360.

⁷⁷⁸ Em 23 de Maio de 1769 o Hospital devia ao Administrador da Botica, Francisco Alvarez Carneiro, os fornecimentos feitos por Jerónimo Valabella desde Julho de 1768. Cf. *Ibidem*, fl. 208.

⁷⁷⁹ A Lourenço Rodrigues é lançado, em 1770, o pagamento de 179 arratéis de Quina, a 1.400 reaes o arrátel e de meia arroba de Jalapa a 310 reaes, num total de 255\$560. Cf. *Ibidem*, fl. 416.

⁷⁸⁰ Cf. *Ibidem*, fl. 261.

⁷⁸¹ Cf. *Ibidem*, fl. 207, entre outros registos. As unturas de azougue, termo que significa a aplicação de mercúrio, eram realizadas por estes dois «especialistas». O registo que referimos reporta-se a 308 aplicações feitas em doentes portadores do mal gálico (sífilis), hospitalizados na Enfermaria de S. José, entre Março e Abril de 1769.

⁷⁸² IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 4776, fl. 426.

⁷⁸³ *Ibidem*, fl. 416.

Investe-se nestes últimos anos, independentemente de um fim anunciado, em obras de manutenção e na aquisição de equipamento. A Francisco Xavier Pinto pagavam-se 23\$270 pelo trabalho de oficiais pedreiros realizado entre 18 de Fevereiro e 11 de Março de 1769⁷⁸⁴. No mesmo mês de Março de 1769, Valentim Falcão, mestre pedreiro, recebia 11\$600 pelo trabalho de um oficial calceteiro e de um trabalhador, «de calsarem o pateo, incluídos 6\$150 reaes por 123 cargas de pedra que se gastou na dita obra»⁷⁸⁵. O mestre pedreiro Francisco Xavier Pinto voltava a receber, em Abril seguinte, 12\$980 «por varios concertos que se fizerão neste Hospital»⁷⁸⁶, ao mesmo tempo que António Rodrigues Gil, mestre carpinteiro, arrecadava 9\$600 por intervenções realizadas na mesma altura⁷⁸⁷. O mesmo António Rodrigues Gil executaria, a expensas do Hospital Real, intervenções na cerca do colégio de Santo Antão, em Agosto de 1770, bem como alguns consertos numas casas nobres defronte do Convento de S. Camilo e no Hospital do Rossio, ajustando pelo serviço a quantia de 20\$055⁷⁸⁸. Também em 1770, Lino da Fonseca recebe 14\$675 por conta de «varios concertos que se fizerão nos ornamentos da Igreja deste Hospital»⁷⁸⁹, cabendo a Francisco Marques, mestre picheleiro, a importância de 4\$000, por «humas crus de estanho que fez para a Igreja deste Hospital, liquido da crus velha que se lhe deu em desconto»⁷⁹⁰.

Ainda em 1769, são mandados fazer 50 pares de bancos de ferro para as camas dos enfermos⁷⁹¹, e adquirem-se 213 cobertores, 48 mantas de França, 144 enxergões e 144 travesseiros, bem como panos diversos para lençóis e mortalhas⁷⁹².

Seria infundável o número de actos administrativos passíveis de serem arrolados como prova, não apenas de manutenção da actividade do Hospital Real de Todos-os-Santos no Rossio de Lisboa até 1775, mas da existência de preocupações, ao nível dos seus dirigentes, com a assistência e conforto dos enfermos e com o cumprimento de obrigações que advêm da condição de administrador de causas pias.

Não temos notícia de como se terá organizado a transferência de serviços e de enfermos, a partir de Abril de 1775, para o recuperado Colégio Real de Santo Antão-o-

⁷⁸⁴ Cf. IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 4776, fl. 173.

⁷⁸⁵ *Ibidem*, fl. 175.

⁷⁸⁶ *Ibidem*, fl. 183.

⁷⁸⁷ *Ibidem*, fl. 184.

⁷⁸⁸ *Ibidem*, fl. 421. O Convento de S. Camilo, já o referimos, mais não é que o Palácio dos Cascais, adquirido pela Coroa em 1754 e no qual se instalam os religiosos de S. Camilo de Lélis.

⁷⁸⁹ *Ibidem*, fl. 357.

⁷⁹⁰ *Ibidem*, fl. 421.

⁷⁹¹ Cf. *Ibidem*, fl. 198.

⁷⁹² Cf. *Ibidem*, fl. 194 e 211.

Novo, rebaptizado com a designação de Hospital Real de São José. Admitimos, como o fez Mário Carmona⁷⁹³, que a 23 de Novembro de 1775, quando é criada por decreto a Praça da Figueira, as arcadas que durante quase três séculos conferiram ao Rossio a sua fisionomia *sui generis* pertencessem já ao domínio da memória.

Então, e só então, Lisboa abdicava do seu «esprital grande» e encetava um novo capítulo na história dos serviços hospitalares da cidade.

*

* *

Procurámos, ao longo do trabalho que agora se conclui, clarificar abordagens e consolidar raciocínios através de pequenas notas de síntese, pelo que as considerações de teor conclusivo que tecemos intentam apenas elencar algumas linhas de força que, não corroborando em plenitude algumas interpretações que sobre o Hospital Real de Todos-os-Santos têm sido produzidas, poderão constituir-se como outras tantas propostas de trabalho futuro.

Pretendemos, e esse foi o desafio transversal a todo o estudo, que a vulgarizada ideia de que o terramoto de 1755 foi responsável pela destruição total da instituição, privando a cidade do seu hospital primeiro, carece de sustentabilidade documental. Ao contrário do que trespassa de uma imaginária que tudo reduz a escombros e sem escamotear os profundos estragos estruturais e organizacionais que a catástrofe de 1 de Novembro de 1755 provocou no já muito afectado conjunto edificado do Rossio, estragos de tal monta que justificaram a utilização, por um período de tempo perfeitamente caracterizado, de instalações alternativas para o acolhimento de enfermos, ao contrário, dizíamos, de uma leitura apocalíptica da tragédia que estudos recentes parecem não confirmar, o que a documentação atesta é um esforço de reconstrução do edificado e de reorganização das rotinas, o que permite assumir, sem quaisquer ambiguidades, que o Hospital de Todos-os-Santos se manteve, apesar das dificuldades, em actividade até Abril de 1775. O fim do «esprital grande de Lisboa» não é ditado pela catástrofe mas pela decisão política e administrativa e o seu desaparecimento da

⁷⁹³ Cf. Mário Carmona, *op. cit.*, p. 263.

paisagem citadina não se deve às forças da natureza mas ao trabalho das brigadas de demolição.

Mais, o terramoto de 1755 só surge como factor determinante para o encerramento definitivo do Hospital do Rossio na medida em que criou condições objectivas para a reordenação urbana, proporcionando respostas para necessidades há muito sentidas. O projecto de remodelação e ampliação do Hospital de Todos-os-Santos não surge com o terramoto, situa-se-lhe a montante, da mesma forma que a solução encontrada, a fundação do Hospital Real de São José, vem na sequência de uma situação política particularmente complexa, que ditou a extinção da Companhia de Jesus e a anexação à Coroa do seu imenso património imobiliário. E num contexto político que procura consolidar novos poderes e concepções do todo social, não será por mero acaso que o Hospital de Todos-os-Santos encerre definitivamente portas em 1775. Falamos do ano em que Lisboa olvida, por momentos, mágoas, tristezas e lutos, festejando a inauguração da estátua equestre do rei D. José I, na Praça do Comércio, que se quer porta monumental do império. O mesmo ano em que, nos terrenos onde se implantou o Hospital, nascia um novo e cosmopolita espaço: a Praça da Figueira.

Mantendo-se, como defendemos, em actividade ao longo de todo o terceiro quartel do século XVIII, o «espiritual dos pobres», como o pretendeu D. João II, não limitou a sua utilização aos deserdados da sorte, acolhendo quantos, na população lisboeta, não foram detentores de estatuto social que os inibisse de frequentar um hospital público, prestando apoio às cadeias da cidade e acolhendo tripulações de navios portugueses e espanhóis de regresso das viagens atlânticas, pelo que a instituição, continuando a ser patrocinada pelas doações régias e por institutos fundacionais particulares associados à teologia da morte e da salvação, inscreve nas suas receitas o pagamento de diárias de internamento a quantos «pagam as curas», ou têm quem por eles as assumam.

Uma outra linha de força sobre a qual importa reflectir será o carácter laico do Hospital Real de Todos-os-Santos, tanto quanto pode ser laica uma instituição assistencial no século XVIII português. Trata-se, efectivamente, de um estabelecimento que, ao contrário do que sucedeu noutros reinos ocidentais, deve a sua fundação e tutela à Coroa e não à Igreja, no qual aos religiosos competem exclusivamente serviços de cariz espiritual, sendo os cuidados a prestar aos enfermos assumidos por enfermeiros e ajudantes que têm com a instituição um contrato, que auferem vencimento e que se subordinam a uma hierarquia. A tendência para associar a prática do cuidar humano a organizações religiosas, se verificável em alguns estabelecimentos assistenciais

portugueses e estrangeiros, carece, para o Hospital e na cronologia em estudo, de suporte documental.

Quanto aos percursos de aprendizagem, deve inferir-se que é no Hospital que se desenvolvem, de modo empírico, esses percursos, habilitando indivíduos que ingressam no estabelecimento com a categoria de ajudante, com capacidades que lhes permitam vir a ser, ou não, nomeados como enfermeiros.

A vertente pedagógica da instituição não se resume, como é sabido, aos cuidados de enfermagem. A Escola de Cirurgia do Hospital de Todos-os-Santos virá a merecer, em período pós-terramoto, particular atenção dos responsáveis hospitalares, o que se compreende tendo em conta que a metodologia de ensino adoptada tinha como pilar fundamental o trabalho desenvolvido pelos praticantes nas enfermarias. Procura-se, não já ultrapassar o paradigma hipocrático-galénico que orientou os actos médicos em toda a vida da instituição, mas dissipar alguma anarquia que se terá instalado ainda no reinado de D. João V, reabilitando normas de acesso aos cursos de cirurgião e de sangrador, definindo procedimentos de matrícula e subordinando as vertentes administrativa e disciplinar da Escola à tutela do Enfermeiro-Mor. Merece, naturalmente, particular destaque a organização de uma nova Casa da Anatomia, o que terá permitido uma melhor e mais estruturada vertente teórica dos cursos.

Ainda numa outra linha de força, questionámos se a elaborada e dispendiosa construção tridentina dos rituais fúnebres terá sido observada, no todo ou em parte, no Hospital de Todos-os-Santos, da mesma forma que procurámos compreender o empenho da comunidade religiosa na administração de sacramentos aos moribundos e nos rituais litúrgicos de encomendação da alma, num tempo em que, a avaliar pelo conteúdo de algumas cartas pastorais, não é raro que os párocos favoreçam os ricos ou aqueles que podem pagar o serviço religioso, em desfavor dos pobres. Do cotejo de diferentes documentos, depreendemos que o processo de morrer não obedece, na instituição em estudo, aos preceitos enunciados nas *artes moriendi*. Antes, terá sido um processo solitário, onde terá faltado, não poucas vezes, a palavra de esperança e os últimos sacramentos. Também no que respeita à inumação, a ausência de empenho da comunidade religiosa mereceu repetidos reparos do Enfermeiro-Mor, reparos que se estendem ao serviço de confissões e aos cerimoniais litúrgicos nas enfermarias. O Hospital não terá sido incólume à crise de valores que parece ter atingido uma parte significativa da clerezia portuguesa nos séculos XVII e XVIII.

Por fim, reportando-nos à Igreja do Hospital, seguramente a mais emblemática estrutura do conjunto inaugurado no início do século XVI, propomo-nos considerar que, apesar da destruição causada pelo grande incêndio de 1750 e pela acção do terramoto de 1755, a mesma possa ter voltado a servir a comunidade ainda na década de sessenta do século XVIII. A contratação de pessoal religioso, as alusões a cerimónias e festividades irrealizáveis nos espaços destinados a acolhimento de enfermos, as múltiplas referências à «Igreja do Hospital» parecem desaconselhar outra interpretação.

Como escrevemos no início, procurámos compreender a dimensão, a importância, a presença constante do “*esprital grande de Lixboa*” no quotidiano da cidade e do reino, numa perspectiva de (r)evolução, ou, como teoriza Edgar Morin, como revolução despida de sentidos de promessa ou acabamento⁷⁹⁴, apenas como exercício de problematização que, propondo olhares e interpretações outras, possa constituir-se como desafio e ponto de partida para futuros estudos que promovam um mais rigoroso conhecimento do que significou, para os séculos XVI-XVIII portugueses, o Hospital Real de Todos-os-Santos.

⁷⁹⁴ Cf. Edgar Morin, *As grandes questões do nosso tempo*, 6ª ed., Lisboa, Editorial Notícias, 1999, p. 259.

BIBLIOGRAFIA

Fontes:

Manuscritos:

AHM-AH, *Livro IV de Registo de Consultas e Decretos de D. João V do Senado Oriental*.

IANTT, *Chancelaria de D. João II*, livros 17 e 23.

IANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livros 35 e 36.

IANTT, *Colecção de Bulas*, maço 12, nº 8.

IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 942, *Registo Geral*.

IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 943, *Registo Geral 1752-1802*.

IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, «Livro em que se registam as ordens e editaes que tem feito publicar o Exmo D. Jorge Francisco Ma [...] no principio [...] Agosto de 1758».

IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1107, «Escripturas de compra de várias propriedades 1752-1754».

IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1461, «Enfermarias das Portas de Santo Antão, Casa dos Almadás no Rossio e em São Bento da Saúde, após o terramoto».

IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1479, «Livro Geral das Portas de Santo Antão e Rocio que começou em o primeiro de Novembro de 1755 the 9 de Junho de 1756».

IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1480, «Livro desde 9 de Junho de 1756 the 23 de Setembro de 1756».

IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1481, «Livro desde 23 de Setembro de 1756 the 25 de Abril de 1757».

IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1482, «Livro que principiou em 22 de Abril de 1757 the 24 de Julho de 1757».

IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1483, «Livro geral que teve seu principio em 24 de Julho de 1757 the 8 de Fevereiro de 1758».

IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1809, «Livro das Portas de Santo Antão que principiou em 25 de Agosto de 1756 e findou em 26 de Abril de 1760».

IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1810, «Mulheres, L. 2, Livro que principiou em 27 de Abril de 1760 the 31 de Outubro de 1762».

IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1816, «Livro geral N. 8 dos Asentos das Mulheres Emfermas que entrão a curar-se neste Hospital Real de todos os Santos da Cidade de Lisboa de 13 de Junho de 1770 até 12 de Setembro de 1771».

- IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 2703, «Índice Chronologico da Legislação permanente do Hospital Real de São Jozé, que começa no Anno de 1603 [...] e finda em 1827».
- IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 2241, «Admissões dos familiars. 1.12.1759 athe 22.3.1787».
- IANTT, *Fundo do Hospital de São José*, Livro 4776, «Diário, letra A, da Administração, e Arrecadação do Hospital Real de Todos os Santos desta Cidade de Lisboa, que teve principio, em 17 de Março de 1768».
- IANTT, *Fundo do Hospital de São José*, maço 1, nº 3, caixa 500.

Textos impressos:

- BRANDÃO, João (de Buarcos), *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*, organização e notas de José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- Causa da nulidade de matrimónio entre a rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya e o rei D. Afonso VI*, reedição aumentada de muitos depoimentos e pareceres inéditos conforme um manuscrito da Torre do Tombo, revista e prefaciada por António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925.
- Compendio da Vida, morte, virtude, e milagres de S. Camillo de Lellis, Fundador dos Clérigos Regulares, Ministros dos Enfermos, cuja festa se celebra na Igreja do Hospital Real de todos os Santos*, Lisboa, [s.n.], 17--.
- Constituições synodales do Arcebispado de Lisboa, novamente feitas no synodo diocesano que celebrou na Sé Metropolitana de Lisboa o Illustrissimo e Reverendissimo Senhor D. Rodrigo da Cunha Arcebispo da mesma Cidade..., em os 30 dias de Mayo do anno de 1640 concordadas com o Sagrado Concilio Tridentino...*, Lisboa Oriental: Na Officina de Filipe de Sousa Villela, 1737.
- CRUZ, António da, *Recopilaçam de Cirugia [...] composta pello licenciado Antonio da Cruz, natural da Cidade de Lisboa, & Cirugião del Rey N Senhor, & do seu Hospital Real de todos os Sanctos* [4ª edição], Lisboa, por Mattheus Pinheiro, anno 1630.
- DUFAU, Pedro, *Exposição da Anatomia pelo que respeita a Osteologia [...] Offerecida ao Illustriss. E Excell. Senhor Sebastião José de Carvalho e Mello [...] por Pedro Dufau, Cavalleiro Professo da Ordem de Christo, Anatomico Regio do Hospital Real de todos os Santos, e antigo Cirurgião mor nos exercitos Imperiais [...]*, Lisboa, na Officina de Miguel Manescal da Costa, Anno de: 1764.
- Estatuto da Veneravel Irmandade dos Clerigos Pobres, com o titulo da Caridade, e patrocínio da Santíssima Trindade, sita no Hospital Real de todos os Santos destas Cidades, de novo reformado, e addicionado no anno de 1731. Sendo Juiz o R^{do} Manoel de Souza Borges, Cura da Paroquial Igreja de N. S. dos Martyres. Mordomos os R^{dos} Joam Antunes Monteyro, Prior da Paroquial de S. Nicolao e Francisco Nunes Collares, Cura da mesma Igreja do Hospital*, Lisboa Occidental, Na Officina de Pedro Ferreira, Impressor da Serenissima Rainha Nossa Senhora, 1732.
- Extracto da solenidade com que se hade applaudir no Hospital Real de todos os Santos, Desde o dia 18. deste mez de Junho até 25. a Canonização de S. Camillo de Lellis, Fundador dos Clérigos Regulares, Ministros dos Enfermos*, Lisboa, [s.n.], 17--.

- FERREIRA, António, *Luz Verdadeyra, e recopilado exame de toda a cirurgia, dedicado à Augusta, e Real Magestade Del-Rey D. Pedro II. Nosso Senhor: Author o Licenciado Antonio Ferreyra, Cirurgiaõ da Camera do dito Senhor, sua Guarda, & Hospital.Real, dos Cárceres do Santo Officio, & Familiar delle [...]*, Lisboa, na Officina de Valentim da Costa Deslandes, anno M.DCCV.
- GÓIS, Damião de, *Descrição da Cidade de Lisboa*, tradução do texto latino, introdução e notas de José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.
- GORANI, Giuseppe, *Portugal. A corte e o país nos anos de 1765 a 1767*, tradução de Castelo-Branco Chaves, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992.
- GRISLEY, Gabriel, *Desenganos para a medicina. Ou Botica para todo pay de famílias*, Coimbra, Oficina de Thome Carvalho, 1669.
- Inventário da Criação dos Expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, prefácio de Isabel dos Guimarães Sá, coordenação dos trabalhos e elaboração de textos de Maria Luísa Guterres Barbosa Colen e Francisco D'Orey Manoel, Lisboa, SCML, 1998.
- Instrucção de Enfermeiros, e consolaçam para os affligidos enfermos: e verdadeira pratica de como se devem applicar os remedios, que os Médicos ordenaõ, Muito Necessária para que os enfermos sejaõ bem curados, e proveitosa aos praticantes de Medicina*. Lisboa. Na Officina de Francisco da Silva. Com todas as licenças necessarias. Anno de MDCCXLVII.
- LISBOA, Amador Patrício de, *Providências do Marquês de Pombal que se deram no terramoto que padeceu a corte de Lisboa no ano de 1755*, vol. 3, introdução de Luís Oliveira Ramos, Lisboa, Público, Fundação Luso-Americana, 2005.
- Livro das Obras de Garcia de Resende*, edição crítica por Evelina Verdelho, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
- Livro das Posturas Antigas*, transcrição paleográfica de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1974.
- MARIZ, Pedro de, *Dialogos de varia historia, em que se referem as vidas dos senhores reys de Portugal, com os seus retratos: e noticias dos nossos reynos, e Conquistas, e varios successos do Mundo. Autor Pedro de Mariz. Divididos em dous tomos. Ultimamente acrescentados até o feliz Reinado do Senhor Rey Dom Joao V. De saudosa memoria, pelo Padre Fr. Francisco Xavier dos Serafins Pitarra...* Lisboa: Na Officina de Joseph Filippe. Ann M.D.CC.LVIII. (O tomo II é obra da Oficina de Manoel Soares).
- MENDONÇA, Joaquim José Moreira de, *Historia universal dos terremotos que tem havido no mundo de que ha noticia, desde a sua creação até o século presente: com huma narraçam individual do terremoto de 1755 [...]: huma dissertação physica sobre as causas geraes dos terremotos [...] por Joachim Joseph Moreira de Mendonça*, Lisboa, na Oficina de António Vicente da Silva, 1758.
- MONRAVÁ E ROCA, António de, *Manifesto dos Ocultos, ou novo nocturno, e singular Estudo de novissima, certissima, universal Medicina que da na sua aula o Doutor Antonio de Monravá, e Roca, Lente Regio Jubilado de Anatomia do Hospital Real de todos os Santos de Lisboa*, Lisboa, na Officina do mesmo autor, anno M.DCC.XLIII.
- MONZÓN, Francisco de, *Libro primero del Espejo del principe christiano compuesto y nuevamente reuisto y mui emendado con nueva composicion y mucha addicion por el doctor Frãisco de Monçon cuya leccion es muy provechosa a todo genero de*

- personas discretas aunque sean predicadores y cortesanos por las muchas y sabias sentencias y muy famosos y illustres exemplos que se ponem...*, Lisboa, Antonio Gonçalvez, 30 junho 1571.
- OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de, *Sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)*, apresentação e notas de José Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1987.
- Ordenações Manuelinas*, livro I, Lisboa, reprodução em fac-símile da edição de Valentim Fernandes (Lisboa, 1512-1513), introd. João José Alves Dias, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002.
- PAYVA, Sebastião da Fonseca, *Redondilhas de Santo António alistarse por soldado: na occasiam da Campanha do Alem-Tejo no anno de 1665*, Lisboa, Oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1665.
- Pelo breve memorial expõe Jorge Francisco Machado de Mendonça ao Ill mo e Exc mo Senhor Conde de Oeiras*, Lisboa, Na officina de Miguel Manescal da Costa, 1761.
- Pelo breve memorial expõe Jorge Francisco Machado de Mendonça ao...Conde de Oeiras...o regimen que tem estabelecido no Hospital Real de Todos os Santos : donde por decreto do mesmo senhor he thesoureiro executor da sua fazenda e enfermeiro mor: relata-se a fundação deste hospital e algumas noticias respectivas aos hospitaes...*, Lisboa, Na officina de Miguel Manescal da Costa, 1761.
- PEREIRA, Agostinho José, *Oração fúnebre nas solemnes exéquias, que a Veneravel Irmandade dos Clerigos Pobres, com o titulo da Charidade, e patrocínio da Santíssima Trindade, celebrou na Igreja do Hospital Real de Todos os Santos desta Cidade de Lisboa, aos 8. diaz do mez de Novembro de 1745. pelas Almas de seus Irmãos defuntos*. Lisboa, na Officina de Francisco da Silva, 1746.
- PINA, Rui de, *Crónica de El-Rei D. João II*, edição, prefácio e notas de Alberto Martins de Carvalho, Coimbra, Atlântida, 1950.
- Regimento do Hospital de Todos os Santos*, prefácio de Fernando da Silva Correia, reprodução da primeira edição datada de 1946, Lisboa, Hospitais Cíveis de Lisboa, 1984.
- Relação verdadeira, e individual do formidavel incendio que se ateou no Hospital Real de Todos os Santos da Cidade de Lisboa, em 10. de Agosto, deste anno de 1750*, Lisboa, Na Officina de Manoel Soares, 1750.
- ROMA, Francisco Morato, *Lvz da Medicina, Pratica Racional, e Methodica, Gvia de Infermeiros, Directório de Principiantes, Autor o Doytor Francisco Morato Roma, Medico da Câmara de S. Magestade, & do S. Officio da Inquisição, Caualleiro professo da Ordem de Christo, Anno de 1664*, Lisboa. Na Officina de Henrique Valente de Oliueira Impressor del Rey Nosso Senhor.
- SANCHES, António Ribeiro, *Tratado da conservaçam da saude dos povos.. : .com hum appendix Consideraçoens sobre os terramotos com as noticias dos mais consideraveis de que fas menção a historia e dos ultimos que se sentirão na Europa desde do 1 de Novembro de 1755*, Em Paris: E se vende em Lisboa em Casa de Bonardi e du Beux, 1756.
- SANTA MARIA, Padre Francisco de, *O Ceo aberto na Terra: historia das sagradas congregações dos Cónegos Seculares de S. Jorge de Alga de Venesa & de S. João Evangelista em Portugal*, Lisboa, na Officina de Manoel Lopes Ferreyra, 1697.

- SANTARÉM, 2º Visconde de, *Memórias e Alguns Documentos para a História e Teoria das Cortes Gerais que em Portugal se Celebraram pelos Três Estados do Reino*, Parte II, *Documentos: Cortes de Évora de 1481-1482 – capítulo das penas de «água vai»*, 2ª ed., Lisboa, Imprensa da Portugal-Brasil, 1924, [www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt (2006-05-24)].
- SANTIAGO, Frei Diogo de, *Postilla Religiosa e Arte de Enfermeiros*, edição fac-símile, apresentação de Luís Graça, introdução de Aires Gameiro, Lisboa, Alcalá, 2005.
- SOUSA, António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa, Provas*, tomo II, I parte, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, M.CM.XLVII.
- VILLALBA Y ESTAÑA, Bartolomé de, «O Peregrino curioso e grandezas de Espanha», in ESTAÑA, Bartolomé de Villalba; CONFALONIERI, Gianbattista, *Por terras de Portugal no século XVI*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.

Monografias:

- ABREU, Laurinda, *Memórias da Alma e do Corpo. A Misericórdia de Setúbal na modernidade*, Viseu, Palimage, 1999.
- ABREU, Laurinda, “Igreja, caridade e assistência na península ibérica (sécs. XVI-XVIII): estratégias de intervenção social num mundo em transformação”, in ABREU, Laurinda (ed.), *Igreja, caridade e assistência na península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*, Lisboa, Edições Colibri, CIDEHUS-Universidade de Évora, Dezembro 2004, pp. 11-26.
- ABREU, Laurinda (ed.), *Igreja, caridade e assistência na península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*, Lisboa, Edições Colibri, CIDEHUS-Universidade de Évora, Dezembro 2004.
- ABREU, Laurinda (ed.), *Asistencia y Caridad como Estrategias de Intervención Social: Iglesia, Estado y Comunidad (s. XV-XX)*, Bilbao, Servicio Editorial de La Universidad del País Vasco, 2007.
- ALMEIDA, André Ferrand de, «As Misericórdias», in MAGALHÃES, Joaquim Romero (coord.), *No Alvorecer da Modernidade*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, vol. 3 de MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, pp. 169-176.
- ALVES, Augusto Lobo, «O ensino de enfermagem nos hospitaes de Lisboa», Lisboa, Separata de *Medicina Contemporanea*, Tipografia Adolpho de Mendonça, 1919.
- ANASTÁCIO, Vanda, «O terramoto de 1755: marco da história literária?», in *O Terramoto de 1755 – Impactos Históricos*, org. Ana Cristina Araújo et al, Lisboa, Livros Horizonte, 2007. pp. 363-367.
- ARAÚJO, Ana Cristina, *A morte em Lisboa. 1700-1830. Atitudes e representações*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997.
- ARAÚJO, Ana Cristina et al, *O Marquês de Pombal e a Universidade*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2000.
- ARAÚJO, Ana Cristina, *O Terramoto de 1755. Lisboa e a Europa*, Lisboa, Clube do Coleccionador dos Correios, 2005.

- ARAÚJO, Ana Cristina et al (org.), *O Terramoto de 1755 – Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.
- ARAÚJO, Ana Cristina, “Armadilhas da razão prática: desastre, risco e propaganda», in *História e Ciência da Catástrofe: 250º aniversário do terramoto de 1755*, coord. Maria Fernanda Rollo, Ana Isabel Buescu e Pedro Cardim, Lisboa, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007, pp. 125-153.
- ARIÉS, Philippe, *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*, Lisboa, Teorema, 1989.
- BÉNIAC, Françoise, «O medo da lepra», in LE GOFF, Jacques (apres.), *As doenças têm história*, Lisboa, Terramar, 1997, pp. 127-145.
- BONNET, Jocelyne, “História da higiene e do asseio corporais”, in POIRIER, Jean (dir.), *História dos Costumes – As técnicas do Corpo*, tradução de Manuel Ruas, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- BRAUDEL, Fernand, *História e Ciências Sociais*, 6ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1990.
- CABANAS, Mercedes Insua, “Arquitectura hospitalaria em Galicia”, in Mercedes Rozas (coord. geral), *El Hospital Real de Santiago de Compostela y la hospitalidad en el Camino de Peregrinación*, Santiago de Compostela, Museo do Pobo Galego, Xunta de Galicia, 2004, pp. 57-86.
- CARDIM, Pedro, *O poder dos afectos: ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*, (texto policopiado). Dissertação apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, para a obtenção do grau de Doutor em História, especialidade de História Cultural e das Mentalidades Modernas, Lisboa, 2000, XV + 683 p.
- CARDIM, Pedro, «Política e identidades corporativas no Portugal de D. Filipe I», in Luís A. de Oliveira Ramos et al (coord.), *Estudos de homenagem a João Francisco Marques*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, [s.n.], pp. 275-306, [<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2837.pdf> (2007.03.07)].
- CARMONA, Juan Ignacio, *Enfermedad y sociedade n los primeros tiempos modernos*, Sevilha, Universidad de Sevilla, 2005.
- CARMONA, Mário, *O Hospital Real de Todos-os-Santos da Cidade de Lisboa*, [s. n.], (Porto, Impr. Portuguesa), 1954.
- CARVALHO, Augusto da Silva, *Crónica do Hospital de Todos-os-Santos*, reprod. fac-similada da ed. de 1949, Lisboa, [s.n.] (Tip. A. Coelho Dias), 1992.
- CIDADE, Hernâni, *Lições de cultura e literatura portuguesas, séculos XV a XVII*, 1º vol., 2ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1943.
- CLAPIER-VALLADON, Simone “As modas médicas”, in POIRIER, Jean (dir.), *História dos Costumes – As técnicas do Corpo*, tradução de Manuel Ruas, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- COLLIÈRE, Marie-Françoise, *Promover a vida. Da prática das mulheres de virtude aos cuidados de enfermagem*, Lisboa, SEP, 1989.
- COLLIÈRE, Marie-Françoise, *Cuidar... A primeira arte da vida*, 2ª ed., Lisboa, Lusociência, 2003.

- CORREIA, Fernando da Silva, *Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas*, Lisboa, Livros Horizonte, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1999.
- CORREIA, José Eduardo Horta, «O pombalismo e a restauração no reino do Algarve», in Ana Cristina Araújo et al (org.), *O Terramoto de 1755 – Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.
- CRESPO, Jorge, *A História do Corpo*, Lisboa, Difel, 1990.
- DAUPIÁS, Nuno, *Cartas de privilégio, padrões, doações e mercês régias ao Hospital Real de Todos-os-Santos, 1492-1775: subsídios para a sua história*, Lisboa, [s.n.], 1959.
- DAUPIÁS, Nuno, *O Arquivo Histórico do Hospital de S. José: esboço de um inventário*, Lisboa, [s.n.], 1966.
- DELUMEAU, Jean, *Une histoire du paradis: le jardin des délices*, Paris, Fayard, 1992.
- DELUMEAU, Jean, *A civilização do renascimento*, tradução de Manuel Ruas, Lisboa, Estampa, 1994.
- DIAS, João José Alves, «A População», in DIAS, João José Alves (coord.), *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, Lisboa, Editorial Presença, 1998, vol. V de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, pp. 11-52.
- DONAHUE, M. Patricia, *Historia de la Enfermería*, tradução da edição original por Maria Picazo e Cármen Hernández, Barcelona, Ediciones Doyma, 1985.
- ELEUTÉRIO Vítor, «Pátios de Comédias», in *Dicionário de História de Lisboa*, direcção de SANTANA, Francisco e de SUCENA, Eduardo. Lisboa, [s.n.], 1994, pp. 696-698.
- FERREIRA, F. A. Gonçalves, *História da Saúde e dos Serviços de Saúde em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.
- FONSECA, João Duarte, *1755 – o Terramoto de Lisboa*, 2ª edição bilingue, Lisboa, Argumentum, 2005.
- FOUCAULT, Michel, *Naissance de la clinique*, 5e édition, Paris, PUF, 1983.
- FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa pombalina e o Iluminismo*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1987.
- GONÇALVES, Iria, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia Histórica, 1996.
- LE GOFF, Jacques (apres.), *As doenças têm história*, Lisboa, Terramar, 1997.
- LEITE, Ana Cristina, «O Hospital Real de Todos-os-Santos - História de um Hospital», in PEREIRA, Paulo (dir.), *Hospital Real de Todos-os-Santos - 500 anos. Catálogo*, organização do Museu Rafael Bordalo Pinheiro, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993, pp. 5-19.
- LEMOS, Maximiano, *História da Medicina em Portugal - Doutrinas e Instituições*, vol. I e II, Lisboa, Publicações D. Quixote, Ordem dos Médicos, 1991.
- LINDERMAN, Mary, *Medicina e Sociedade no início da Europa Moderna - Novas abordagens da História europeia*, Lisboa, Replicação, 2002.
- LOURENÇO, Maria Paula Marçal, «As instituições de assistência das Casas da Família Real: a “misericórdia” e a “graça” régia», in ABREU, Laurinda (ed.), *Asistencia y Caridad como Estrategias de Intervención Social: Iglesia, Estado y Comunidad (s.*

- XV-XX), Bilbao, Servicio Editorial de La Universidad del País Vasco, 2007, pp. 173-184.
- MALLÓN, Baudilio Barreiro et al, *El Hospital Real de Santiago de Compostela y la hospitalidad en le Camino de Peregrinación*, dirección de IGLESIAS, José Manuel García, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 2004.
- MATTOSO, José, «A utilização dos diálogos de Gregório Magno pelo *Libro de los Exemplos*», in MATTOSO, José (dir.), *O Reinos dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa, João Sá da Costa, 1995.
- MATTOSO, José (dir.), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa, João Sá da Costa, 1995.
- MEA, Elvira Cunha de Azevedo, «A Igreja em Reforma», in DIAS, João José Alves (coord.), *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, Lisboa, Editorial Presença, 1998, vol. V de SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, pp. 413-446.
- MENDONÇA, Manuela, *D. Jorge da Costa, Cardeal de Alpedrinha*, Lisboa, Colibri, 1991.
- MÍGUEZ, J. Santiago Sanmartín, «La antigua botica del Hospital Real», in Mercedes Rozas (coord. geral), *El Hospital Real de Santiago de Compostela y la hospitalidad en el Camino de Peregrinación*, Santiago de Compostela, Museo do Pobo Galego, Xunta de Galicia, 2004, pp. 451-466.
- MINOIS, George, *História dos Infernos*, Lisboa, Teorema, 1997.
- MOITA, Irisalva, «As escavações de 1960 que puseram a descoberto parte das ruínas do Hospital Real de Todos-os-Santos», in PEREIRA, Paulo (dir.), *Hospital Real de Todos-os-Santos - 500 anos. Catálogo*, organização do Museu Rafael Bordalo Pinheiro, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993, pp. 20-22.
- MOITA, Irisalva, «O Hospital Real de Todos os Santos: enfermarias, aposentadorias, serviços», in PEREIRA, Paulo (dir.), *Hospital Real de Todos-os-Santos - 500 anos. Catálogo*, organização do Museu Rafael Bordalo Pinheiro, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993, pp. 40-48.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *O Crepúsculo dos Grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, 2ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2003.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «Sebastião José e o terramoto: entre o governo da casa e o governo do reino», in ARAÚJO, Ana Cristina et al (org.), *O Terramoto de 1755 – Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.
- MORIN, Edgar, *As grandes questões do nosso tempo*, 6ª ed., Lisboa, Editorial Notícias, 1999.
- MOREIRA, Rafael de Faria Domingues, *A arquitectura do renascimento no Sul de Portugal. A Encomenda Régia entre o Moderno e o Romano*, dissertação de Doutoramento em História de Arte apresentada à FCSH da UNL, texto policopiado, Lisboa, 1991.
- MOREIRA, Rafael, «O Hospital Real de Todos-os-Santos e o italianismo de D. João II», in PEREIRA, Paulo (dir.), *Hospital Real de Todos-os-Santos - 500 anos. Catálogo*, organização do Museu Rafael Bordalo Pinheiro, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993, pp. 23-30.

- NAZARETH, Manuel, *Introdução à Demografia – Teoria e Prática*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 2000.
- NETO, Margarida Sobral, «A persistência senhorial», in Joaquim Romero Magalhães (coord.), *No Alvorecer da Modernidade*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, vol. 3 de José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, pp. 152-161.
- NOGUEIRA, José Maria António, *Esparsos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, tomos I, XII e XIII, Lisboa, Typographia Universal, 1885.
- Os expostos da Roda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Francisco D'Orey Manoel (coord. científica), Lisboa, Museu de São Roque e Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2001.
- PAIVA, José Pedro, «O episcopado e a “assistência” em Portugal na Época Moderna (séculos XVI-XVII)», in ABREU, Laurinda (ed.), *Igreja, caridade e assistência na península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*, Lisboa, Colibri / CIDEHUS-UE, Dezembro 2004.
- PAQUETE, Claude, *Analyse de ses valeurs personnelles – s'analyser pour mieux décider*, [s.n.], Éditions Québec Amérique, 1982.
- PEREIRA, Paulo, «A fachada da Igreja do Hospital Real», in PEREIRA, Paulo (dir.), *Hospital Real de Todos-os-Santos - 500 anos. Catálogo*, organização do Museu Rafael Bordalo Pinheiro, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993, pp. 31-39.
- PEREIRA, Paulo (dir.), *Hospital Real de Todos-os-Santos - 500 anos. Catálogo*, organização do Museu Rafael Bordalo Pinheiro, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993.
- PITA, João Rui, «Medicina, Cirurgia e Arte Farmacêutica na reforma pombalina da Universidade de Coimbra», in ARAÚJO, Ana Cristina et al, *O Marquês de Pombal e a Universidade*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2000, pp. 129-162.
- POIRIER, Jean (dir.), *História dos Costumes – As técnicas do Corpo*, tradução de Manuel Ruas, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- POLÓNIA, Amélia, «A actuação assistencial do Cardeal Infante D. Henrique. Linhas de um modelo de intervenção pastoral», in ABREU, Laurinda (ed.), *Igreja, caridade e assistência na península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*, Lisboa, Colibri / CIDEHUS-UE, Dezembro 2004, pp. 135-154.
- PORTER, Roy, «O que é a doença?», in PORTER, Roy (dir.), *História Ilustrada da Medicina*, Rio de Janeiro, Revinter, 2001, pp. 82-117.
- PORTER, Roy (dir.), *História Ilustrada da Medicina*, Rio de Janeiro, Revinter, 2001.
- Provedores*, sistematização, coordenação e textos de CARDOSO, Rogério Seabra, Lisboa, SCML, Secretaria-Geral, Arquivo Histórico e Biblioteca, 1995.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira, «As estruturas populacionais», in MAGALHÃES, Joaquim Romero (coord.), *No Alvorecer da Modernidade*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, vol. 3 de MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, pp. 140-161.
- ROLLO, Maria Fernanda; BUESCU, Ana Isabel; CARDIM, Pedro (coord), *História e Ciência da Catástrofe: 250º aniversário do terramoto de 1755*, Lisboa, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007.

- ROSA, Maria de Lurdes, «Lieux de l'assistance médiévale et architecture hospitalière au Portugal» in TOUATI, François-Olivier, *Archéologie et Architecture Hospitalières de l'Antiquité tardive à l'aube des temps modernes*, Paris, La boutique de l'histoire, 2000, pp. 261-293.
- ROZAS, Mercedes (coord. geral), *El Hospital Real de Santiago de Compostela y la hospitalidad en el Camino de Peregrinación*, Santiago de Compostela, Museo do Pobo Galego, Xunta de Galicia, 2004.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, “Abandono de crianças, identidade e lotaria: reflexões em torno de um inventário”, in *Inventário da Criação dos Expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, prefácio de Isabel dos Guimarães Sá, coordenação dos trabalhos e elaboração de textos de Maria Luísa Guterres Barbosa Colen e Francisco D'Orey Manoel, Lisboa, SCML, 1998.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizontes, 2001.
- SANTOS, Georgina Silva dos, *Ofício e Sangue. A Irmandade de São Jorge e a Inquisição na Lisboa moderna*. Lisboa, Edições Colibri, Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 2005.
- SANTOS, Sebastião Costa, «Catálogo dos Provedores e Enfermeiros-Móres do Hospital Real de Todos os Santos e do Hospital de S. José», separata de *Arquivos de História da Medicina Portuguesa*, Porto, Tip. da “Enciclopédia Portuguesa”, 1918.
- SANTOS, Sebastião da Costa, «O Arquivo do Hospital de S. José», separata de “*Anais das Bibliotecas e Arquivos*”, [s.l.], [s.n.] (Lisboa, Tip. da Biblioteca Nacional), 1920.
- SANTOS, Sebastião da Costa, «Sobre barbeiros sangradores do hospital de Lisboa», separata dos *Arquivos de História da Medicina Portuguesa*, Porto, Tipographia a vapor da *Enciclopédia Portuguesa*, 1921.
- SANTOS, Sebastião da Costa, *A Escola de Cirurgia do Hospital Real de Todos os Santos 1565-1775*, Lisboa, Faculdade de Medicina de Lisboa, 1925.
- SARAIVA, Maria Teresa et al, *Hospital de São José - Inventário Provisório*, Lisboa, IANTT, Direcção dos Serviços de Arquivística, 2004, texto policopiado.
- SEQUEIRA, G. de Matos, *Depois do terramoto – subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*, vol. I, reimpressão da 1ª edição de 1916, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1967.
- SERRÃO, José Vicente, «O quadro humano», in HESPANHA, António Manuel (coord.), *O Antigo Regime*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, vol. 4 de MATTOSO, José, *História de Portugal*, pp. 43-66.
- SERRÃO, Vítor, «Catálogo», in PEREIRA, Paulo (dir.), *Hospital Real de Todos-os-Santos - 500 anos. Catálogo*, organização do Museu Rafael Bordalo Pinheiro, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993, pp. 60-61.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006.
- SILVA, Josette, «Mercearias», in Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 4, p. 275.
- SILVA, Raquel Henriques da, “Da destruição de Lisboa ao arrasamento da Baixa: o terramoto urbanístico de Lisboa”, in *História e Ciência da Catástrofe: 250º aniversário do terramoto de 1755*, coord. Maria Fernanda Rollo, Ana Isabel Buescu e

- Pedro Cardim, Lisboa, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007, pp. 105-111.
- SOARES, Maria Isabel, «Notícia sobre alguns manuais de enfermagem», *Enfermagem*, nº 1 (2ª série), Jan.Março 1996, pp. 43-52.
- SOUSA, Armando Tavares de, *Curso de História da Medicina – das origens aos fins do século XVI*, 2ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- SOUSA, Ivo Carneiro de, *A Rainha D. Leonor (1458-1525). Poder, misericórdia, religiosidade e espiritualidade no Portugal do Renascimento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.
- SUBTIL, José Manuel, *O terramoto político (1755-1759). Memória e Poder*, Lisboa, EdiUAL, 2006.
- TOUATI, François-Olivier, *Archéologie et Architecture Hospitalières de l'Antiquité tardive à l'aube des temps modernes*, Paris, La boutique de l'histoire, 2000.
- VAUCHEZ, André, *A espiritualidade da Idade Média Ocidental, séc. VIII-XIII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.

Dicionários e Histórias Gerais:

- MATTOSO, José (direcção), *História de Portugal*, vol. 3, *No Alvorecer da Modernidade*, coordenação de MAGALHÃES, Joaquim Romero; vol. 4, *O Antigo Regime*, coordenação de HESPANHA, António Manuel, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.
- PERES, Damião, *História de Portugal*, vol. III, Barcelos, Portucalense Editora, MCMXXXI.
- SANTANA, Francisco e SUCENA, Eduardo (direcção), *Dicionário de História de Lisboa*, Lisboa, [s.n.], 1994.
- SERRÃO, Joel (coordenação), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 1 e 4, Porto, Livraria Figueirinhas, [s.n.].
- SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (direcção), *Nova História de Portugal*, vol. V, *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, coordenação de DIAS, João José Alves, Lisboa, Editorial Presença, 1998.
- SILVA, Inocêncio Francisco da, ARANHA, Brito, *Diccionario Bibliographico Portuguez* [documento electrónico], Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*, vol. II, edição crítica de Mário Fiúza, Porto, Livraria Civilização, 1966.

Outros:

- CAMÕES, Luís Vaz de, *Os Lusíadas*, canto IV, estr. XCV.
- SARAMAGO, José, *As Intermittências da Morte*, Lisboa, Editorial Caminho, 2005.

Sítios web:

<http://genealogia.netopia.pt> [consultado entre 2007.02.06 e 2008.05.30]

<http://ler.letras.up.pt> [2007.03.07]

www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/tratado_saude_povos.pdf [2008.04.08]

www.igeo.pt/serviços/CDI [2007.09.26]

www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt [consultado entre 2007.02.06 e 2008.05.30]

SEQUÊNCIA DE FIGURAS

	f.
Figura 1 – O «cano real de S. Domingos», identificado durante as Escavações na Praça da Figueira, em 1960	18
Figura 2 – <i>Parábola dos Cegos</i> , de Pieter Brugel, o Velho (1568)	24
Figura 3 – <i>Inferno</i> (pormenor), de Jean e Paul Limbourg (1416)	30
Figura 4 – Hospital Maior de Milão (Filarete, 1460-1464)	46
Figura 5 – Hospital de Santiago de Compostela (Enrique Egas, 1501)	46
Figura 6 – Hospital de Granada (1504)	47
Figura 7 – Hospital de Todos-os-Santos (1492, planta conjectural)	47
Figura 8 – A cidade de Lisboa conforme a interpretou e publicou Georgius Braun, em 1572, no seu <i>Theatrum urbium praecipiarum mvndi</i> , volume 1, <i>Civitates urbium Terrarum</i>	48
Figura 9 – O Hospital de Todos-os-Santos marca, pela sua dimensão e centralidade, a paisagem lisboeta. Recorremos ainda a Braun, desta feita à edição de 1593, volume 5 – <i>Urbium praecipiarum mvndi theatrvum</i> (pormenor)	49
Figura 10 – O Hospital de Todos-os-Santos. Maqueta conjectural policromada da autoria de Carlos Loureiro, sob desenhos preparatórios de Carlos Ribeiro	49
Figura 11 – Desenho do sítio do Hospital de Todos-os-Santos, Convento de S. Domingos e Poço do Borratém, levantado por Guilherme Joaquim Paes de Menezes e datado de 9 de Dezembro de 1750, a que se sobrepôs, na <i>Lisboa Antiga</i> , 2ª ed., vol. X, pp. 86-87, uma planta representando a zona depois da reconstrução pós terramoto de 1755	50

Figura 12 – Pormenor de painel de azulejos da primeira metade do Século XVIII, representando a fachada do Hospital de Todos-os-Santos	58
Figura 13 – Esboço produzido no século XVIII, representando a fachada do Hospital de Todos-os-Santos	64
Figura 14 – A ala nascente do Rossio no século XVII, com a fachada da Igreja do Hospital de Todos-os-Santos em primeiro plano	64
Figura 15 – Projecto do tecto da Igreja do Hospital de Todos-os-Santos, da autoria de Fernão Gomes (1580-1590)	66
Figura 16 – O Rossio antes do terramoto de 1755. Estampa de Zuzarte, 1787	84
Figura 17 – Painel de azulejos setecentistas outrora existentes no antigo Convento das Trinas	84
Figura 18 – Excerto da planta nº 5, de Eugénio dos Santos (1756), projecto inicial da «Baixa pombalina»	95
Figura 19 – Projecto de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, datado de cerca de 1760	97
Figura 20 – A cidade de Lisboa, antes e durante o terramoto. Água-forte de Mateus Sautter, de finais do século XVIII	108

SEQUÊNCIA DE GRÁFICOS

	f.
Gráfico 1 – Representação dos familiares contratados entre 1759 e 1775	132

SEQUÊNCIA DE QUADROS

	f.
Quadro nº 1 – Pessoal do Hospital de Todos-os-Santos, segundo o Regimento de 1504	53
Quadro nº 2 – Síntese das transacções patrimoniais realizadas em 1752, para ampliação do Hospital de Todos-os-Santos	91
Quadro nº 3 – Provedores e Enfermeiros - Mores do Hospital de Todos-os-Santos, com exercício documentado entre 1750 e 1775	104
Quadro nº 4 – Familiares contratados entre 1759 e 1775	132
Quadro nº 5 – Internamentos entre 1 de Julho de 1758 e 1 de Julho de 1759	152

anexos

anexo 1

**Relação e esboço cartográfico dos
estabelecimentos assistenciais
instituídos em Lisboa,
anteriores à fundação do
Hospital Real de Todos-os-Santos**

Relação de estabelecimentos assistenciais instituídos em Lisboa, anteriores à fundação do Hospital Real de Todos-os-Santos¹

1	Afonso Martins Albernoz, Hospital de	
Situava-se o hospital junto à Porta de Alfama, virada a Oriente, naquela que é actualmente a Rua de São João da Praça, na freguesia da Sé.		Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas</i> , Lisboa, Livros Horizonte, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1999, p. 391. Cf. José Maria António Nogueira, <i>Esparsos</i> , Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, pp. 119-120. Cf. <i>Dicionário de História de Lisboa</i> , direcção de Francisco Santana e de Eduardo Sucena. Lisboa, [s.n.], 1994, p. 443).		

¹ A extensa lista de estabelecimentos assistenciais que apresentamos inclui instituições que se localizaram na cidade e para lá do foi o termo de Lisboa em finais do século XV. Considerámos importante registar também estas últimas, quer pela sua proximidade com a cidade e, consequentemente, pelo seu eventual contributo para a rede de prestação de cuidados na região em período tardo medieval, quer pela relação que algumas delas vieram a ter com o Hospital Real de Todos-os-Santos. Na planta “Distribuição dos estabelecimentos assistenciais na cidade de Lisboa, em finais do século XV”, inserimos 76 instituições, que desenvolveram a sua actividade no interior da muralha, no termo ou no seu limite exterior próximo.

São, na sua maioria, instituições com baixa capacidade para hospitalizar ou albergar e com manifesta exiguidade de meios materiais e humanos. Recorde-se que nos reportamos a uma cronologia onde não acontece a prática de institutos assistenciais medicalizados, sendo que o pessoal de apoio se resume, em muitos casos, ao(a) hospitaleiro(a) ou ao(a) albergueiro(a), ou ao casal.

A presente relação evidencia a dificuldade existente em tipificar as instituições consideradas, uma vez que, como já foi sublinhado no estudo, não são claras as atribuições conferidas a cada uma. Procurámos relativizar essa ambiguidade distribuindo os estabelecimentos elencados pelas quatro grandes categorias que a documentação sugere e que estudos anteriores têm consagrado: hospitais, albergarias, gafarias e mercearias. Optámos por considerar uma quinta categoria, “institutos bifuncionais”, onde incluímos todos aqueles cuja polivalência é reconhecida.

Tal como a relação que apresentamos, também o gráfico relativo à distribuição das casas assistenciais pelas cinco categorias referidas, não pretende ser conclusivo. Acreditamos que muitas das casas consideradas numa categoria não tenham a ela limitado a sua acção, da mesma forma que pensamos provável a existência de instituições que aqui não referimos ou que algumas das referidas possam ter possuído contornos diversos dos que aqui registamos.

Quanto ao número de instituições consideradas, difere do apresentado por outros investigadores, ainda que tenhamos trabalhado com as duas obras que têm vindo a servir de referência para este tipo de estudo – as de José Maria António Nogueira e de Fernando da Silva Correia. Os valores que divulgamos encontram justificação no critério amplo de inclusão, que considera, como dissemos, instituições sedeadas fora da muralha e mesmo do termo da cidade de Lisboa e nas categorias que considerámos, uma vez que incluímos a categoria «Bifuncionais», onde cabem instituições que foram simultaneamente abrigo para pobres enfermos, mas também albergarias ou mercearias.

Não sendo matéria que recolha consensos, importa referir que a referência à incorporação de cada estabelecimento no Hospital Real de Todos-os-Santos resulta tão-somente do cotejo das obras acima indicadas com o *Dicionário de História de Lisboa*.

Por fim, não considerámos, por pensarmos tratar-se de estabelecimentos extrínsecos à problemática em estudo, os hospitais militares com que a cidade contou nos universos geográfico e cronológico abordados, estabelecimentos amiúde referidos como “Hospitais de Sangue” pela muito acentuada vertente cirúrgica de que se revestiu a sua actividade e entre os quais se contaram um identificado junto à Porta de Santa Catarina no conturbado período de 1383-1385, ou o Hospital do Castelo, localizado junto à Porta de São Jorge e que veio a ser integrado, por Alvará de 4 de Maio de 1641, na rede de “Hospitais de Sangue” confiada por D. João IV, aos cuidados da Ordem Hospitaleira de São João de Deus (Cf. J. Boléo-Tomé, “Os Irmãos de S. João de Deus na evolução dos cuidados de saúde em Portugal”, *Hospitalidade*, Lisboa, 70 : nº especial, Fev. 2006, pp. 25-29.)

2	Aldeia Galega do Ribatejo, Hospital de	
<p>Não se sabendo com exactidão se se tratou de hospital ou albergaria, o estabelecimento surge referido no testamento de Constança Vicente, mulher de Fernão Pires, escudeiro do Arcebispo de Braga, D. João de Soalhais, com data de 9 de Abril de 1334. Esta testadora instituiu, para lá do referido hospital e de legados permanentes em benefício dos pobres, três capelas: em Lisboa, na igreja do Convento de S. Francisco e na igreja da Madalena, a terceira em Santa Maria de Viana do Alentejo. A muito estreita relação entre a fundação de capelas, com os objectivos que se lhe reconhecem, e a prática das obras pias, revela uma mentalidade que vê na caridade o caminho da salvação.</p> <p>(Cf. José Maria António Nogueira, <i>idem</i>, p. 114-115.)</p>		
3	Alenquer, Hospital e Albergaria da Vila de	
<p>Fundado em 1320 pela rainha D. Isabel de Aragão (Santa Isabel). Terá sido um dos muitos estabelecimentos da invocação do Espírito Santo a que Guimarães de Sá alude, tendo uma dimensão pouco usual. Sobre ele, refere Nogueira: «O edifício era vasto e ainda hoje se conserva [à entrada da vila], velho e abandonado, mas não em total ruína. A parte alta, contendo uma extensa varanda, era destinada para o hospital, e os pavimentos inferiores, para os peregrinos, tudo com a completa feição destes antigos estabelecimentos: ermida, varanda, alpendre, sobrados, casas térreas, lugar para ter fogo, etc.». Era administrado, tal como a albergaria anexa, por uma confraria.</p> <p>(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i>, p. 405. Cf. Isabel dos Guimarães de Sá, <i>As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal</i>, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 25-27. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i>, p. 120-121.)</p>		
4	Alfaiates, Hospital dos	
<p>Também conhecido por Hospital de Santa Maria dos Alfaiates ou Hospital dos Doze Alfaiates, situava-se junto ao Monturo de Orca [ou Monturo d'Olga], entre o Beco de Alfama e o Largo do Terreiro do Trigo. Como aconteceria na maioria dos casos, o hospital dispunha de um espaço exíguo (12,00 x 5.50 m), numa «casa térrea e sobradada, e um alpendre, à entrada com uma parreira».</p> <p>(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i>, p. 391. Cf. José Maria António Nogueira, <i>idem</i>, p. 118. Cf. <i>Dicionário da História de Lisboa</i>, p. 444).</p>		Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos
5	Álvaro do Casal, Hospital de	
<p>Instituição vocacionada para albergar crianças órfãs e enjeitadas.</p> <p>(Cf. Irisalva Moita, «O Hospital Real de Todos-os-Santos: enfermarias, aposentadorias, serviços», in Paulo Pereira (dir.), <i>Hospital Real de Todos-os-Santos - 500 anos. Catálogo</i>, organização do Museu Rafael Bordalo Pinheiro, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993, p. 42.)</p>		Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos
6	Alverca, Hospital de	
<p>A única referência é a da sua incorporação do Hospital de Todos-os-Santos.</p> <p>(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i>, p. 392. Cf. José Maria António Nogueira, <i>idem</i>, p. 123.)</p>		Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos
7	Almada, Gafaria de	
<p>Também conhecida como Gafaria de Cacilhas, seria casa de acolhimento para gafos no início do terceiro quartel do século XIV. Surge contemplada no testamento de D. Maria Esteves, redigido em 1375.</p> <p>(Cf. José Maria António Nogueira, <i>idem</i>, p. 79.)</p>		
8	Ameixoeira, Hospital da	
<p>Situado junto à igreja paroquial, terá sido administrado pela Confraria de Nossa Senhora da Ameixoeira.</p> <p>(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i>, p. 405. Cf. José Maria António Nogueira, <i>idem</i>, p. 124. . Cf. <i>Dicionário de História de Lisboa</i>, p. 443).</p>		Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos

9	Armeiros, barbeiros e caldeireiros, Hospital dos	
Da invocação de S. Jorge, existiu na rua da Betesga, freguesia de Santa Justa, sendo um dos estabelecimentos de fundação corporativa. Parte do hospital foi aforada, em 1502, a Gonçalo Mateus.		
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 391. Cf. José Maria António Nogueira, <i>idem</i> , p. 117.)		

10	Bartolomeu Joanes, Hospital / Mercearia de	
<p>Bartolomeu Joanes, nobre cavaleiro senhor de uma avultada fortuna resultante da actividade comercial é um dos mais significativos exemplos do que foi a intervenção laica nas fundações assistenciais, na perspectiva da salvação eterna. Em testamento datado de 18 de Novembro de 1324, a que alude Nogueira, aquele comerciante contemplou estabelecimentos assistenciais diversos, pobres que jazessem doentes em albergarias, instituiu a capela de São Bartolomeu, em Santa Maria Maior de Lisboa, onde ainda se encontra o seu túmulo, uma das mais significativas peças da escultura tumular lisboeta do século XIV, definindo um sistema de missas pela própria alma e pelas almas da família régia, que mobilizava dezasseis capelães. Em paralelo, fundou um hospital, «o mais grandioso que Lisboa teve anteriormente ao de Todos-os-Santos», utilizando uma fórmula testamentária que deixa claros os objectivos pios da fundação: «Outrosim eu Bartolomeu Joanes, considerando que segundo a agua mata o fogo assim a esmola mata o peccado, confiando muito na misericórdia de Deus que me haverá mercê a alma, e confiando muito na devoção que tenho ao Santo Apostolo S. Bartholomeu, estabeleço e ordeno um hospital á honra de Deus e da Virgem coroada Santa Maria Rainha dos Anjos e do bemaventurado apostolo S. Bartholomeu, por cujo nome sou chamado».</p> <p>Com capacidade para doze doentes, o estabelecimento foi implantado perto da Sé, tendo o seu instituidor ordenado «que cada um pobre haja em cada dia para sempre de provisões 3 soldos para pão e para vinho e para conduto», acautelando-se igualmente as necessidades de vestuário e calçado e o enxoval devido a cada leito. Quanto aos fundos para suportar tal obra, Bartolomeu Joanes afectou ao hospital bens capazes de render mil libras por ano para cada doente e vinte mil libras anuais para a capela da Sé. A execução testamentária foi confiada a figuras próximas do testador, entre as quais se encontram Gonçalo Domingues, sacador das dívidas de El-Rei e Martim Vaz, procurador dos vigários de Lisboa. Aos doze pobres acolhidos foram conferidas as tarefas características dos merceeiros.</p>		
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 392. Cf. José Maria António Nogueira, <i>idem</i> , p. 85-89. Cf. Josette Silva, «Mercearias», in Joel Serrão (coord.), <i>Dicionário de História de Portugal</i> , vol. 4, p. 275.)		

11	Benfica, Hospital de	
Terá funcionado junto à igreja paroquial.		Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 405. Cf. José Maria António Nogueira, <i>idem</i> , p. 123. Cf. <i>Dicionário da História de Lisboa</i> , p. 444).		

12	Bucelas, Hospital de	
Da invocação do Santo Espírito, localizava-se junto ao adro da igreja paroquial.		
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 405. Cf. José Maria António Nogueira, <i>idem</i> , p. 124.)		

13	Carniceiros, Hospital dos	
Surge mencionado como pertencendo à freguesia de S. Nicolau, «ao Poço do Chão na travessa da Sombreira que vai para os Anjos».		Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 391. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i> , p. 118. Cf. <i>Dicionário da História de Lisboa</i> , p. 445).		

14	Carpinteiros, correeiros, odreiros e pedreiros, Hospital / Albergaria dos	
Conhecido igualmente por Hospital de Santa Maria das Mercês ou ainda dos sapateiros de correia, relacionava-se com a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, dos carpinteiros, correeiros, odreiros e pedreiros. Funcionou inicialmente na freguesia de S. Nicolau, «às pedras Negras». Correia sustenta que este hospital teria anexa a albergaria dos sapateiros.		Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 391. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i> , p. 118-119. Cf. <i>Dicionário da História de Lisboa</i> , p. 445).		

15	Carpinteiros da Ribeira, Hospital dos	
<p>Ou Hospital de S. Vicente do Corvo, será um dos estabelecimentos cuja fundação se deve à actividade solidária das corporações de ofícios, funcionando no bairro dos Escolares, em casa existente onde se abre a rua do Castelo Picão, na freguesia de Salvador, em Alfama. No seu considerável património inscrevia-se «um olival no termo d'esta Cidade, ondo chamam a Concha, acima de S. Bento, limite da igreja da Madalena».</p> <p>(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i>, p. 391. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i>, p. 115. Cf. <i>Dicionário da História de Lisboa</i>, p. 445).</p>		Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos

16	Charneca, Hospital da	
<p>É um dos muitos estabelecimentos da invocação do Espírito Santo e terá tido localização no largo da povoação.</p> <p>(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i>, p. 405. Cf. José Maria António Nogueira, <i>idem</i>, p. 124.)</p>		

17	Clérigos Pobres, Hospital dos	
<p>Localizar-se-ia na freguesia de Santa Justa, na rua da Betesga.</p> <p>(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i>, p. 391. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i>, p. 115. Cf. <i>Dicionário da História de Lisboa</i>, p. 445).</p>		Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos

18	Cónego João Vicente, Hospital / Albergaria do	
<p>João Vicente, capelão de D. Afonso IV até 1338 e posteriormente cónego em Santa Maria Maior, tendo recebido do soberano o padroado da igreja de São João da Praça, fundou naquela freguesia «uma casa em que se deviam recolher seis homens pobres daqueles que caírem em pobreza, assim clérigos como leigos». O texto fundacional referia uma verba diária para mantimento dos pobres alojados, bem como preocupação com o vestuário, o calçado e a roupa de cama. Pensamos, como o faz Correia, que estes seis pobres teriam obrigações de merceeiros.</p> <p>(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i>, p. 396. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i>, pp. 90-91.)</p>		

19	Cordovelos, Hospital de	
<p>Localizado em Salvaterra de Magos, a sua fundação é anterior a 1476, uma vez que, por carta datada de 26 de Abril daquele ano, expedida de Toro, D. Afonso V nomeia como administrador Aparício de Cordovellos, cavaleiro da casa do duque de Viseu, «em atenção aos muitos serviços que d'elle temos recebido, assim na guerra de Africa como n'estes nossos reinos de Castella».</p> <p>Em louvação levada a cabo em 1625, refere-se que no hospital, instalado numa casa térrea, se recolhiam os pobres, vivendo numa outra casa anexa Domingos Fernandes e sua mulher, servindo esta de hospitaleira. Um acórdão da Relação, de 27 de Março de 1626, manda reconstruir o estabelecimento, reconhecendo-lhe dupla função: «hospital e albergaria dos pobres, é da coroa; e n'ella estarão sempre duas camas com seus leitos, e quatro esteiras mais, e se dará aos pobres e caminhanes, que n'elle se recolherem, luz, fogo e agua, para o que se dará a outra casa ao albergueiro...».</p> <p>D. Filipe III concede, em 10 de Maio de 1629, a administração do hospital a D. Diogo Lobo, fidalgo da casa real, regressando a instituição à tutela da coroa por morte deste.</p> <p>Na segunda metade do século XVIII a casa existia ainda, embora se lhe não reconheça já a vertente hospitalar: «os pobres que n'elle se ajuntavam, muitas vezes bebedos, faziam brigas, não havendo quem os acomodasse, ainda que venham officiaes de justiça, e tudo estragam». Em 1765 o Provedor determinava que «só se armassem camas quando chegassem doentes, que ao cabo de três dias deviam ser removidos para a Misericórdia da vila, e que para os peregrinos e passageiros se pusessem quatro esteiras boas, água, fogo e luz».</p> <p>Com um património calculado, em 1825, em 5.057\$600, o Hospital de Cordovelos terá cessado a sua actividade naquele ano, sendo os seus bens incorporados definitivamente na Coroa.</p> <p>(Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i>, pp. 103-107.)</p>		

20	Corpo de Deus, Albergaria do	
<p>É referida em testamentos quatrocentistas.</p> <p>(Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i>, p. 96.)</p>		

21	Corpo Santo, Hospital do	
É referido por Correia como sendo estabelecimento da invocação do Corpo Santo, referindo-se a S. Pedro Gonçalves ou S. Telmo, padroeiro dos mareantes e das confrarias reguladas pelos Compromissos Marítimos.		Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 394. Cf. <i>Dicionário da História de Lisboa</i> , p. 445).		

22	Corretores, Hospital dos	
Da invocação de S. Pedro Mártir, funcionou na freguesia de Santa Justa, à Mouraria, na Rua de São Pedro Mártir. Seria um estabelecimento com poucos recursos e exíguas instalações, a avaliar pelo que se refere em escritura de aforamento datada de 4 de Janeiro de 1502: «...o qual Hospital era todo terreno, somente tinha um sobradinho...» [11,73 x 9,53m].		Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 394. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i> , p. 116. Cf. <i>Dicionário da História de Lisboa</i> , p. 446).		

23	D. Afonso IV e da rainha D. Beatriz, Mercearias de El-Rei	
Ainda que com objectivos muito definidos – a obrigação de assistirem diariamente a ofícios religiosos <i>per anima</i> , as mercearias devem integrar-se no amplo conceito de casas assistenciais, uma vez que sustentam merceeiros e merceeiras recrutados de entre a população carenciada, não raro gente de bom nascimento caída na pobreza. Agregadas a dez capelas instituídas pelo rei na Sé de Lisboa, ordenou D. Afonso IV, em 1355, «vinte e quatro mercearias, doze para homens e doze para mulheres, com obrigação de assistirem de manhã e de tarde aos mesmos ofícios divinos. Tem cada um de mezada 1\$200 réis, e pelo natal 3\$000 réis, e outro tanto pelo S. João: tem mais um pote de azeite de trez em trez mezes, e quarenta e oito alqueires de trigo. As merceeiras teem de mesada cada uma 1\$000 réis, e 3\$000 réis pelo natal, e outrotanto pelo S. João, vinte canadas de azeite, e quarenta e oito alqueires de trigo. Para vivenda e recolhimento d'estes merceeiros, mandou o mesmo rei edificar um hospício com divisão, junto do mar, o qual por tradições achamos que fora no sitio em que se edificaram as casas dos senhores de Bellas, até ás que foram dos marqueses de Gouveia, defronte do campo chamado das Cebolas, na ribeira». Os doze merceeiros achavam-se alojados, antes do terramoto de 1755, numas casas situadas nas traseiras da Igreja de Santo António, enquanto as doze merceeiras tinham, recolhimento da rua dos Cónegos, igualmente à Sé. Os bens destinados a sustentar capelas e mercearias terão sido consideráveis, sendo geridos por um Provedor assistido por cinco funcionários, tutelados no século XVIII pela Mesa de Consciência e Ordens.		
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 416. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i> , pp. 90-91. Cf. Josette Silva, «Mercearias», in Joel Serrão (coord.), <i>Dicionário de História de Portugal</i> , vol. 4, p. 275.)		

24	D. Antónia Henriques, Mercearia de	
Destinada a nove merceeiras, foi instituída na Igreja da Trindade.		
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 416.)		

25	D. Maria de Aboim, Hospital de	
Por testamento datado de 30 de Julho de 1375, D. Maria de Aboim, rica senhora viúva de D. João Fernandes de Lima, ordenou a fundação de uma capela, a de São Martinho, na Igreja de São Domingos, determinando, igualmente, que nas suas casas situadas perto daquele convento dominicano, na actual Rua das Portas de Santo Antão, se fizesse um hospital para recolher «dez mulheres proves», de boa nomeada, «e hum homem para ser Albergueiro». As disposições testamentárias fixavam o valor da pensão diária a atribuir a cada um deles, referindo também as preocupações a ter para lhes assegurar vestuário e calçado. Trata-se, afinal, de mais uma instituição para merceeiras, à qual foram vinculados avultados bens geridos, numa primeira fase, pelo testamenteiro de D. Maria de Aboim, João Esteves e, por morte deste, pelo concelho de Lisboa, sendo os alvazis municipais contemplados com dez libras anuais, «emquanto fizesse boas obras e desse bom coito e bom recado». A administração dos bens afectos ao estabelecimento foi transferida para o Hospital de Todos-os-Santos que, no terceiro quartel do século XVIII, continuava a assumir o pagamento da pensão devida às merceeiras: por dez merceeiras e um albergueiro, a quantia de 234\$656 réis, por todo um ano (3 de Julho de 1758 a 3 de Julho de 1759), pago aos quartéis. Anexa ao hospital funcionou uma albergaria, também instituída por D. Maria de D. Aboim.		Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 379 e 394. IANTT, <i>Fundo Hospital de S. José</i> , Livro 924, fl 204vº. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i> , p. 94-95.)		

26	D. Maria Armenha, Hospital de	
Situar-se-ia na rua direita que corria de Santo Estêvão para as Portas da Cruz, no bairro de Alfama. Seria um estabelecimento para alfaiates.		Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 394. Cf. José Maria António Nogueira, <i>idem</i> , p. 118. Cf. <i>Dicionário da História de Lisboa</i> , p. 446).		
27	D. Maria Esteves, Hospital de	
Fundado em 1343 por D. Maria Esteves, viúva de Aires Martins, escrivão da puridade no reinado de D. Dinis, o hospital teria seis camas, localizando-se na então freguesia de Santo André, na zona da actual freguesia da Graça. Em anexo ao hospital funcionou a Albergaria de D. Maria Esteves.		
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 396. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i> , p. 95-96.)		
28	D. João II, Mercaria de	
D. João II fez disposição testamentária para uma mercaria com capacidade para doze pobres, seis merceeiros e seis merceiras. Não se conhece onde poderá ter funcionado o referido estabelecimento, admitindo-se que a mercaria do rei tenha sido materializada no interior do Hospital de Todos-os-Santos, onde desde o início conhecemos merceeiros que o próprio Regimento contempla.		
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 416.)		
29	Escolares do Estudo, Hospital dos	
Tendo Santo André como patrono, o hospital localizou-se no bairro dos Escolares, no local onde se inicia a Rua dos Cegos, com frente para a Rua de S. Tomé. O edifício com o número 1 da referida rua ostentava, ainda no início do século XX, um padrão de prazos do Hospital de S. José.		Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 394. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i> , p. 116. Cf. <i>Dicionário da História de Lisboa</i> , p. 445).		
30	Ganha-dinheiros, Hospital dos	
A expressão ganha-dinheiros é sinónima de jornaleiro. Terá sido um dos mais antigos estabelecimentos assistenciais de Lisboa, considerando que em 1501 se renovava um contrato de aforamento de umas casas na freguesia de S. Nicolau, na Rua do Anjo, onde se crê ter funcionado o hospital (no actual cruzamento das Ruas do Ouro e da Conceição)		
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 394. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i> , p. 120.)		
31	Gonçalo Vaz, Hospital de	
Localizou-se em Sacavém, no lugar «onde chamam a Encruzilhada e a de Pae Simão, o qual partia ao levante com herdade do dito hospital...».		Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 405. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i> , p. 123.)		
32	Homens e Banho, na Judiaria Grande, Hospital dos	
Edificado pela comuna judaica para seu uso exclusivo, deste hospital dá notícia um contrato de aforamento realizado em 1498: «...a Gaspar Luiz, bom christão, e Leonor Luiz sua mulher, de umas casas do hospital dos homens e banho, e uma casas de armazem que fora da communa dos judeus, n'esta cidade, na Judiaria grande»; recorde-se que o Édito de expulsão da comunidade judaica data de 5 de Dezembro de 1496. O hospital situar-se-ia, então, no perímetro urbano lisboeta a que Herculano se referiu como Vila Nova de Gibraltar, no espaço onde esteve implantada a grande sinagoga da comuna, inaugurada em 1306 e da qual se conserva, no Museu Abraham Zacuto, em Tomar, a epigrafe fundacional. É neste mesmo espaço que se virá a erguer a igreja da Conceição, da qual resta o pequeno templo na rua da Alfândega – a Conceição Velha. A água utilizada no hospital devia ser a do Poço da Foteia, a das termas romanas hoje integradas no núcleo arqueológico subterrâneo da Rua da Prata. O balneário destinava-se apenas aos doentes e media 4,03 x 1,375m.		Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 394. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i> , p. 107-110. Cf. <i>Dicionário da História de Lisboa</i> , p. 445. Sobre a problemática do Édito manuelino, veja-se Jorge Martins, <i>Portugal e os Judeus, dos primórdios na nacionalidade à legislação pombalina</i> , Lisboa, Vega, 2006, pp. 131-142.)		

33	Hortelões e Almoinheiros, Hospital dos	
<p>Também denominado Hospital de Santa Maria dos Francos, situava-se perto do Chafariz dos Cavalos, na freguesia de S. Pedro de Alfama, «...e é uma só casa, com sua entrada». Possuía casas na freguesia de Santa Justa.</p> <p>(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i>, p. 391. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i>, p. 116-117. Cf. <i>Dicionário da História de Lisboa</i>, p. 446).</p>		Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos
34	João Afonso de Alenquer, Hospital de	
<p>Cavaleiro e veador de D. João I, João Afonso de Alenquer terá fundado este hospital ainda no século XIV. Em testamento datado de 29 de Julho de 1437, o instituidor já destinava «umas casas que eu hei na rua das Esteiras na dita cidade apar de João das Regras, forras e exemptas, as haja para sempre a casa do hospital que eu hei na freguezia dos Martyres da dita cidade». E adiante: «Item, declaro que o dito hospital eu o comprei, porém mando que se mantenha em hospital para espaceiro dos pobres e não para outra coisa».</p> <p>Localizado o hospital defronte da antiga igreja dos Mártires, foi a sua administração confiada aos descendentes de João de Alenquer e, na sua ausência, à Confraria de Santo António, sedeadada no Convento de S. Francisco da Cidade, confraria que mais tarde viria a adoptar a designação de Irmandade dos Nobres de Santo António.</p> <p>Nogueira sugere que o hospital que João Afonso de Alenquer afirma ter adquirido, seja o hospital de sangue (militar) existente junto à porta de Santa Catarina durante o cerco de Lisboa de 1384. Será este o estabelecimento que também surge designado como Hospitalinho dos cordoeiros.</p> <p>(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i>, p. 395. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i>, p. 102-103. Cf. <i>Dicionário de História de Lisboa</i>, p. 443).</p>		Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos
35	Lumiar, Hospital do	
<p>Da invocação do Espírito Santo, terá funcionado no lugar de Telheiras.</p> <p>(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i>, p. 405. Cf. José Maria António Nogueira, <i>idem</i>, p. 123. Cf. <i>Dicionário da História de Lisboa</i>, p. 444).</p>		Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos
36	Madalena, Merceria da	
<p>Com cinco camas, foi instituída por Luís de Almada e sua mulher.</p> <p>(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i>, p. 417.)</p>		
37	Mártires ou de Lisboa, Gafaria dos	
<p>Situava-se fora das muralhas da cidade, na zona onde hoje se abre a Rua Nova do Almada, antes da construção da muralha fernandina. Correia admite que esta gafaria seja anterior à tomada de Lisboa.</p> <p>(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i>, p. 413. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i>, p. 80.)</p>		
38	Membros, Hospital dos	
<p>Segundo Nogueira, este hospital estaria em funcionamento, em Lisboa, em 1343, sendo contemplado com esmolas no testamento de D. Maria Esteves. Correia considera a possibilidade de estarmos perante uma instituição relacionada com a Confraria de S. Jorge, que agrupava profissionais metalúrgicos. Pensamos poder tratar-se do Hospital dos Armeiros, Barbeiros e Caldeireiros.</p> <p>(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i>, p. 396. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i>, p. 96.)</p>		
39	Meninos Orfãos, Hospital dos	
<p>O Hospital dos Meninos foi fundado, em Lisboa, no século XIII, antes de 1258, por D. Beatriz de Guzman, mãe de D. Dinis, para recolha e assistência a crianças órfãs ou abandonadas após o nascimento. D. Dinis e a rainha D. Isabel destinaram-lhe bens. Bartolomeu Joanes, no seu testamento datado de 1324, refere esta instituição nos seguintes termos: «Item mando ao hospital dos meninos dez libras, e mando que meus testamenteiros paguem á sua ama em guiza que o commendador do dito lugar não seja teudo de as receber». Nogueira, com base em contrato de aforamento celebrado, em 1511, entre o Hospital de Todos-os-Santos e João Alves e sua mulher, defende que o hospital se situava na Rua Direita da Porta de S. Vicente, local que mais tarde deu</p>		Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos

<p>lugar à Rua do Arco do Marquês de Alegrete, desaparecida com a abertura do Largo de Martim Moniz.</p> <p>O Regimento do Hospital de Todos-os-Santos, datado de 19 de Janeiro de 1504, determina que «no dito Espiritual sejam recebidos, e recebam e mande o dito nosso Provedor de le receber todos os meninos enjeitados, que nelle se engeitarem, e a elle forem trazidos,...». O Criandário assim instituído foi instalado em casa própria, no ângulo sudeste do edifício, com entrada pela Rua da Betesga, conforme documenta a planta de Guilherme Joaquim Paes de Menezes, através da qual se identifica o local onde se achava a Roda dos Enjeitados.</p> <p>No local onde inicialmente terá sido instalado o Hospital dos Meninos Órfãos veio a funcionar o Colégio dos Meninos Órfãos da Mouraria, sendo seu impulsionador o Padre Domenech, dos cônegos regrantes de Santo Agostinho, empossado no cargo de Reitor por D. João III em 15 de Agosto de 1549. Tendo como objectivos «recrutar meninos entre os abandonados e os perdidos, para os instruir na doutrina cristã, ensinando-lhes as primeiras letras, a cantar e a tocar órgão, para depois acompanharem os missionários em terras distantes», o Colégio passou a ser regido, a partir de 1553, pela Companhia de Jesus, então instalada no vizinho Colégio de Santo Antão-o-Velho.</p> <p>(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i>, p. 390. Cf. Irisalva Moita, <i>op. cit.</i>, p. 46. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i>, p. 96-100. Cf. Josette Silva, «Expostos ou Enjeitados», in Joel Serrão (coord.), <i>Dicionário de História de Portugal</i>, vol. 2, p. 511-512. <i>Planta Topographica eixacta do Sitio que comprehende a Ilha em que estava edificado o Hospital Real de Todos-os-Santos desta Cidade [...] a qual foi tirada [...] pello Ajudante Guilherme Joaquim Paes de Menezes</i>, in Mário Carmona, <i>O Hospital Real de Todos-os-Santos da Cidade de Lisboa</i>, Lisboa, Ano de MCMLIV, estampa VI. <i>Regimento do Hospital de Todos-os-Santos</i>, Lisboa, Hospitais Civis de Lisboa, 1984, p. 42). Pe António Lopes, S.J et al., <i>O Colégio dos Meninos Órfãos da Mouraria</i>, Lisboa, Comissariado Geral das Comemorações V Centenário do Nascimento de S. Francisco Xavier [1506-2006], 2005, pp. 17-18).</p>	
---	--

40	Nossa Senhora de Alcamim, Hospital de	
Situar-se-ia na freguesia de S. Cristóvão.		
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 396.)		

41	Nossa Senhora dos Olivais, Hospital dos	
Situar-se-ia na freguesia dos Olivais, em local de muito difícil determinação. Recorde-se que aquela freguesia foi criada em 1367, pelo arcebispo de Lisboa, D. João Anes, possuindo então uma área imensa.		Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 405. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i> , p. 123.)		

42	Ourives, Hospital dos	
Em escritura datada de 1508, relativa ao aforamento das casas onde tinha funcionado o hospital, «que eram diversas lojas e sobrados, com páteo, poço e parreira», refere-se que o estabelecimento se localizava na Rua do Arco do Rossio, na freguesia de S. Nicolau, artéria mais tarde incluída no traçado da Rua do Lagar de Sebo.		Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 394. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i> , p. 122-123. Cf. <i>Dicionário da História de Lisboa</i> , p. 444).		

43	Paio Delgado, Albergaria de	
A Albergaria terá sido fundada em meados do século XII, funcionando junto à igreja de S. Bartolomeu, em Lisboa. Quanto ao seu fundador, Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo afirma que Paio Delgado foi descendente de D. Arnaldo de Baião, companheiro de armas de D. Gonçalo Mendes da Maia. O estabelecimento estaria em actividade ainda em 1343. Correia afirma que os senhores dela eram conhecidos pelos «Senhores da Albergaria, origem do apelido dos Soares de Albergaria, da mais antiga nobreza portuguesa».		
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 378. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i> , p. 82.)		

44	Palmeiros de Nossa Senhora de Belém, Albergaria / Hospital dos	
Situado na freguesia da Madalena, terá sido um dos estabelecimentos vocacionados para acolher viajantes. Nogueira refere uma epígrafe que, sobre a porta, esclarecia: «Este hospital he dos pobres palmeyros e peregrinos, e resgatados que vem a ele [...] Os honrados confrades desta cidade de Lisboa ho administram. Hera de M.CCC.XXX. Anno de Christo de 1292». Seria, assim, uma fundação de administração confraternal. A toponímia da cidade registava, ainda em 1755, uma «Rua dos Palmeiros» na referida freguesia, na qual terá existido uma ermida consagrada a Nossa Senhora de Belém. Correia adianta a hipótese de, na génese este estabelecimento, estarem os		

cruzados que participaram na tomada de Lisboa.	
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 390. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i> , p. 82.)	

45 Peliteiros, Hospital dos	
Da invocação de Santa Maria dos Mártires, localizava-se na Rua Nova d'El-Rei, freguesia dos Mártires, sendo mais um dos estabelecimentos assistenciais cuja fundação se deve às corporações profissionais, tratando-se no caso vertente da indústria e comércio de curtumes. A considerável quantia pela qual a casa onde se fundou o hospital foi aforada em 1502 revela a importância do hospital e da corporação instituidora: «17\$250 réis, duas galinhas e laudémio da décima».	Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 394. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i> , p. 122. Cf. <i>Dicionário da História de Lisboa</i> , p. 445).	

46 Pescadores, Hospital dos	
Localizado perto do então Chafariz dos Cavalos, foi estabelecimento da invocação do Santo Espírito de Alfama, de que subsiste a capela. Tinha uma confraria da mesma invocação, fundada em 1470. Sobre ele, escreveu Nogueira: «Este Hospital possuiu muitos bens, o que deu causa a ser anexado ao juizado da alfândega de Lisboa, por alvará de El-Rei D. Manuel, de 20 de Outubro de 1508, até que foi incorporado no Hospital de Todos-os-Santos».	Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 394. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i> , p. 122.)	

47 Pescadores de Cataquefarás, Hospital dos	
Tratar-se-ia de estabelecimento assistencial dos pescadores que exerciam a sua actividade a partir da praia de Cataquefarás, que existiu onde se abre hoje o Largo do Corpo Santo. Quanto ao hospital, terá funcionado na Rua da Amoreira, junto ao Tronco dos Degredados, entre as actuais Ruas do Ouro, Crucifixo, S. Nicolau e Vitória. As casas da instituição foram incorporadas, em 1514, no Hospital de Todos-os-Santos.	Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 394. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i> , p. 121.)	

48 Pescadores Chincheiros, Hospital dos	
A nomenclatura utilizada remete para os pescadores que utilizavam a chinha, uma pequena rede de arrasto manuseada a partir de embarcação. Nogueira admite que possa tratar-se da casa que referimos como “Hospital dos Pescadores”, ao Chafariz dos Cavalos, adiantando, todavia, que o Hospital dos Pescadores Chincheiros se situava na Ermida de Nossa Senhora dos Remédios. Ora, esta ermida foi construída no início do século XVI, cerca de 1517, por iniciativa da Irmandade de S. Pedro Telmo, cujos membros eram pescadores e marinheiros. O compromisso de 1551 refere que a Irmandade fundou um «sprital de Espirito Santo» para assistência às mulheres pobres, hospital este que veio a ter um papel relevante no apoio a crianças expostas. O conjunto assim edificado sofreu obras de ampliação e remodelação em 1606 e 1694, tendo sido seriamente danificado em 1755. É, pois, uma instituição que funciona com regularidade até meados do século XVIII, parecendo não existir relação com o estabelecimento cujos bens terão sido integrados no Hospital de Todos-os-Santos.	Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 390. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i> , p. 122. Cf. www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=70628 [2006.12.30].)	

49 Pescadores Linheiros, Hospital dos	
Segundo Nogueira, este hospital terá funcionado às Portas da Cruz, na freguesia de Santo Estêvão, na zona de confluência das Ruas do Paraíso e das Portas da Cruz.	
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 390. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i> , p. 123.)	

50 Rosas Vales, Hospital de	
Seria instituição assistencial em 1343, sendo contemplada com esmolas no testamento de D. Maria Esteves. Rosas Vales será corrupção de Roncesvalles, o famoso hospital dos Pirinéus. Correia admite que no nosso país possam ter existido alguns estabelecimentos hospitalares dessa invocação.	
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 396. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i> , p. 96.)	

51	Salomão Negro, Hospital de	<p>Nogueira cita uma escritura de 1509, da qual se infere a existência deste hospital, localizado na Judiaria Grande: «Consentimento que deu o hospital a Affonso Alves, christão novo, mercador, que apresentou um instrumento em que se continha: um Judas Negro, judeu, administrador do hospital e bens que Salomão Negro deixou à communa dos judeus d'esta cidade». Salomão Negro viveu no tempo de D. Fernando (1367-1383), situando-se o hospital na Rua da Praça, ao Poço da Foteia. Estamos perante um hospital vocacionado para a comunidade judaica, localizado na zona onde funcionaram as termas romanas de que se conserva o núcleo arqueológico da Rua da Prata.</p> <p>(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i>, p. 394. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i>, p. 110-114. Cf. <i>Dicionário da História de Lisboa</i>, p. 445).</p>	Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos
52	Sancha Dias, Hospital de	<p>O estabelecimento funcionou da freguesia dos Mártires, sendo os seus bens aforados, segundo Nogueira, em 1503. Correia equaciona a possibilidade de este hospital ser anexo à primitiva gafaria de Lisboa, a dos Mártires, ou de vir a ocupar o lugar deixado vago por esta, quando da transferência dos gafos para S. Lázaro. Em anexo ao hospital funcionou a mercearia de Sancha Dias.</p> <p>(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i>, p. 395 e 416. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i>, p. 115. Cf. <i>Dicionário da História de Lisboa</i>, p. 444).</p>	Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos
53	Sant'Ana, Hospital de	<p>Situado às Fangas ou Fânegas da Farinha, entre a Boa-Hora e a Rua da Calcetaria, o hospital possuiu dois sobrados para incuráveis, um para cada sexo, num total de 25 camas. As suas rendas terão sido aplicadas, em 1556, na fundação da Ermida de Nossa Senhora da Vitória, onde se ergueu um segundo hospital para incuráveis. Segundo Moita, este hospital, tal como o de Nossa Senhora da Vitória, foi administrado e mantido pelo Hospital Real de Todos-os-Santos, o que se justifica tendo em conta que no hospital do Rossio não eram inicialmente admitidos doentes sem perspectiva de cura.</p> <p>Não referenciamos, neste trabalho, o Hospital de Nossa Senhora da Vitória ou das Virtudes, uma vez que, como fica dita, a sua fundação será posterior à do Hospital Real de Todos-os-Santos.</p> <p>(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i>, p. 395. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i>, p. 123. Cf. Irisalva Moita, <i>op. cit.</i>, p. 42.)</p>	Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos
54	Santa Bárbara, Hospital de	<p>O estabelecimento existiria em 1343, sendo contemplado com esmolas no testamento de D. Maria Esteves.</p> <p>(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i>, p. 396. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i>, p. 96.)</p>	
55	Santa Iria, Hospital de	<p>De Santa Iria de Azóia. A única referência é a da sua incorporação do Hospital de Todos-os-Santos.</p> <p>(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i>, p. 405. Cf. José Maria António Nogueira, <i>idem</i>, p. 123.)</p>	Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos
56	Santa Maria do Paraíso, Hospital de	<p>Situou-se na rua da Regueira, em Alfama. É anterior a 1240.</p> <p>(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i>, p. 394. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i>, p. 119. Cf. <i>Dicionário da História de Lisboa</i>, p. 445).</p>	Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos
57	Santa Maria de Rocamador, Hospital de	<p>O hospital lisboeta, que Correia situa no Adro de S. Julião, junto da Ermida de Nossa Senhora da Oliveira e perto da Fonte dos Cavalos de Bronze da Rua dos Mercadores (actual Rua do Comércio), foi fundado em 1200 por Pedro Esteves e sua mulher Clara Chaves. Em 1300, em tempo de D. Dinis, foi fundada a confraria da mesma invocação.</p> <p>Nogueira integra este hospital numa rede de estabelecimentos fundados pelos Eremitas de Nossa Senhora de Rocamador, que contou com casas assistenciais, no reino português, em Lisboa, Porto, Coimbra, Santarém, Leiria e Torres Vedras, entre outras. Viterbo refere que a congregação teve a sua génese no culto de Santo Amador, desenvolvido inicialmente na província francesa de Narbonne. Vocacionada para o serviço assistencial, a organização chega a Portugal em 1189, no</p>	Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos

<p>âmbito da armada do Norte que auxiliou D. Sancho I nas operações militares a Sul do reino. Segundo Silva Carvalho, a congregação dispôs de várias casas na capital, que foram reunidas, no reinado de D. Afonso V, sob a tutela de um Provedor único, o que indicia dificuldades de gestão. Nogueira adianta que estes religiosos «decaíram da primitiva observância [...] tratando mais dos seus interesses, que da fiel administração dos hospitaes», o que terá levado o monarca a determinar a sua dispensa. O mesmo autor relaciona os Eremitas de Nossa Senhora de Rocamador com a Comunidade dos Irmãos Hospitalários, existente em Espanha e à qual Bernardino Obregón deu um significativo impulso na segunda metade do século XVI, passando a Comunidade a ser conhecida como a Congregação dos Irmãos Obregões. Os Obregões prestaram serviço no Hospital Real de Todos-os-Santos entre 1630 e 1644, tendo sido dispensados por «ser grande desserviço de Deus e damno da fazenda do hospital sua assistência n'elle». Ainda que sem os religiosos que lhe estiveram na origem, os Hospitais de Santa Maria de Rocamador continuaram a sua actividade no reino, sendo dos mais significativos estabelecimentos integrados no movimento confraternal das Misericórdias.</p> <p>(Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i>, p. 83-84 e 100-101. Cf. Augusto da Silva Carvalho, <i>Crónica do Hospital de Todos-os-Santos</i>, Lisboa, 1949, p. 11. Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i>, p. 391.)</p>	
--	--

58	Santíssima Trindade, Hospital da	
Fundado em 1208, por iniciativa de D. Sancho I, localizava-se junto ao mosteiro, sendo destinado a remidos. Tinha uma albergaria anexa..		
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , pp. 379 e 395).		

59	Santo André, Albergaria de	
É referida em testamentos quatrocentistas.		
(Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i> , p. 96.)		

60	Santo Espírito de Alcáçova, Hospital do	
Localizou-se na freguesia de Santa Cruz do Castelo e é quanto se sabe. Será mais um dos muitos estabelecimentos da invocação do Espírito Santo.		Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 394. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i> , p. 120. Cf. <i>Dicionário da História de Lisboa</i> , pp. 444-445).		

61	Santo Espírito da Pedreira, Hospital de	
São parcas as informações disponíveis relativamente a esta instituição. Ter-se-á localizado na zona da actual Rua Nova do Almada, na igreja anexa ao Convento do Espírito Santo, destruído pelo terramoto de 1755. O hospital teria capacidade para recolher dez doentes ou merceeiros. Nogueira afirma: «Só podemos asseverar que era fundação muito antiga, visto ser dos primeiros estabelecimentos anexados ao Hospital de Todos-os-Santos».		Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 396. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i> , p. 107.)		

62	Santo Estácio, Hospital de	
Pelo que é ordenado no testamento dos seus fundadores, Pero Esteves de Unhão e sua esposa Clara Afonso, com data de 11 de Maio de 1416, este estabelecimento obedece à tipologia característica das obras pias: é fundada uma capela que assegura os serviços por alma dos fundadores, neste caso a capela de Santo Estácio, na Sé de Lisboa, ao mesmo tempo que se estabelecem bens que permitam sustentar um reduzido número de pobres. Esta casa, situada na então freguesia da Sé, dava abrigo a três pobres, providenciando alimentação, vestuário e calçado. Terá sido extinta no reinado de D. Manuel. É curiosa a providência que Pero Esteves faz exarar no seu testamento, revelando alguma preocupação quanto à gestão dos bens afectos aos institutos que funda, preocupação que encontramos também em Bartolomeu Joanes, ao definir as condições da doação feita ao Hospital dos Meninos. Pero Esteves afirma: «Outrosim queremos que nem rei, nem príncipe, nem arcebispo, nem bispo, nem outra nenhuma pessoa ecclesiastica nem sagrada, não haja de ver com nossa capella, nem hospital, nem em bens, nem haverão de tomar conta...».		
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 396. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i> , p. 101-102.)		

63	Santo Eutrópio e Santa Bárbara, Hospital de	<p>Em 1308, D. João Soares Alão, bispo de Silves, instituiu uma capela da invocação de Santo Eutrópio, na Igreja de São Bartolomeu, bem como um hospital em casas da mesma freguesia. Para lá da retribuição a dois sacerdotes, para diariamente dizerem missa, pretendia D. Soares Alão garantir o sustento, no hospital que se fundava, a quatro pobres envergonhados, com seus serventes. Os administradores dos bens legados tomaram o partido de Castela em 1383-85, pelo que D. João I entregou a administração a Martim Vasques da Cunha, sogro de João das Regras, através do qual passou a integrar as responsabilidades da casa dos condes de Monsanto. João das Regras fez aumentar os encargos com um capelão e dezasseis merceeiras e terá dado ordem de transferência do hospital e capela para o Poço do Borratém.</p> <p>(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i>, p. 395. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i>, p. 84-85.)</p>
64	São Dinis de Odivelas, Hospital de	<p>Será um dos hospitais mais antigos, com fundação atribuída a D. Dinis ou à rainha D. Isabel de Aragão.</p> <p>(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i>, p. 405. Cf. José Maria António Nogueira, <i>idem</i>, p. 124.)</p>
65	São João de Braga, Hospital de	<p>Da invocação de Santa Maria da Pomba, o hospital situava-se perto do Chafariz dos Cavalos, no local onde hoje se abre a rua da Regueira, em Alfama.</p> <p>(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i>, p. 394. Cf. José Maria António Nogueira, <i>idem</i>, p. 117.)</p>
66	São Lázaro, Gafaria de	<p>A gafaria de São Lázaro, enquanto estrutura vocacionada para recolher os inúmeros leprosos (gafos) que vagueavam em Lisboa, terá sido fundada pelo Senado, no século XIV, tendo funcionado sob administração municipal. Presume-se, todavia, que em Santo Lázaro, local situado já fora da cerca fernandina, a Sul do Campo do Curral, mais tarde denominado Campo de Sant'Ana, se tenham albergado gafos desde o início do século XIII, numa almuinha pertencente à Ordem de Malta. O espaço, intervencionado ao longo dos séculos e entregue, em 1844, à Comissão Administrativa do Hospital Real de S. José, só deixará de acolher leprosos em 1918, sendo aqueles doentes transferidos para o então Hospital do Rego. A partir de 1930 o espaço passou a albergar a Maternidade de Magalhães Coutinho e, de 1971 para cá, o Serviço 9 do Hospital de S. José, com as valências de Ortopedia e Traumatologia.</p> <p>(Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i>, p. 79. Cf. José Leone, <i>Subsídios para a História dos Hospitais Cívicos de Lisboa e da Medicina Portuguesa (1948-1990)</i>, Lisboa, Comissão organizadora do V Centenário da Fundação do Hospital Real de Todos-os-Santos, 1993, pp. 42-45.)</p>
67	São Mateus, Hospital de	<p>Será, em nossa opinião, o estabelecimento que resulta da transferência para o Poço do Borratém do Hospital de Santo Eutrópio e Santa Bárbara. Vulgarmente designado de Hospital de S. Mateus e Santo Eutrópio, situou-se junto da ermida da mesma invocação, em frente do actual Beco dos Surradores. Falamos da ermida que, ainda na segunda metade do século XVIII, integrava o Couto de S. Mateus, propriedade dos Marqueses de Cascais, couto que ocupava parte da actual Praça da Figueira até ao Poço do Borratém. A propriedade foi adquirida pela Coroa em 1754, na perspectiva de ampliação do Hospital Real de Todos-os-Santos. No mesmo ano de 1754, o local recebeu o Hospício de S. Camilo de Lélis, com religiosos daquela congregação.</p> <p>(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i>, p. 395. Guilherme Joaquim Pães de Menezes, <i>Planta Topographica eixacta do Sitio que comprehende a Ilha em que estava edificado o Hospital Real de Todos-os-Santos desta Cidade ...</i> IANTT, Fundo Hospital de S. José, livro 1107 – “<i>Escrepturas de compra de várias propriedades 1752-1754</i>”, fl. 103v-107. Cf. José Maria António Nogueira, <i>idem</i>, p. 117.)</p>
68	São Paulo, Hospital de	<p>Fundado, em 1286, pelo bispo de Lisboa, D. Domingos Nunes Jardo, na freguesia de São Bartolomeu, o “hospital”, que foi inicialmente destinado a 20 merceeiros, a 6 estudantes e a 15 meninos de escola, terá funcionado perto da porta da cerca moura, no actual Largo dos Lóios, onde se ergueu também o Convento de Santo Elói, cuja fundação igualmente se atribui a D. Domingos. No dizer de Nogueira, esta casa de caridade terá sido administrada de forma superior, o que levou instituidores de capelas, albergarias ou hospitais a confiarem a sua fiscalização ao Provedor do</p>

<p>Hospital de S. Paulo. No segundo quartel do século XV a instituição terá entrado em decadência, o que levou o infante D. Pedro, Regente do Reino na menoridade de D. Afonso V, a solicitar autorização ao pontífice Eugénio IV para entregar o conjunto hospital / convento aos cônegos de Salvador de Vilar de Frades, ou da Congregação dos Cônegos Seculares de São João Evangelista - os Lóios. D. Afonso Nogueira, um dos fundadores da Congregação, tomou posse do estabelecimento em 24 de Abril de 1442. O Hospital de São Paulo, São Clemente e Santo Elói, como também foi designado, terá sido um dos mais importantes de quantos existiram em Lisboa. Como se referiu, funcionou também como mercearia, a de D. Domingos Jardo.</p> <p>(Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa; Isabel Castro Pina; Maria Filomena Andrade; Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, <i>Ordens Religiosas em Portugal. Das origens a Trento - Guia Histórico</i>, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, p. 242. Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i>, p. 390. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i>, p. 81.)</p>	
---	--

69	São Salvador, Albergaria de	
Ter-se-á localizado em Alfama.		
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 378.)		

70	São Vicente, Hospital de	
Terá sido um anexo ao mosteiro fundado por D. Afonso Henriques, no século XII..		
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 395.)		

71	São Vicente dos Romeiros, Hospital de	
Segundo escritura datada de 25 de Abril de 1497, este estabelecimento funcionava numa casa junta à Porta do Ferro. Aquela porta, inscrita na cerca da Lisboa do século XII, localizava-se entre Santo António da Sé e a Madalena.		
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 395. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i> , p. 115.)		

72	Sapataria, Hospital de	
Mais uma instituição confiada à protecção do Espírito Santo. Escritura datada de 1502 permite sustentar que se tratava de hospital com um património considerável e largas acomodações para doentes e peregrinos. Situava-se na paróquia de Sapataria, perto de Sobral de Mont'Agraço.		
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 405. Cf. José Maria António Nogueira, <i>idem</i> , p. 124.)		

73	Tanoeiros, Hospital dos	
Localizava-se na Rua do Poço do Chão, na freguesia de S. Nicolau. Dos bens afectos ao hospital destaca-se um prédio que confrontava, a poente, com casas da Rua da Mancebia, na paróquia de S. Julião.		
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 396. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i> , p. 121.)		

74	Tareja Anes e do Conde D. Pedro, Hospital de	
<p>Tareja Anes, de Toledo, dama da rainha D. Beatriz, terá fundado este hospital no segundo quartel do século XIV, entre 1325 e 1327, por intenção da alma própria e da do conde D. Pedro Afonso, filho de D. Diniz e de D. Grácia Froes, afectando-lhe todo o seu património - «quintas e herdades que tivesse em Lisboa e seus termos, e em toda a Extremadura», confiando ao conde a execução testamentária e a decisão quanto ao número de pobres a manter. D. Pedro nomeou Pedro Esteves, vedor da sua casa, no cargo de Provedor do hospital, transferindo para a sua posse os bens doados por Tareja Anes, bens esses que, por morte do Provedor, transitaram para o concelho de Lisboa, com a obrigação de fazer cumprir os objectivos da instituição que funcionou em casas «a par do paço do concelho», na zona onde actualmente se ergue a igreja de Santo António de Lisboa.</p> <p>Por alvará régio de 29 de Maio de 1503, D. Manuel I ordena à Câmara da cidade que faça entrega de todas as escrituras e contratos pertencentes à casa fundada por Tareja Anes ao Hospital Real de Todos-os-Santos, promovendo assim a sua integração no novo hospital da cidade.</p> <p>O presente hospital terá sido responsável pela manutenção de merceeiros e merceeiras com obrigações religiosas, uma vez que tal encargo foi assumido, após a incorporação, pelo Hospital de Todos-os-Santos.</p> <p>(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i>, p. 391. Cf. Irisalva Moita, <i>op. cit.</i>, p. 45. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i>, pp. 89-90.)</p>		Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos

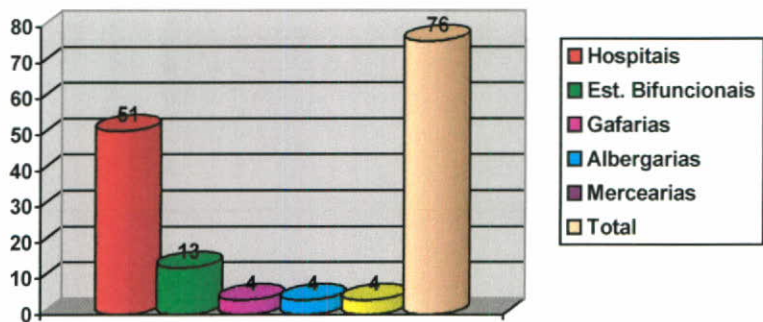
75	Tecelões, Hospital dos	
Terá sido um dos estabelecimentos de raiz confraternal, pouco se sabendo a seu respeito. Localizava-se na Rua da Mangalaça, na freguesia de Santa Justa.		Incorporado no Hospital Real de Todos-os-Santos
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 395. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i> , p. 121.)		

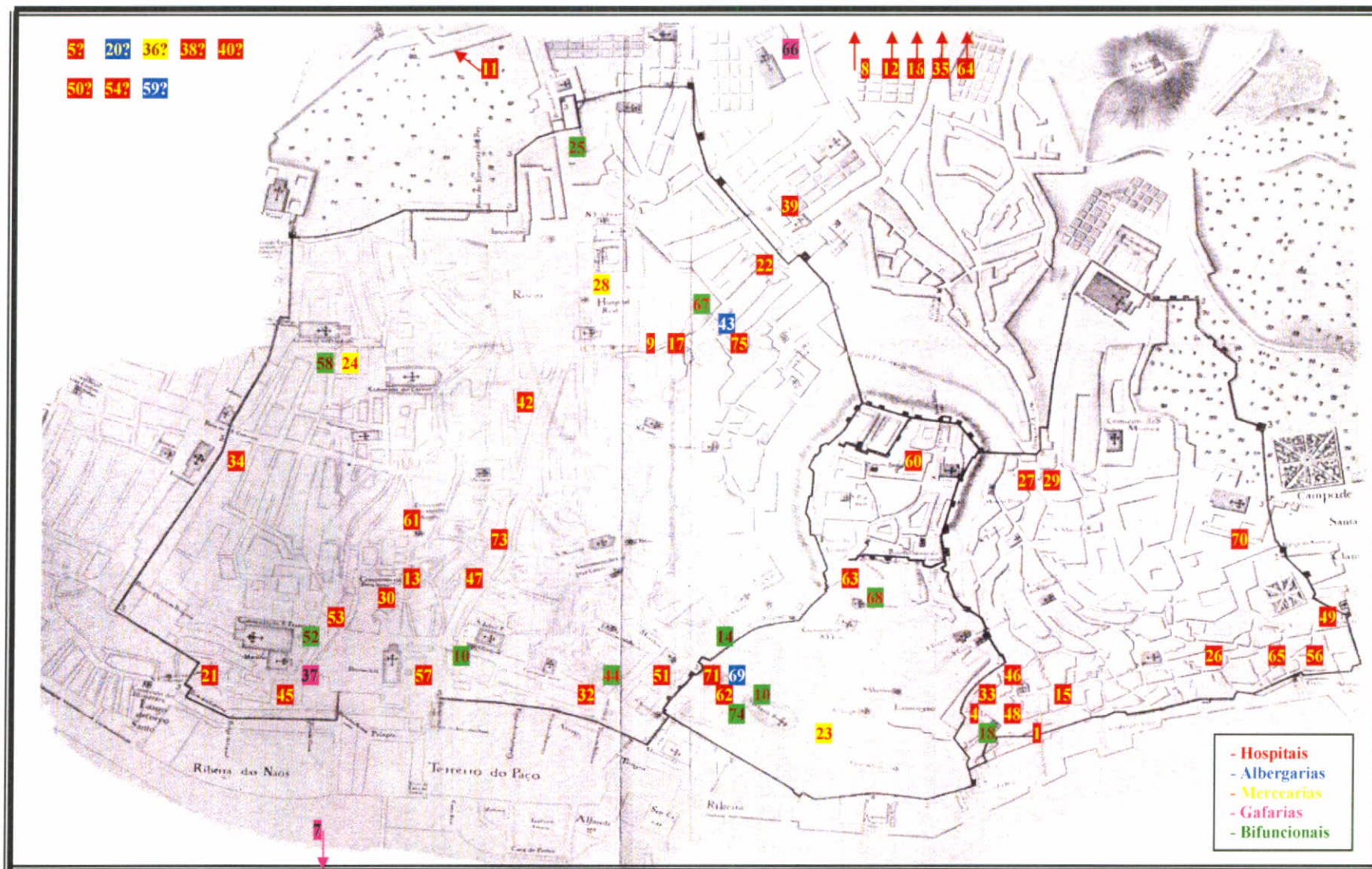
76	Vila de Povos, Gafaria de	
Como a de Almada, a gafaria de Vila de Povos (Vila Franca de Xira) é mencionada no testamento de D. Maria Esteves, datado de 1375. A fundação será anterior a 1343.		
(Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 413. Cf. José Maria António Nogueira, <i>op. cit.</i> , p. 79.)		

Classificação dos estabelecimentos considerados na «Planta» seguinte

Estabelecimentos	Número
Hospitais	41
Estabelecimentos bifuncionais	13
Gafarias	4
Albergarias	4
Mercearias	4
Total	76

Representação gráfica dos estabelecimentos considerados na «Planta» seguinte





Distribuição dos estabelecimentos assistenciais existentes na cidade de Lisboa em finais do século XV

Distribuição efectuada sobre fragmento de uma planta aguarela a tinta preta, cópia de uma anterior a 1755, que recria a *Planta da Cidade de Lisboa* [...] *Delineada por João Nunes Tinoco, Architecto de S. Mgde Anno 1650*. Quanto à planta que usamos, lê-se na legenda: *Pelo exame que fizemos nos parece estar esta planta da Fortificação de Lisboa conforme a planta da mesma Cidade. Lx 22 de Outubro de 1761 Guilherme Joaquim Paes de Menezes / Elias Sebastião Poppe*. Publicada por Mário Carmona, *ob. cit.*, est. III. A proposta cartográfica apresentada por Fernando da Silva Correia [*ob. cit.*, p. 392] esteve na génese desta distribuição.

Outros estabelecimentos assistenciais existentes na região de Lisboa

Hospitais (Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , pp. 405-406)
Hospital da Aldeia Grande, do Maxial, em Torres Vedras, também da invocação do Espírito Santo.
Hospital do Amial – Torres Vedras, da invocação do Espírito Santo. Tinha confraria.
Hospital de Azueira, Mafra, com albergaria. Era contíguo à Ermida do Espírito Santo.
Hospital de Caixaria, em Torres Vedras.
Hospital da Carvoeira, em Torres Vedras. Era da mesma invocação e tinha albergaria.
Hospital de Cheleiros, Mafra. Tinha albergaria e era anexo à Ermida do Espírito Santo.
Hospital de Enxara do Bispo, Mafra. Da mesma invocação e com albergaria.
Hospital da Folgarosa, em dois Portos, Torres Vedras. Da invocação do Espírito Santo, tinha albergaria.
Hospital de Gradil, em Mafra.
Hospital de Matações, em Torres Vedras. Também da invocação do Espírito Santo e com albergaria.
Hospital Grande do Maxial, em Torres Vedras. Foi fundado por João Gil Cuchifel e sua mulher, Catarina Anes, em 1471, tendo compromisso aprovado no ano seguinte, por D. Afonso V. Funcionou junto à Igreja de Nossa Senhora da Piedade.
Hospital de Nossa Senhora da Benedicta, em Torres Vedras.
Hospital de Oeiras.
Hospital de Ribaldeira, Torres Vedras, igualmente com albergaria e também da invocação do Espírito Santo.
Hospital de S. Mamede da Ventosa, igualmente em Torres Vedras.
Hospital de S. Pedro da Cadeira, em Torres Vedras.
Hospital de S. Sebastião, em Enxara do Bispo – Mafra. Tinha uma confraria.
Hospital de Vila Facaia – Torres Vedras. Da mesma invocação e com albergaria.
Hospital do Turcifal, em Torres Vedras.

Gafarias (Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 413)
Gafaria de Alenquer, anexa à Capela de S. Martinho, na Rua das Hortas. A sua fundação é anterior a 1209.
Gafaria de Cascais, hipoteticamente ligada à capela de Santo André.
Gafaria de Odivelas.
Gafaria de Sacavém, anexa à capela de Santo André. Numa fase mais tardia passou a ser da invocação de Nossa Senhora da Saúde.
Gafaria de Sintra, também da invocação de Santo André, já existia em 1409. A gafaria anexa à capela de S. Pedro de Penaferrim é mais tardia, sendo atribuída à rainha D. Leonor.
Gafaria de Torres Vedras, da invocação de Santo André. Situava-se no local onde, no século XVI, foi construído o Convento da Graça.

Mercearias (Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , pp. 416-417)
Mercearia do Padre Domingos Travassos, em Torres Vedras, com capacidade para oito mulheres pobres. Foi instituída por disposição testamentária de 1355, funcionando numa casa situada junto ao adro posterior da Igreja de S. Pedro.
Mercearia da rainha D. Leonor, mulher de D. Duarte. Sedeada em Torres Vedras, recolhia «sete viúvas ou donzelas, pobres e de boa vida e costumes».
Mercearia de Sintra, que funcionou junto da gafaria.

Albergarias (Cf. Fernando da Silva Correia, <i>op. cit.</i> , p. 388)
Albergaria de Alcainça, Mafra.
Albergaria de Aldeia Grande, do Maxial – Torres Vedras. Da invocação do Espírito Santo e anexa a hospital da mesma invocação.
Albergaria de Azureira, Mafra. Casa térrea com três compartimentos e quatro camas. Uma segunda casa servia de arrecadação. O conjunto estava edificado junto à Capela do Espírito Santo.
Albergaria de Atriches – Sintra, existente já em 1190.
Albergaria da Carvoeira, Torres Vedras. Também da invocação do Espírito Santo.
Albergaria de Cheleiros, Mafra, anexa à capela do Espírito Santo.
Albergaria de Enxara do Bispo, Torres Vedras. De igual invocação.
Albergaria da Folgosa, em Dois Portos – Torres Vedras. Também da invocação do Espírito Santo.
Albergaria da Fonte da Aranha, em Sintra. Já D. Sancho I se lhe refere, no testamento datado de 1188.
Albergaria de Mafra, anexa à capela do Santo Espírito e daquela invocação. Ignora-se a data da fundação da albergaria. No local foi construído, no século XVIII, o Hospital de Nossa senhora das Dores, para assistência a quantos trabalharam na construção do convento.

Albergaria de Matações – Torres Vedras. Da mesma invocação.
Albergaria de Nossa Senhora de Rocamador, de Torres Vedras. A funcionar em conjunto com o hospital da mesma invocação, foi fundada em 1310 pela rainha D. Isabel de Aragão. Localizava-se junto à capela que terá sido de Nossa Senhora de Rocamador, da qual Correia registava, na década de Sessenta do século XX, a existência da imagem, capela que foi posteriormente de Nossa Senhora da Expectação e de Nossa Senhora do Amial.
Albergaria de Odivelas, fundada pela Rainha D. Isabel.
Albergaria dos Palmeiros, de Torres Vedras, de que há memória em 1354. Localizava-se na Rua da Ferraria.
Albergaria de Ribaldeira, em Torres Vedras. Da invocação do Santo Espírito.
Albergaria de São Mamede da Ventosa – Torres Vedras.
Albergaria de São Pedro da Cadeira, em Torres Vedras.
Albergaria da Sapataria, em Sobral de Monte Agraço.
Albergaria do Turcifal, Torres Vedras.
Albergaria de Vila Facaia, Torres Vedras. Da mesma invocação.

anexo 2

**Carta régia de nomeação
de Fernão Colaço,
para o cargo de enfermeiro do
Hospital de Todos-os-Santos**

1502, Lisboa, Março, 9

Carta régia de nomeação, para o cargo de enfermeiro do Hospital de Todos-os-Santos, de Fernão Colaço

Lisboa, IANTT, Chancelaria de D. Manuel I, Livro 35, fl. 22v e 23.

Dom Manuell *ect* A quamtos esta nosa carta virem ffazemos [saber] *que* querendo / Nos fazer graça e merce a fernan colaco [sic] de dona margarida anriquez por confiarmos / nelle *que* nisto nos serujra a Deus noso senhor e a nos e o fará asy bem como em tall cargo / se deue Temos por bem e damolo por enfermeiro do noso Apritall de todollos samtos desta / Cidade com o qual officio *queremos e* nos *praz* que aja de seu *mantimento* em cada huñ / anno a custa das Rendas do dito Apritall seis mjl reaes brancos *que* lhe seram / pagos aos quartos em cada huñ anno por asinados e mandados do provedor do dito / Apritall *segundo que* para elle lhe ha de *ser* dado em Regimento e majs alem delle lhe será / dado de comer em cada huñ dia na salla do dito Apritall asy como por nossa horde / nança *que* para elle ha de *ser* dada se ha de dar a elle e as outras pessoas e officiaens *que* na dicta salla ham de comer E elle dito fernan colaco sera o / brigado de serujr e serujra o dito seu officio de enfermeiro [da forma] abaixo decrara / da .s. elle terá cargo de serujr os emfermos da enfermaria *que* / lhe for hordenado e fazer lhe as camas e fazer alimpar os camareiros / E ourinoes e varer as enfermarias e isto tantas vezes quamtas for necesario / por *que* estejam limpas e ataviadas sem nenhuñ mau cheiro nem Desconserto quanto / *ser* poder e tera encargo de fazer lauar as necessarias no inverno huma vez na sema / na e no verão duas de maneja *que* estejam muito limpas e velara todos os emfermos / todas as noytes *que* tiuerem necessidade de serem velados e se o emfermo falecer e / tiuer neçesidade para yso lavaloa e amortallallo ha e pollo ha na Jgreja cum / sua camdea e Cruz se for de noyte atee *que* seja de dia para o levar a enterrar / E pollo ha na sepultura [não o abandonando até] *ser* enterrado e tera cargo de lauar o / leyto e lamçoes e pano com *que* se cubra E porá a Recado e tera cuidado de / tirar a roupa de cima em *que* o tall emfermo falecer e lamçalaa a enxugar E por / *que* menos damno receba poraa aos *que* estiuierem para morer outra Roupa e / outros empanos para *que* a roupa se guarde E ese mesmo tejra carguo de / dar as purgas aos ditos emfermos nas oras *que* conuem e dar lhe os emxaropes / e lemuedores e lauara os emfermos e banhalos ha com lauatorios e banhos *que* o / fisico mandar e quando se ouver de dar o corpo do Senhor ou extrema uncam aparelhara / a cama do emfermo como convem e tera recado para por em o altar e o pora por / *que* noso Senhor se ponha nelle e estara aly presente para ajudar o emfermo e serujlo / em tudo o *que* for mister para receber noso Senhor e *sabede* ha de Ungir [?] / para yso estando pravinido para o tall emfermo ou emfermos Receber para / a Umcam Item tejra o carguo de untar os emfermos com [...] Unçoes de / mezinhas *que* o fisico mamdar Item tejra cuydado de dar a lauar as camjsas dos / emfermos e os lemcoens para as samgrias e sera presente quando alguñ se ouver / de sangrar para lhe dar o *que* for melhor para yso E por quanto este officio d *en* / fermeiro ha de *ser* de tanto trabalho e tanto *que* para as cousas *que* a seu carguo / ham de ficar serem em tudo bem feitas Convem de necessidade *que* tenha quem a / ellas ajude Ordenamos *que* o dito fernan colaço emfermeyro tenha dous a / ajudadores Enfermeiros pequenos *que* o ajudem e *que* siruam com elle em todas / as cousas *que* lhe elle hordenar e mandar para boa execucam de todas as cousas *que* elle / ha de fazer *segundo que* lhe aquy sam decraradas e *que* alem dellas lhe for mandado por / seu Regimento *que* lhe ha de *ser* dado

da maneira (...) em que seu officio aja de serujr / os quaaes seram taaes homens *que* o bem sabyam [sic] fazer *e* que elle para yso buscara / se nos lhos nom hordenarmos E cada huũ destes dous ajudadores que asy ha de ter queremos / *e* nos praz que aja de seu mantymto por anno tres mjl rreaes a custa das Rendas do / Apritall pagos aos quarteis delle por mandado do dito proueador como se ha de fazer no mantimento do dito emfermeiro *e* majs alem disso lhe sera dado a cada huũ de comer / cada dia na salla do dito Apritall como ha de dar aos outros que nella comerem / Porem mandamos a mestre escola provedor do dito Apritall que ora he *e* os que a / Por diamte fforem E a todos outros officiaes *e* pessoas a que esta nosa carta / ffor mostrada *e* o *conhecimento* della pertencer que metam o dito fernam colaço em pose do / dito officio de emfermeiro *e* lho leixem serujr *e* usar a elle *e* [...] os dous / seus ajudadores serujram asy como por esta carta dito he decrarado he E cumpriram / em tudo o majs que alem diso lhe for mandado por seus Regimentos *e* o dito fernam colaço / jurou em a nosa chancelaria aos samtos avangelhos que *seruira* o dito officio bem / *e* verdadeiramente como deue por seruico de Deus *e* noso *e* bem do dito Apritall / como aqui se contem *e* como majs lhe for mandado pollo dito seu Regimento Dada / em a nosa cidade de Lixboa a jx dias de Março aluaro fernandez a fez anno do nasçimento / de noso Senhor Jesuu christo de mjl e quynhentos e dous annos.

anexo 3

**Enfermarias / serviços do
Hospital Real de Todos-os-Santos
(1502-1775)**

Enfermarias / serviços do Hospital Real de Todos-os-Santos (1502-1775)

1504

(Cf. *Regimento do Hospital de Todos os Santos*, prefácio de Fernando da Silva Correia, reprodução da primeira edição datada de 1946, Lisboa, Hospitais Cíveis de Lisboa, 1984).

Enfermaria de Santa Clara	Mulheres	Febres e feridas	
Enfermaria de São Vicente	Homens	Febres	
Enfermaria de São Cosme	Homens	Feridas	
Casa das Boubas	Mulheres	Sífilis	
	Homens		
Mesa das Águas		Consulta e admissão de doentes	
Casa dos Enjeitados		Órfãos e abandonados	

c. 1550

(Cf. Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Sumário em que brevemente se contêm algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)*, apresentação e notas de José Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1987, pp. 58-61; João Brandão (de Buarcos), *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*, organização e notas de José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 123-132).

Enfermaria de Santa Clara	Mulheres	Febres e feridas	
Enfermaria de São Vicente	Homens	Febres	
Enfermaria de São Cosme	Homens	Feridas	
Enfermarias do mal francês	Mulheres	Sífilis	
	Homens		
Casa das Águas		Consulta e admissão de doentes	
Enfermaria dos Frades Capuchos ¹	Homens	Febres e feridas	
Enfermaria dos Convalescentes ²	-	-	
Casas dos Doidos	Mulheres	Doenças mentais	
	Homens		
Casa dos Enjeitados		Órfãos e abandonados	

c. 1620³

(Cf. Frei Nicolau de Oliveira, *Livro das Grandezas de Lisboa*, fac-simile da edição original de 1620 com prefácio de Francisco Santana e actualização de texto de Maria Helena Basto, Lisboa, Vega, 1991, pp. 601-623.)

Enfermaria de Santa Clara	Mulheres	Febres	
Corredor das Feridas	Mulheres	Feridas	
Corredor das Camarentas	Mulheres	Diarreias	
Enfermaria de São Vicente	Homens	Febres	
Enfermaria de São Francisco	Homens	Febres	
Enfermaria de São Bernardino	Homens	Febres	
Enfermaria de São Cosme	Homens	Feridas	
Enfermaria de São Damião	Homens	Feridos	
Enfermaria da Madre de Deus	Homens	Feridos	
Enfermaria de São Diogo ⁴	Homens	Prevenção	
Enfermaria de S. Pedro	Homens	Prevenção	
Enfermaria dos Camarentos	Homens	Diarreias	
Enfermarias do mal francês	Mulheres	Sífilis	
	Homens		
Banco ⁵		Urgência, consulta externa e admissão de doentes	
Enfermaria dos Convalescentes			
Enfermaria dos Frades Capuchos	Homens	Febres e feridas	
Enfermaria dos Incuráveis ⁶			

Casas dos Doidos	Mulheres	Doenças mentais	
	Homens		
Casa dos Enjeitados ⁷		Órfãos e abandonados	

c. 1715

(Cf. Mário Carmona, *op. cit.*, p. 245)

Enfermaria de Santa Clara	Mulheres	Febres	
Enfermaria de Santa Catarina	Mulheres	Feridas	
Enfermaria de Santa Isabel	Mulheres	Câmaras (diarreias) e Tísicas	
Enfermaria de Santa Maria Madalena	Mulheres	Gálicas	
Enfermaria de Santa Ana	Mulheres	Doidas	
Enfermaria de São Cosme	Homens	Febres	
Enfermaria de São Damião	Homens	Febres	
Enfermaria de São Lourenço	Homens	Febres	
Enfermaria de São Pedro	Homens	Febres	
Enfermaria de São Bernardo	Homens	Febres	
Enfermaria de São Francisco de Sales	Homens	Febres	
Enfermaria de São Francisco Xavier	Homens	Febres	
Enfermaria de São Vicente	Homens	Febres	
Enfermaria de Santo António	Homens	Gálicos (sífilis) e feridos	
Enfermaria de São Domingos	Homens	Feridos	
Enfermaria de São Caetano	Homens	Feridos	
Enfermaria de São Jorge	Homens	Camarentos e Tísicos	
Enfermaria de São José	Homens	Convalescentes	
Enfermaria de São João	Homens	Doidos	
Enfermaria dos Frades Capuchos	Homens	Febres	
Banco		Urgência, consulta externa e admissão de doentes	
Casa dos Enjeitados		Órfãos e abandonados	

1755 a 1758

(Cf. IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livros 1479, 1480, 1481)⁸

Enfermaria de São Sebastião	Homens	Febres	
Enfermaria de São Francisco	Homens	Febres	
Enfermaria de São Camilo	Homens	Febres	
Enfermaria de São Bernardo	Homens	Febres	
Enfermaria de São Cosme	Homens	Febres	
Enfermaria de São Damião	Homens	Febres	
Enfermaria de Santo Agostinho	Homens	Febres	
Enfermaria de São Carlos	Homens	Febres	
Enfermaria de São Jorge	Homens	Incuráveis	
Enfermaria de São Diogo	Homens	Feridos	
Enfermaria de São Caetano	Homens	Feridos	
Enfermaria de São Vicente	Homens	Feridos	
Enfermaria de Santo Amaro	Homens	Desnocações (Ortotraumatologia)	
Convalescença	Homens	-	
Malles	Homens	Mal gálico (sífilis)	
Enfermaria de Nossa Senhora do Carmo	Mulheres	Febres	
Enfermaria de Santa Clara	Mulheres	Febres	
Enfermaria de Santa Catarina	Mulheres	Febres	
Enfermaria de Santa Isabel	Mulheres	Incuráveis	
Malles	Mulheres	Mal gálico (sífilis)	
Feridas	Mulheres	-	

1759 a 1775

(Cf. IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 156v-158; cf. IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1810; cf. IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1816)

Enfermaria de São Francisco	Homens	Febres	
Enfermaria de São Camilo	Homens	Febres	
Enfermaria de São Sebastião	Homens	Febres	
Enfermaria de São Bernardo	Homens	Febres	
Enfermaria de São Cosme	Homens	Febres	
Enfermaria de São Damião	Homens	Febres	
Enfermaria de Santo Agostinho	Homens	Febres	
Enfermaria de São Carlos	Homens	Febres	
Enfermaria de São Jorge	Homens	Incuráveis	
Enfermaria de São Diogo	Homens	Feridos	
Enfermaria de São Caetano	Homens	Feridos	
Enfermaria de São Vicente	Homens	Feridos	
Enfermaria de Santo Amaro	Homens	Desnocações (Ortotraumatologia)	
Enfermaria de São João de Deus	Homens	Doidos	
Enfermaria de São José	Homens	Gálicos (sífilis)	
Enfermaria de Nossa Senhora do Carmo	Mulheres	Febres	
Enfermaria de Santa Clara	Mulheres	Febres	
Enfermaria de Santa Catarina	Mulheres	Febres	
Enfermaria de Santa Isabel	Mulheres	Incuráveis	
Santa Maria Egípcíaca ⁹	Mulheres	Feridas	
Malles	Mulheres	Gálicas (sífilis)	
-	Mulheres	Doidas	

¹ Trata-se de uma enfermaria destinada a cuidar exclusivamente de beguinos capuchos. A implantação destes religiosos franciscanos em Portugal data do século XVI, sendo significativos os conventos da Senhora da Piedade, em Vila Viçosa, da Arrábida, de Sintra e da Caparica, bem como o conjunto de edifícios onde actualmente se situa o Hospital de Santo António dos Capuchos.

² A enfermaria dos convalescentes terá sido criada no reinado de D. João III, sendo «uma caza muito grande espaçosa alegre e muito própria e acomodada para convalescentes por estar no mais alto do hospital e lhe dar o sol logo em nascendo e ter três janelas rasgadas pelas quaes entra no Inverno que no Verão não entra o sol mais que por uma que fica ao oriente». Cf. Mário Carmona, *op. cit.*, p. 237.

³ Para lá do aumento do número de enfermarias e da redefinição de objectivos percebida, por exemplo, pela presença de serviços destinados a enfermos «incuráveis», nesta cronologia já não é possível observar uma das mais marcantes possibilidades oferecidas pela estrutura cruciforme: a dos doentes acamados nas enfermarias de Santa Clara, São Cosme e São Vicente ouvirem missa deitados nos seus leitos. Neste particular, caberá ao incêndio de 1601 a responsabilidade da mudança, admitindo-se que a torre que encimava o altar mor tenha desabado ou sido demolida, obrigando à reorganização do espaço naquela área, numa intervenção que abdicou dos janelões que permitiam a comunicação entre o templo e as enfermarias. Frei Nicolau de Oliveira refere que em 1617 estas enfermarias passaram a dispor de «um altar portátil, para que todos os enfermos de febres e as feridas assistam à missa, nos Domingos e dias santos». Frei Nicolau de Oliveira, *op. cit.*, p. 603.

⁴ É, na nossa perspectiva, muito interessante registar a preocupação em manter enfermarias «de prevenção», de molde a garantir condições de acolhimento em situações de maior procura. Ainda assim admitimos, a exemplo de Mário Carmona, que estas enfermarias só muito esporadicamente se tenham constituído como serviços de «retaguarda», a necessidade crescente de leitos que a documentação aponta. Frei Nicolau de Oliveira refere mesmo que «sucede frequentemente, sobretudo no Verão, fazerem-se muitas camas pelos corredores; por ser tão grande a quantidade de enfermos». Cf. Frei Nicolau da Oliveira, *op. cit.*, pp. 603 e 607; cf. Mário Carmona, *op. cit.*, p. 238.

⁵ A utilização do termo «Banco» para designar um serviço que atende doentes não hospitalizados, provável sinédoque que remete para um longo assento onde os pacientes aguardavam tratamento ou para uma grande mesa que poderia servir para deitar os enfermos durante a realização de pensos ou de pequenas cirurgias, ou ainda para a comprida mesa onde se alinhavam os vasos de vidro para observação da urina na «Casa das Águas», começa a ser frequente no século XVII. Francisco da Cunha e Luís Nunes exerceram ali cirurgia,

sendo o segundo designado «surgião do Banco» em documento datado de 11 de Maio de 1665. Cf. Mário Carmona, *op. cit.*, pp. 410-418.

- ⁶ Contrariando as determinações do Regimento de 1504, o Hospital passou a albergar, desde a entrega da administração à Misericórdia de Lisboa, doentes incuráveis. Inicialmente instalada na cripta do templo, a julgar pela referência que Frei Agostinho de Santa Maria faz a uma epígrafe existente naquele mesmo espaço, que no tempo em que o *Santuário Mariano* foi publicado era utilizado como celeiro do Hospital, esta enfermaria transitará para uma área anexa à Ermida de Nossa Senhora do Amparo. Cf. Mário Carmona, *op. cit.*, pp. 418-420.
- ⁷ Também no que se refere à criação das crianças abandonadas há alterações relativamente ao Regimento inicial, que previa que os órfãos e enjeitados até aos três anos fossem entregues ao cuidado de amas, remuneradas para exercerem essa função nas suas casas. Em 1620 existiam na instituição, segundo Frei Nicolau de Oliveira, «cinco Amas dos enjeitados; se estas não os podem criar a todos, entregam alguns a Amas da periferia da cidade», bem como uma Ama-Seca, que exerceria funções de supervisão - «Entre as que criam na casa, que o hospital tem reservada para esta santa obra, há uma, a Ama-Seca, que é uma velha de confiança para cuidar das outras». Frei Nicolau da Oliveira, *op. cit.*, p. 610.
- ⁸ As enfermarias referenciadas não funcionaram, como ficou dito, durante todo o período indicado. Recorde-se que a partir de 1 de Novembro de 1755 e muito provavelmente até finais de 1756, o Convento de São Bento da Saúde, o Palácio dos Almadas e os Celeiros do Conde de Castelo Melhor serviram de espaços alternativos às instalações hospitalares que o terramoto deixou em estado deplorável. Então, o quadro apresentado, organizado a partir da documentação que referenciamos, compreende as enfermarias nas quais, entre 1755 e 1758, se criaram condições mínimas para o regresso dos enfermos.
- ⁹ Não indicada por D. Jorge Machado de Mendonça na sua relação de enfermarias organizada em 1759, a enfermaria de Santa Maria Egípcíaca surge claramente nos livros de registo de internamento de mulheres a partir de finais da década de Sessenta, cronologia onde já não registamos a enfermaria de «Feridas» observada no período anterior. Tal poderá significar que Santa Maria Egípcíaca foi uma enfermaria de cirurgia para mulheres, carecendo tal possibilidade de confirmação. O que é incontestável é a existência, ao longo de todo o período em estudo, de serviços de mulheres vocacionados para a cirurgia e para o tratamento do mal gálico (sífilis), uma vez que a relação de ordenados pagos no ano que decorreu entre 3 de Julho de 1758 e 3 de de Julho de 1759, que publicamos em anexo, refere o provimento de duas enfermeiras e uma ajudante para as «feridas», bem como uma enfermeira e uma ajudante para as mulheres portadoras de mal gálico.

anexo 4

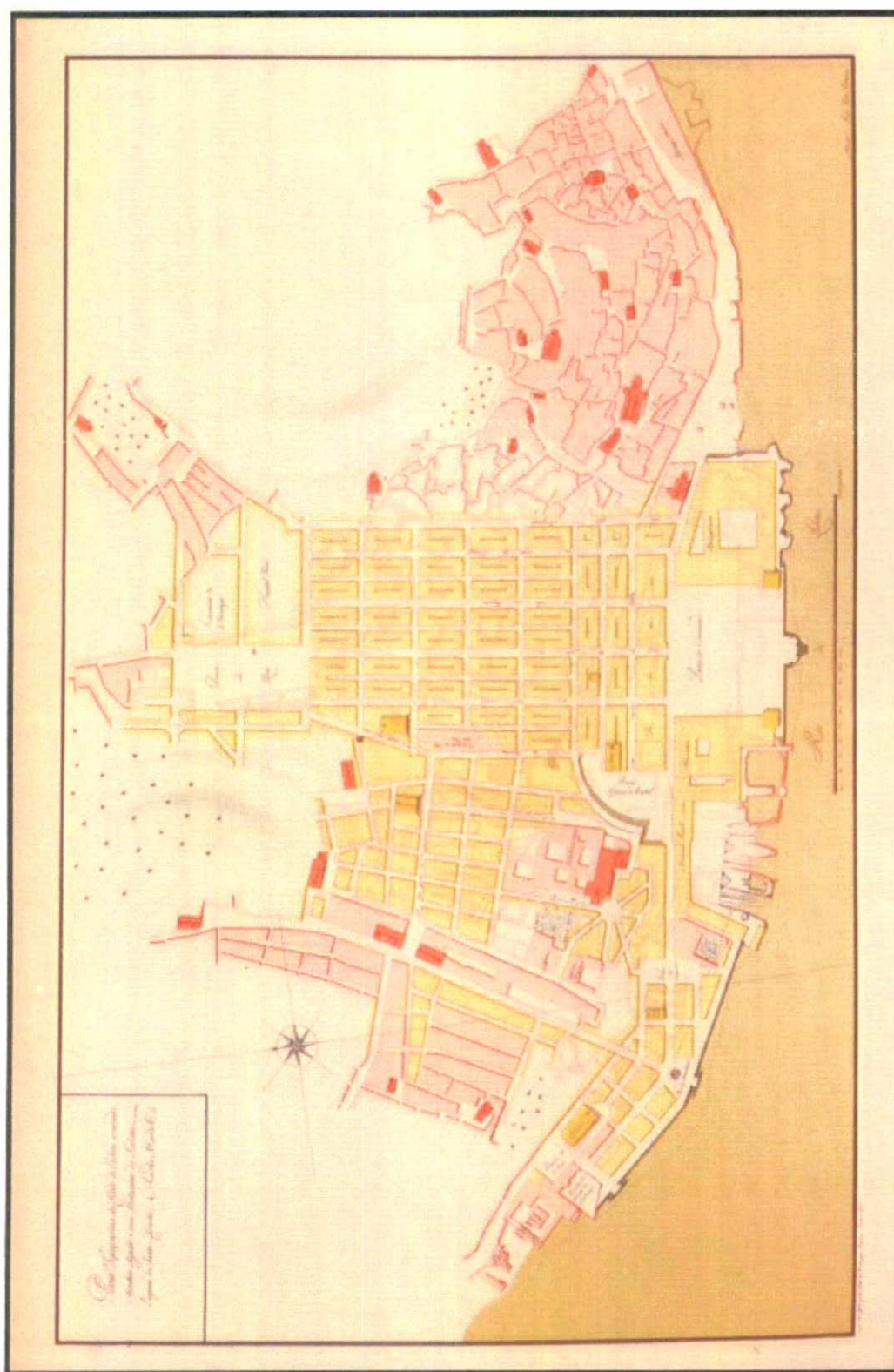
**Projectos para a reconstrução de Lisboa
(1755-1758)**



Planta nº 2, de Elias Sebastião Pope e José Domingos Pope

Prevê a recuperação do Hospital, mantendo-lhe a traça e a dimensão.

(Câmara Municipal de Lisboa – Museu da Cidade)



Planta nº 5, de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel

A dimensão prevista para o Hospital Real de Todos-os-Santos está de acordo com as aquisições efectuadas pela Coroa entre 1752 e 1754, estendendo-se desde o Rossio até ao Borra-tém.

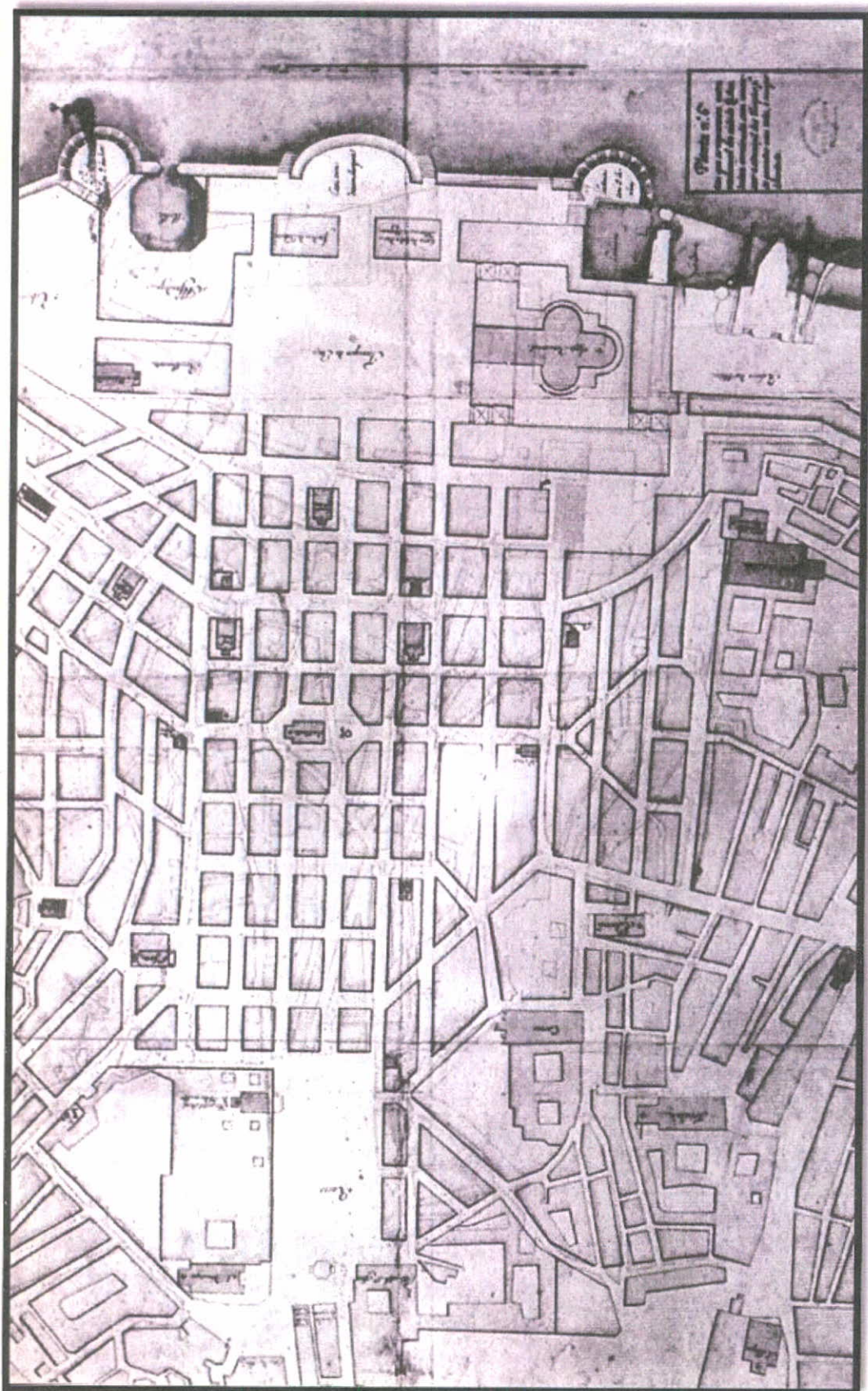
O plano reproduzido é uma litografia aguarelada da autoria de José Pedro Ribeiro (1949), a partir da «Planta Topographica da Cidade de Lisboa arruinada, tambem segundo o novo alinhamento do Architêto Eugénio dos Santos Carvalho, e Carlos Mardel» (1756).

(Câmara Municipal de Lisboa – Museu da Cidade)

(Câmara Municipal de Lisboa – Museu da Cidade)

O projecto retoma, no que ao Hospital respeita, o traçado primitivo.

Planta nº 6, de Edgar Sebastião Pope



anexo 5

**Relação a quem o Hospital Real paga ordenado cada ano
(1759)**

1758-1761, Lisboa, Hospital Real de Todos-os-Santos

«Livro em que se registam as ordens e editaes que tem feito publicar o Exmo D. Jorge Francisco Machado Mendonça [...] no principio [...] Agosto de 1758» ou «Breve memorial em que se expõe ao Conde de Oeiras o regime que tem estabelecido no Hospital de todos os Santos».

IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 153v-158.

[A relação que indicamos reporta-se ao ano de 1759. Sublinhado nosso]

«Relação
a quem o Hospital Real de todos os Santos paga
ordenado cada anno

Juiz das Cazas

O Dezembargador Francisco Xavier Morato Broas

Síndicos

Primeiro	O Doutor Elias Jozé do Valle
Segundo	O Doutor Bernardo Pereira Machado

Secretarios da Fazenda

Primeiro	O Padre Jozé da Fonceca
Segundo	Antonio da Fonceca
Terceyro	O Padre João Monteyro

Papelista

José Joaquim Curto

Almoxarife das terras das Lizirias

Diogo Jozé Palmeyro

Escrivão das terras das Lizirias

Jozé da Sylva de Araujo, e Abreu

Procuradores da Caza

Caetano Rodrigues da Sylva
Domingos Lopes Botelho
Marçal de Souza
João Moreyra

Procuradores das Comarcas

Torres Vedras

Luiz Tavares

Alenquer

Paulo Jozé Bettancur

Santarem

Manoel da Fonceca e Moura

Setuval

Rodrigo Antonio da Fonceca Lobo

Porteiro da Caza da Fazenda

Paulo Alvares

Cappellaens, que há na Igreja do Hospital Real com
Obrigaçãõ de Missa, e Coro

Padre Cura

O Reverendo Francisco Pereyra Marques

Coadjutor

O Reverendo Sebastião de Figueyredo Pães

Cantores

O Reverendo Francisco Leal Ribeyro
O Reverendo Felipe Nery de Gouvea
O Reverendo João Duarte
O Reverendo João Monteyro
O Reverendo Andre Leitão
O Reverendo Jozé Antonio
O Reverendo Marcellino da Costa
O Reverendo Mathias Ferráz
O Reverendo Jozé da Crúz
O Reverendo Silvestre de Oliveira
O Reverendo Antonio Bernardes
O Reverendo Manoel Jozé Tavares
O Reverendo Joaquim Barbosa

Tesoureyro da Igreja

O Reverendo Antonio Jozé Palma

Cappellaens com obrigaçãõ de Missa

O Reverendo Bartholomeo de Matos Sampaio
O Reverendo Jozé da Fonceca
O Reverendo Anastácio Francisco
O Reverendo Domingos de Oliveira
O Reverendo Benedito Teodoro Alvares
O Reverendo Sebastião de Mattos
O Reverendo Antonio Alvares Manteyga
O Padre Cura da Igreja de S. Bartholomeo do Paul de Otta
O Reverendo Pedro Luiz de Abreu

Confessores dos enfermos, quando entrão para as emfermarias

O Reverendo Sebastião Figueyredo
O Reverendo Antonio Gomes Bernardes

Confessores das Confissoens gerais

O Reverendo Manoel Antonio Pereira de Mello
O Reverendo Caetano Teyxeira

Hum Organista da Igreja

Moços da Cappella

Rodrigo de Cerqueyra
Antonio Ferreira Nobre
Manoel Antonio Pereira
Joaquim Jozé de Santa Anna
Francisco de Santa Barbara
João Baptista

Médicos das emfermarias

Primeiro	O Doutor Jacinto de Almeida
Segundo	O Doutor Pedro Esteves
Terceiro	O Doutor Manoel de Abreu Rozado
Quarto	O Doutor Francisco Jozé Mendes de Carvalho

Anatómico

Pedro Dufau

Oculista

David Felipe Stuard

Cirurgioens

O Licenciado Pedro de Arvellos Spínola (155vº)
O Licenciado Antonio Gomes Lourenço
O Licenciado Jozé Gonçalves Correa
O Licenciado João da Costa

Cirurgião Algebista [sic], e também serve no banco

O Licenciado João Carvalho de Moraes

Mestres de Sangrias

O Licenciado Francisco Jozé de Sousa
O Licenciado Manoel Leitão do Valle

Ajudante do Cirurgião dos Malles

O Licenciado Jozé António de Bastos

Irmãos Mayores

Antonio Alvares
Manoel Francisco

Ajudante delles

Manoel Joquim

Estribeyro, e Comprador

Francisco Luiz

Escrivão dos assentos dos doentes

Antonio Germano e Vilhena

Fiscal dos remedios

João Marquez

Trinchante

Francisco Jozé da Sylva

Compoem se este Hospital Real de dezanove emfer-
marias a saber quinze de homens, e quatro de mulheres.

Cristeleyro

Manoel Telles

Cristelleyra

Clara Maria

Emfermaria de S. Francisco, que he de Febres

Tem hum emfermeiro, e dous ajudantes

A de S. Camillo do mesmo

Hum emfermeiro, e dous ajudantes.

A de S. Sebastião do mesmo

Hum emfermeiro, e dous ajudantes

A de S. Bernardo do mesmo

Hum emfermeiro, e dous ajudantes

A de S. Cosme do mesmo

Hum emfermeiro, e dous ajudantes

A de S. Damião do mesmo

Hum emfermeiro, e dous ajudantes

A de Santo Agostinho do mesmo

Hum emfermeiro, e dous ajudantes

A de S. Carlos do mesmo

Hum emfermeiro, e dous ajudantes

A de S. Jorge, que he dos deplorados

Hum emfermeiro, e dous ajudantes

A de S. Diogo, que he dos Feridos

Hum emfermeiro, e dous ajudantes

A de S. Caetano dos mesmos

Hum emfermeiro, e dous ajudantes

A de S. Vicente dos mesmos

Hum emfermeiro, e dous ajudantes

A de S. Amaro, que he das desnocações

Hum emfermeiro, e dous ajudantes

A de S. João de Deos, que he de Doudos

Hum emfermeiro, e dous ajudantes

A de S. Jozé, que he dos gallicados

Hum emfermeiro, e dous ajudantes

Emfermarias das mulheres

Porteiro	João de Freitas
Porteyra	Izabel Felipa
Irmaã Mayor	Bernarda Nunes

Emfermaria de N. Senhora do Monte do Carmo, que he de Febres

Tem hua emfermeira, e hua ajudante

A de Santa Clara do mesmo

Hua emfermeira, e hua ajudante

A de Santa Catarina do mesmo

Hua emfermeira, e hua ajudante

A de Santa Izabel que he das deploradas

Hua emfermeira, e hua ajudante

Hum Cozinheiro da Cozinha com três moços

Hum Coveyro do Cemitério de Santa Anna

Hum homem, que pede pannos, e fios.

Dous Agoadeyros, que levão agoa para as emfermarias.

Quatro homens, que levão os defuntos a Santa Anna

Dêz Mercieyras, e hũ albergueyro da Capella de D. Maria de Abboim

Quatro Mercieyras da Testamentaria de Pinheyro.

Dous Carreyros da Caza.

anexo 6

**Despesa com ordenados,
no Hospital Real de Todos-os-Santos,
de 3 de Julho de 1758 a 3 de Julho de 1759**

1758-1761, Lisboa, Hospital Real de Todos-os-Santos***Despesa com ordenados, no Hospital Real de Todos-os-Santos, de 3 de Julho de 1758 a 3 de Julho de 1759***

Cf. IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fl. 201-205v.

Funcionário	Pago	Cálculo da mensalidade
O Juiz da Casa, Desembargador Francisco Xavier Morato Broa, de 4 quartéis	108\$795	9\$066
O Doutor Síndico, Elias José do Valle, de 4 quartéis	120\$000	10\$000
O Secretário Padre José da Fonseca, de 4 quartéis	120\$000	10\$000
O Secretário António da Fonseca, de 4 quartéis	150\$000	12\$500
O Secretário João Monteiro, de 4 quartéis	150\$000	12\$500
O Advogado da Casa, ajudante do Síndico, Doutor Bernardo Pereira Machado, de 4 quartéis	100\$000	8\$333
O Papalista, José Joaquim Justo, de 3 quartéis	34\$554	3\$839
O Procurador Caetano Rodrigues	56\$512 76\$440	-
O Procurador Francisco Xavier da Costa, de 5 meses	37\$500	7\$500
O Procurador Marçal de Sousa, de 2 quartéis	45\$000	7\$500
O Escrivão das terras das Lezírias, João da Silva de Araújo	3\$000	-
Capelães da Casa		
O Padre-Cura, Francisco Pereira Marques Rebelo, de 3 quartéis	62\$994	6\$999
O Padre Mestre da Capela, Manuel Gomes, de 4 quartéis	112\$560	9\$380
O Padre Francisco Leal Ribeiro, de 4 quartéis	55\$392	4\$616
O Padre Felipe Neri, de 4 quartéis	55\$392	4\$616
O Padre João Duarte, de 4 quartéis	55\$392	4\$616
O Padre João Monteiro, de 4 quartéis	58\$044	4\$837
O Padre André Leitão, de 4 quartéis	58\$512	4\$876
O Padre Marcelino da Costa, de 4 quartéis	63\$993	5\$333
O Padre Matias Ferraz, de 4 quartéis	55\$392	4\$616
O Padre José António Pereira, de 4 quartéis	55\$392	4\$616
O Padre José da Cruz, de 4 quartéis	51\$392	4\$283
O Padre Coadjutor Pedro Cardoso, de 4 quartéis	50\$859	4\$238
O Padre Tesoureiro António José Palma	28\$895	-

O Padre António Gomes Bernardes, de 4 quartéis	37\$464	3\$122
O Padre Domingos de Oliveira, de 4 quartéis	50\$000	4\$166
O Padre Silvestre de Oliveira, de 4 quartéis	50\$896	4\$241
O Padre Anastácio Francisco, de 4 quartéis	60\$000	5\$000
O Padre Bartolomeu de Matos e Paes, de 4 quartéis	80\$000	6\$666
O Padre José da Fonseca, de 4 quartéis	80\$000	6\$666
O Padre do Coro do Hospital, pelas obrigações das missas votivas e ofícios	48\$940	-
O Padre da Casa do Paul de Ota, de seu ordenado de dois anos	6\$000	0\$250
O Padre António Gomes Bernardes, de 4 quartéis	18\$120	1\$510
O Padre Sebastião de Figueiredo Paes, de 4 quartéis	18\$120	1\$510
O Padre Manuel António Pereira de Melo, de 4 quartéis	86\$000	7\$166
O Padre Caetano Teixeira, de 4 quartéis	86\$000	7\$166
Moços da Capela		
Joaquim José de Santa Anna, de 4 quartéis	30\$400	2\$533
Manuel António, de 4 quartéis	32\$935	2\$744
Rodrigo de Cerqueira, de 4 quartéis	31\$920	2\$660
António Ferreira Nobre, de 4 quartéis	31\$920	2\$660
José Joaquim Mendes, pelo período em que prestou serviço	2\$365	-
Médicos		
O Físico, Doutor Jacinto de Almeida, de 4 quartéis	199\$723	16\$644
O Físico, Doutor Pedro Esteves Oriol, de 4 quartéis	199\$445	16\$620
O Físico, Doutor Manuel e Abreu Rosado, de 4 quartéis	199\$445	16\$620
O Físico, Doutor Francisco José Mendes de Carvalho, de 4 quartéis	199\$723	16\$644
Cirurgiões		
O Cirurgião, Licenciado António Gomes Lourenço, de 4 quartéis	189\$473	15\$789
O Cirurgião, Licenciado José Gonçalves Correia, de 4 quartéis	190\$000	15\$833
O Cirurgião, Licenciado João da Costa Ferreira, de 4 quartéis	140\$000	11\$666
O Anatómico, Doutor Pedro Dufau, de 4 quartéis	240\$000	20\$000
O Oculista, Doutor David Felipe Stuart, de 4 quartéis	140\$000	11\$666
O Cirurgião, Licenciado Pedro de Arvelos Spínola, de 4 quartéis	190\$000	15\$833
O Cirurgião, Licenciado João Carvalho de Moraes, de 4 quartéis	105\$284	8\$776
O Cirurgião dos Males,	62\$364	5\$197

Licenciado José António de Bastos, de 4 quartéis		
Mestres de Sangria		
Francisco José de Sousa, de 4 quartéis	73\$392	6\$116
Manuel Leitão do Valle, de 4 quartéis	64\$384	5\$365
Familiares da Casa a quem se paga pela folha que faz o Irmão Maior deste Hospital		
Francisco José da Silva, trinchante, de um ano	84\$835	7\$070
Francisco Luís, comprador, de um ano	86\$434	7\$202
O Mestre Cozinheiro, de um ano	67\$200	5\$600
O Porteiro Lino da Fonseca, pelo tempo que serviu	3\$500	-
O Procurador Manuel Pinto de Carvalho, de seu ordenado do tempo que serviu de comprador	5\$740	-
Do ordenado de 14 enfermeiros que há neste hospital, à razão de 43\$200 cada um, pagos aos meses	707\$776	3\$600
Os 4 homens do esquife, de todo o ano	100\$800	2\$210
O homem que pede panos e fios, de todo o ano	18\$000	1\$500
O coveiro do Cemitério de Santa Anna, de todo o ano	24\$000	2\$000
O Varredor do Hospital, de todo o ano	14\$400	1\$200
Os dois Carreiros, de todo o ano	55\$990	2\$333
Mulheres		
A Roupeira Teresa de Jesus, de 6 meses em que serviu	18\$626	3\$104
As 2 enfermeiras das febres, de todo o ano, pago aos meses	45\$778	1\$907
As 2 ajudantes das febres, de todo o ano, pago aos meses	44\$878	1\$865
As 2 enfermeiras das feridas, de todo o ano, pago aos meses	39\$574	1\$649
A enfermeira das Camarentas, de todo o ano pago, aos meses	22\$756	1\$896
A ajudante das feridas, de todo o ano, pago aos meses	21\$594	1\$799
A ajudante das Camarentas, de todo o ano, pago aos meses	20\$514	1\$709
A Clara Maria, Cristeleira e Parteira, de todo o ano, pago aos meses	46\$800	3\$900
Merceeiras da Capela de D. Maria de Aboim, em S. Domingos desta cidade		
A dez Merceeiras, e um albergueiro, e todo o ano pago aos quartéis	234\$656	21\$332 ¹
Obrigações que o Hospital paga a várias Igrejas desta cidade		
Aos Padres de Santa Justa, de oferta que todos os anos se lhes paga pelas pessoas que falecem nas enfermarias do Hospital	4\$000	-
Ao Padre enfermeiro da enfermaria de S. Francisco desta cidade, que se lhe dá cada ano do legado que lhe deixou Maria da Conceição e sua filha Estácia Maria da Maia	25\$000	-
David Ferreira da Costa, enquanto procurador de Soror Teodora Maria do Paraíso, como tença	27\$500	-
Encargos que o Hospital paga cada anno, pertencentes à testamentária de Francisco Pinheiro - Capelas		
Ao Padre Teodoro Alves, de 4 quartéis	100\$000	8\$333
Ao Padre Manuel José Tavares, de 4 quartéis	80\$000	6\$666
Ao Padre Joaquim Barbosa, de 4 quartéis	80\$000	6\$666
Ao Padre António Alves Manteiga, de 4 quartéis	80\$000	6\$666
Ao Padre Sebastião Rodrigues de Matos, de 4 quartéis	80\$000	6\$666
Ao Padre Tesoureiro de Aldeia Galega, António Pinto Palma, para o guizamento da Capela que instituiu na dita Igreja Francisco Pinheiro	6\$000	
Domésticos		
António Tavares da Cruz, Caixeiro de Francisco Pinheiro, de ordenado de um ano, pago aos meses	153\$600	12\$800

João Barbosa, Caixeiro de Francisco Pinheiro, de ordenado de um ano, pago aos meses	121\$440	10\$120
Aos Pretos de Francisco Pinheiro de ordenado e todo o ano à razão de 100 reaes por dia a cada um	121\$800	-
Merceeiras de Francisco Pinheiro		
A 4 Merceeiras do dito, de ordenado de todo o ano, pago aos quartéis	42\$000	0\$875
Ao Procurador das Causas do dito Francisco Pinheiro, Francisco Xavier, do ordenado do tempo que serviu a dita ocupação	17\$280	-
Seguem-se outras despesas, com dotes, com demandas, com roupas e toda a demais despesa do Hospital.		

¹ Este valor não será exacto, uma vez que o calculamos por divisão simples. Todavia, o albergueiro usufruiria de um rendimento superior ao das merceeiras.

anexo 7

**Normas relativas à admissão
e às práticas a seguir
pelos Praticantes de Cirurgia,
Sangria e Anatomia.
(1760)**

1760, Lisboa, Maio, 30

Normas relativas à admissão e às práticas a seguir pelos Praticantes de Cirurgia, Sangria e Anatomia

IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 1106, fls 168-170

Capítulos, que se devem Ler a todo o Praticante de Cirurgia, Sangria e Anatomia, primeyro, que seja matriculado para se conhecer o seo desambaraço de ler, e escrever, e os mesmos conheção a sua obrigação, e como no lugar, que buscão, devem tratar seos Mestres, e seos Mayores, e a Veneração aos Superiores do Hospital, observando em tudo as Ordens dos Editais no principio escritos, os quais lhe serão Lidos, e declarados.

Tem a experiência mostrado, que em qualquer faculdade tanto de Cirurgia, Sangria, e Anatomia, deve o sogeito ter os melhores princípios de Ler, e escrever, e não ser admitido a similhante exercício, sem primeiro ser muito bem examinado.

Devem os sobredittos Praticantes tratarem seos Mestres com todo o respeito, e amor, para que sendo este reciproco, recebão huns, e outros o beneficio de aproveitarem o tempo, em que se labora nas Aulas, e resulta da utilidade ao publico, e na mesma Aula estarem com toda a gravidade, e attenção as doutrinas, que seos Mestres com seos trabalhos dezejão seos discípulos serem perfeitos.

Entrarão nas emfermarias os Praticantes com todo o Cuidado em fazerem praticamente, o que seos respectivos Mestres lhe mandarem, observando a Caridade com o próximo, e lembrando se muito do amor, com que os devemos curar.

Não entrarão os Praticantes de Cirurgia, Sangria, e Anatomia nas emfermarias senão juntos com seos Mestres na forma que se dispõem nos Editais já refferidos, e em tudo nelles conhecido observarão com s penas nelles cominadas, e não entrará algum de Capote, e menos nas emfermarias.

Abrindo se o assento e qualquer praticante, se lhes porá seo nome, onde foy baptizado, os nomes de seos Pays, donde são naturais, se são vivos, ou falecidos, e declarando se também a idade do Praticante.

Assim, que qualquer Praticante for matriculado, será obrigado a tirar Certidão da sua matricula, e observando tudo o mais do estillo, dando de propina ao Porteiro da Caza da Fazenda seis vintens, para a Secretaria dous tostoens, e para os Santos Cosme, Damião, Sebastião e Barbara hum cruzado novo, e quando tirarem a Certidão que asima se refere, dará o Praticante doze vintens, como he do estillo; porem isto se entenderá somente nos Praticantes de Cirurgia, e Sangria, mas não nos de Anatomia, que já se tem determinado o que se deve observar.

Para se matricularem os referidos Praticantes, farão sua petição a quem governar o Hospital, que he o Emfermeiro Mór, e não pedirão Mestre positivo, porquanto a Secretaria terá muito cuidado em matricular os Praticantes alternativamente pellos Mestres para haver igualdade do trabalho, e do lucro, como tambem o numero dos discípulos.

Os respectivos Mestres de Cirurgia e Sangria, não poderão trazer na sua pratica nas emfermarias mais de trinta discipulos, e sendo lhes preciso mais pello numero dos doentes, farão sua representação ao Enfermeiro Mór para lhe differir como for razão, e isto se entenderá nas emfermarias dos homens, que nas das mulheres será o numero prefixo do seo Edital. Lisboa 30 de Mayo de 1760.

Jorge Francisco Machado, de Mendonça Essa, Castro, Vasconcellos, e Magalhaens.

anexo 8

**Carta régia de doação do Colégio de Santo Antão
(1769)**

1769, Lisboa, Setembro, 26

Carta de Doação do Colégio de Santo Antão ao Hospital Real de Todos-os-Santos

IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 943, fl. 136v-137v.

Dom Jozé por Graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves daquem e dalem Mar em Africa Senhor da Guine e da Conquista Navegação Comercio da Ethiopia Arábia Pérsia, e da India, Faço saber aos que esta minha Carta de Doação e Perpetua Firmidão virem, que entre os bens que pella desnaturalização, e perpetua proscissão dos Regulares da Companhia denominada de Jesuz ficarão vagos nestes Reynos para Eu os aplicar como taes a cauzas pias se comprehende bem assim a Igreja e Collegio de Santo Antão, que foy dos mesmos Regulares expulsos, e prescriptos. Conciderando Eu, que não podia dar aplicação mais pia à mesma Igreja e Collegio e que fazer della doação ao Hospital Real de Todos os Santos da Cidade de Lisboa; visto, como pelo extrago do terramoto do anno de mil settecentos cincoenta e cinco se incendiou e reduziu a cinzas a sua Igreja, e Hospital e se acha na mayor urgencia de ter caza propria com a largueza e commodidade que he precisa: E attendendo a que o dito Hospital depois que foi fundado pellos Senhores Reys Dom João Segundo, e Dom Manoel, sem tem feito sempre benemerito dos mais Senhores Reys que a elles se seguirão e da minha Real Piedade pello Zello e satisfação com que no mesmo Hospital se exercitão as obrigaçoens do seu piíssimo Instituto: Hey por bem e me praz por effeito da minha Real Clemencia fazer pura perpetua e irrevogável Doação da ditta Igreja e Colégio de Santo Antão com todos os seus edeficios interiores, Offecinas, e cerca, e tudo o mais que se acha dos muros da ditta Caza para dentro, sem limitação alguma ao mesmo Hospital Real de todos os Santos, para hy se fundar o mesmo Hospital, e se estabelecer a cura dos Emfermos ficando o Edificio e Terreno que antes foy Hospital Livre para se vender a beneficio da obra do novo Edeficio, sendo para isso devidido e alinhado na conformidade da Planta assignada pello Conde de Oeyras Meu Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Reyno que baixa com esta Doação. O sobredito Hospital e fabricará tãobem na conformidade da outra Planta que baixa assignada como a assima referida pelo ditto Conde de Oeyras. E por quanto a minha Real, e Plena Deliberação, he que esta Carta de Doação e perpetua Fermidão seja estavel para sempre e como tal observada, guardada e executada em Serviço de Deos Nosso Senhor e bem Comum Espiritual e Temporal dos meus Vassalos, sem alteração mudança quebra ou mingoamento algum: Mando, que em nenhum tempo ou cazo cogitado ou não cogitado frutuito e ainda insolito possa ser mudada diminuída ou minguada em todo ou em parte esta Doação, porque he Minha Real Vontade, que Seja Sempre observada em todos os tempos, e em todos os cazos assim e da mesma Sorte, que nella se contem: O que tudo Quero, que se observe e executte tão inteiramente como ditto he sem embargo de quaisquer Ordenações Leys Patrias ou de Dereyto Civel, Constituiçoens, Decretos Glozas Oppinioens de Doutores, ou Ordens em contrario que Hey por bem [derrogar] de Meo Motu Próprio Certa Sciencia, e Poder Real Pleno, e Supremo para este effeito Somente em quanto sejam ou se possam entender oppostas a esta Minha Doação em todo ou em parte, como se de tudo fizesse expecial e expressa menção, e fosse aqui inserto e declarado E para testemunho e firmeza do refferido Mandeí passar esta Carta de pura, perpetua e irrevogavel Doação, e Ordeno ao Doutor João Pacheco Pereyra do Meo Conselho, Dezembargador do Paço e Chancheler [sic] Mor destes Reynos que a faça publicar, e passar pella Chancelaria e Selar com o Sello pendente das minhas Armas Entregandosse o Original a Dom Luís da Câmara do meo Conselho Principal da Santa

Igreja de Lisboa, e actual Provedor da Santa Caza da Mizericordia para seu titulo e para ficar sempre viva e existente no Cartorio da sobredita Santa Caza: E a copia autentica della se mandará para o meu Archivo Real da Torre do Tombo: Dada no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda aos vinte seis dias do mes de Setembro Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil settecentos sessenta e nove

= El Rey =

= Conde de Oeyras =

Carta porque Vossa Magestade he Servido fazer pura e irrevogavel Doação da Igreja e Collegio de Santo Antão, que foy dos Regulares expulsos e proscriptos da Companhia denominada de Jezus ao Hospital Real de Todos os Santos, para nelle e na sua cerca se extabelecer o mesmo Hospital, tudo na forma acima declarada

= Para Vossa Magestade =

Fica registada nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Reyno no Livro Segundo das Cartas, Alvarás, e Patentes, a folhas Cento outtenta e seis = Nossa Senhora da Ajuda a vinte sette de Setembro de mil settecentos sessenta e nove = Luis Ladore = João Pacheco Pereyra = Foy publicada esta Carta de Doação na Chancellaria Mor da Corte e Reyno pela qual passou = Lisboa vinte outto de Setembro de mil settecentos sessenta e nove = Dom Sebastião Maldonado = Registada na Chancelaria Mor da Corte e Reyno no Livro das Leys a folhas duzentas e quarenta – Lisboa vinte outto e Setembro de mil settecentos sessenta e nove = Antonio Jozé de Moura = Gaspar da Costa Posser a fez = O Escrivão da Meza Marquez de Fronteyra.

anexo 9

**Obrigações dos Irmãos Maiores do
Hospital Real de Todos-os-Santos
(1769)**

1769, Lisboa, Junho, 20

Obrigações dos Irmãos Maiores do Hospital Real de Todos-os-Santos

IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 943, fl. 127v-128v

Obrigacoens dos Irmaos Mayores

Os Irmaos Mayores devem assistir dentro do Hospital para que alternativamente, vigiem de dia e de noute sobre assistencia, que os Emfermeyros, e Ajudantes devem fazer nas suas respectivas Emfermarias examinando occularmente se aqueles que vellarem de noute satisfazem as suas obrigaçoens comprometidas, e Caridade: não consentindo que dezemparem as Emfermarias, antes pello Contrario fará que nellas se achem sempre em toda, e qualquer occazião, hum Emfermeyro, ou Ajudante, que possa occorrer aos cazos accidentaes commrente [sic] sucedem.

Do mesmo modo fará com que os ditos Emfermeyros e Ajudantes que distributivamente andarem na Vela grande de noute, sejam obrigados a chamarem os outros pellas cinco horas da menhaã no tempo do Verão, e pellas seis no do Inverno, pra que cada hum varra logo a sua Emfermaria, e fassa as camas aos Emfermos, de tal sorte, que quando os Padres os vierem reconciliarem se ache tudo prompto e asseado, assim como fará que os remedios se lhes admenistrem as seis horas de Verão, e as sete de Inverno innalteravelmente para estarem desembaraçados quando for o Santíssimo Sacramento as Emfermarias e cada hum na sua, terá a obrigação de dizer aos Reverendos Padres, quaes, e quantos são os Doentes que hão de receber o Sagrado Viattico.

Faram outro sim, que o jantar se dê em ambas as citaçoens do tempo as onze horas, mas a seya as sette horas de Verão, e as seis de Inverno Tendo o Emfermeiro hum vigilante cuidado de observar se há algum Doente com Cezoës ou Crescimentos a horas certas, para se lhe mudar a da comida naquelle tempo em que se achar livre, de sorte que sempre o Emfermo seja alimentado.

Os dittos Irmaos Mayores cuidarão com toda a actividade em ver as recoens, que sobejão ao jantar, e á cea daqueles Doentes que pellas suas Emfermidades não as comem, para que logo se restituão ao Mordomo da Cozinha.

Não concentrirão que os Enfermeyros e Ajudantes entrem nas Emfermarias das Mulheres, para cujo fim, farão elles, Irmaos Mayores alternada e diariamente todas as receytas na taboa.

Haverá em cada Emfermaria hum Emfermeyro ou Ajudante, que velle toda a noute na forma que antecedentemente se praticava quando vellavão dois, para que deste modo se possa suprir com o que for precizo em qualquer urgencia.

Tanto os Irmaos Mayores, como Emfermeyros, e Ajudantes terão grande respeito aos Mordomos que servirem de mes, no ditto Hospital, dando lhes parte de tudo quanto

se passar nas Emfermarias, e mais incumbências a que estão destinados, observando inviolavelmente tudo quanto por elles lhe for Ordenado.

Os mesmos Irmaos Mayores, e mais Enfermeyros e Ajudantes, não sahirão nunca fora sem licença do Senhor Enfermeyro Mor, e na sua auzencia do Escrivão da Fazenda, e na de ambos, da Secretaria, e nenhum delles as poderão dar a ambos juntos dos taes Irmaos Mayores e o mesmo se seguirá com os Enfermeyros e Ajudantes. Caza da Fazenda vinte de Junho de mil settecentos sessenta e nove annos = Principal Dom Luis da Camara Coutinho = Felix Teixeyra de Mattos

anexo 10

**Providências do Enfermeiro-Mor
José António de Castilho
Furtado de Mendonça,
sobre o trabalho de Médicos e Cirurgiões do
Hospital Real de Todos-os-Santos
(1774)**

1774, Lisboa, Dezembro, 20

Providências do Enfermeiro-Mor José António de Castilho Furtado de Mendonça, sobre o trabalho de Médicos e Cirurgiões do Hospital Real de Todos-os-Santos

IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro 943, fl. 227-228

Dezejando contribuir quanto me fosse possível para o melhor modo de ocorrer ao curativo dos miseraveis enfermos que entrão neste Hospital, e vendo por hua parte a dependencia que para isso há dos Medicos, e Cirurgioens, e por Outra o quanto a sua caridade os empenha ao mesmo fim, ainda nestas favoraveis circunstancias duvidei, conseguillo pela parte que me toca, qual he a eleição dos meios, mas reflectindo naquelles que para o mesmo cazo nos ensina o Regimento com que se estabeleceu esta aletissima [sic] caza, achei que athe seria temeridade a lembrança de outros, que ou na substancia ou no espirito não forem os mesmos, e persuadido deste pensamento me rezolo-i [sic] a seguillo nas providencias seguintes.

Á hora do costume, a que se dará signal a toque de campainha, entrarão os Medicos nas Enfermarias, aonde começarão a vezitar cada hum por sua parte, indo sempre a par, e vendo algum que nos doentes que vai vezitando, ha cazo que seja necessario consultallo com o companheiro, o fará assim, rezolvendo ambos o remedio do enfermo e quando forem diversos os pareceres se chamará o mais moderno dos outros dois Medicos e ambos elles se o treceiro [sic] voto não concordar com algum dos dois antecedentes.

Quando receitarem o alimento e os remedios a cada hum dos enfermos, estarão junto ao seu Leyto, e ao mesmo tempo que forem declando [sic] as receitas, que os Enfermeiros costumão escrever nas taboas, hirião vendo se escrevem o que lhes ditarão, porque então he muito fácil emendar o erro, e depois he tão deficultoso conhecello como remediar as suas tristes consequências, e as ditas receitas se hão de escrever por extenço e sem algarismos, assignandoas os ditos Medicos, ao pe da ultima addição por que do contrario se poderião seguir concideraveis prejuízos aos enfermos, e á Fazenda do Hospital. E tãobem se comprehenderão nas mesmas receitas os caldos de galinha, frango, etc. segundo as necessidades dos doentes determinando-se as horas a que se lhes devem dar.

Acabadas as receitas em cada hua das Enfermarias, á vista das mencionadas taboas, e independente dos Enfermeiros lançarão os Medicos em cadernos por elles assignados tudo o que assim estiver receitado, porem rezumidamente, isto he tantos paens, tantas raçoens de galinha, de vitella etc. exceptuando o que tocar á Botica por ser da obrigação do Boticário, mas tudo se escreverá por extenço.

Nenhum Medico poderá despedir doente algum pela simples informação que lhe der o Enfermeiro, ou Ajudante, mas reconhecendo pessoalmente que está restabelecido, e que não precisa demorar-se mais tempo no Hospital então despedirá, pondo no bilhete com que entrou, o dia da sahida, e declarando se he de manhã, ou de tarde, e ultimamente assignará o mesmo bilhete.

Alternativamente às semanas hirão os dois Medicos mais antigos as Enfermarias das doidas, e camarentas, e assim mesmo os outros dois mais modernos ás enfermarias dos camarentos, e doidos, e exceptuando, quanto a estes, o tempo da cura, no qual devem assistir ambos os companheiros ao curativo das respectivas Enfermarias.

Os Cirurgioens entrão hua hora antes dos Medicos vezitando, pessoalmente a cada hum dos enfermos, e àqueles de maior necessidade curarão por suas mãos a os outros poderão mandar curar parcendolhes pelos Praticantes mais habeis, mas sempre na sua presença, e quando forem ás Enfermarias das mulheres, não levarão consigo mais que tres Praticantes e estes serão os da sua maior confiança. Quanto as receitas para a Botica, posto que se hão de escrever nas taboas da mesma forma que fica advertido aos Medicos, he porem da obrigação dos Cirurgioens o passar as mesmas receitas a os cadernos, o que farão tãobem por extenço e sem algarismos, assignando-se ao pé da ultima addição, isto em cada huma das Enfermarias. Em tudo o mais, que puder ser applicavel observarão o mesmo que fica dito a respeito dos Medicos.

Alem do Medico e Ciurgião de semana para a aceitação dos enfermos, se ajuntarão todos os outros na Caza que se lhes destinar, a saber, os Medicos depois de sahirem da vezita, e os Cirurgioens antes de entrarem nas Enfermarias, para que concorrendo doentes que venhão, como dizem, a Junta do Hospital, achem com efeito no Hospital a Junta que necessitão e não podem fazer em suas cazas.

E estas determinações se registrarão no livro a que pertencem, e a cada hum dos ditos Medicos e Cirurgioens se dará hua cópia.

Hospital Real em 20 de Dezembro de 1774

anexo 11

**Obrigações dos Enfermeiros e Ajudantes,
que se devem mandar ler a todos,
primeiro que entrem a servir neste Hospital Real,
para que em tempo algum não aleguem ignorância.
(1775?)**

1775 [?]¹

Obrigações dos Enfermeiros e Ajudantes, que se devem mandar ler a todos, primeiro que entrem a servir neste Hospital Real, para que em tempo algum não aleguem ignorancia.

[IANTT, *Fundo Hospital de S. José*, Livro nº 2241, «Admissões dos familiares. 1.12.1759 até 22.3.1787», fl. 1-3]

Tendo eu ordenado o serviço que queria se fizesse nas Enfermarias deste Hospital Real de S. Joze, para haver toda a Caridade, que fosse possível com os doentes, e asseio delles, e das Enfermarias, recomendando muito isto aos Enfermeiros das respectivas Enfermarias vocalmente, esquecidos alguns destes da sua obrigação, attendendo mais ao seu descanso, do que ao serviço de El Rey, e á sua consciencia; e tendo eu obrigação de evitar toda e qualquer dezordem que haja, e omição nos Enfermeiros; para o que os dois Irmaons Maiores devem repetidas vezes no dia hir ás Enfermarias, ver se estam da forma, que lhe tenho ordenado, e não o achando dar-me parte: e estes rondarão também de noute alternativamente as mesmas Enfermarias, averiguando e os das vellas fazem a sua obrigação: e para que os Enfermeiros, e Ajudantes em tempo algum não ignorem esta: ordeno o seguinte.

Tanto que o doente for aceito pelo Medico, ou Cirurgião, erá para o apseito, logo que se lhe faça, hirá hum dos Ajudantes, que estiverem de Macca, entregar o doente, ou doentes ao Enfermeiro da Enfermaria para onde for distribuido, e logo que este tome entrega do dito doente, sem perda de tempo, lhe fará a cama de roupa lavada, lhe lavará os péz, cortar-lheá o cabelo, sendo-lhe percizo, e alimpar-lhe-há a cabeça com a escovinha, na mesma forma que muitas vezes lhe tenho ordenado, e continuando a molestia ao doente, averiguarão do Medico, ou Cirurgião se lhe fará mal á queicha o lavarem-lhe os pez, e limpar-lhe a cabeça, e como os feridos he mais ordinario attendendo á molestia, o estarem com menos asseio, aos Enfermeiros destas Enfermarias lhe faço maior recomendação, e consentindo os Medicos e Cirurgioens, se lhe faça a limpeza, o farão logo, pois a minha mente he que os doentes estejam sempre com todo o asseio: e sendo mulher os ditos da Macca a levarão á porta das Enfermarias dellas, entregando-a a Porteira, esta mandará chamar a Enfermeira da Enfermaria para onde for, e ella a receberá, e a dita Enfermeira terá a mesma obrigação quanto ao aceio que os Enfermeiros

Teram muito cuidado em conservarem as Enfermarias limpas, e lavadas pela parte dos doentes, e o todo da Enfermaria, será quanto percizarem, e que as escadas que lhe pertencerem andem também limpas, e que por baicho dos Leitos não haja bicho algum, nem nos Corredores, e que os vestidos dos doentes se pendurem nos Cabides defronte do Leito de Cada hum, e não por cima dos Leitos delles, nem por baicho das barras, e que a limpeza se faça muito amiudo, e que fique com todo o asseio, tendo muito cuidado em que as portas das Coloacas estejam fechadas, e as tinhas dellas cheas de agoa

¹ O documento não se encontra datado, nem há qualquer referência ao Enfermeiro-Mor que o terá produzido. Todavia, a referência ao Hospital Real de S. José, aconselha a data de 1775 ou os anos imediatamente posteriores, até tendo em conta que o objectivo do documento se enquadra perfeitamente no pico de contratação de «Familiares» que localizámos entre 1775 e 1780.

Tanto que se tocar á vezita dos Medicos, e Cirurgioens, os Enfermeiros, e Ajudantes, estarão nas suas respectivas Enfermarias, para assistirem á dita vezita, e o Enfermeiro estará com a taboa do receituario, para receitar o que os Medicos determinarem de hũa parte, e da outra o Ajudante que melhor souber receitar.

Tanto que forem dez horas da manham, e quatro da tarde, terão prontos os Enfermeiros os taboleiros com as tigellas dentro nelles para que assim que se tocar ao Jantar, ou a Cear, hirem logo com elles para a Cozinha sem perda de tempo, e quando for preciso trocar alguma razão, ou pedir alguma cousa que apeteção os doentes [e não lhe sendo prejudicial á sua saúde] hiram pessoalmente os Enfermeiros pedir a dita troca, ou o que for preciso aos Mordomos da Cozinha, nunca ficando a Enfermaria só.

Os ditos Enfermeiros obrigarão a que os seus Ajudantes assistam nas Enfermarias, e que nunca estejam os doentes sós, e faltando os ditos ajudantes a esta obrigação darão parte aos Irmaons Maiores para estes mo participarem: e isto não se intenderá com aquelles Ajudantes, a quem naquella semanna estiverem destribuidas algumas obrigaçoens, pois são sómente dispensados naquellas horas em que as tiverem, e os ditos Enfermeiros, e Ajudantes andaram sempre pelas suas respectivas Enfermarias, vendo o de que necessitão os doentes della, e não he a minha mente, que os ditos Enfermeiros, e Ajudantes, estejam todos effectivamente sempre nas suas Enfermarias, pois não sendo á hora de Vezita, Jantar, Cea, e fazer as camas, basta que estejam dois, ficando a nomiação dos que ham-de assistir ao seu Enfermeiro, como responçavel de tudo o que acontecer na sua Enfermaria

Tanto que se tocar a campainha para o Senhor hir a alguma das Enfermarias, sem perda de tempo, pelo prejuizo que pode suiceder, hiram os Enfermeiros, ou Ajudantes, que estiverem nomiádos na Pauta para acompanhar o Senhor, com aquella decencia que devem hir, e se ajuntarão logo todos na Capella, e succendo o sahir fora de horas, o que for tocar a campainha terá obrigação de os hir chamar a cama

Os Enfermeiros, ou Ajudantes que estiverem de vella pequena, ou grande terem muito cuidado em fazer as suas rondas pelas Enfermarias as horas que lhe estão destinádas, nam pelo meio dellas, mas vendo os doentes, indireitando-lhe as camas, e percizando de Caldos, ou agoa morna, os hiram buscar á cozinha onde tenho ordenádo esteja tudo prompto, e cazo de haver alguma necessidade maior, mandarão por hum dos Ajudantes que assistir ma Enfermaria, ou na maiz vezinhas, chamar hum dos Irmaons Maiores, para que resolva o que se hade fazer, e nunca o da vella deixará as Enfermarias de que estiver incumbido sós, e estes terem cuidado em hir chamar os Confesores quando for preciso

Os Ajudantes que se acham nomiádos para cada huma das Enfermarias, obedecerão aos Enfermeiros, em tudo o que lhe for ordenádo por elles pertencente ao Serviço da Enfermaria

Teram tambem hum grande cuidado os ditos Enfermeiros, em trazer todo o estanho, e latam, muito limpo, e logo pela manham concertar as camas aos doentes, nam comsentindo que pelo dia adiante, estejam estes descobertos, e a noute se lhe farão, e darão os remedios aos doentes, ás horas que se-lhe determina, que sempre será ao menos tres horas depois do Jantar e tres depois de Cea

A toda á hora que o Sino que dobra, quando morre qualquer doente, picar, seja qualquer que for, acudiram logo ás suas Enfermarias, os Enfermeiros, e Ajudantes, respectivos a cada huma, bem entendido que he só the as nove horas da noute

Terão os Enfermeiros obrigação de assender as Luzes das Enfermarias, assim de veram como de inverno, tanto que for sol posto, attendendo ao tempo que se gasta em dar a cea aos doentes, e acabar-se de noute

Nam poderam os Enfermeiros, e Ajudantes, sahir fora, sem o participarem ao Irman Maior que pertencer dar licenças naquele dia a quem tenho ordenádo a forma das licenças, e vendo que este não fazem falta, lhe dará o bilhete por mim assignádo, para que apresentando-o ao Porteiro, este o deiche sahir fora, e quando entrarem, se hiram emediatemente apresentar ao dito Irman Mayor, e fique este conhecendo que se recolheo ao Hospital

Nenhum Enfermeiro nem Ajudante, ou servo de qualquer coalidade poderá cazar, como também o cozinheiro dos mesmos Enfermeiros e Ajudantes, pelo grande prejuizo, que tem o Hospital, em serviço com os servos cazados, e assim o determina o regulamento antigo do mesmo Hospital, e se conservarão os que actualmente forem cazádos na data desta, e cazando serão logo despedidos

Prohibido aos Enfermeiros, e Ajudantes todo o genero de jogo, porque a experiencia me tem mostrádo as dezordens que disto se seguem

Sucedendo morrer algum doente nas Enfermarias das febres ou feridos, em que os Medicos, e Cirurgioens, tenham alguma duvida da queicha com que faleceram, se não amortalarã nem hirã para a Caza dos Mortos, sem mo participarem, porque parecendo ser preciso fazer alguma averiguação na Aula de Natomia, o mandalla fazer, e por forma nenhuma poderão os Enfermeiros, e Ajudantes abrir cadaver algum

Estando algum Enfermeiro, e Ajudante de Semanna, em alguma das obrigaçoens, não poderam sahir fora, como pode acontecer-lhe algum Cazo preciso, pediram a outro companheiro fique suprindo as suas faltas, e dirão aos ditos Irmaons Mayores para conhecerem quem he que fica no seu lugar

